

5.3 Meio Socioeconômico

5.3.1 Metodologia Aplicada

A primeira fase de pesquisa para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da BR 317/AM foi constituída pela coleta de dados secundários a respeito dos municípios de Senador Guiomard e Porto Acre, no estado do Acre, e Lábrea e Boca do Acre, no estado do Amazonas.

A coleta de dados secundários, em sua fase inicial, teve como principal fonte de pesquisa as diversas instituições governamentais federais, estaduais e municipais, responsáveis pela geração de informações e de indicadores socioeconômicos das diferentes áreas de influência do Estudo de Impacto Ambiental.

Privilegiou-se, nessa fase, a coleta de informações referentes à caracterização socioeconômica dos municípios que compõem a AII, bem como a inserção destes mesmos municípios em contextos de análise regionais. Foram consideradas, como fonte de pesquisa, somente as instituições que apresentassem critérios adequados de validade, cobertura e confiabilidade de informações. Outro critério fundamental considerado foi o nível de desagregação da informação, sendo desejável que a mesma se apresentasse passível de desagregação por município.

Além da obtenção de dados secundários, na referida primeira fase foi possível estabelecer alguns parâmetros para a organização da segunda fase de pesquisa para a elaboração do estudo: a pesquisa de campo. A pesquisa de campo teve a finalidade de compilar os dados mais específicos sobre municípios da AII e comunidades seccionadas pela Rodovia, pertencentes à AID. Para tanto, foi elaborado um conjunto de questionários, com perguntas fechadas, semi-abertas e abertas, assegurando uma abordagem quantitativa e qualitativa dos temas propostos. A pesquisa de campo – coleta de dados primários – foi realizada no mês de outubro de 2007.

Ao todo, foram realizadas 19 entrevistas com proprietários e moradores da AID, além daquelas realizadas com as lideranças comunitárias e representantes das prefeituras. As informações obtidas através de tais entrevistas estão explicitadas ao longo do estudo socioeconômico, inseridas de acordo com os temas específicos. É importante salientar que todo o trecho, de acordo com as informações coletadas, possui características rurais.

Dessa forma foi considerada a indicação adotada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) no documento “Field Programme Management, Food and Nutrition, A Training Pack” de 1982. Tal documento apregoa que para uma caracterização satisfatória de áreas rurais é necessária uma amostra entre 10% e 15% do universo. Tendo em vista que ao todo são 141 propriedades dispostas ao longo do trecho da rodovia em estudo, nessa pesquisa, que abordou 19 propriedades, a amostra chegou a 13,5% destas.

5.3.2 Caracterização Populacional

➤ População

Para uma melhor compreensão dos aspectos demográficos dos municípios da AI, deve-se primeiramente analisar sua dinâmica populacional, englobando suas dimensões, estrutura e distribuição. Tal dinâmica também deve ser analisada através dos índices de mortalidade, natalidade, fecundidade entre outros, capazes de revelar a qualidade de vida da população.

Com isso, primeiramente será feita uma análise do quantitativo populacional presente na região amazônica e sua evolução desde a década de 70 até o ano 2007¹, para em seguida ser demonstrado o quantitativo populacional existente nos estados do Amazonas e do Acre e nos respectivos municípios em estudo. Assim, será possível demonstrar se as taxas populacionais sofreram acréscimo ou decréscimo no decorrer dos anos, sendo também possível apontar os motivos das variações demográficas.

Os dados fornecidos pelo *Diagnóstico e Censarização Macrossocial da Amazônia Legal: Tendências Demográficas Recentes da Região Amazônica* indicam que:

“A população da região amazônica atingiu a magnitude de 21,1 milhões de habitantes em 2000, tendo apresentado no período 1996-2000 um crescimento populacional superior ao esperado tal como aconteceu com a população nacional. Apesar de ser a maior região brasileira em extensão é a mais rarefeita em termos de densidade demográfica: 4,0 habitantes por quilômetro quadrado nesse ano. Desde os anos 50, as taxas de crescimento desta população têm sido superiores às da média nacional, o que resultou num aumento de sua participação no total da população brasileira de 5,8% em 1950 para 12,4% em 2000. Isto se deve aos maiores níveis de fecundidade regional e ao fato da Região, tanto nas suas áreas rurais quanto nas urbanas, ter

¹ Os dados da contagem populacional de 2007 são apresentados neste trabalho. A Contagem da População aconteceu em 5.414 municípios com até 170 mil habitantes e em mais 21 municípios situados em 14 estados onde um ou dois excedem esse teto populacional, permitindo, dessa forma, totalizar a população desses estados (...) Para os municípios onde não houve Contagem, o IBGE projetou uma estimativa para 2007. A descrição da metodologia utilizada para esta estimativa, assim como a nota técnica intitulada “Metodologia de Estimação do Número de Moradores em Domicílios Fechados” pode ser encontrada no site do IBGE na Internet. Fonte: www.ibge.gov.br.

recebido contingentes populacionais relativamente expressivos durante uma boa parte do intervalo de tempo estudado.” (PNUD/SUDAM. 2001).

Este último fato será explicitado na seqüência do texto, quando se tratar de fluxos migratórios na região.

Pode-se dizer, portanto, que as taxas de crescimento populacionais apontam para uma aceleração do ritmo de crescimento da população entre 1940-91 que segundo o mesmo *Diagnóstico* não ocorreu de forma homogênea, pois entre os anos de 1960 e 1980 observou-se um decréscimo na intensidade do crescimento populacional. Entre 1991 e 1996, detectou-se uma desaceleração expressiva desse crescimento na Região, seguida de uma nova aceleração entre 1996 e 2000.

O Estado do Amazonas como parte da Amazônia Legal² foi favorecido pelos incentivos fiscais e demais benefícios previstos na Lei que criou a SUDAM, além de outros planos que tinham como objetivo promover o desenvolvimento da Amazônia através de sua ocupação, sua valorização e sua integração ao restante do País.

Paralelamente às transformações no plano econômico e social, ocorreu a intensificação da ocupação do seu território, pois o Estado permaneceu por muito tempo como um grande vazio demográfico. O crescimento populacional no Estado do Amazonas começou a acelerar-se na década de 50/60 e se tornou intenso nas décadas seguintes, chegando a aumentar cerca de 50% entre as décadas de 80/90, como demonstrado no quadro que segue:

Esse aumento populacional pode ser explicado tanto pelo crescimento vegetativo³, quanto pelos incentivos cedidos pela SUDAM⁴, o que caracterizou o Estado do Amazonas como área receptora de migrantes, condição esta que permaneceu até as décadas de 80 e 90. Entre essas décadas, houve a maior variação considerando os períodos analisados (47%, ou, em números absolutos, um aumento de 672.715 habitantes), de acordo com o quadro a seguir:

² A Amazônia Legal é composta pelos estados da região Norte, além do norte do Mato Grosso e oeste do Maranhão, totalizando uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. A abrangência de sua área se deve as características dos recursos: climáticos, hídricos, florestais, pedológicos e minerais. Dada a disponibilidade de dados, estamos considerando neste trabalho, os Estados do Mato Grosso e Maranhão na sua totalidade.

³ A Taxa de Crescimento Vegetativo - TCV - é a diferença entre as taxas brutas de natalidade e mortalidade. Ela seria a taxa de crescimento da população se a mesma fosse fechada – se não houvesse fluxos migratórios. A Taxa Bruta de Natalidade - TBN - é o número anual de nascimentos vivos, em relação à população de uma determinada área, no meio do ano, e a Taxa Bruta de Mortalidade - TBM - é o número anual de óbitos em relação à população de uma determinada área, no meio do ano.

⁴ A Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - é uma extinta autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo de Castelo Branco em 1966, durante a ditadura militar, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, criando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Quadro 5.3—1 População do Estado do Amazonas e dos Municípios

Estado e Municípios	População total					
	1970	1980	1991	1996*	2000	2007**
Boca do Acre	19.989	21.829	25.005	24.460	26.959	29.672
Lábrea	16.737	22.026	33.052	27.517	28.956	36.705
Amazonas	955.203	1.430.528	2.103.243	2.389.279	2.817.252	3.167.668

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1970/1980/1991/2000.

* Contagem populacional IBGE, 1996.

** Contagem populacional IBGE, 2007

Com relação aos municípios, o quadro acima demonstra que Boca do Acre apresentou um crescimento populacional de 9,2% entre os anos 70 e 80, mantendo um crescimento de 14,5% entre os anos 80 e 91. Entre 91 e 96 o município não acompanhou o crescimento populacional do estado, apresentando um decréscimo de 2,2% tendo novamente apresentado um crescimento de 10,2% entre os anos de 96 e 2000, e de aproximadamente 10% entre 2000 e 2007.

O município de Lábrea está caracterizado pelo aumento do seu contingente populacional entre os anos de 1970 e 1991, acompanhando o crescimento populacional do Estado do Amazonas e da cidade de Boca do Acre, sendo que praticamente dobrou seu contingente nesse período, com aumento de 97,4%.

No entanto, observa-se que após esse período, o município não acompanhou o crescimento populacional do estado, visto que sofreu um decréscimo de seu contingente no valor de 20,1% entre os anos de 1991 e 1996. Entre 1996 e 2000 este número cresceu, no entanto quando comparados os números do ano de 1991 com os de 2000, pode-se inferir que o contingente populacional do município continuou apresentando números deficitários como demonstra o quadro acima. Já entre 2000 e 2007 tal contingente voltou a apresentar aumento significativo, cerca de 26,7%.

Quadro 5.3—2 População do Estado do Acre e dos Municípios

Estado e Municípios	População total					
	1970	1980	1991	1996*	2000	2007**
Porto Acre	-	-	-	8.326	11.418	13.845
Senador Guiomard	-	9.707	17.489	14.280	19.761	18.899
Acre	215.299	301.276	417.718	483.593	557.882	653.620

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1970/1980/1991/2000.

*Contagem populacional IBGE, 1996.

**Contagem populacional IBGE, 2007

O estado do Acre apresentou um crescimento populacional considerável (59,1%) quando analisado o período entre os anos de 1970 e 2000. Ressalta-se que tal crescimento manteve a média de 35% a cada 10 anos, isto indica que o aumento populacional ocorreu de forma homogênea não sendo constatado no período qualquer indício de explosão demográfica significativa. Em contrapartida, nos últimos sete anos esse crescimento foi menos significativo, aproximadamente 17,1%

O município de Porto Acre, por ter sido fundado em 1993, apenas demonstra informações a partir do ano de 1996. Assim, pode-se constatar que num intervalo de tempo de 4 anos a cidade apresentou um crescimento populacional de 37,1%. Já nos 07 anos seguintes, entre 2000 e 2007, tal crescimento foi menor, 21,2%.

O município de Senador Guiomard, fundado em 1976, apresenta dados a partir da década de 80. Constatou-se que entre os anos de 1980 e 1991 seu contingente populacional aumentou consideravelmente (80,1%). Entretanto, sofreu um decréscimo de 22,4% em 1996, voltando a crescer 38,3% em 2000, para em 2007 apresentar um novo decréscimo, de 4,3%. Isso indica características distintas daquelas observadas tanto no Estado do Acre quanto no município de Porto Acre, que não sofreram déficit populacional.

Quanto aos que residem na AID, os números da amostra obtida através das entrevistas realizadas em 19 propriedades ao longo da BR 317/AM evidenciam que a população é jovem, pois mais de 87% dos moradores tem menos de 40 anos, como pode ser observado no gráfico seguinte:

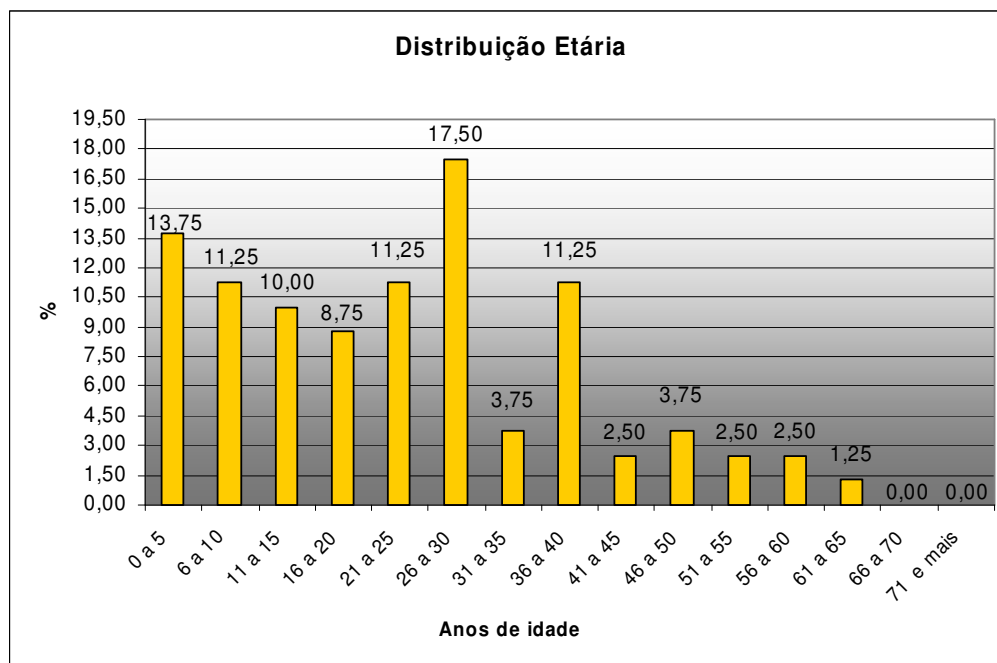


Gráfico 5.3-1- Distribuição Etária

São famílias pouco numerosas, pois mais de 70% das residências da amostra possuem até quatro pessoas residentes.

➤ Densidade e Distribuição Populacional

A Região Norte, apesar de ser a maior das regiões brasileiras é a mais rarefeita, pois apresenta a menor densidade demográfica⁵ do País – 3,31 hab/km² em 2000.

Com relação ao estado do Amazonas, como demonstra o gráfico abaixo, verifica-se que a densidade demográfica é muito baixa, tendo apresentado um crescimento de aproximadamente 25% entre os anos de 1991 e 2000⁶.

No que trata dos municípios amazonenses, essa medida se mostra pouco significativa, sendo menor aquela apresentada por Lábrea, ou seja, 0,48 hab/km² (1991) e 0,42 hab/km² (2000). Verifica-se, que a densidade demográfica do município apresentou um déficit de 0,14% entre os anos de 1991 e 2000. O município de Boca do Acre, também apresenta uma baixa densidade demográfica com 1,11 hab/km². (1991) e 1,20 hab/km² (2000). Observa-se que diferentemente do município de Lábrea, Boca do Acre apresentou um crescimento de 7,5% da sua densidade entre os anos de 1991 e 2000.

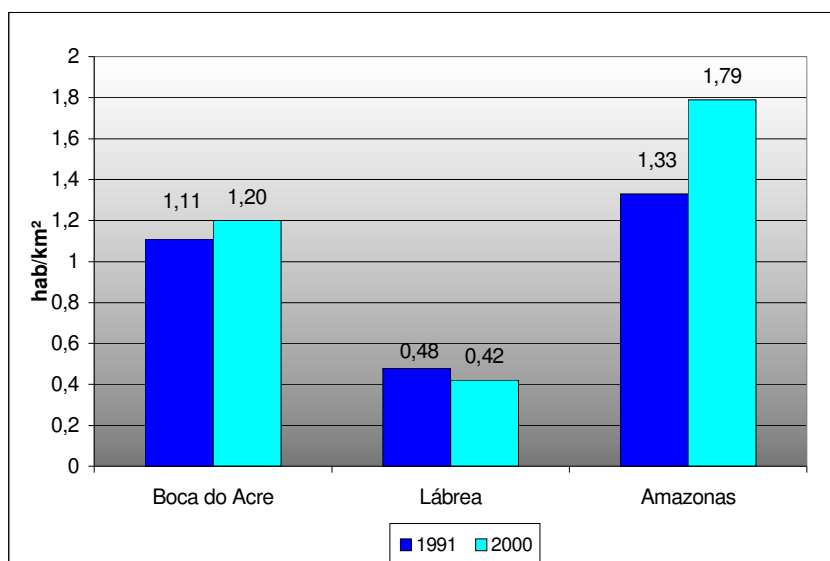


Gráfico 5.3-2 - Densidade Populacional no Estado e Municípios/AM

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

⁵ Medida que expressa a relação entre a população e a superfície do território habitado.

⁶ Para as informações sobre densidade populacional foram utilizados apenas os dados dos Censos de 1991 e 2000, pois acredita-se que as variações populacionais observadas na Contagem Populacional de 2007 não sejam suficientemente expressivas para alterar o perfil da densidade, posto a grande dimensão dos municípios selecionados.

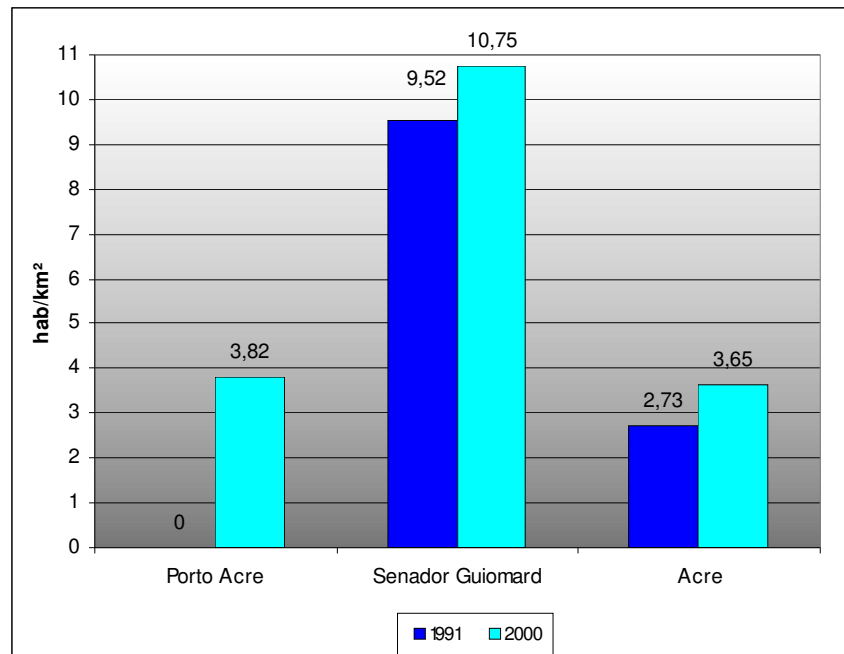


Gráfico 5.3-3- Densidade Populacional no Estado e Municípios/AC

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

O gráfico acima demonstra que o Estado do Acre, ainda que com números maiores que o Estado do Amazonas, em geral apresenta uma baixa densidade demográfica, com 2,73 hab/km² (1991) e 3,65 hab/km² (2000). Constatou-se também que entre os anos de 1991 e 2000 houve um crescimento de 0,92 hab/km².

Com relação aos municípios acreanos em estudo verificou-se que Senador Guiomard é o que possui o maior número de habitantes/km² e que entre os anos de 1991 e 2000 sofreu um aumento neste número. O município de Porto Acre apresenta informações apenas do ano de 2000, demonstrando que também é um município caracterizado pela baixa densidade demográfica.

As baixas densidades populacionais na Região Amazônica precisam ser compreendidas sob duas óticas distintas: 1) os baixos contingentes populacionais encontrados e 2) a grande dimensão de seus municípios.

No caso dos municípios da AII do empreendimento, os contingentes populacionais não se distanciam tanto, figurando todos entre aqueles de população inferior a 40.000 habitantes, sendo os mais populosos (Lábrea e Boca do Acre/AM) exatamente os de menor densidade. Dessa forma, é a dimensão do território o fator determinante na composição da densidade populacional.

O quadro a seguir apresenta a relação entre a população (2000), o território e a densidade populacional dos municípios da AII.

Quadro 5.3—3— População, área e densidade populacional da AII

Municípios	População 2000 Hab	Área Km ²	Densidade Populacional Hab/Km ²
Porto Acre/AC	11.418	2.985	3,82
Sen. Guimard/AC	19.761	1.837	10,75
Lábrea/AM	28.956	68.229	1,79
Boca do Acre/AM	26.959	22.349	1,2

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Essas conclusões são importantes quando se observa o perfil da distribuição da população nos municípios da AII, que tende a ser mais concentrada no Acre e mais rarefeita no Amazonas, onde se encontra mais de 90% da AID do empreendimento.

Segundo o *Diagnóstico e Censarização Macrossocial da Amazônia Legal*, a região amazônica vem passando por um processo de urbanização acelerado. Enquanto que em 1940, apenas 23,1% de sua população vivia em cidades e/ou vilas, este percentual atingiu 68,1% em 2000. O incremento populacional mais expressivo tanto relativo quanto absoluto na segunda metade desta década ocorreu no grupo de cidades de 100.000 a 500.000 habitantes, sendo estas responsáveis por 35,6% do incremento da população urbana regional. Isso se deu pela ascensão de quatro cidades para esse grupo, que foram Ananindeua (PA), Araguaína (TO), Caxias (MA) e Palmas (TO).

Neste caso, o *Diagnóstico* indica que o crescimento urbano foi conseqüência de três fatores: do crescimento vegetativo das áreas urbanas já existentes, das migrações com destino urbano e da incorporação como quadros urbanos de localidades que em censos anteriores foram classificados como rurais. Este terceiro item diz respeito a localidades que não eram consideradas urbanas em 1996 e passaram a ser em 2000 pela criação de novos municípios. Isso significou um acréscimo de aproximadamente 2.926 mil pessoas na população urbana, 20,4% do incremento da população urbana total. Aproximadamente metade das sedes desses novos municípios possuía menos de 5.000 habitantes.

Entre 1950 e 1991, a população urbana da Região Norte cresceu a taxas médias superiores a 5% ao ano, sendo que na década de 80 mais da metade da população nortista já possuía domicílio urbano. Após o ano de 1991, o grau de urbanização regional ampliou em 8,9% entre 1980 e 1991 e apresentou aumento de 3,3% entre 1991 e 1996.

Apesar desse quadro de intenso processo de urbanização, a Região Norte possui o mais baixo grau de urbanização do país. Em 2000, a população nortista possuía 69,8% da população na área urbana, o que representa um número absoluto de 9.014.365 habitantes.

Quanto à população rural, o *Diagnóstico* demonstra que o movimento de redução absoluta da população rural só ocorreu a partir de 1991. Como resultado dos diferenciais de evolução da população rural brasileira e regional, a Região Norte ampliou sua participação no total rural nacional. Entre 1991 e 1996, foi observada a redução do crescimento da população rural, fator este que indica que os movimentos migratórios em direção ao norte sofreram retração. No ano de 2000, apenas 30% da população estava concentrada na área rural, totalizando 3.888.633 habitantes.

No que trata da distribuição populacional do Estado do Amazonas, o quadro abaixo demonstra que em 1991 a maioria da população (71,4%) concentrava-se na área urbana, tendência esta mantida até o ano 2000, cuja população urbana nesta data apresentava índices de 74, %.

Os municípios em estudo, no ano de 1991, apresentaram características distintas do estado do Amazonas, no que trata da distribuição populacional. Isto porque Boca do Acre concentrava em sua área rural 54,8% da população, ou seja, um pouco mais da metade da população total. Lábrea, neste mesmo ano, seguiu a mesma tendência de Boca do Acre, concentrando 58% do seu contingente populacional na área rural. No ano de 2000, observa-se uma acentuada mudança neste quadro, pois os municípios passam a seguir a dinâmica de distribuição populacional do estado do Amazonas. Os dados do quadro abaixo demonstram que Boca do Acre passou a concentrar 54% de sua população na área urbana, e Lábrea reverteu sobremaneira seu quadro de distribuição populacional, concentrando em 2000, 66,5% do seu contingente populacional na área urbana.

Quadro 5.3—4- Distribuição da população – Urbana e Rural – no Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Boca do Acre	11.296	13.709	14.614	12.345
Lábrea	15.444	17.608	19.276	9.680
Amazonas	1.502.754	600.489	2.111.246	706.006

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

Quadro 5.3—5- Distribuição da população – Urbana e Rural – no Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Porto Acre	-	-	1.293	10.125
Senador Guiomard	6.303	11.186	8.640	11.121
Acre	258.520	159.198	371.223	186.659

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

O quadro acima demonstra que a população do Estado do Acre, no ano de 1991, estava mais concentrada na área urbana (61,9%). No ano 2000, esta tendência foi preservada visto que 66,5% da população do estado residia em área urbana.

Os municípios em estudo não acompanharam a tendência de distribuição populacional do estado, pois tanto Porto Acre quanto Senador Guiomard concentraram nos anos de 1991 e 2000 maior número de pessoas na área rural. Observando os números constata-se que em Porto Acre, no ano de 2000, a população rural era maioria (88,7%). Lábrea, em 1991, possuía 63,9% e em 2000, 56% de sua população total na área rural.

Através do quadro abaixo, pode-se verificar que o Estado do Amazonas e os municípios amazonenses apresentam certo equilíbrio em relação à divisão da população por sexo. Nota-se que, de maneira geral, a diferença possui uma variação de aproximadamente 1%, mas sempre com predomínio de pessoas do sexo masculino.

Quadro 5.3—6- Distribuição da População – Homens/Mulheres (AM)

Estado e Municípios	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Boca do Acre	13.001	12.004	14.077	12.882
Lábrea	17.028	16.024	15.108	13.848
Amazonas	1.060.665	1.042.578	1.416.191	1.401.061

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

Quadro 5.3—7- Distribuição da População – Homens/Mulheres (AC)

Estado e Municípios	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Porto Acre	-	-	6.191	5.227
Senador Guiomard	9.303	8.186	10.267	9.494
Acre	211.574	206.144	280.983	276.899

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

No estado do Acre pode-se observar a predominância de pessoas do sexo masculino, porém com uma pequena variação, tanto no ano de 1991 (1,29%) quanto no ano de 2000 (0,73%).

Dentre os municípios, tal variação é mais alta em Porto Acre, com 55,1% de homens, e mais baixa em Senador Guiomard, com 52,3%.

O quadro a seguir demonstra a distribuição etária da população do Estado do Amazonas e dos municípios amazonenses inseridos na AII, definida através de três grandes grupos etários: a população jovem, composta pela população menor do que 15 anos; a População Economicamente Ativa de 15 a 64 anos e a população idosa, aquela de 65 anos e mais. O conceito de PEA (População Economicamente Ativa), segundo o IBGE, compreende pessoas de dez anos ou mais, que durante os doze meses anteriores à data do censo tenham exercido trabalho remunerado, que trabalham habitualmente quinze horas ou mais por semana. Entretanto utilizou-se aqui um recorte diferenciado -15 anos – para fins da classificação etária.

Quadro 5.3—8- Faixa Etária da População/ AM

Estado e Municípios	1991			2000		
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
Boca do Acre	11.962	12.223	691	11.161	14.762	1.036
Lábrea	16.972	15.373	579	12.824	15.119	1.013
Amazonas	920.286	1.125.580	49.086	1.098.422	1.626.655	92.176

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

Com isso, observa-se que no Estado do Amazonas, no ano de 1991, há a predominância de pessoas na idade economicamente ativa. No ano de 2000 esse quadro não sofreu alterações, sendo que a população, embora tenha crescido quantitativamente, concentrou-se na faixa etária entre 15 e 64 anos. Além disso, de 1991 para 2000 verificou-se um aumento considerável da população idosa (43.090 hab.) fato este que pode ser configurado como envelhecimento populacional. Vale ressaltar que segundo o *Diagnóstico e Censarização Macrossocial da Amazônia Legal*, esse fator também foi observado na Amazônia como um todo, principalmente após o censo do IBGE de 1996, em que os grupos mais idosos, 60 anos e mais, apresentam diferenças proporcionais maiores do que os grupos mais jovens. A participação da população idosa no total da população regional passou de 3,3%, em 1940, para 5,6%, em 1996.

Com relação aos municípios, nota-se que Boca do Acre acompanhou a mesma tendência do Estado do Amazonas, inclusive em relação a questão do envelhecimento. No entanto, Lábrea, no ano de 1991 apresentou uma maior concentração populacional na faixa etária de 0 a 14 anos, situação esta invertida no ano 2000, em que a população passou a apresentar maior quantitativo na faixa etária entre 15 e 64 anos. Esse processo pode ser o reflexo da queda nas taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida, fenômeno nacional observado nas últimas décadas, fruto entre outros fatores, da popularização de métodos contraceptivos. O município também apresentou características de envelhecimento populacional visto que a população idosa de 1991 para 2000 quase dobrou

Quadro 5.3—9- Faixa Etária da População/ AC

Estado e Municípios	1991			2000		
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
Porto Acre	-	-	-	4.566	6.446	406
Senador Guiomard	7.709	9.216	514	7.564	11.403	794
Acre	184.267	220.288	11.356	216.354	320.881	20.648

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991/2000

Conforme o quadro acima, tanto o Estado do Acre, no ano de 1991 apresentou maior concentração populacional na faixa etária economicamente ativa, situação esta mantida no ano de 2000. No entanto, apesar do crescimento populacional apresentado, quando comparados os dois anos em questão, nota-se um crescimento considerável da população idosa (9.232 hab.) caracterizando o envelhecimento da população do Estado.

Em relação aos municípios em estudo, observa-se que em Porto Acre há predominância da população entre 15 e 64 anos apresentando um baixo número de idosos. Senador Guiomard, apesar de apresentar um crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2000, não alterou seu quadro de distribuição etária, concentrando a maior parte da população na faixa economicamente ativa, e, assim como Porto Acre apresentou um baixo número de idosos.

➤ Domicílio Particular Permanente

O conceito de domicílio estabelecido pelo Código Civil brasileiro presume que “O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo”, conforme *caput* do Art.70. Entende-se, portanto, que o domicílio, em um de seus sentidos jurídicos, compreende a idéia de residência somada com a vontade de se estabelecer permanentemente num local determinado.

Levando-se em conta o conceito de domicílio demonstrado acima, a análise quantitativa dos domicílios particulares permanentes existentes nos estados e nos municípios estudados pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 5.3—10- Domicílios Particulares Permanentes no Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Domicílios Particulares Permanentes	
	1991	2000
Boca do Acre	5.333	5.545
Lábrea	4.703	5.326
Amazonas	384.634	570.563

Fonte: IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001

No quadro acima, pode-se notar que o quantitativo de domicílios particulares permanentes do Estado do Amazonas entre os anos de 1991 e 2000 aumentou em 32,5%. Nos municípios este aumento não foi tão significativo, apresentando números de 3,8% em Boca do Acre e 11,7% em Lábrea.

Quadro 5.3—11- Domicílios Particulares Permanentes no Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Domicílios Particulares Permanentes	
	1991	2000
Porto Acre	-	2.781
Senador Guiomard	3.847	4.864
Acre	88.243	129.393

Fonte: IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001

No Estado do Acre, é possível verificar que entre os anos de 1991 e 2000 o número de domicílios particulares permanentes aumentou consideravelmente, cerca de 32,5%. Quanto aos municípios acreanos, pode-se notar que Senador Guiomard, no espaço de tempo entre os dois censos, aumentou em 20,9%. Observa-se também que no ano de 2000, Porto Acre apresentou 42% domicílios particulares permanentes a menos que Senador Guiomard, número este quase idêntico à diferença populacional (42,2%).

➤ Renda

A renda corresponde ao produto, fluxo ou acréscimo gerados pela realização do trabalho voltado para a produção e/ou reprodução do capital. Abaixo foi analisada a distribuição da renda entre os gêneros nos estados e nos municípios.

Observando o quadro a seguir, pode-se notar que no Estado do Amazonas e nos municípios analisados o rendimento nominal dos homens é sempre maior que o das mulheres, principalmente em Lábrea onde a renda masculina é cerca de 1,5 vezes maior.

Quadro 5.3—12- Rendimentos Nominais de Homens e Mulheres no Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Rendimento nominal – Homem (em reais)	Rendimento nominal Mulher (em reais)
Boca do Acre	345,34	236,17
Lábrea	330,15	219,79
Amazonas	589,04	431,46

Fonte: IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001

No caso do Estado do Acre e dos municípios acreanos, pode-se notar através do quadro abaixo que a situação é a mesma que nos Estado do Amazonas e municípios amazonenses, ou seja, o rendimento nominal dos homens é sempre maior que o das mulheres, chegando 1,6 vezes maior que em Senador Guimard.

Quadro 5.3—13- Rendimentos Nominais de Homens e Mulheres no Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Rendimento nominal – Homem (em reais)	Rendimento nominal Mulher (em reais)
Porto Acre	370,78	304,07
Senador Guimard	471,46	296,71
Acre	528,00	424,49

Fonte: IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001

A seguir está explicitada uma análise da média de rendimentos, somados os gêneros masculino e feminino:

Quadro 5.3—14- Média de Rendimentos no Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Média de Rendimentos homem/mulher (em Reais)
Boca do Acre	307,64
Lábrea	293,56
Amazonas	526,77

Fonte: IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001

Observa-se que dentre os municípios amazonenses, Boca do Acre é o que apresentou a maior média de rendimentos e dentre os municípios acreanos, o que apresentou a maior média foi Senador Guimard. Nota-se ainda que, os municípios do estado do Amazonas possuem uma média de rendimentos superior àqueles do estado do Acre.

Quadro 5.3—15- Média de Rendimentos no Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Média de Rendimentos homem/mulher (em Reais)
Porto Acre	353,95
Senador Guimard	411,40
Acre	486,61

Fonte: IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001

Quanto ao rendimento das pessoas entrevistadas na AID, amostra essa levantada através da aplicação de questionários em 19 propriedades, mais de 70% dos moradores não possui nenhum tipo de renda e 24,19% ganham entre 100 e 500 por mês. Quando se analisa os rendimentos dos chefes de família, verifica-se que aproximadamente 67% deles ganham entre R\$ 100 e R\$ 1000,00 e menos 6% ganham até R\$ 100,00 mensais. Esses outros dados podem ser visualizados nos gráficos seguintes:

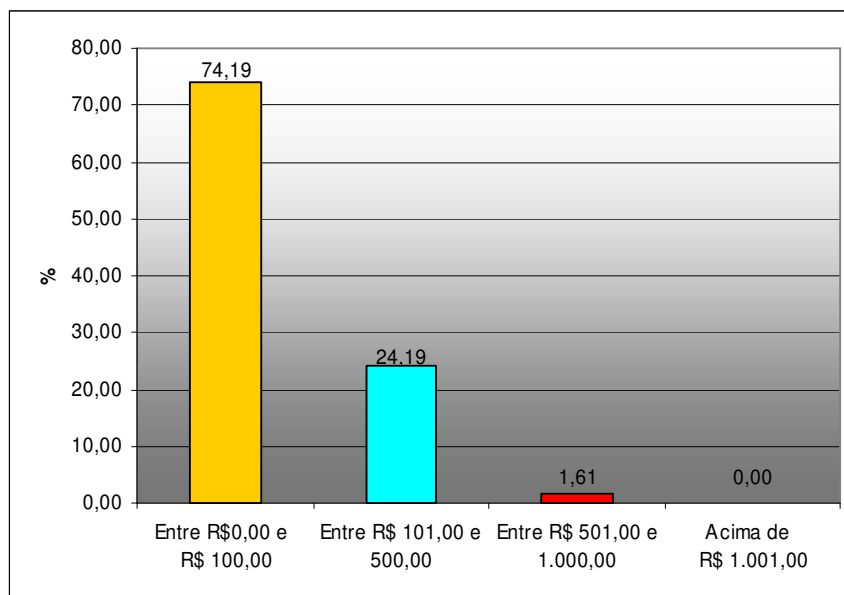


Gráfico 5.3-4 Renda dos demais moradores da AID - amostra

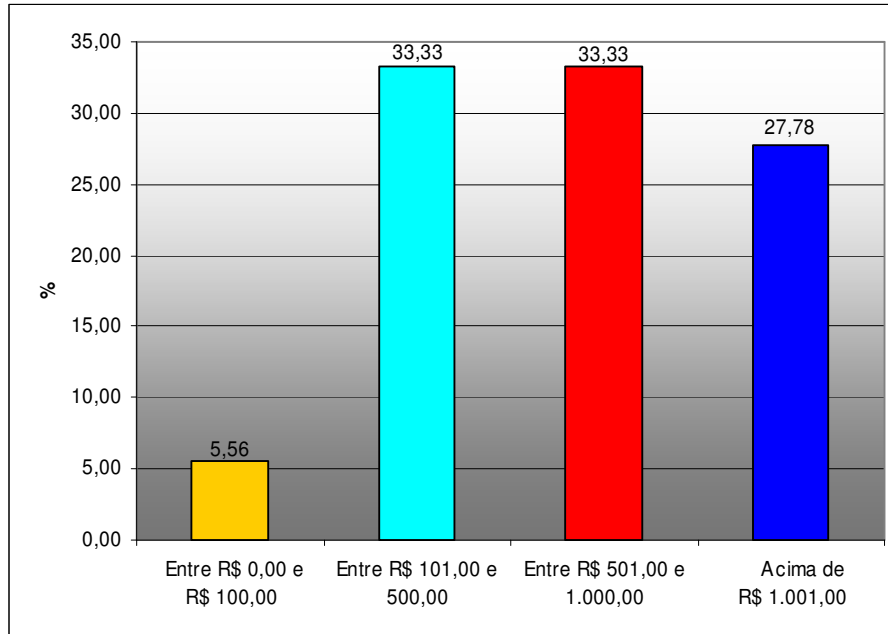


Gráfico 5.3-5- Renda dos chefes de família da AID - amostra

➤ Taxa de Mortalidade

O indicador de mortalidade corresponde ao coeficiente entre o número de óbitos anuais e o número de nascidos vivos no ano, expresso em mil nascidos vivos. As informações sobre mortalidade estão intensamente relacionadas com o nível de desenvolvimento socioeconômico da região.

No presente estudo, a taxa de mortalidade refere-se a três períodos mais recentes (2004, 2005 e 2006), objetivando minimizar possíveis distorções sazonais. Além disso, é possível comparar a evolução das taxas de mortalidade por causa em um determinado período. Os grupos de causa das doenças são estabelecidos pela Classificação Internacional de Doenças - CID 10, adotada desde 1995. Antes desse período era adotada a CID 9 e a reclassificação das doenças que resultou na CID 10 denotou a evolução ocorrida no setor da epidemiologia, com a inclusão de novos capítulos e reformulação de alguns capítulos existentes.

A análise dos aspectos da mortalidade geral através de taxas permite revelar as diferentes proporções de óbitos por causa. Esse fator é extremamente importante, uma vez que os dados de mortalidade são fundamentais para a dinâmica demográfica e contribuem decisivamente nos processos de gestão, avaliação e planejamento do sistema público de saúde, bem como nos processos de controle social, através dos Conselhos de Saúde.

Desta forma, a seguir serão apresentados dados dos estados e municípios em estudo, salientando-se a preocupação de contextualizar sucintamente a situação do Brasil e da região norte do país em relação ao item em questão.

Os dados do IBGE sobre as taxas de mortalidade brasileira indicam que:

“Em 2003, a taxa de mortalidade infantil estimada foi de 27,5%, o que representa uma redução 8,6% no período 2000-2003. Entre 1980 e 2003 e entre 1991 e 2003 as quedas foram de, respectivamente, 60,2% e 39,0%”.

A mortalidade vem declinando no Brasil, resultado de diversas políticas de saúde pública implantadas no País. Primeiramente, a partir do segundo quinquênio da década de 1940, com o advento dos antibióticos no combate às enfermidades infecto-contagiosas. Mais recentemente, diversas ações foram introduzidas com o propósito de reduzir a mortalidade infantil no Brasil: campanhas de vacinação em massa, atenção ao pré-natal, aleitamento materno, agentes comunitários de saúde, entre outras.

A mortalidade infantil no Brasil em 2003, apresentava cerca de 27 óbitos de menores de 1 ano para cada mil nascidos vivos. Esse número é significativo, considerando-se a taxa correspondente dos países do cone sul, por exemplo. “Entretanto a queda é inegável, tendo em vista que, por volta de 1970 a taxa estava próxima de 100 por mil nascidos vivos.” (IBGE, 2004).

Já sobre a região Norte, Moreira (2000) salienta que ao longo dos anos ela vem apresentando uma baixa taxa de mortalidade, devido principalmente a três fatores, a saber: dispersão espacial da população nortista, maior acesso por parte da mesma aos bens e serviços básicos e também a recente feição municipalista das políticas sociais executadas na Região. Pode-se dizer que até o ano de 1990 a mortalidade da Região Norte apresentou taxas menores do que a média nacional.

As taxas de mortalidade dos municípios amazonenses da AII estão apresentadas nos quadros seguintes

Quadro 5.3—16- Taxa de mortalidade em Boca do Acre, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1,42	0,72	0,47
Neoplasias (tumores)	-	6,00	0,94
Doenças sangue órgãos hemat. e transt. Imunitár.	9,9	-	4,00
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	8,33	4,17	3,33
Doenças do sistema nervoso	40,00	13,33	-
Doenças do aparelho circulatório	13,56	3,57	2,30
Doenças do aparelho respiratório	5,15	1,03	1,20
Doenças do aparelho digestivo	3,09	1,20	1,44
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	2,94
Doenças do aparelho geniturinário	0,81	-	-
Algumas afec. originadas no período perinatal		6,67	11,11
Malf cong deformid. e anomalias cromossômicas	66,67	9,09	-
Lesões enven. e alguma outra conseq. causas externas	-	3,57	0,77
TOTAL	1,97	1,04	0,70

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SUS)

Em 2004, a maior causa de óbitos ocorridos em Boca do Acre foi motivada pelas doenças relacionadas à malformação congênita, deformidades e anomalias cromossômicas. Estas doenças são decorrentes de toda anomalia funcional ou estrutural do desenvolvimento do feto decorrente de fator originado antes do nascimento, seja genético, ambiental ou desconhecido, mesmo quando o defeito não for aparente no recém-nascido e só manifestar-se mais tarde. O impacto dos defeitos congênitos no Brasil vem aumentando progressivamente, tendo passado da quinta para a segunda causa dos óbitos em menores de um ano entre 1980 e 2000, apontando para a necessidade de estratégias específicas de políticas de saúde.

Em 2005 houve expressiva taxa de mortalidade causada por problemas no sistema nervoso. As doenças do sistema nervoso, a exemplo dos óbitos decorrentes dos transtornos mentais e comportamentais, podem ser decorrentes de falhas no atendimento ambulatorial.

Em 2006 as afecções no período perinatal (APP) figuraram como causa principal de mortalidade em 2003. O período perinatal tem início quando a gestação está com vinte e duas semanas completas (154 dias) e termina aos sete dias completos após o nascimento da criança. Esse tipo de mortalidade é a principal causa de óbitos em menores de um ano no Brasil. As afecções no período perinatal estão nos grupos caracterizados como endemias evitáveis. Isso significa que as APP podem ser evitadas através de tratamento preventivo e políticas públicas, principalmente na área de saneamento e melhoria da qualidade do acesso aos serviços de saúde.

Quadro 5.3—17- Taxa de mortalidade em Lábrea, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,68	0,81	0,31
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	4,55
Doenças do aparelho circulatório	4,00	6,38	
Doenças do aparelho respiratório	3,77	-	1,09
Doenças do aparelho digestivo	1,15	-	-
Lesões enven e alg out conseq causas externas	1,79	1,82	100,0
TOTAL	0,50	0,37	0,25

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SUS)

As principais causas de mortalidade em Lábrea, em 2004, foram as doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, com taxas de ocorrência muito próximas. Em 2005, a maior taxa de mortalidade era também referente às doenças do aparelho circulatório, tendo como segundo motivo as doenças causada por conseqüências externas. Em 2006, observou-se uma taxa considerável de óbitos causados por lesões, envenenamento e algumas outras conseqüências ou causas externas.

No Estado do Amazonas, em 2004, as principais causas de óbito foram as doenças relacionadas ao aparelho circulatório, seguidas dos sintomas e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais.

Em 2005 e 2006, os sintomas e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais configuraram-se como principal causa dos óbitos. Em segundo e terceiro lugar, respectivamente, as principais causas estão ligadas às doenças do aparelho circulatório e do sistema nervoso.

Quadro 5.3—18- Taxa de mortalidade no Amazonas, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3,13	2,97	3,31
Neoplasias (tumores)	4,48	4,65	4,16
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3,23	2,99	2,53
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3,79	3,96	3,83
Transtornos mentais e comportamentais	0,25	0,40	0,26
Doenças do sistema nervoso	3,43	4,28	4,50
Doenças do aparelho circulatório	8,50	6,93	6,66
Doenças do aparelho respiratório	2,87	2,81	3,14
Doenças do aparelho digestivo	2,31	2,34	1,83
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,36	0,77	0,54
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,53	0,24	0,25
Doenças do aparelho geniturinário	1,31	1,30	1,52
Gravidez, parto e puerpério	0,01	0,04	0,06
Algumas afec originadas no período perinatal	1,98	2,83	2,27
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	3,55	2,56	3,27
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	5,27	11,97	9,48
Lesões enven e alg out conseq causas externas	1,82	1,93	1,90
Contatos com serviços de saúde	0,23	0,63	1,25
TOTAL	1,88	1,87	1,90

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SUS)

A seguir, são apresentadas as taxas de mortalidade nos municípios acreanos que formam a AI:

Quadro 5.3—19- Taxa de mortalidade em Porto Acre, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4,65	5,88	7,32
Neoplasias (tumores)	-	4,55	5,26
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	33,33	-	-
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	16,67	11,11	-
Doenças do sistema nervoso	-	40,00	-
Doenças do aparelho circulatório	11,11	18,75	12,00
Doenças do aparelho respiratório	1,96	1,61	-
Doenças do aparelho digestivo	3,03	-	5,41
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	14,29	-
Doenças do aparelho geniturinário	-	-	6,45
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	14,29
Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	2,63
TOTAL	2,68	2,86	2,77

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SUS)

No município acreano de Porto Acre, no ano de 2004, as principais causas de óbitos eram relacionadas às doenças do sangue e transtornos imunitários. Salienta-se que comparado aos municípios amazonenses, a taxa de mortalidade relacionada a esta doença apresentou um valor muito superior.

Em 2005, outra taxa de mortalidade que apresentou altos números quando comparada aos municípios amazonenses foi a das doenças do sistema nervoso, configurando-se como a principal causa de óbito em Porto Acre neste ano. Já no ano de 2006 houve expressiva causa de mortalidade relacionada aos sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais.

Quadro 5.3—20 - Taxa de mortalidade em Senador Guiomard, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,65	1,17	0,89
Neoplasias (tumores)	3,13	3,70	4,55
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	3,85	-
Doenças do sistema nervoso	14,29	10,00	-
Doenças do aparelho circulatório	7,32	9,09	8,11
Doenças do aparelho respiratório	1,92	0,80	1,52
Doenças do aparelho digestivo	1,89	-	1,22
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	10,00
Doenças do aparelho geniturinário	-	3,70	3,54
Algumas afec originadas no período perinatal	20,00	-	-
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	25,00	-	-
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	50,00	20,00
Lesões envenenamentos e outras causas externas	3,77	2,33	3,51
TOTAL	1,22	1,99	-

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SUS)

No município de Senador Guiomard, em 2004, as malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas foram as principais causas de óbito. Em 2005, observou-se uma alta taxa de mortalidade causada por sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais. Tal causa configurou-se como principal também no ano de 2006, porém, salienta-se que tal taxa reduziu-se consideravelmente.

No Estado do Acre, as causas de óbito relacionadas às doenças dos sistemas nervoso e circulatório apresentaram taxas semelhantes e foram as mais relevantes no ano de 2004. Em 2005 as doenças do sistema nervoso apresentaram as taxas mais elevadas de mortalidade, enquanto que no ano de 2006 as doenças do olho e anexos foram as que causaram mais óbitos.

Quadro 5.3—21 - Taxa de mortalidade no Acre, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2,45	1,78	1,62
Neoplasias (tumores)	4,76	5,18	4,88
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2,74	1,84	1,72
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3,55	3,27	3,87
Transtornos mentais e comportamentais	0,14	-	0,22
Doenças do sistema nervoso	8,16	9,28	8,35
Doenças do olho e anexos	-	0,55	9,02
Doenças do aparelho circulatório	8,40	8,67	3,34
Doenças do aparelho respiratório	3,59	3,05	-
Doenças do aparelho digestivo	3,15	3,14	2,97
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,69	1,20	1,61
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,26	0,48	0,51
Doenças do aparelho geniturinário	0,99	1,17	1,32
Gravidez, parto e puerpério	0,01	0,02	-
Algumas afec originadas no período perinatal	7,45	6,34	3,29
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	6,70	4,17	4,65
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	5,23	6,75	7,08
Lesões enven e alg out conseq causas externas	2,04	2,19	1,87
Contatos com serviços de saúde	1,49	0,83	-
TOTAL	1,98	2,02	1,91

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SUS) Morbidade

A morbidade será aqui analisada através os dados de morbidade hospitalar. Os dados relativos às internações ocorridas nos estados e municípios que fazem parte da Área de Influência Indireta foram coletados através do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

Os dados relativos às internações ocorridas são comparativos e referem-se a três anos (2004 a 2006) com o intuito de amenizar possíveis distorções causadas por oscilações sazonais. Os dados coletados referem-se ao local de internação do paciente. Vale destacar que os dados de morbidade subsidiam os processos de planejamento, gestão e acompanhamento de políticas públicas na área da saúde.

As internações realizadas nos estados e municípios da Área de influência estão representadas nos quadros abaixo, com exceção de Porto Acre (AC), uma vez que os dados do referido município não estão disponíveis no sistema pesquisado por não haver instalações hospitalares naquele local. Entretanto, dados de 2006 puderam ser apresentado em forma de distribuição percentual das doenças, em relação ao local de residência.

Quadro 5.3—22- Internações em Boca do Acre segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	193	323	351
Neoplasias (tumores)	4	27	78
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	9	31	19
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	10	20	23
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	2
Doenças do sistema nervoso	4	11	7
Doenças do olho e anexos	0	0	0
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	0
Doenças do aparelho circulatório	38	64	72
Doenças do aparelho respiratório	77	125	101
Doenças do aparelho digestivo	75	129	239
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	4	10
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	11	13	19
Doenças do aparelho geniturinário	110	140	150
Gravidez, parto e puerpério	559	640	573
Algumas afec originadas no período perinatal	16	12	3
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	0	3	1
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0	2	4
Lesões enven e alg out conseq causas externas	2	58	3
Causas externas de morbidade e mortalidade	0	0	0
Contatos com serviços de saúde	0	2	4
TOTAL	1.111	1.604	1.710

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

No município de Boca do Acre as principais causas de internação nos períodos analisados foram as mesmas: gravidez, parto e puerpério como causa principal, seguida das doenças infecciosas e parasitárias. Essa última apresenta grande aumento proporcional entre 2004 e 2006, chegando até mesmo a duplicar o número de internações.

Quadro 5.3—23 - Internações em Lábrea segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	279	236	303
Neoplasias (tumores)	5	15	12
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	10	6	6
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	24	31	22
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0
Doenças do sistema nervoso	2	5	5
Doenças do olho e anexos	0	0	0
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	1	2
Doenças do aparelho circulatório	48	47	24
Doenças do aparelho respiratório	83	120	90
Doenças do aparelho digestivo	154	182	156
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	1	2
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	4	3	4
Doenças do aparelho geniturinário	177	161	108
Gravidez, parto e puerpério	725	723	791
Algumas afec originadas no período perinatal	0	0	0
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	0	0	0
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	2	1	0
Lesões enven e alg out conseq causas externas	46	48	50
Causas externas de morbidade e mortalidade	0	0	0
Contatos com serviços de saúde	0	1	0
TOTAL	1.560	1.581	1.575

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Também as principais causas de internação em Lábrea nos períodos analisados foram: gravidez, parto e puerpério como causa principal, seguida das doenças infecciosas e parasitárias. Vale destacar que ambas apresentaram aumento no período analisado

Quadro 5.3—24- Internações o Amazonas segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	17.675	21.524	17.587
Neoplasias (tumores)	8.843	7.944	8.422
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	905	971	961
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2.094	2.385	2.418
Transtornos mentais e comportamentais	795	981	757
Doenças do sistema nervoso	1.205	1.195	1.118
Doenças do olho e anexos	83	54	93
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	120	129	179
Doenças do aparelho circulatório	7.596	8.403	9.949
Doenças do aparelho respiratório	19.696	20.483	22.694
Doenças do aparelho digestivo	12.312	12.702	16.632
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2.184	2.420	1.612
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	2.775	2.417	2.360
Doenças do aparelho geniturinário	8.998	9.456	10.421
Gravidez, parto e puerpério	60.476	63.564	67.499
Algumas afec originadas no período perinatal	1.274	1.751	2.361
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	885	902	895
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	866	689	886
Lesões enven e alg out conseq causas externas	8.158	8.582	9.153
Causas externas de morbidade e mortalidade	3	8	33
Contatos com serviços de saúde	3018	2.537	2.125
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	1	0	106
TOTAL	159.935	169.097	178.264

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

No estado do Amazonas também prevalecem as internações causadas por gravidez, parto e puerpério, número este que aumentou dentro do período analisado. No ano de 2004 a segunda maior ocorrência foi a de doenças relacionadas ao aparelho respiratório, número este que, apesar de ter apresentado aumento nos anos seguintes, deixou de ocupar a segunda colocação em 2005 para as doenças infecciosas e parasitária. Porém, os internamentos causados pelas doenças respiratórias novamente se destacaram em 2006.

Em Porto Acre, a morbidade hospitalar será apresentada considerando o local de residência e se refere ao ano de 2006. Nesse ano, a principal causa de internação hospitalar foi gravidez, parto e puerpério, representando 39% do total. Em seguida figuram as doenças respiratórias (10%) e doenças infecciosas e parasitárias (8%) como causas de internação hospitalar nesse município.

Quadro 5.3—25- Internações em Senador Guimard segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	763	236	310
Neoplasias (tumores)	0	6	12
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	5	0	0
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	8	13	13
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	2
Doenças do sistema nervoso	4	6	4
Doenças do olho e anexos	0	0	0
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	0
Doenças do aparelho circulatório	17	32	36
Doenças do aparelho respiratório	171	105	111
Doenças do aparelho digestivo	16	33	46
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	3	3
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	23	11	14
Doenças do aparelho geniturinário	37	69	87
Gravidez, parto e puerpério	184	169	149
Algumas afec originadas no período perinatal	0	0	0
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	0	0	0
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0	0	0
Lesões enven e alg out conseq causas externas	11	10	10
Causas externas de morbidade e mortalidade	0	0	0
Contatos com serviços de saúde	4	0	0
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	0	0	0
TOTAL	1.244	693	797

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Observa-se que em Senador Guimard prevalecem as internações causadas por doenças infecciosas e parasitárias, porém esse quantitativo apresentou redução no período analisado. Em seguida estão em destaque as interações ligadas à gravidez, parto ou puerpério, sendo que tal número também apresentou declínio.

Quadro 5.3—26- Internações no Acre segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006

Capítulo CID-10	2004	2005	2006
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7.282	8.825	8.310
Neoplasias (tumores)	1.294	1.376	1.467
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	329	342	361
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	987	1.186	1.052
Transtornos mentais e comportamentais	1.424	912	931
Doenças do sistema nervoso	312	396	421
Doenças do olho e anexos	249	161	236
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	71	54	48
Doenças do aparelho circulatório	1.889	2.140	2.059
Doenças do aparelho respiratório	5.238	6.386	6.424
Doenças do aparelho digestivo	2.450	3.106	3.120
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	731	674	731
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	738	804	740
Doenças do aparelho geniturinário	2.721	3.385	3.347
Gravidez, parto e puerpério	16.026	15.369	17.169
Algumas afec originadas no período perinatal	420	515	500
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	155	211	229
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	134	226	313
Lesões enven e alg out conseq causas externas	2.863	3.839	3.859
Causas externas de morbidade e mortalidade	8	1	2
Contatos com serviços de saúde	250	344	692
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	0	0	30
TOTAL	45.571	50.252	52.042

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

No estado do Acre a principal causa de internações ocorridas é a gravidez e suas decorrências, a qual diminui no período 2004-2005, porém elevou-se novamente em 2006. Em seguida se destacam as internações motivadas pelas doenças infecciosas e parasitárias, que seguem o mesmo padrão das relacionadas à gravidez. A terceira causa de internamento foram as doenças do aparelho respiratório.

Excetuando-se as internações por gravidez, parto e puerpério, as quais possuem grande representatividade no contexto municipal e estadual, vale salientar que as doenças infecciosas e parasitárias são extremamente significativas e, muitas vezes, aparecem de forma destacada em relação à morbidade hospitalar.

Outro fator importante, associado ao grande número de internações por doenças infecciosas e parasitárias é a associação imediata desse fator às condições inadequadas de saneamento básico e, por vezes, a situações de insegurança alimentar.

➤ **Taxa de Natalidade**

O coeficiente de natalidade compreende o número de crianças nascidas por grupo de 1.000 pessoas por ano. De acordo com dados do Plano Diretor de Regionalização do Amazonas, entre os anos de 1997 e 2002 tal taxa manteve-se estável, em torno de 23,4 nascimentos por 1.000 habitantes, estando assim dentro da expectativa do Ministério da Saúde, o qual estabelece o mínimo de 20 nascimentos por 1.000 habitantes.

Tal taxa, no ano de 2000, é analisada nos quadros a seguir.

Quadro 5.3—27– Taxa de Natalidade no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Natalidade (2000)
Boca do Acre	19,69
Lábrea	12,57
Amazonas	23,99

Fonte: IBGE, 2000

Portanto, a taxa de natalidade do Amazonas se mostra dentro dos parâmetros explicitados, sendo que os municípios analisados apresentam taxas mais baixas, principalmente Lábrea.

Quadro 5.3—28– Taxa de Natalidade no Estado do Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Natalidade (2000)
Porto Acre	5,43
Senador Guiomard	16,14
Acre	27,29

Fonte: IBGE, 2000

Quando analisado o estado do Acre a taxa de natalidade é ainda mais alta do que no Amazonas, entretanto a dos seus municípios é menor, especialmente em Porto Acre, onde a taxa se mostra cerca de cinco vezes menor.

➤ Esperança de vida ao nascer

A esperança de vida é o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento. Esse indicador associado aos municípios da All pode ser analisado a partir dos gráficos a seguir:

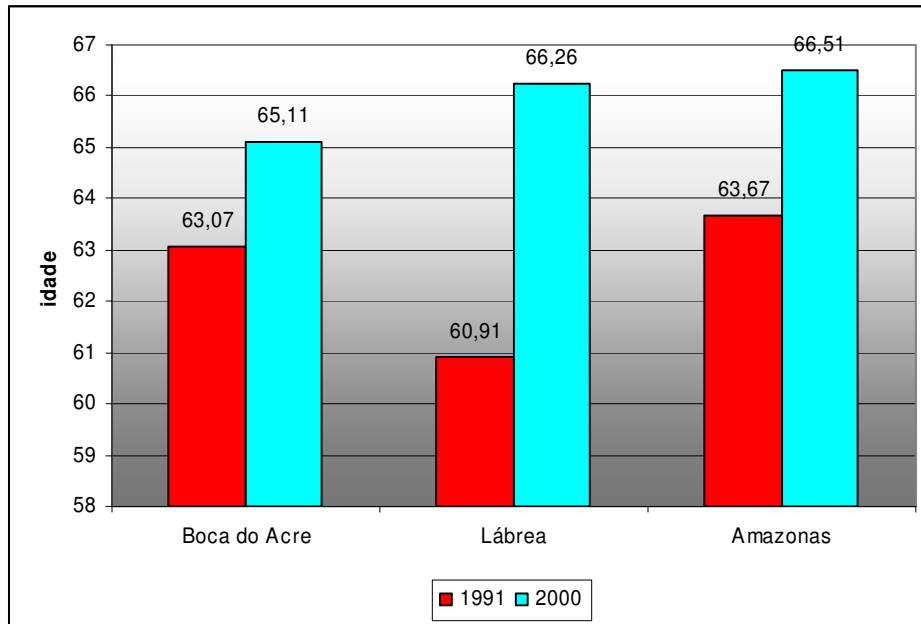


Gráfico 5.3-6- Esperança de Vida ao Nascer nos Estados e nos Municípios/AM

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

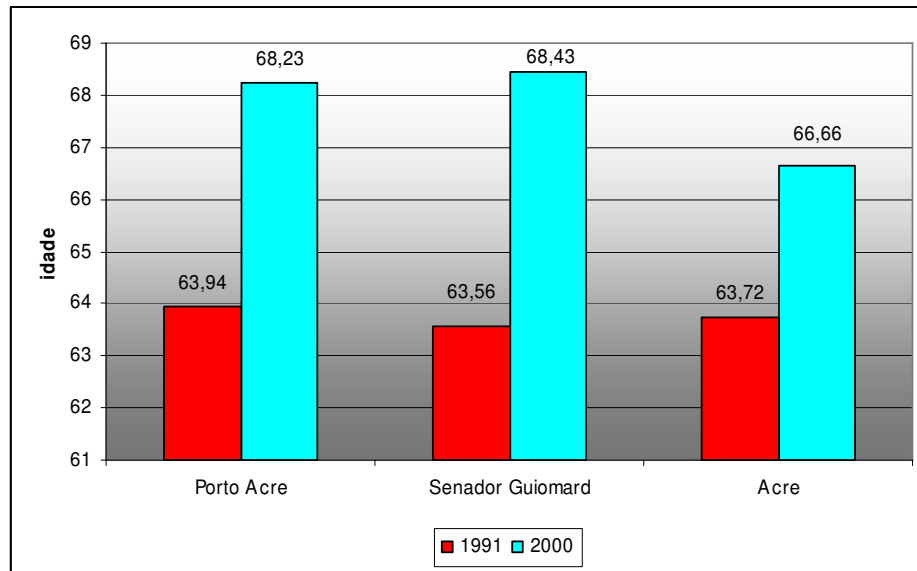


Gráfico 5.3-7 - Esperança de Vida ao Nascer no Estado e nos Municípios/AC

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

No Amazonas observa-se um aumento do indicador, sendo mais relevante o município de Lábrea, que aumentou quase 06 anos. Entretanto, os municípios estão abaixo da média considerada para o estado, estando Boca do Acre com o menor, 65,11 anos.

O mesmo movimento ascendente é observado no Acre e seus municípios da All, sendo o mais significativo o de Senador Guiomard, que aumento quase 05 anos e apresentou, em 2000, o maior indicador, 68,43 anos.

➤ Educação

De acordo com o Plano Diretor de Regionalização do Estado do Amazonas, a questão da alfabetização no estado caracteriza-se por uma grande heterogeneidade, havendo concentração de alfabetizados principalmente nas áreas urbanas, de melhor acesso e mais próximas da capital Manaus, sendo que os 17 municípios mais distantes apresentam percentuais mais baixos.

É importante ressaltar também que, segundo o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb⁷ -, a qualidade da educação no Amazonas está abaixo da média nacional, com nota 3,3 nas primeiras séries do ensino fundamental. A média nacional é 3,8.

⁷ Indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

Para uma melhor caracterização da estrutura de educação oferecida nos estados e municípios da All, a seguir serão analisados os quantitativos de escolas e matrículas em cada um deles, por nível de escolaridade.

Educação Infantil

A Constituição Federal de 1988 assegura o atendimento à creche e ensino pré-escolar gratuito a todas as crianças, conforme consta no Art. 208, inciso IV, que presume “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;”. Nos Artigos 29 e 30 da Lei de Diretrizes e Bases institui-se que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.”

Demonstra-se a seguir uma análise quantitativa da situação desse ensino nos Estados e nos Municípios assinalados:

Quadro 5.3—29- Ensino Pré-Escolar no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Educação Infantil	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Boca do Acre	8	571
Lábrea	89	949
Amazonas	2.473	113.497

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Analisando os municípios amazonenses, destaca-se o reduzido quantitativo de escolas em Boca do Acre, que corresponde a 0,32% das escolas primárias e a 0,5% das matrículas registradas no estado.

Quadro 5.3—30 - Ensino Pré-Escolar no Estado do Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Ensino Infantil	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Porto Acre	6	175
Senador Guiomard	17	1.029
Acre	275	24.443

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Já dentre os municípios acreanos, Porto Acre apresenta também baixo quantitativo, representando 2,1% do total das escolas e 0,71% do total das matrículas do estado.

Observa-se ainda que o maior quantitativo de escolas encontra-se em Lábrea, porém o maior número de matrículas é o de Senador Guiomard.

Ensino Fundamental

Sobre as obrigações do Estado com o ensino fundamental a Constituição Federal de 1988 delibera no Art. 208, incisos I e VI, respectivamente, que o “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” e “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

A Lei de Diretrizes e Bases no Art 32 estabelece os seguintes termos sobre o ensino fundamental: “o Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão. É obrigatório para todas as crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos e jornada escolar anual de 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos. A meta de cada escola de ensino fundamental é fornecer ao aluno acesso à base comum nacional e à parte diversificada, o que inclui as características regionais da sociedade, da cultura, da economia e do cotidiano do aluno.”

O quadro abaixo faz uma análise quantitativa do ensino fundamental oferecido pelos Estados e Municípios.

Quadro 5.3—31 - Ensino Fundamental no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Ensino Fundamental	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Boca do Acre	120	7.794
Lábrea	130	9.199
Amazonas	5.023	799.985

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Lábrea é o município que oferece o maior quantitativo de escolas e de matrículas, correspondendo a 2,6% das escolas e a 1,1% das matrículas registradas no estado do Amazonas.

Quadro 5.3—32- Ensino Fundamental no Estado do Acre e nos Município

Estado e Municípios	Ensino Fundamental	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Porto Acre	48	3.859
Senador Guiomard	18	4.742
Acre	1.589	155.829

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Em contrapartida, Porto Acre possui proporcionalmente um maior número de escolas em relação ao seu estado (Acre), 3%, e Senador Guiomard a maior proporção de matrículas, também com 3%.

É possível constatar que o Amazonas apresenta 3.434 escolas e 644.156 matrículas a mais do que o Acre, no que se refere a esse ensino.

Ensino Médio

Segundo Art. 208 no inciso II da Constituição Federal de 1988, o Estado procura proporcionar “progressiva universalização do ensino médio gratuito”. Constata-se através do artigo acima que a oferta de ensino médio gratuito ainda não está configurada como obrigação do Estado. Além disso, pode-se inferir que há um projeto para que ensino médio gratuito seja universalizado. O quadro a seguir faz uma análise quantitativa do total de escolas de ensino médio, tanto públicas quanto privadas existentes nas localidades em estudo.

Quadro 5.3—33 - Ensino Médio no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Ensino Médio	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Boca do Acre	3	1.257
Lábrea	2	1.275
Amazonas	353	163.826

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Observa-se que ambos possuem reduzidos quantitativos de escolas e que os quantitativos de matrículas são quase equivalentes. Juntos representam 1,4% das escolas do estado e 1,5% das matrículas.

Quadro 5.3—34- Ensino Médio no Estado do Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Ensino Médio	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Porto Acre	3	420
Senador Guiomard	4	589
Acre	69	32.044

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Tais municípios também apresentam baixos quantitativos, sendo que juntos detém 10,1% das escolas de ensino médio do estado e 3,1% das matrículas.

Em relação ao ensino fundamental e médio no município de Boca do Acre, é importante salientar que existe uma parceria com Instituto Ayrton Senna desde 2001. Essa parceria permite promover assistência técnica na área de gestão do ensino e já teve, com resultado, a melhoria nos índices de aprovação e abandono, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 5.3—35— Índices de aprovação e abandono no município de Boca do Acre – 2000 a 2006.

Ano	Matrícula Final	Aprovação	%	Abandono	%
2000	4.249	2.150	50,6	958	22,55
2001	3.831	1.905	49,7	994	25,95
2002	4.328	2.979	68,8	673	15,55
2003	4.050	2.786	68,7	619	15,28
2004	3.835	2.961	72,2	318	8,29
2005	3.676	3.100	88,1	81	2,20
2006	3.735	3.328	89,3	91	2,44

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Boca do Acre, 2007.

Ensino Superior

A oferta do ensino superior, assim como a do ensino médio, ainda não é tratada pela Constituição Federal de 1988 como uma obrigatoriedade do Estado. Porém, sabe-se que no Brasil existe uma série de Universidades Públicas Federais e Estaduais que oferecem ensino gratuito de alta qualidade e desenvolvem pesquisas acadêmicas apoiadas por verbas públicas. Além do ensino superior gratuito, hoje existem muitas universidades particulares que capacitam profissionais para atuarem em diversas áreas do mercado de trabalho.

Abaixo estão demonstradas as condições em que se encontra a oferta do ensino superior, tanto público quanto privado, nos Estados e nos Municípios abaixo relacionados.

Quadro 5.3—36- Ensino Superior no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Ensino Superior	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Boca do Acre	0	191
Lábrea	0	256
Amazonas	19	74.175

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

Ambos os municípios indicam matrículas no ensino superior, equivalendo a 0,6 % das matrículas do estado.

Apesar dos números apresentados pelo IBGE para o ano de 2005, nos municípios amazonenses de Boca do Acre e Lábrea existem unidades das Universidades Estadual (UEA) e Federal (UFAM) do Amazonas, com alunos matriculados em diversos cursos superiores.

A UFAM trabalha com o sistema modular e ministra seus cursos durante o inverno, no recesso dos professores. Já a UEA utiliza-se de uma tecnologia de educação à distância onde um professor, de dentro de um estúdio, ministra a aula que é transmitida via satélite e acompanhada pelos alunos, com a ajuda de um professor assistente.



Foto 5.3—1- UEA em Boca do Acre

Autora: Catarina Garofalo

Quadro 5.3—37 - Ensino Superior no Estado do Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Ensino Superior	
	Nº de Escolas	Nº de Matrículas
Porto Acre*	-	-
Senador Guiomard	0	97
Acre	7	13.267

Fonte: IBGE Ensino, 2005.

*Dado indisponível

Segundo demonstrado na tabela acima, o estado do Amazonas possui 19 instituições de ensino superior, 11 a mais do que o Acre, e 60.908 matrículas a mais registradas.

Assim como observado no Amazonas, Porto Acre também possui sua unidade de ensino superior, e em 2007 o município abriu sua primeira turma de Economia ligada à Universidade Federal do Acre – UFAC, com 45 alunos. Além deste, é oferecido um Curso Modular para professores em exercício que possuem apenas o magistério. Atualmente atende 576 professores nas mais diversas áreas, tais como matemática, letras, geografia, história, e outros.

Acredita-se que esta contradição em relação aos números do IBGE se deve inicialmente à defasagem do levantamento daquele órgão de pesquisa, mas também, por uma distorção da metodologia que muitas vezes contabiliza os estudantes oriundos de outras praças em suas residências de origem e não nos municípios em que estudam.

Analfabetismo

Conceitualmente, analfabetismo é o desconhecimento do alfabeto, ou seja, a incapacidade de ler e escrever. Segundo a Unesco: “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo ou comunidade, e que lhe permitem também continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e para desenvolvimento de sua comunidade.”

Atualmente, o analfabetismo pode ser classificado como funcional e digital, sendo que o analfabetismo funcional está relacionado àquelas pessoas que mesmo tendo aprendido a decodificar minimamente a escrita, não desenvolveram a capacidade de interpretação. Já o analfabetismo digital está relacionado àquelas pessoas incapazes de obter informações pelos meios digitais, como a Internet ou qualquer outro meio ligado a computadores.

Quando realizada a análise estatística sobre o analfabetismo são levadas em consideração as pessoas com idade acima de 15 anos que não aprenderam a ler e escrever um simples bilhete.

Vale destacar que, de acordo com o Plano Diretor de Regionalização do Estado do Amazonas, embora a média estadual de analfabetismo seja de aproximadamente 15%, a análise por município revela a já mencionada heterogeneidade no Estado, uma vez que em grande parte dos municípios tais médias são mais altas, podendo chegar a mais de 60%, considerando-se a população urbana. Já 45% da população da área rural é considerada não alfabetizada.

Levando-se em conta as informações supramencionadas, os gráficos a seguir demonstram uma análise da taxa de analfabetismo nos Estados e nos Municípios.

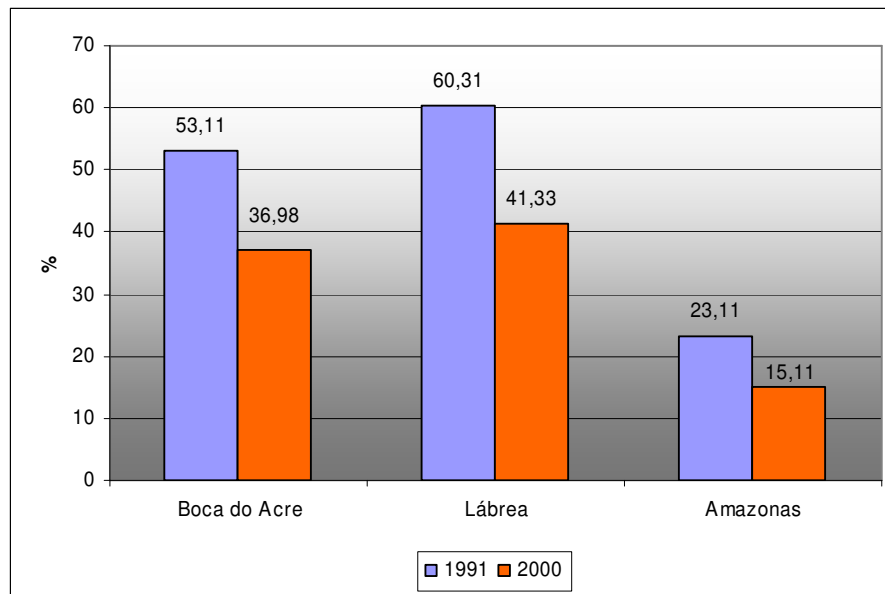


Gráfico 5.3-8 - Analfabetismo com 15 anos de idade ou mais no Amazonas e nos Municípios

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Observa-se que essa taxa nos municípios da AII no Amazonas é maior do que o dobro da média do estado, sendo em Lábrea quase três vezes maior. Entretanto, nos três casos essa taxa tem apresentado decréscimos no período analisado. Mesmo com o declínio da taxa, o analfabetismo nos municípios estudados é considerado alto.

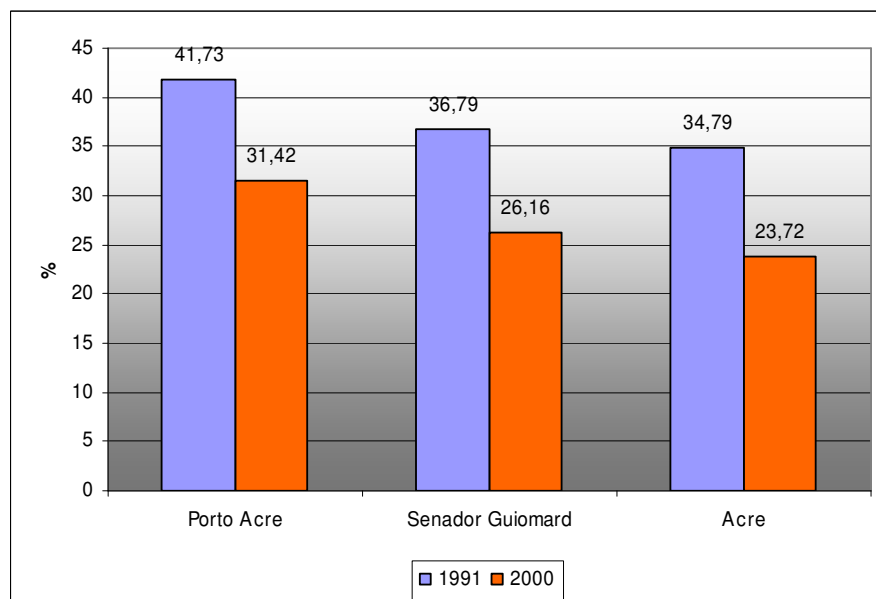


Gráfico 5.3-9 - Analfabetismo com 15 anos de idade ou mais no Acre e nos Municípios

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

A média do estado do Acre é mais baixa do que dos seus municípios. Observa-se decréscimo entre os anos de 1991 e 2000 nas taxas estaduais e municipais. Mesmo com o decréscimo, as taxas de analfabetismo dos municípios podem ser consideradas altas. Observa-se que tanto Porto do Acre quanto Senador Guiomard possuem suas taxas menores do que as dos municípios amazonenses.

Analisando-se a situação na AID, os dados obtidos na amostra, obtida por meio de entrevistas realizadas em 19 propriedades ao longo da BR 317/AM, indicam que apenas 4,08% dos entrevistados possuem curso superior e 40,82% concluíram apenas o ensino primário. Cerca de 10% dos entrevistados são analfabetos e o índice de conclusão do ensino médio, a condição necessária para inclusão no ensino superior é também muito baixo. Somente 18,37% possuem condições imediatas de ingressar em uma universidade. Essa situação pode ser observada nos gráficos seguintes:

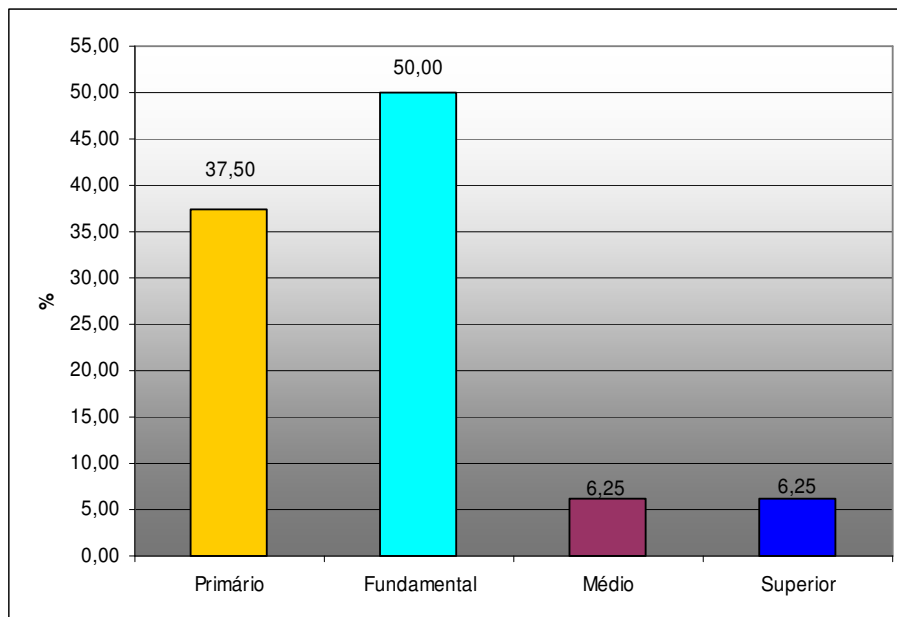


Gráfico 5.3-10- Escolaridade dos estudantes na AID - amostra

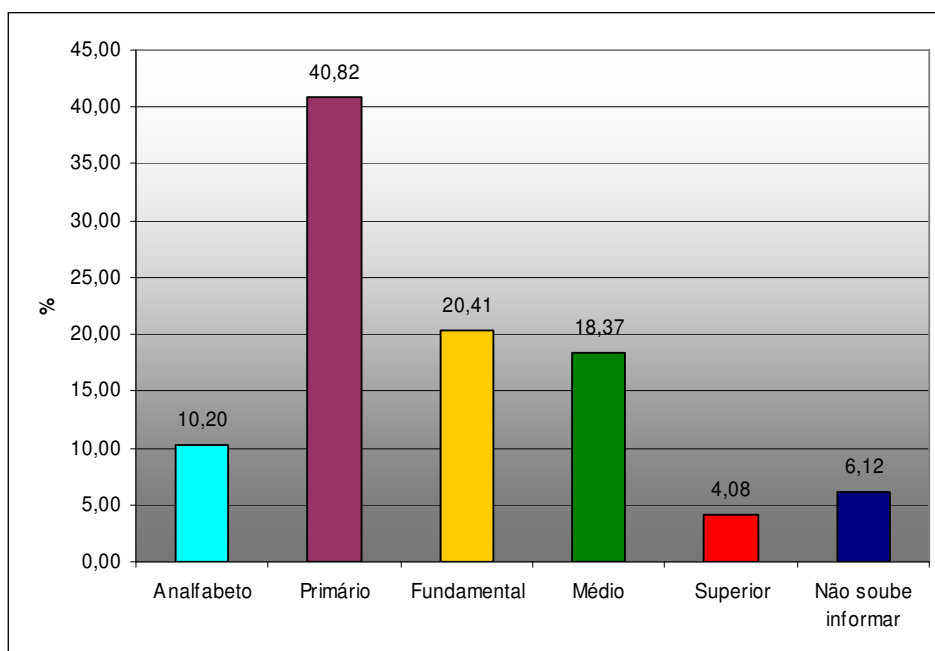


Gráfico 5.3-11- Escolaridade dos não estudantes na AID – amostras

➤ Saúde

Com base nos dados do IBGE, foi realizada uma análise da infra-estrutura disponível e das condições de saúde dos Estados e dos Municípios para a identificação dos equipamentos e leitos, além das principais causas de mortalidade.

Quadro 5.3—38- Quantitativo de estabelecimentos de saúde/AM

Estado e Municípios	Total de estabelecimentos	População total
Boca do Acre	4	26.959
Lábrea	16	28.956
Amazonas	982	2.817.253

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

Assim, segundo os dados do IBGE, o quantitativo de Boca do Acre é quatro vezes menor do que o de Lábrea. Enquanto o primeiro apresenta aproximadamente 1 estabelecimento para cada 6.738 habitantes, o segundo possui 01 estabelecimento para cerca de 1.810 habitantes. O Amazonas dispõe de 01 estabelecimento para cada 2.869 habitantes.

Contudo, de acordo com informações obtidas no município de Boca do Acre no ano de 2008, o município dispõe de 10 estabelecimentos, alterando assim essa proporção para 1 estabelecimento para cada 2.695 habitantes.

Quadro 5.3—39- Quantitativo de estabelecimentos de saúde/AC

Estado e Municípios	Total de estabelecimentos	População total
Porto Acre	6	11.418
Senador Guiomard	8	19.761
Acre	337	557.882

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

Em Porto Acre observa-se a proporção de 1 estabelecimento para aproximadamente 1.903 habitantes, e em Senador Guiomard de 1 para 2.470. No Acre registra-se 01 para cada 1.655 habitantes.

O quantitativo de estabelecimentos de saúde segundo a natureza destes está demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 5.3—40 - Estabelecimentos de Saúde, Segundo Natureza/AM

Estado e Municípios	Estabelecimentos de saúde por Natureza					Total
	Particular	Municipal	Estadual	Filantropico	Federal	
Boca do Acre	0	4	0	0	0	4
Lábrea	1	6	1	0	8	16
Amazonas	139	649	132	23	39	982

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

Em Boca do Acre os hospitais municipais correspondem a 100% do total, contudo em Lábrea o maior quantitativo é federal, totalizando 50%. No estado do Amazonas como um todo prevalecem os hospitais municipais, cerca de 66% do total.

Quadro 5.3—41- Estabelecimentos de Saúde, Segundo Natureza/AC

Estado e Municípios	Estabelecimentos de saúde por Natureza					Total
	Particular	Municipal	Estadual	Filantropico	Federal	
Porto Acre	0	5	1	0	0	6
Senador Guiomard	0	7	1	0	0	8
Acre	49	229	49	6	4	337

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

Nos municípios de Porto Acre, Senador Guiomard e no Acre prevalecem os hospitais municipais, com 83,3%, 87,5% e 68%, respectivamente.

O quadro abaixo mostra o número de leitos de acordo com a natureza dos hospitais.

Quadro 5.3—42- Leitos Hospitalares por Natureza no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Leitos Hospitalares				Total
	Particular	Municipal	Estadual	Federal	
Boca do Acre	0	0	0	0	0
Lábrea	0	0	54	0	54
Amazonas	847	442	3.325	428	5.042

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

O Amazonas apresenta a maior quantidade de leitos, sendo que 66% deles são de natureza estadual. Em Boca do Acre, de acordo com o IBGE em 2005, não estão registrados leitos hospitalares, e os leitos existentes em Lábrea são 100% de natureza estadual.

Entretanto, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Saúde, são 103 leitos disponíveis em Boca do Acre. Portanto, ressalta-se que, assim como no caso das unidades de ensino superior, também em Boca do Acre e no Distrito de Platô do Piquiá existem estabelecimentos e leitos que não constam no levantamento do IBGE. Entretanto, durante os levantamentos de campo, muitos entrevistados deixaram clara a sua insatisfação com os serviços ali prestados.

Quadro 5.3—43- Leitos Hospitalares por Natureza no Estado do Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Leitos Hospitalares				Total
	Particular	Municipal	Estadual	Federal	
Porto Acre	0	0	0	0	0
Senador Guimard	0	0	38	0	38
Acre	340	38	1.163	20	1.561

Fonte: IBGE, Serviços de Saúde, 2005

No Acre a proporção de leitos estaduais é ainda maior, 74%. Em Porto Acre não estão registrados leitos hospitalares, sendo que 100% dos leitos existentes em Senador Guimard são de natureza estadual.

A relação entre leitos e quantidade de habitantes pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 5.3—44- Quantitativo de Leitos por Mil Habitantes / AM

Estado e Municípios	Leitos/mil hab.
Boca do Acre	0
Lábrea	1,86
Amazonas	1,75

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

Portanto, os dados do IBGE não apontam a existência de leitos em Boca do Acre, em contrapartida, se considerados os dados da Secretaria Municipal de Saúde o quantitativo de leitos por mil habitantes é de aproximadamente 3,82. Lábrea e o estado do Amazonas possuem relação semelhante, 1,86 e 1,75 respectivamente.

Quadro 5.3—45- Quantitativo de Leitos por Mil Habitantes / AC

Estado e Municípios	Leitos/mil hab.
Porto Acre	0
Senador Guiomard	1,90
Acre	2,79

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005

Também não estão disponíveis leitos em Porto Acre, e Senador Guiomard apresenta tal relação abaixo da média do estado.

Ainda, segundo informações prestadas pela SEMSAMA – Secretaria de Saúde de Senador Guiomard, o município possui 4 Unidades de Atendimento Básicas, sendo 2 Centros de Saúde e 1 Posto de Saúde na zona urbana; 1 Posto de Saúde na Zona Rural, localizado no km 16 da BR 364, sentido Boca do Acre.

Para atender todas as unidades do município a SEMSAMA dispõe-se de 8 médicos entre clínicos gerais, ginecologistas e pediatras; 6 enfermeiros PSF (Programa de Saúde da Família) e uma equipe de ACS (Agentes Comunitários de Saúde), com um total de 51 Agentes, 29 na zona rural e 22 na zona urbana. Cada equipe assiste cerca de 750 famílias, sendo 4.500 pessoas em média.

Quanto aos equipamentos móveis, existem atualmente em Senador Guiomard duas ambulâncias e uma unidade odontológica.

Foi verificada junto às equipes de saúde da Prefeitura a existência de demanda reprimida de 10 ACS, já com concurso concluído inclusive, e de implantação de posto de saúde no Bairro Democracia, que se encontrava em construção, por ocasião dos levantamentos.

Ainda segundo relatos da equipe de saúde da Prefeitura, existem postos de saúde subutilizados que pertencem ao Estado do Acre, nos quais as equipes da prefeitura vêm tentando trabalhar, mas que se encontram em péssimo estado de conservação além de não possuírem equipamentos básicos para atendimento à comunidade, sendo eles:

- BR 364 - Quinauá (banho quinauá), Nabor Jr - km 70, Gleba “F” - km 50, km 39;
- BR 317/AM– km 55, km 75, km 86 (atendimento de 2 em 2 meses).

Com relação às *causas mortis* da área em estudo, os indicadores apontam como principais causas de mortalidade as doenças em geral, que configuram 89% do total dos dois estados analisados, 75% de Boca do Acre e 100% de Lábrea e Senador Guiomard.

As principais causas de óbitos hospitalares podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Quadro 5.3—46- Óbitos Hospitalares por Ocorrência

Estados e Municípios	Causas de Óbitos Hospitalares							Total
	Doenças	Gravidez, parto e puerpério	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	Lesões, envenenamentos e causas externas	Causas externas de morbidade e mortalidade	Contatos com serviços de saúde	
Boca do Acre	3	0	0	0	1	0	0	4
Lábrea	3	0	0	0	0	0	0	3
Amazonas	3001	44	27	87	174	0	26	3.359
Porto Acre*	-	-	-	-	-	-	-	-
Senador Guiomard	3	0	0	0	0	0	0	3
Acre	871	0	8	21	73	0	0	973

Fonte: IBGE Serviços de Saúde, 2005.

Perguntados como era o tratamento em casos de doença, os moradores da AID, selecionados para a amostra alcançada através das 19 entrevistas realizadas em propriedades ao longo da BR 317/AM declararam:

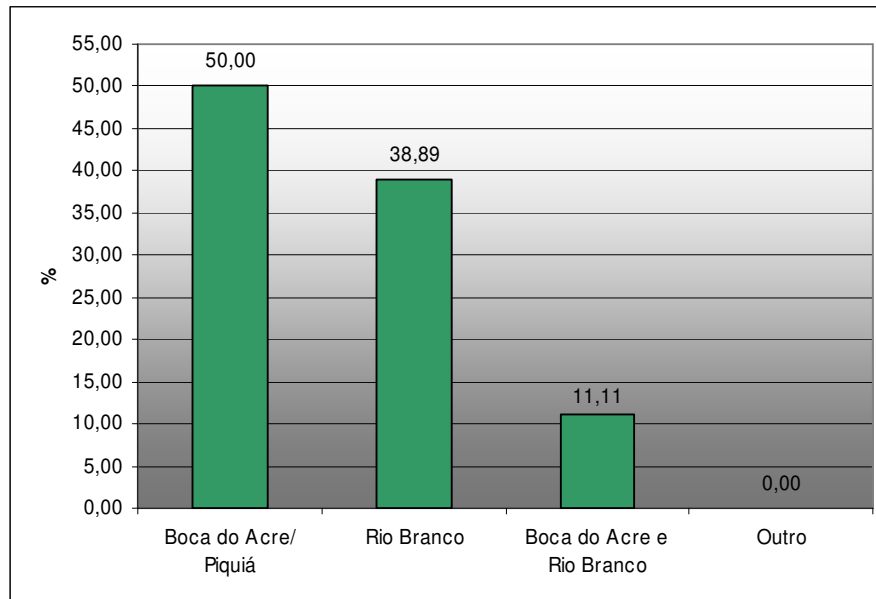


Gráfico 5.3-12- Onde buscam serviços de saúde, AID - amostra

Dessa forma, os dados da amostra confirmam observações do levantamento de campo de que os moradores da primeira metade da estrada, do km 0 até o intervalo entre as terras indígenas de Boca do Acre e Apurinã, tendem a utilizar os serviços disponíveis na cidade de Boca do Acre e Distrito de Platô do Piquiá. Já os moradores da segunda metade do trecho amazônico da BR 317/AM tendem a utilizar os serviços de Rio Branco/AC. Tal fato corrobora com a tese da dependência das populações em relação à estrada na condução da vida cotidiana.

Outros dados levantados na amostragem nos levantamentos da AID revelaram ainda os níveis da expectativa da população quanto às obras de asfaltamento da rodovia, 83% dos entrevistados já ouviram falar sobre o assunto a mais de cinco anos. Neste contexto, observou-se ainda, que a melhora do acesso ao comércio e aos serviços de saúde, pela melhora das condições da rodovia, é um dos maiores benefícios identificados pelos entrevistados.

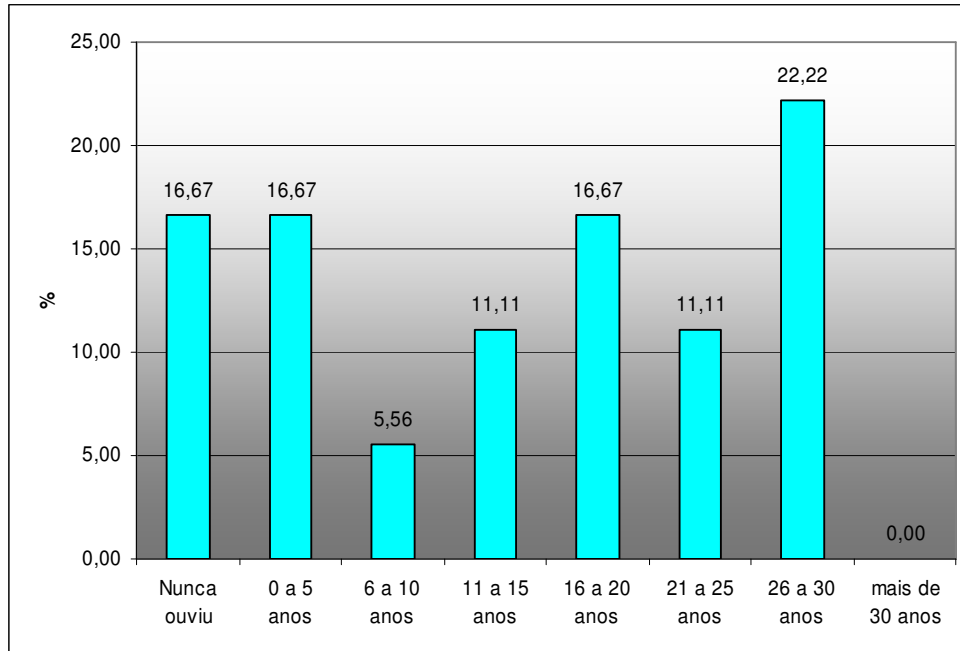


Gráfico 5.3-13- Tempo em que possuem expectativas quanto ao asfaltamento da estrada

➤ Transporte

O transporte é uma atividade-meio inserida na sociedade que funciona como indutor do desenvolvimento urbano e rural promovendo a movimentação de bens, produtos e pessoas. Assim, um sistema de transporte diversificado e eficiente, seja ele rodoviário, aéreo, ferroviário ou hidroviário, é um dos pressupostos básicos para a viabilização de crescimento econômico numa região, uma vez que transporta divisas para os municípios e qualidade de vida à população ali residente.

O estado precário das rodovias na região amazônica tem sido um grave obstáculo para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de sua população, principalmente para os habitantes das regiões interiores do Amazonas, já que as distâncias são vastas e poucos possuem recursos para a aquisição de embarcações.

Ainda assim, a principal rede física para transportes na Amazônia foi e continua sendo a malha hidroviária, constituída por dois sub-sistemas: a bacia do Amazonas/ Solimões e a bacia do Tocantins/Araguaia. A AII da BR 317/AM, objeto deste EIA, pertence ao primeiro destes subsistemas.

Sistema Rodoviário

A BR 317, que interliga os municípios da AII, é praticamente a única rodovia federal de ligação entre os Estados do Acre e do Amazonas⁸, ocupando uma posição estratégica e de alto significado para o desenvolvimento socioeconômico da região fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia.

Representa também um importante elo de ligação com o Atlântico, a partir do Acre, utilizando-se da intermodalidade proporcionada pelas hidrovias dos rios Purus e Solimões, até a cidade de Manaus, da BR-174 para atingir os portos venezuelanos, e da BR-401 para chegar aos portos da Guiana.

O Plano de Controle Ambiental (PCA) produzido pelo DERACRE por ocasião do asfaltamento do trecho acreano da BR 317/AC confirma estas informações:

“A infra-estrutura é um dos elementos fundamentais de orientação e viabilização da linha política-econômica e social do Estado do Acre. Neste contexto, estão inseridas as rodovias Federais BR 364 e BR 317 que visam a integração nacional e internacional (países fronteiriços Peru e Bolívia) do Estado, incorporando-o ao Sistema Pan-americano de rodovias (...)

No Estado do Acre, especificamente o sistema rodoviário BR 317 foi implantado no início da década de 70, com base no III Plano Nacional de Viação, onde a idéia principal era a construção de uma grande rede de eixos rodoviários ligando as grandes regiões brasileiras à capital do País (...).

Cabe destacar a importância para a região, onde existe uma pecuária expressiva e grandes assentamentos agro extrativistas, nos quais o Governo Estadual, em parceria com o Governo Federal, fortalece o extrativismo e o manejo florestal sustentado (...)” (DERACRE, 2007:03).

⁸ Segundo o DNIT, a BR 307, em território amazonense, encontra-se implantada para até 120 km dentro do estado, a partir do município de Cruzeiro do Sul/AC, na divisa entre os dois estados. O trecho seguinte, até Benjamin Constant/AM, ainda consta como planejado, assim como os demais trechos acreanos da mesma rodovia, segundo informações do DNIT.



Foto 5.3—2. - Asfaltamento do trecho acreano da BR 317/AC

Autor: Ricardo Batista

Outra rodovia de relevância na região estudada é a AC-10 - 63 km, que liga Rio Branco a Porto Acre, sendo a única rodovia estadual que estabelece conexão entre os transportes rodoviário e fluvial.

A seguir estão discriminados os tipos de veículos e seus respectivos quantitativos utilizados nos Estados e nos Municípios

Quadro 5.3—47- Frota dos municípios da AII / AM

Estado e Municípios	Meios de Transporte							
	Automóvel	Caminhão	Caminhão trator	Caminhonete	Micro-ônibus	Motocicleta	Motoneta	Ônibus
Boca do Acre	171	16	3	18	2	123	67	0
Lábrea	13	10	0	8	0	165	57	1
Amazonas	179.174	12.418	1.489	26.651	1.875	66.412	17.109	4.819

Fonte: IBGE, 2006.

Quadro 5.3—48 - Frota dos municípios da AII / AC

Estado e Municípios	Meios de Transporte							
	Automóvel	Caminhão	Caminhão trator	Caminhonete	Micro-ônibus	Motocicleta	Motoneta	Ônibus
Porto Acre	125	55	2	39	3	248	28	15
Senador Guiomard	454	140	7	138	0	403	104	7
Acre	31.065	3.627	248	6.585	122	27.623	7.010	349

Fonte: IBGE, 2006.

Nos municípios da região norte é muito comum a presença de uma frota significativa de motocicletas. Dois fatores são preponderantes para essa situação: um deles é o baixo custo de compra e manutenção desse tipo de veículo. Outro certamente é a condição das estradas, especialmente em épocas de chuva, por vezes só transponíveis por motocicletas e veículos traçados.

Esse fator está refletido no levantamento do IBGE. Nos municípios estudados, pertencentes ao estado do Amazonas, há predominância de motocicletas em relação aos automóveis em Lábrea. Em Boca do Acre, o número de motocicletas é superado pelo de automóveis em poucas unidades. A situação dos municípios acreanos é semelhante: em Porto Acre o número de motocicletas supera o de automóveis, enquanto em Senador Guiomard existe quase um equilíbrio entre esses dois tipos de veículos.

Sistema Ferroviário

Na Área de Influência Indireta e Direta do empreendimento não são encontradas ferrovias.

Sistema Aeroviário

Uma alternativa disponível para transporte na Região Norte do Brasil é o sistema aeroviário, que dispõe de quinze aeroportos e inúmeros aeródromos públicos ou privados. Os aeroportos estão localizados em: Manaus e Tabatinga (AM); Belém e Santarém (PA); Macapá (AP); Boa Vista (RR); e, Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC), Porto Velho (RO); Marabá e Altamira (PA) e Tefé (AM). Os principais aeródromos são: Redenção (PA); Vilhena (RO); Manicoré, Humaitá, Lábrea, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira (AM).

Assim como no Amazonas, nas demais áreas do Estado do Acre estão localizados diversos aeroportos e aeródromos, contudo apenas Rio Branco e Cruzeiro do Sul são servidas por linhas aéreas regulares, oferecidas por companhias nacionais e regionais, além de contarem com táxi aéreo. Os demais municípios se utilizam unicamente de serviços de táxi-aéreo, restando à FAB o atendimento à população das comunidades mais isoladas.

O sistema de transporte aéreo já esteve mais presente no dia a dia da população da AII. É o que nos mostra Melo:

“Em minha gestão de dois anos na Prefeitura (de Boca do Acre), quando o nosso município era servido por linha aérea da Panair do Brasil, o rio secou muito, aparecendo no local da pista aquática (...) alguns morros ou torrões. A linha foi suspensa (...) homens da Prefeitura, sob minha direção arrancavam e desobstruíam os torrões (...) arrancavam os paus do leito do rio, limpando a pista aquática. Com esse trabalho, os aviões, na mesma semana, voltaram a “aquatizar” em nossa cidade. Por falta de um grito, se perde uma boiada, assim diz o dito popular” (Melo, 2006: 58).

Nos dias atuais, a ligação aérea entre os municípios da AII e os aeroportos e aeródromos da região amazônica e do restante do país é feita principalmente a partir do aeroporto de Rio Branco/AC, uma vez que nenhum dos municípios em questão possui aeroportos com vôos comerciais regulares. Em Boca do Acre e Lábrea são encontradas apenas pistas de pouso. No funcionamento desta rede logística, que poderá transportar além de pessoas, mercadorias diversas e a produção da região, a BR 317/AM constitui-se essencial, por ser a única ligação rodoviária entre os municípios da AII e a capital acreana.



Foto 5.3—3 - Aeroporto Boca do Acre

Autor: Ricardo Batista

Sistema Hidroviário

Como dito, a All do empreendimento encontra-se inserida na Região Hidrográfica Amazônica, a qual abrange os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Mato Grosso. Essa Região Hidrográfica é a maior do País, representando cerca de 60% da rede hidroviária nacional.

Sua principal hidrovia é a do rio Madeira, com 1.056 km navegáveis ligando o rio Amazonas a Porto Velho/RO. Além dessa, outras 14 hidrovias se destacam e são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 5.3—49– Hidrovias na Amazônia

Hidrovia	Extensão
Rio Amazonas	1.488 km da foz até Manaus
Rio Solimões	1.620 km entre os municípios de Manaus e Tabatinga
Rio Mamoré	192 km da foz até Guajará Mirim
Rio Guaporé	1.180 km da foz até Mato Grosso
Rio Negro	310 km de Manaus até a foz do rio Branco
Rio Branco	472 km entre a foz no rio Negro até Caracaraí (RR)
Rio Purus	2.550 km desde sua foz no Solimões até Boca do Acre
Rio Acre	200 km desde a sua foz no rio Purus até Brasiléia
Rio Juruá	3.120 km da foz até Cruzeiro do Sul (AC)
Rio Trombetas	206 km da foz até Porteira
Rio Tapajós	345 km, entre Santarém (PA) e São Luís do Tapajós
Rio Xingu	298 km da foz até Altamira
Rio Guamá	27 km da foz até foz do rio Capim
Rio Capim	200 km da foz até Santana

Fonte: Ministério dos Transportes – Secretaria de Política Nacional de Transporte, 2007

Vale ressaltar que os municípios em estudo são atravessados pela hidrovia do rio Purus, utilizado principalmente para o transporte local de passageiros e pequenas cargas, que pertence ao subsistema hidrográfico Amazona/Solimões.

O rio Purus apresenta uma profundidade mínima de 2,10 m, na época das águas altas e de 0,80 m, nos meses de estiagem. No período das águas altas, rio ainda é navegável por um trecho de 210 km, desse ponto até a cidade de Manoel Urbano.

O rio Acre é um afluente do Purus, desaguando na altura da cidade de Boca do Acre (AM). A profundidade mínima disponível da via, no trecho entre Boca do Acre e a cidade de Rio Branco, é de 2,10 m no período de águas altas, podendo chegar a 0,80 m nos meses de estiagem. No trecho que intercepta Porto Acre é navegável durante período de águas altas e médias, e no trecho entre Rio Branco e Brasiléia a navegação só é possível durante as cheias.



Foto 5.3—4- Encontro dos rios Purus e Acre em Boca do Acre

Autor: Ricardo Batista

Melo, descrevendo suas primeiras viagens a Manaus, em abril de 1947, e a Rio Branco, em setembro de 1941, conta como era transitar pelos caminhos naturais da região, os rios:

“(...) eu me divertia contemplando da varanda do barco, a linda paisagem das margens do rio, suas lindas e graciosas curvas; o manto florestal verdejante (...), as bocas dos sangradouros (...), a queda de porções de terras às margens causadas pela enchente do rio. De Lábrea para baixo, ia aumentando cada vez mais a alagação das várzeas (...) águas quase paradas, formando um majestoso panorama de admirável beleza, que se estendia por todo o Baixo Purus, num indelével cenário poético (...). Esse aspecto torna-se mais nítido quando o viajor se aproxima da soberba embocadura do Purus no gigantesco Solimões, com sua grandiosa largura, deixando o Purus humilhado, porém orgulhoso, em poder contribuir com suas águas, também barrentas, com a grandeza de seu recipiente caudal (...) chegamos a Manaus, após nove dias de viagem (...)(MELO, 2006:35).



Foto 5.3—5 - Embarcações no rio Purus, no porto de Lábrea/AM

Autor: Ricardo Batista

(...) resolvi ir até aquela cidade em sua embarcação, saindo de Boca do Acre no dia 10 de setembro, mas como o rio Acre estava muito seco, só chegamos a Rio Branco oito dias depois” (MELO, 2006:26).

➤ **Sistema de Energia Elétrica**

Em Boca do Acre a produção e a distribuição de energia estão a cargo da Companhia Energética do Amazonas - CEAM, que mantém na sede uma usina a diesel com 4 grupos geradores, somando uma potência total de 2.506 KVA.

Já em Lábrea a produção e distribuição de energia também estão a cargo da CEAM, que mantém no município quatro grupos geradores, um de 630 KVA e três de 360 KVA, somando-se uma potência total de 1.710 KVA. Existe ainda uma unidade termelétrica movida a óleo diesel.

No município de Porto Acre o abastecimento de energia é de responsabilidade da ELETRONORTE, cujo subsistema é interligado ao município de Rio Branco, sistema esse que consiste de um parque termelétrico com unidades geradoras a óleo diesel. Em 1999 foram registrados 329 consumidores, demandando um total 526.594 kWh.

O mesmo subsistema de abastecimento de Porto Acre é responsável pela distribuição de energia no município de Senador Guimard, sendo que em 1999 foram registrados 2.751 consumidores, totalizando demanda de 7.080.530 kWh.

Segundo dados do levantamento e amostra realizados, na área da AID, as informações prestadas pela população, retratam um quadro de abandono no que trata do fornecimento de energia elétrica. Mais de 27% das residências não possui nenhum tipo de eletrificação e mais 49% a obtém por meios próprios (gerador ou energia solar).

➤ **Sistema de Comunicações**

Em Boca do Acre, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT mantém na sede uma agência postal e telegráfica. As telecomunicações são de responsabilidade da TELEMAR, com posto com serviços de DDD e DDI, assim como em Lábrea.

Em Lábrea, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT mantém uma agência para recepção e distribuição de correspondências, bem como os serviços postais necessários à população. O sinal de telefonia móvel é deficitário nas cidades do Amazonas. Apenas a operadora TIM possuía cobertura por ocasião dos levantamentos de campo. Ambas as cidades possuem serviços de Internet banda larga, ainda que com velocidade reduzida.

Em Porto Acre o sistema de telefonia fixa está a cargo da Brasil Telecom. Os serviços de telefonia móvel são oferecidos pela Brasil Telecom GSM, Claro GSM, Tim GSM e Vivo CDMA. A rádio existente é a Difusora Acreana. As transmissoras de TV presentes são: TV Globo e TV Aldeia. Não há agência de correios no município.

O município de Senador Guiomard é atendido pelo serviço de Internet Banda Larga realizado pela Brasil Telecom. O sistema de telefonia fixo é oferecido pela Brasil Telecom e de telefonia móvel pela Brasil Telecom GSM, Claro GSM, Tim GSM e Vivo CDMA. As rádios transmitem ondas AM e FM e a emissora de rádio regional é a Aldeia FM. As emissoras de TV são a TV Globo, TV Bandeirantes e a TV Aldeia. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT mantém uma agência com Banco Postal.

Na área da AID não existe sistema de telefonia fixa, apenas cobertura de telefonia celular da operadora TIM e sistemas de telefonia por satélite nas propriedades maiores.

➤ **Saneamento**

Os indicadores de saneamento básico são compostos pelos serviços de abastecimento de água, destinação final de esgoto sanitário e coleta e disposição de resíduos sólidos. Estes indicadores são de fundamental importância para a determinação da qualidade de vida da população, uma vez que a ausência de rede e tratamento de água e esgoto e a disposição inadequada de lixo trazem riscos para a saúde da população, além de contribuírem para a degradação ambiental.

Os problemas de saúde pública são uma das conseqüências negativas advindas da falta deste tipo de infra-estrutura, e resulta diretamente no aumento de doenças e, paralelamente, no aumento nos gastos dos serviços de atendimento à saúde.

De acordo com dados obtidos no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, no Amazonas os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário eram prestados, na maioria dos municípios, pela Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas – COSAMA. A partir do ano 2000, após a concessão à iniciativa privada dos serviços de água e esgotos de Manaus, capital do Estado, por decisão do governo estadual, a COSAMA iniciou um processo de devolução dos serviços aos municípios. Dos 50 municípios do interior do estado em que a companhia estadual operava, 37 sistemas já foram municipalizados. Restam, portanto, 13 municípios em que a COSAMA continua operando.

Visando uma melhor compreensão das especificidades existentes, cada município será analisado separadamente, tanto no que trata da questão do abastecimento de água quanto na coleta e tratamento de esgoto.

Abastecimento de água

Para análise dos indicadores relativos ao saneamento básico, é importante considerar os conceitos utilizados pelo IBGE. No que diz respeito ao abastecimento de água, foram estabelecidos os seguintes conceitos:

Rede geral: quando o domicílio for servido de água - canalizada ou não- proveniente de rede geral de abastecimento.

Poço ou nascente: quando o domicílio for servido de água – canalizada ou não – ligada a poço ou nascente próprios.

Outra forma: quando o domicílio tiver distribuição de água, mas o reservatório (ou caixa) for abastecido com água das chuvas, por carro-pipa etc. Ou quando a água utilizada no domicílio for apanhada em fonte pública, poço, bica, etc. localizados fora da propriedade e não houver distribuição interna.

Boca do Acre

O abastecimento de água está a cargo de uma concessionária, sendo que a captação é do tipo superficial. Há 2 reservatórios com capacidade para 500 m³ e potência instalada de 85 CV, e a extensão da rede é de 34.000 m. As coletas ocorrem no rio Acre e rio Purus.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de ligações relacionadas à forma de abastecimento de água dos domicílios registrados em 2000.

Quadro 5.3—50- Rede de Abastecimento de água de Boca do Acre

Formas de abastecimento	Domicílios	Moradores
Total	5.545	26.823
Rede Geral	2.451	11.330
Poço ou nascente (na propriedade)	1.019	4.891
Outra Forma	2.075	10.602

Fonte: IBGE, 2000

Observa-se que dos 5.545 domicílios e 26.823 moradores atendidos, 44,2% do primeiro quantitativo e 42,2% do segundo são atendidos pela rede geral do município.

Dados mais recentes da Prefeitura Municipal de Boca do Acre apontam que a denominada cidade baixa é 100% abastecida pela rede de água. Já no Platô do Piquiá o abastecimento pela rede abrange cerca de 90% dos domicílios.

Lábrea

A captação de água, que está também a cargo da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) é do tipo mista. Para o abastecimento são utilizados dois reservatórios do tipo elevado com capacidade para 350 m³, e a extensão da rede é de 36.774 m.

O quadro abaixo demonstra as ligações relacionadas à forma de abastecimento de água dos domicílios registrados em 2000.

Quadro 5.3—51 - Rede de Abastecimento de água em Lábrea

Formas de abastecimento	Domicílios	Moradores
Total	5.326	27.899
Rede Geral	1.791	9.423
Poço ou nascente (na propriedade)	996	5.090
Outra Forma	2.539	13.386

Fonte: IBGE, 2000

No município, portanto, 66,4% dos domicílios e 66,2% dos moradores são abastecidos por formas diferentes (outras formas e poço) da ligação com a rede geral, que abastece apenas 33,6% dos domicílios e 33,8% dos moradores contabilizados.

Porto Acre

O abastecimento de água no município é de responsabilidade do Departamento Estadual de Água e Saneamento – DEAS. A partir do quadro a seguir observa-se o predomínio de domicílios e moradores abastecidos por poço ou nascente, numa proporção de 70,8% e 69,6%, respectivamente.

Quadro 5.3—52- Rede de Abastecimento de água em Porto Acre

Formas de abastecimento	Domicílios	Moradores
Total	2.781	11.237
Rede Geral	358	1.550
Poço ou nascente (na propriedade)	1.971	7.824
Outra Forma	452	1.863

Fonte: IBGE, 2000

Senador Guiomard

No município o abastecimento também está a cargo do Departamento Estadual de água e saneamento – DEAS, prevalecendo os poços ou nascentes para abastecimento de água, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 5.3—53 - Rede de Abastecimento de água em Senador Guiomard

Formas de abastecimento	Domicílios	Moradores
Total	4.848	19.359
Rede Geral	570	2.055
Poço ou nascente (na propriedade)	3.966	16.113
Outra Forma	312	1.191

Fonte: IBGE, 2000

Os poços ou nascentes como forma de abastecimento atende 81,8% dos domicílios e 83,2% dos moradores do município.

Coleta e Tratamento de Esgoto

Ainda segundo SNIS, os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios do Amazonas são bastante precários, sendo que na maior parte dos casos não há redes de coleta e sistemas de tratamento implantados. A falta de coleta e do tratamento dos esgotos domésticos é considerada o segundo maior problema sanitário dos municípios, só superado pela distribuição de água não tratada, que ocorre em vários casos. Além disso, na maioria dos municípios o esgotamento sanitário é feito por meio de fossas (sépticas e rudimentares), muitas vezes inadequadas. Como agravante, verifica-se que inexistente a manutenção das unidades individuais, ou seja, não há limpeza das fossas existentes.

Os conceitos do IBGE, relativos ao tipo de instalação sanitária, estão demonstrados a seguir:

- Rede geral: quando o aparelho sanitário estiver ligado a uma rede geral de esgoto sanitário.

- Fossa séptica: quando o aparelho sanitário estiver ligado à fossa séptica e que o escoamento das águas servidas seja canalizado para a rede de águas pluviais ou que não haja escoadouro das águas servidas (sumidouro).
- Fossa rudimentar: quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estiver ligada à fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.)
- Vala: quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estiver ligada a uma vala negra (escoadouro de águas pluviais a céu aberto).
- Outro: quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estiver ligada diretamente a um rio, lago, etc.
- Não sabe: quando o informante não souber qual o escoadouro da instalação sanitária do domicílio (havendo ou não aparelho).
- Não tem instalação sanitária: quando o domicílio não possuir qualquer tipo de instalação sanitária.

Boca do Acre

A rede de coleta e tratamento de esgoto é predominantemente realizada através de fossa rudimentar, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 5.3—54- Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Boca do Acre

Formas de coleta/tratamento	Domicílios	Moradores
Total	5.545	26.823
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	48	184
Fossa séptica	666	2.777
Fossa Rudimentar	2.519	12.300
Rio, lago ou mar	144	599
Outro escoadouro	90	455
Não possui sanitário	1.985	10.085

Fonte: IBGE, 2000

Dos 5.545 domicílios, 45,4% utilizam a fossa rudimentar, enquanto que uma menor parcela é atendida pela rede geral de esgoto ou pluvial (0,86%). Ressalta-se que o percentual de domicílios que não possui sistema de coleta/tratamento de esgoto é de 33,8%.

Dados mais recentes da Prefeitura Municipal de Boca do Acre apontam a existência de rede pluvial, atendendo 60% dos domicílios em Piquiá. Na cidade baixa 30% dos domicílios possuem rede pluvial. Salienta-se, no entanto, que a rede não atende o esgotamento sanitário, a não ser na cidade baixa. Dessa forma, grande parte do esgoto corre a céu aberto.

Lábrea

No município também predomina o uso de fossas rudimentares, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.3—55 - Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Lábrea

Formas de coleta/tratamento	Domicílios	Moradores
Total	5.326	27.899
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	296	1.417
Fossa séptica	543	2.586
Fossa Rudimentar	1.880	10.250
Rio, lago ou mar	275	1.409
Outro escoadouro	342	1.834
Não possui sanitário	1.733	9.014

Fonte: IBGE, 2000

Portanto, a fossa rudimentar é utilizada em 35,3% dos 5.326 domicílios considerados, enquanto que 32,5% não apresentam sanitários e apenas 5,5% são abastecidos pela rede geral de esgoto ou pluvial.

O município não possui o sistema de tratamento de esgoto, sendo normalmente disposto a céu aberto.

Porto Acre

Em Porto Acre é predominantemente utilizada a fossa rudimentar. Em contraposição, a rede geral é insignificante no contexto do município, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.3—56- Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Porto Acre

Formas de coleta/tratamento	Domicílios	Moradores
Total	2.781	11.237
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	4	18
Fossa séptica	342	1.361
Fossa Rudimentar	1.417	5.799
Rio, lago ou mar	8	40
Outro escoadouro	25	104
Não possui sanitário	961	3.807

Fonte: IBGE, 2000

Tal fossa é utilizada em 50,9% dos domicílios, proporção essa seguida pela de domicílios que não possuem sanitário, 34,5%. A rede geral de esgoto ou pluvial atende 0,14% dos domicílios.

Senador Guiomard

No município também prevalece o uso de fossas rudimentares, utilizadas em 50,3% dos domicílios e por 50,7% dos moradores, segundo quadro abaixo.

Quadro 5.3—57- Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Senador Guiomard

Formas de coleta/tratamento	Domicílios	Moradores
Total	4.848	19.359
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	27	95
Fossa séptica	1.403	5.406
Fossa Rudimentar	2.438	9.821
Rio, lago ou mar	8	31
Outro escoadouro	34	117
Não possui sanitário	907	3.758

Fonte: IBGE, 2000.

Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

No que trata do manejo dos resíduos sólidos urbanos, a situação da Região Amazônica é bastante deficitária, sendo que a destinação final é o ponto considerado mais crítico. São comuns os municípios que dispõem seus resíduos coletados em depósitos a céu aberto (lixões), e em alguns casos, os líquidos provenientes da decomposição dos resíduos (chorume) são carreados para os talwegues, nascentes e igarapés.

Boca do Acre

O quadro a seguir demonstra a quantidade de domicílios e de moradores atendidos pela coleta/destinação de lixo no município:

Quadro 5.3—58- Coleta e Disposição final de resíduos - Boca do Acre

Coleta/Destinação	Domicílios	Moradores
Total	5.545	26.823
Coletado	2.133	9.617
Queimado	1.579	8.074
Enterrado	45	219
Jogado em terreno baldio ou logradouro	742	3.822
Jogado em rio, lago ou mar	906	4.426
Outro destino	140	665

Fonte: IBGE, 2000.

Segundo dados do IBGE para 2000, considerando-se os 5.545 domicílios, aproximadamente 38,5% possuíam seus resíduos coletados, seguido pela proporção que utiliza a queimada para destinação final, 28,5%.

Já os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Boca do Acre informam que todos os domicílios localizados na área urbana são atendidos pela coleta pública de lixo. O aterro sanitário do município está localizado numa área de 3 ha, na Cidade Baixa, sendo que a vida útil do aterro está estimada entre 12 e 15 anos.

Lábrea

A cidade dispõe de um caminhão para coleta, porém falta um local para a instalação de um aterro sanitário visando correta destinação do lixo.

Quadro 5.3—59- Coleta e Disposição final de resíduos - Lábrea

Coleta/Destinação	Domicílios	Moradores
Total	5.326	27.899
Coletado	1.148	5.657
Queimado	2.099	11.196
Enterrado	27	171
Jogado em terreno baldio ou logradouro	1.621	8.581
Jogado em rio, lago ou mar	316	1.687
Outro destino	115	607

Fonte: IBGE, 2000.

Observa-se que cerca de 21,5% dos domicílios são atendidos pela coleta, sendo que a maior parcela é destinada à queimada, ou seja, 39,4% dos domicílios.

Porto Acre

Quadro 5.3—60- Coleta e Disposição final de resíduos - Porto Acre

Coleta/Destinação	Domicílios	Moradores
Total	2.781	11.237
Coletado	896	3.633
Queimado	1.559	6.266
Enterrado	95	370
Jogado em terreno baldio ou logradouro	130	521
Jogado em rio, lago ou mar	62	261
Outro destino	39	186

Fonte: IBGE, 2000.

Em Porto Acre a maior parte dos domicílios utiliza-se da queimada (56%), em contrapartida 32,2% dos domicílios são atendidos pela coleta.

Quadro 5.3—61- Coleta e Disposição final de resíduos - Senador Guiomard

Coleta/Destinação	Domicílios	Moradores
Total	4.848	19.359
Coletado	2.128	8.212
Queimado	2.048	8.483
Enterrado	134	547
Jogado em terreno baldio ou logradouro	494	1.953
Jogado em rio, lago ou mar	14	60
Outro destino	30	104

Fonte: IBGE, 2000.

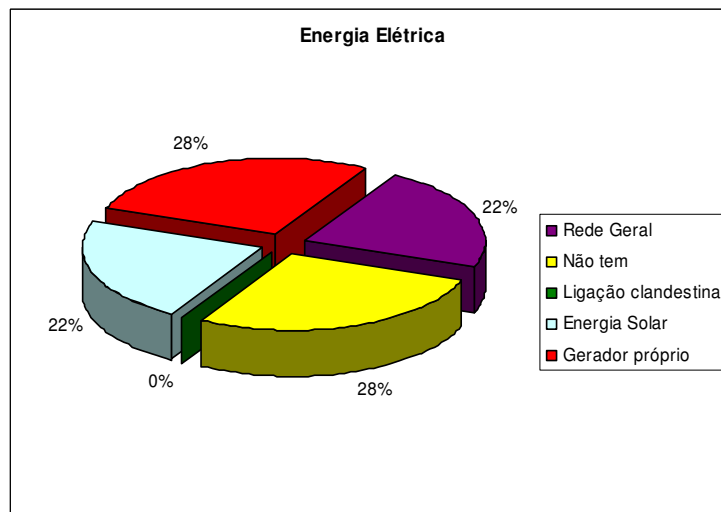
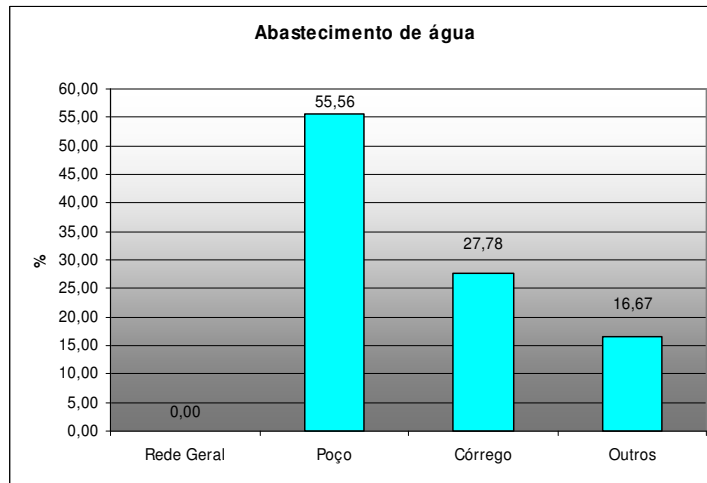
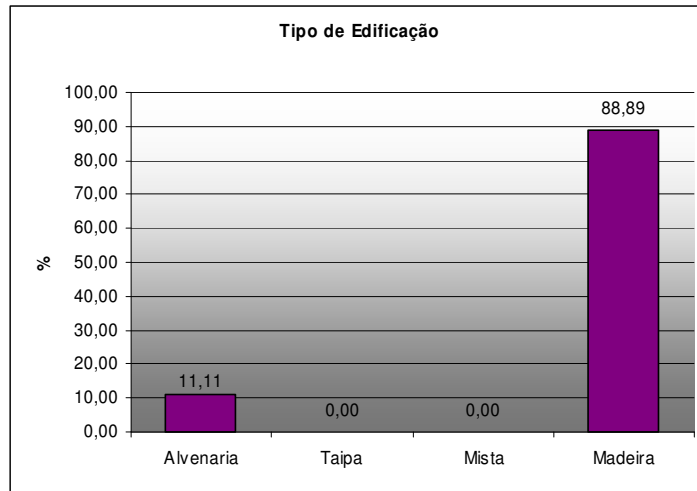
No município o maior quantitativo de domicílios é atendido pela coleta, o que corresponde a 43,9%, em seguida o maior número é o de que utiliza a queimada, que corresponde a 42,2%.

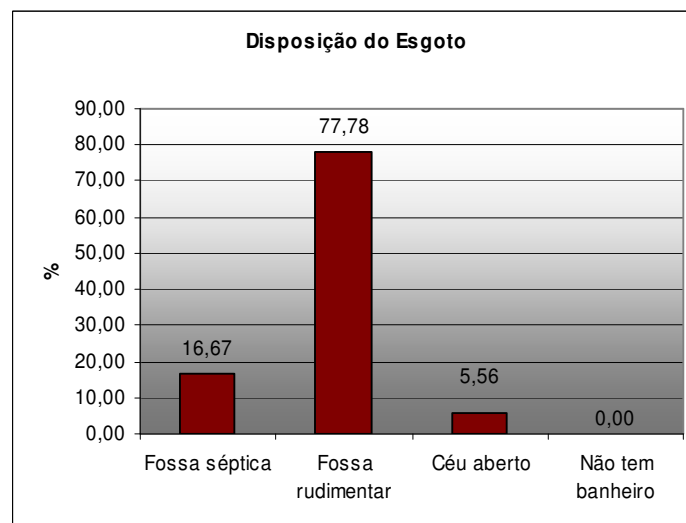
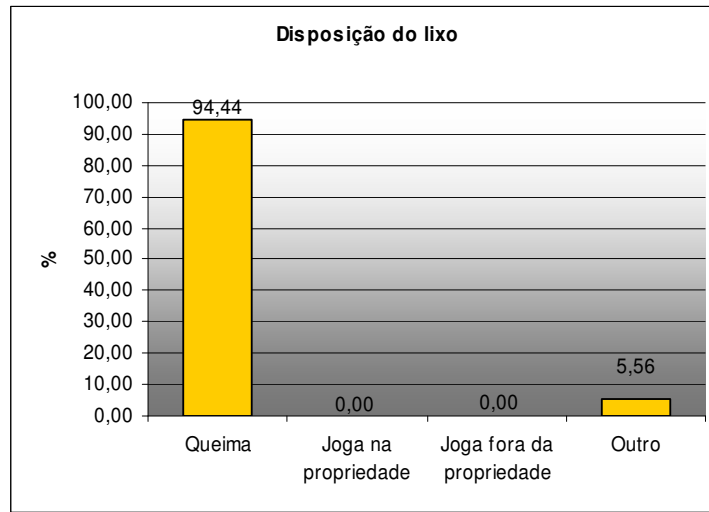
Quanto à infra-estrutura existente na AID os levantamentos de campo contam que:

- 88% das moradias são de madeira
- 55% das residências obtêm água por meio de poços e 27,78% a recolhem nos rios e igarapés;
- 77,78% dos esgotos residenciais são dispostos em fossas rudimentares e 5,56% correm a céu aberto;
- 94,44% das propriedades entrevistadas queimam o lixo.

A seguir, os dados completos sobre a infra-estrutura da AID, levantados por meio das entrevistas realizadas em propriedades ao longo da BR 317/AM, são apresentados por meio de gráficos:

Gráfico 5.3-14 - Infra- estrutura na AID





➤ Segurança

Boca do Acre

A Polícia Militar mantém uma delegacia e a 5ª Cia. Independente, com jurisdição nos municípios de Pauini, Canutama, Lábrea e Tapauá. O efetivo é composto de um Capitão (comandante), um tenente, um subtenente, dois sargentos, quatro cabos e onze soldados.

Lábrea

A Polícia Militar mantém uma delegacia, com efetivo de um 3º Sargento (delegado), um Cabo e 5 soldados, destinados à manutenção da ordem e segurança pública.

Dados da amostra na AID indicam que a segurança é um dos maiores temores da população, tanto que quando questionados sobre as desvantagens do asfaltamento da estrada, a quase totalidade dos entrevistados ressaltou o aumento da insegurança, ou afluxo para a região, da chamada “bandidagem”

➤ Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Jannuzzi (2001) aponta que o PIB *per capita* era um indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico em progressivo desgaste. Dentre as várias propostas para a elaboração de um índice substitutivo, estava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O IDH é constituído a partir da composição de três dimensões: nível educacional, esperança de vida e PIB *per capita*, que permite a classificação de países, estados e municípios, considerando as variáveis que influenciam e demonstram a evolução da melhoria das condições de vida das pessoas. Conceitualmente, cada um dos subindicadores que compõem o IDH são os seguintes:

- Esperança de vida ao nascer (em anos) - Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.
- Renda *per capita* (em R\$ de 1991 e 2000) - Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos (incluindo aqueles com renda nula) e a população total.
- Índice de renda (IDHM-R) - Calculado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local, com o emprego da metodologia conhecida como paridade do poder de compra.
- Índice de longevidade (IDHM-L) - Índice do IDHM relativo à dimensão longevidade (duração da vida). É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - É obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

O índice de cada uma dessas variáveis (longevidade, educação e renda) varia entre 0 (mínimo) e 1 (máximo). A média resultante dos índices constitui o IDH do município, estado, região ou país. Tal índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), conforme demonstrado abaixo:

- Quando o IDH está entre 0 e 0,499, é considerado baixo.
- Quando o IDH está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio.
- Quando o IDH está entre 0,800 e 1, é considerado alto.

O IDH das localidades em estudo pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 5.3—62- IDH do Estado do Amazonas e dos Municípios

Estado e Municípios	IDH	
	1991	2000
Boca do Acre	0,530	0,611
Lábrea	0,489	0,598
Amazonas	0,664	0,713

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991/2000

O IDH tanto dos municípios quanto do Estado apresentou aumento de 1991 para 2000, sendo todos eles considerados médios. Lábrea possui o mais baixo índice em ambos os períodos analisados.

Quadro 5.3—63- IDH do Estado do Acre e dos Municípios

Estado e Municípios	IDH	
	1991	2000
Porto Acre	0,564	0,663
Senador Guiomard	0,608	0,701
Acre	0,624	0,697

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991/2000

Novamente tanto nos estados quanto nos municípios o IDH é considerado médio. Vale destacar que Senador Guiomard apresenta esse índice mais alto do que seu estado, 0,701.

Outro indicador importante para a análise econômica de uma região é o índice de Gini. Ele mede o grau de concentração e distribuição de renda, e varia de 0 (zero) até 1 (um) onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

Este índice não permite aferir se a população de um local é rica ou pobre, apenas demonstra o nível da desigualdade entre os habitantes ricos e os pobres.

Quadro 5.3—64- Índice de Gini do Estado do Amazonas e dos Municípios

Estado e Municípios	Índice de Gini - 1991
Boca do Acre	0,5867
Lábrea	0,5888
Amazonas	0,6208

Fonte: IBGE

A desigualdade da distribuição da renda é maior no Amazonas, mas diminui quando considerados os municípios.

Quadro 5.3—65- Índice de Gini do Estado do Acre e dos Municípios

Estado e Municípios	Índice de Gini-1991
Porto Acre*	-
Senador Guiomard	0,5586
Acre	0,6100

Fonte: IBGE

*Dado indisponível

Nota-se que o mesmo ocorre com relação ao estado do Acre e o município analisado.

➤ Caracterização sobre a organização social da área

As organizações sociais no mundo não são processos recentes. Existem desde os faraós e os imperadores da antiga China, por exemplo. A Igreja elaborou a sua organização ao longo dos séculos e os exércitos, desde a antiguidade, também desenvolveram formas de organizações. Com o desenvolvimento da humanidade, um número crescente de organizações foi sendo solicitado para atender um número cada vez maior de necessidades sociais. Atualmente, a sociedade moderna tem tantas e tão diversas organizações que se torna necessário todo um conjunto de organizações secundárias para organizá-las e controlá-las.

As associações de agricultores familiares tiveram início nas décadas de 70 e 80. Essas organizações contaram com o apoio do Estado, uma vez que o processo de criação de associações facilitaria o acesso dos pequenos agricultores às linhas de crédito, inovações tecnológicas e investimentos comunitários.

Os sindicatos foram criados no período da Ditadura Militar. Era de responsabilidade do sindicato de trabalhadores a “gestão da assistência médica”, a qual tinha por objetivo deslocar o foco de atuação dessa organização, passando da reivindicação dos direitos (função do sindicato) para um gerenciamento quase burocrático de interveniência entre o trabalhador e o estado. Entretanto, os sindicatos rurais também possuem expressiva participação nas lutas por questões fundiárias, dando apoio inclusive aos Assentamentos Rurais.

As associações comunitárias constituem-se na forma de organização social mais comum nos anos 80 e 90. De modo geral, as associações foram criadas tendo como pano de fundo um objetivo pré-estabelecido (acesso à linhas de crédito, as quais exigem que a comunidade possua uma associação registrada, acesso à energia elétrica ou eletrificação rural, por exemplo).

O fato das associações terem sido criadas de maneira mais formal (buscando um objetivo específico) não tira de maneira alguma a importância e a legitimidade do processo. Essa maneira de organização da sociedade (mais formal e burocrática) não ocorre somente nessa região, mas em todo o Brasil. Isso revela que as comunidades necessitam cada vez mais de uma identidade jurídica, nas relações com o estado e a sociedade.

Isto posto, vê-se a importância das organizações governamentais e não governamentais que trabalham diretamente no Estado do Amazonas.

No que se refere às organizações não-governamentais de produtores rurais e comunitários, o perfil é o seguinte: entidades sem fins lucrativos, que buscam a organização social das comunidades por elas atendidas, incentivam a cultura de subsistência e promovem a geração de renda para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Essas organizações são associações, institutos, cooperativas, sindicatos, grupos de produtores e fundações sociais. Trabalham com a elaboração de projetos; prestam orientações para o meio produtivo, para o processo de gestão das organizações comunitárias, assistência técnica e extensão rural, assistência social e comunitária no encaminhamento ao INSS e seguro desemprego; realizam reuniões para prestar informações às comunidades; apoiam a comunidade com trabalho de grupo, a agricultura, a educação e a saúde; organizam mutirões para trabalhos e aquisição de materiais; buscam assistência tecnológica e financeira para projetos.

Usualmente, o público alvo dessas organizações são os pequenos agricultores e as populações das comunidades indígenas dos municípios da Área de Influência Indireta, moradores das diversas comunidades rurais existentes, notadamente no município de Boca do Acre, onde o transporte terrestre depende exclusivamente da BR 317/AM.

Quanto aos projetos desenvolvidos pelas organizações sociais da sociedade civil em parceria com organizações governamentais, destaca-se o IDAM – Instituto de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, que acompanha projetos econômicos, financiados por instituições como Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM. Além disso, incentiva a implantação de alternativas de geração de renda (artesanato e piscicultura, por exemplo), bem como a diversificação das atividades produtivas em pequenas e médias propriedades (qualificação e melhoramento da produção da farinha de mandioca, fruticultura, avicultura de postura, entre outros). O IDAM também promove ações voltadas ao melhoramento das técnicas existentes, atuando na pecuária, por exemplo, com o aumento do número de animais por área, evitando o desmatamento (pastejo rotacionado e semi-confinamento).

Outras organizações governamentais e não governamentais de maior relevância, que se inserem nas esferas públicas federais, públicas estaduais e sociedade civil, que atuam com intensidades diferentes nos municípios da Área de Influência Indireta. Essas instituições são FEPECSA, FETAGRI, CPT, OCB, GTA, CUT, COIAB, SEBRAE, SEPROR, BASA, AFEAM, UFAM, IBAMA e INCRA, sendo que algumas organizações são comentadas a seguir:

A FEPECSA não possui atividades de capacitação, atuando no apoio às diversas colônias de pesca nas regiões visitadas no apoio aos pescadores para que façam os seguros dos barcos e para que tenham o direito dos recursos do defeso. Seu trabalho mais rotineiro tem sido apoiar as colônias e o incentivo para que os pescadores tenham documentação. A FETAGRI tem atuação reconhecida na região, com assessoramento à distância aos Sindicatos. O SEBRAE também é uma organização de atuação reconhecida, desenvolvendo trabalhos no setor de empreendedorismo.

Percebeu-se a presença positiva da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras- no trabalho de assessoramento e criação de Cooperativas, todavia só se fazendo presente nas regiões cujo raio de atuação seja próximo a Manaus.

As organizações da esfera pública federal, como Banco da Amazônia, UFAM, IBAMA e INCRA atuam na liberação de recursos financeiros, na elaboração e desenvolvimento de projetos, no acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável e assentamentos humanos de comunidades rurais. Apesar de financiarem os projetos, tais organizações têm dificuldades de acompanhamento dos mesmos por falta de pessoal e recursos financeiros.

O estado do Amazonas possui organizações de cunho estadual como o já mencionado IDAM, SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural e AFEAM. Essas organizações estaduais captam recursos do governo do Estado para seus projetos nas zonas rural e urbana, mas acabam esbarrando nas mesmas dificuldades das organizações federais, pois faltam às mesmas os recursos materiais e humanos para monitoramentos dos projetos implantados.

Existem organizações chamadas civis tais como: FEPESCA, FETAGRI, CPT, OCB, GTA, CUT, COIAB, SEBRAE. Essas organizações também captam recursos para financiamentos de seus projetos nas esferas federal e estadual.

Verificou-se a grande importância da capacitação, treinamento e assistência técnica para a maioria das organizações nos municípios da Área de Influência Direta, especialmente em Boca do Acre. É importante destacar a atuação do IDAM, que possui atuação nos municípios de Boca do Acre e Lábrea.

As principais dificuldades enfrentadas pelas organizações sociais da região destacam-se os seguintes: dificuldade de escoamento de produção e escassez de recursos financeiros, apoio técnico insuficiente, equipamento agrícola inadequado, apoio governamental insuficiente, meio de locomoção insuficiente, a escassez de mão de obra qualificada e deficiência na organização do trabalho. Apesar disso, são as organizações sociais as principais responsáveis pela busca das potencialidades na região estudada.

Em 2007, segundo o IDAM, Boca do Acre possui 36 (trinta e seis) associações comunitárias e de produtores rurais ativas com 530 (quinhentos e trinta) associados e 1 (uma) Cooperativa de Produtores Rurais com 75 (setenta e cinco) cooperados que atua no beneficiamento da produção de castanha do Brasil, fornecendo produtos hortifrutigranjeiros para a merenda escolar e entidades filantrópicas através de um convênio com a CONAB.

➤ Fluxos migratórios

O padrão migratório entendido como processo social, é um reflexo da dinâmica socioeconômica existente em determinada região e período. Dessa forma, as articulações observadas entre as migrações e os contextos socioeconômicos e históricos são importantes para o entendimento não só do processo de ocupação verificado em determinada região, bem como da própria dinâmica econômica atual. O padrão migratório, por sua característica de adaptabilidade às condições apresentadas, responde de forma categórica às mudanças de contexto socioeconômico.

A migração pode ser entendida como alternativa mais viável (e às vezes única) para a ascensão, já que a estrutura social no Brasil é rígida. Migrar, então, se constitui numa forma de aprimorar os padrões socioeconômicos, ou seja, “melhorar de vida”. Entretanto, a baixa escolaridade da maioria dos migrantes impede o acesso ao mercado de trabalho, o qual exige capacitação e qualificação profissional. Dessa forma, a migração resulta na trajetória para a sobrevivência do indivíduo, da família e do grupo social. De acordo com Brito et al. (2004), na década de 70, São Paulo concentrava mais da metade do PIB industrial brasileiro e 37% dos empregos gerados nesse setor. Esse contexto peculiar, reflexo do “desequilíbrio regional”, teve por consequência a concentração de mais um terço do total de migrantes do país naquela cidade.

Segundo Moreira (2000), entre 1970 e 1991, a população da Região Norte cresceu de 4,2 milhões de habitantes para 10,0 milhões, resultando em uma taxa média de incremento geométrico da ordem de 4,2% ao ano.

O maior incremento ocorreu na década de 70 e foi mais intenso entre a população urbana, que quase dobrou no decênio. Tais aumentos populacionais estão diretamente associados aos movimentos migratórios, principalmente na década de 70. Nessa ocasião, as políticas governamentais estimularam fluxos populacionais em direção à Região. Entretanto, no caso específico da AI da BR 317, tanto para o trecho acreano, já asfaltado, como para o trecho a asfaltar em território amazonense, se confunde a história dos povos da floresta, que nos tempos áureos da borracha, começaram a ocupar terras bolivianas e brasileiras para desenvolver aquela modalidade de extrativismo que visava o mercado externo.

Com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903) o Brasil conseguiu incorporar ao seu território, sem deflagrar guerra à Bolívia, uma extensão de terra de quase 200.000 Km² do atual Estado do Acre, onde à época, viviam 60 mil seringueiros e suas famílias.

Com a nova situação, o Governo do Amazonas esperava que as terras acreanas lhe fossem entregues como compensação pelo investimento de grandes somas na Revolução Acreana em suas diferentes etapas. Já a população local, achava justo que o Acre se tornasse o mais novo Estado da Federação brasileira (DERACRE, 2007:20).

Entretanto, contra todas as expectativas, o governo federal decidiu não atender a ninguém e em 1904, o Acre se tornou o primeiro território federal da história brasileira, administrado diretamente pela Presidência da República, a quem caberia nomear seus governantes (DERACRE, 2007:20).

Mais tarde, quando o Brasil declarou guerra às potências do Eixo em 1942, passando a fazer parte das nações aliadas, foi firmado um acordo comercial com os Estados Unidos, que estavam privados da borracha para sua indústria bélica, sendo de imediato mobilizada toda a região amazônica para essa produção. (MELO, 2006:27).

Em pouco tempo todos os seringais nativos estavam ocupados por trabalhadores, muitos vindos da região nordeste, chamados Soldados da Borracha, que, junto aos amazônidas, formaram a grande força produtora de borracha, com que contaram os Aliados para vencerem as potências do Eixo (MELO, 2006:27).

No princípio dos anos 60 os seringais ainda estavam em plena atividade apesar dos já reduzidos preços da borracha no mercado externo. À época, muitos seringais faliram e foram vendidos por preço muito baixo e o próprio Banco da Borracha, transformado em Banco da Amazônia, passou a financiar a agropecuária. O resultado de todo esse processo de mudança do eixo econômico da Amazônia acabou impactando sobre as populações tradicionais da floresta. Acelerou-se a migração para as cidades. Expulsas da terra, milhares de famílias migraram para a periferia urbana, formando assim os primeiros bairros populares (DERACRE, 2007:23).

Às populações que até àquele momento viviam do extrativismo da borracha, castanha, peles de animais e madeiras, perderam então, mercado e importantes fontes de renda. Nos anos 80, a taxa líquida de migração declinou para metade daquela observada nos anos 70, reduzindo a importância relativa da migração para o crescimento populacional observado, de 25%, em 1970/80, para 13%, em 1980/91.

Através da contagem de população de 1996, observa-se uma reversão profunda na taxa de crescimento populacional, declinando a mesma para 2/3 daquela observada na década 80. Tal mudança pode ser explicada tanto pela queda da taxa de fecundidade ocorrida quanto pela mudança na dinâmica demográfica regional, que resultou de uma acentuada redução nos fluxos migratórios em direção ao norte do País.

Para Moreira (2000), tal redução resultou de uma integração de fatores, sendo os principais:

- a redução do movimento das grandes massas populacionais, com a consolidação do esgotamento do modelo de ocupação humana baseado nos grandes fluxos, induzidos pela política de expansão da fronteira agrícola, com base na pequena propriedade familiar;
- a menor mobilidade geral que se torna visível na população brasileira como um todo;
- o esgotamento do movimento de concentração de propriedades que ocorreu no Paraná, em especial, e que fomentou parcela expressiva dos significativos movimentos emigratórios em direção a Rondônia;
- o esgotamento da disponibilidade das terras férteis e baratas, terras-roxas de Rondônia;
- as mudanças nos movimentos sociais em torno da reforma agrária, com a fixação dos movimentos organizados de reivindicação de terras nas áreas de conflitos, em distintas regiões do País;

- as variações observadas no processo de exploração econômica das terras de fronteira, menos absorvedora de mão de obra;
- a ausência de uma significativa seca no Nordeste, que usualmente impele os movimentos de nordestinos para a Amazônia, assim como fatores de ordem local tais como, por exemplo, a intensificação da exploração pecuária e a perda de espaço das atividades tradicionais.

O quantitativo da população imigrante nos Estados e nos Municípios em estudo de acordo com sua região de origem está discriminado nos quadros abaixo:

Quadro 5.3—66- Migrações da População Residente Por Lugar de Nascimento no Amazonas e municípios

Estado e Municípios	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificações	Exterior	Total
Boca do Acre	43.231	230	150	142	199	5	94	44.091
Lábrea	28.775	85	52	24	10	10	0	28.956
Amazonas	2.677.206	88.239	23.539	11.181	8.474	1.714	6.899	2.817.252

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 Migração.

Quadro 5.3—67 - Migrações da População Residente Por Lugar de Nascimento no Acre e municípios

Estado e Municípios	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificações	Exterior	Total
Porto Acre	9.894	450	433	265	362	0	14	11.418
Senador Guomard	17.193	817	623	642	409	0	77	19.761
Acre	520.919	13.643	9.326	7.646	4.430	131	1.787	557.882

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 Migração.

No cômputo geral, a maior parte da população residente tanto nos estados do Amazonas e do Acre quanto nos municípios analisados é originária da própria região norte, conforme o quantitativo anteriormente apresentado. Em ambos os estados o menor quantitativo é proveniente da região centro-oeste, um outro ponto de atração populacional no território brasileiro.

O quadro a seguir demonstra o percentual da população residente por lugar de nascimento nos Estados e nos Municípios.

Quadro 5.3—68- Porcentagem da População Residente por Lugar de Nascimento / AM

Estado e Municípios	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro Oeste	Brasil sem especificações	Exterior
Boca do Acre	98,04	0,55	0,35	0,34	0,50	0,01	0,21
Lábrea	99,38	0,30	0,18	0,08	0,03	0,03	0
Amazonas	95,00	3,20	0,81	0,39	0,30	0,06	0,24

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000 Migração

No município de Boca do Acre, 98,04% de sua população é nascida na própria região norte, sendo o restante equilibradamente dividida entre as demais regiões, sendo o menor percentual o da região sul, 0,34%.

Em Lábrea quase a totalidade da população é também nascida na própria região norte, 99,38%, com o menor percentual sendo proveniente do centro-oeste, 0,03%.

Quadro 5.3—69- Porcentagem da População Residente por Lugar de Nascimento/ AC

Estado e Municípios	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro Oeste	Brasil sem especificações	Exterior
Porto Acre	86,65	3,94	3,80	2,32	3,17	0,00	0,12
Senador Guimard	87,00	4,14	3,15	3,25	2,07	0,00	0,39
Acre	93,40	2,42	1,67	1,37	0,80	0,02	0,32

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000 Migração

Já em Porto Acre a proporção da população advinda de outras regiões já demonstra um maior movimento migratório, uma vez que a população nascida na própria região equivale a 86,65% do total, proporção esta menor do que a dos municípios analisados, porém ainda elevada. O mesmo ocorre em Senador Guimard, onde essa proporção é de 87%.

Como dito a ocupação da AID, assim como da AII, se deu inicialmente pela fixação ali de migrantes de outras regiões do país, principalmente regiões norte e nordeste, que se somaram aos moradores da região.

Quanto aos padrões migratórios no entorno direto do empreendimento, a amostra obtida com as entrevistas realizadas ao longo da BR 317/AM encontrou os seguintes resultados:

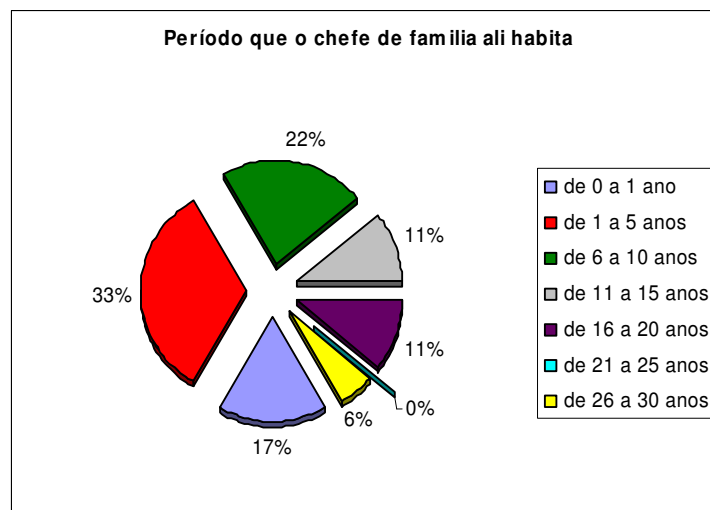
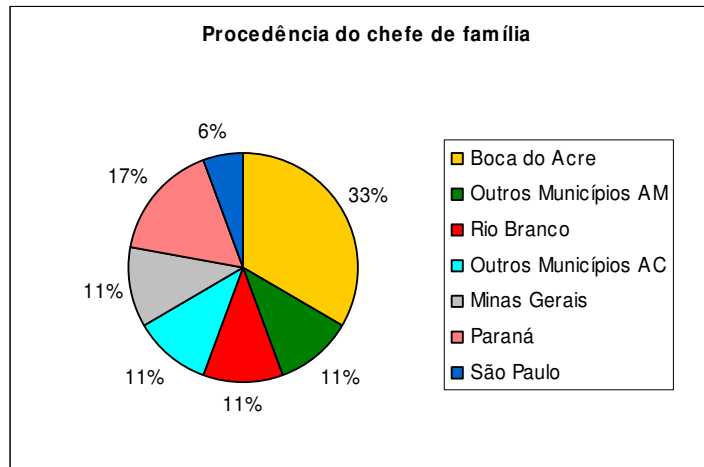
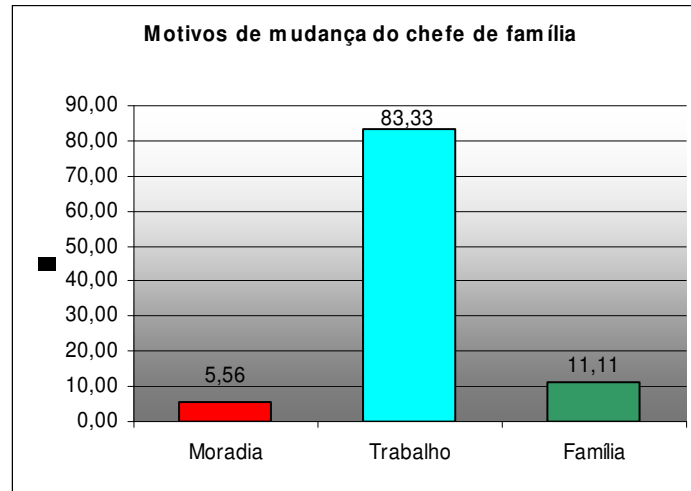


Gráfico 5.3-15 - Padrões migratórios na AID

O intenso movimento de pessoas para a região através dos anos nunca foi garantia de melhoria da qualidade de vida, muitas vezes representava a única forma de sobrevivência das famílias, dadas as duras condições em território original. Mario Diogo de Melo, como ex-prefeito de Boca do Acre e ex-deputado Estadual do Amazonas, relata que na década de 50 o povo daquela localidade “desconhecia qualquer ajuda governamental quer estadual ou federal, sobrevivendo à custa de sua tenacidade, esforço e vontade de vencer, sofrendo as maiores dificuldades, sem médicos, com professores deficientes, trabalhando duro na floresta, para sobreviver, vendo os filhos se criarem analfabetos” (MELO, 2006:68).

Segundo o autor, *“os moradores dos municípios dos altos rios (...) viviam em completo isolamento e em pleno abandono da parte do governo estadual, embora fosse do interior que se recebesse a maior receita de impostos e taxas”* (MELO, 2006:70).

Essa situação lamentável só receberia alento na década de 70, quando os municípios começaram a receber quotas das receitas federais, foi quando o Amazonas teve os municípios interioranos eletrificados, com água encanada, hospitais, sendo abertas as primeiras rodovias (MELO, 2006:70).

➤ **Interferência dos fluxos migratórios existentes em relação aos municípios seccionados**

Rodovias a serem implantadas, na maioria das vezes, representam vetores de migração especialmente em dois momentos: no momento de sua implantação, atraindo mão-de-obra e no momento da sua operação.

A mão-de-obra que geralmente é atraída para empreendimentos dessa natureza pode ser proveniente da região e de outros estados, considerando o contexto socioeconômico que o país vive. Os postos de trabalho ofertados são heterogêneos, sendo que a maior concentração numérica é relativa à mão-de-obra não especializada. Esse tipo de mão-de-obra não requer alto nível de qualificação e de educação formal.

Também poderá ocorrer migração quando a rodovia estiver em operação. Nesse caso, o tráfego e o acesso a centros pouco mais urbanizados, associados ao preço da terra, são motivadores desse tipo de fluxo populacional.

A BR 317/AM, entretanto, possui características muito especiais. Não se trata de implantar uma rodovia, uma vez que seu leito já existe e serve de única ligação terrestre para o município de Boca do Acre. Outro fator que diferencia a BR 317/AM de outros casos semelhantes é o uso e ocupação existente em seu entorno. Boca do Acre e Lábrea foram municípios que, historicamente, sofreram intenso processo de “grilagem”, sendo que o entorno da BR 317/AM pode ser caracterizado pela existência de médias e grandes propriedades rurais. (ver item 5.3.5 Uso e ocupação do Solo).

O fluxo populacional, neste caso específico, estaria concentrado nas 3 comunidades existentes, especialmente naquela localizada no km 104 e no Platô do Piquiá. Na primeira, pois já ocorre um processo de desmembramento da área em pequenos lotes e nela podem ser identificadas famílias sem o vínculo de propriedade da terra para plantio, isto é, proprietários somente do pequeno terreno onde a sua residência está localizada. Nesse caso, as famílias buscam trabalhos temporários em média e grandes propriedades do entorno.

O Platô do Piquiá também pode se configurar como possível local de fluxo populacional, pois nesse local está concentrada grande parte do comércio, serviços e infra-estrutura de atendimento de saúde e educação. Cabe salientar que as duas comunidades estão praticamente situadas nos extremos da rodovia, sendo que o km 104 está localizado mais próximo da divisa com o estado do Acre. Outro possível local de destino de fluxos populacionais são os assentamentos rurais, os quais não estão localizados no entorno da BR 317/AM.

Os itens relacionados à infra-estrutura puderam indicar que o poder público dos municípios localizados na All já está sobrecarregado com a demanda existente, especialmente nos serviços relacionados ao saneamento básico e atendimento à saúde. Nesse caso, o aumento da população reflete negativamente na gestão municipal desses serviços.

5.3.3 Caracterização das Condições de Saúde e Doenças Endêmicas

➤ Ocorrência regional de doenças endêmicas

Atualmente, a designação de doença endêmica é reservada àquelas doenças que em sua cadeia de transmissão exigem a existência de um vetor biológico, e também àquelas que podem ser transmitidas de indivíduos para indivíduos, ocorridas dentro de valores esperados, ao contrário das epidemias que ultrapassam estes valores.

Segundo Rita Barradas Barata, o perfil epidemiológico de cada classe social é caracterizado pelo tipo de organização social da vida material e não material dos indivíduos em sociedade. Assim, as doenças não podem ser consideradas como ocorrências do acaso e fatos inesperados – elas são reflexos do processo histórico de formação e transformação da sociedade. Cada período histórico e cada formação social concreta apresentam padrão de ocorrência de doenças e de mortalidade que reflete as condições de vida das populações tais como: saneamento básico, tratamento e distribuição de água, destinação de resíduos sólidos, etc.

Portanto, para a realização de uma análise das doenças em âmbito coletivo, deve-se levar em conta as abordagens sociais, culturais e comportamentais de cada grupo a ser representado, pois com isso pode-se chegar a conclusões concretas sobre a eficácia de procedimentos de controle e sobre a efetividade de programas para o enfrentamento do problema.

É possível dizer que o principal agente veiculador das doenças endêmicas é a água. Assim temos:

- Doenças diretamente veiculadas pela água:

Transmitidas pela ingestão de água com a presença de patógenos (água, alimentos e bebidas). São elas: cólera, febre tifóide, giardíase, amebíase e hepatites virais.

- Doenças transmitidas por insetos vetores que se relacionam com a água:

A água se constitui num habitat ou área de criadouro do inseto vetor da doença. São elas: malária, leishmaniose teg. americana, dengue, febre amarela.

- Doenças transmitidas por vetores baseados na água;

A água torna-se o habitat do patógeno ou hospedeiro intermediário que tem parte de seus ciclos de vida ali. A transmissão ocorre por ingestão ou contato com a pele. São elas: Leptospirose, Esquistossomose.

- Doenças dispersas pela água:

Os patógenos infectam os seres humanos através do trato respiratório. Ex: meningite.

A seguir, estão relacionadas e explicitadas as características das principais doenças endêmicas encontradas na região de estudo:

- Coqueluche: é uma doença infecto-contagiosa que afeta o aparelho respiratório. É transmitida pelo contato direto, a partir de gotículas de secreções do doente ao tossir, espirrar ou falar. Pode também ser transmitida por meio de objetos que tenham estado recentemente em contato com as secreções respiratórias de um indivíduo infectado.
- Hepatites Virais: provocadas por diferentes tipos de vírus, com características epidemiológicas, evolução clínica, imunológicas e laboratoriais distintas. A distribuição das diferentes formas de hepatite é heterogênea em todo mundo. No Brasil - na Região Norte, no Espírito Santo e no Oeste de Santa Catarina - a maior prevalência é a de hepatite B. É transmitida de acordo com o agente etiológico. Nas hepatites A e E a transmissão é fecal-oral, ocorrida por meio de água e alimentos contaminados ou pelo contato de pessoa a pessoa (contato intrafamiliar e institucional). As hepatites B e D podem ser transmitidas pela via sexual, pelo sangue (parenteral), pelo compartilhamento de objetos de higiene

peessoal (alicates de unha, lâminas de barbear, escova de dente), após confecção de tatuagens e colocação de piercings. Também é possível ocorrer contaminação durante procedimentos cirúrgicos e odontológicos sem a adequada biosegurança. Também a mãe infectada pode passar para o bebê (transmissão perinatal).

- **Leishmaniose Tegumentar Americana:** é uma antroozoonose que atinge algumas espécies de roedores silvestres e marsupiais, podendo afetar ainda cães e eqüinos. É transmitida ao homem pela picada do inseto transmissor. É uma doença infecciosa, mas não contagiosa, provocando úlceras na pele e mucosas.
- **Leptospirose:** é uma doença infecciosa causada por uma bactéria chamada *Leptospira* presente na urina de ratos e outros animais, transmitida ao homem principalmente nas enchentes.
- **Meningites:** é a inflamação das meninges (membranas que revestem o cérebro). É transmitida pelo contato de pessoa a pessoa, por via respiratória, através de gotículas e secreções do nariz e garganta.
- **Malária:** É uma doença infecciosa, transmitida ao homem por meio da picada da fêmea dos mosquitos do gênero *Anopheles*, popularmente conhecidos como carapaña, muriçoca, sovela, mosquito-prego ou bicuda. Ou, ainda, por meio de transfusão de sangue infectado e compartilhamento de seringas ou agulhas com a presença do agente causador. Seus principais sintomas são febre alta, calafrios, suor excessivo e dor de cabeça, intermitentes

No quadro seguinte, pode-se observar que a ocorrência de doenças endêmicas nos municípios e no Estado do Amazonas foi observada, destacando-se os casos de Leishmaniose Teg. Americana e Hepatites Virais, sendo estas as doenças que apresentaram o maior número de registro. No estado e municípios do Acre as doenças com maior relevância foram também a Leishmaniose Teg. Americana e Hepatites virais, destacando-se ainda os casos de Leptospirose.

Quadro 5.3—70– Doenças Endêmicas nos Estados e Municípios por No de Registros

Doenças	Estado/ Municípios					
	Amazonas	Boca do Acre	Lábrea	Acre	Porto Acre	Senador Guiomard
Coqueluche	88	2	0	16	0	0
Hepatites Virais	2.742	26	45	2.811	64	10
Leishmaniose Teg. Americana	2097	71	45	1.469	72	27
Leptospirose	119	5	0	792	10	17
Meningite	377	3	2	96	0	3
Poliomelite	26	1	0	6	0	0
Sarampo	36	1	0	25	1	1
Malária	24	0	1	13	0	1
Tétano Acidental	21	0	2	8	1	0
Difteria	2	0	0	2	0	0
Doença de Chagas	6	0	0	1	0	0
Febre Tifóide	103	0	0	67	0	0
Febre Amarela	24	0	0	3	0	0
Hantavirose	4	0	0	0	0	0
Rubéola	654	0	0	85	1	4

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2006.

Com relação à área de influência vários depoimentos de técnicos ligados à saúde indicam que os casos de malária não são freqüentes na população que reside no entorno imediato da rodovia. A maior incidência da doença pode ser encontrada junto à população ribeirinha e dentre as pessoas que freqüentam as áreas mais próximas ao rio. As fotos a seguir ilustram áreas com habitats favoráveis para o surgimento e proliferação de vetores no município de Boca do Acre.



Foto 5.3—6 - Áreas propícias para proliferação de vetores – Boca do Acre/AM

Autor: Paulo Barros

➤ **Informações relativas às Condições de Saúde e Doenças Endêmicas com base na Nota Técnica 025/CGPNM/SVS, do Ministério da Saúde**

Conforme recomendações constantes da Nota Técnica Nº 25 /CGPNM/DIGES/SVS/MS segue abaixo informações relativas a cada um dos itens recomendados.

a) Foram identificadas um total de 10 unidade de saúde no município de Boca do Acre, sendo 03 unidades privadas e 07 públicas, das quais destaca-se um hospital regional, laboratório de análises clínicas, e três unidades de saúde da família.

Os acampamentos e alojamentos dos trabalhadores serão instalados próximos ao local anteriormente utilizado como canteiro de obra, quando do início da abertura da rodovia, mais precisamente no Km 38, hoje conhecido como Bode Preto (ponto 372). O referido local encontra-se a uma distância considerável de corpos d'água, em média 1.700 metros.

Considerando que os trabalhadores estarão alojados a uma distância de 38 Km de Boca do Acre, a assistência em caso de necessidade se dará por meio do deslocamento até as Unidades de Saúde de Boca do Acre. Para tal estará à disposição dos trabalhadores, automóvel para realizar o deslocamento.

A infra-estrutura de saúde do município de Boca do Acre, segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/MS é composta de dez unidades de saúde, sendo: uma unidade mista, um posto de saúde, uma unidade de apoio ao diagnóstico e terapia – isolado, três clínicas especializadas (fonoaudióloga, fisioterapia e clínica médica) e quatro unidades básicas de saúde. A equipe de saúde do município é composta por 44 profissionais de nível superior assim distribuídos:

- 19 Médicos, sendo que destes 06 atendem somente na Estratégia Saúde da Família;
- 09 Dentista;
- 10 Enfermeiros, sendo que 08 atendem na estratégia saúde da família;
- 01 Assistente Social;
- 03 Fisioterapeuta;
- 01 Fonoaudióloga;
- 01 Biólogo e
- 01 Farmacêutico Bioquímico.

As fotos a seguir ilustram duas unidades de saúde



Foto 5.3—7 Unidades de Saúde em Boca do Acre

Com relação aos técnicos que realizam o diagnóstico da Malária esses apresentam adequada capacitação, porém com relação ao possível aumento da demanda, a estrutura para essa finalidade deverá ser incrementada, especialmente com relação à pessoal, equipamentos e insumos.

b) A assistência à saúde se organiza em três níveis hierárquicos: baixa complexidade, que compreende pediatria, ginecologia, clínica médica; média complexidade, abrangendo cirurgias eletivas, patologia clínica, reprodução humana, fisioterapia e oftalmologia; e alta complexidade, com as especialidades de traumatologia, ortopedia, doenças cardiovasculares, queimaduras, neurocirurgias, distrofias, doenças renais, otorinolaringologia, terapia nutricional, dentre outras. O modelo atual de organização do sistema de saúde de Boca do Acre compreende apenas a baixa e parte da média complexidade, o que é suficiente para atendimento da demanda ambulatorial relacionada à malária.

Em relação ao aumento na pressão sobre o sistema de saúde o empreendedor, de forma articulada com os gestores locais, estimará as possíveis demandas relacionadas ao adoecimento por malária, visando assim dar suporte à rede local de serviços de saúde.

É importante esclarecer que será desenvolvido um programa de saúde do trabalhador baseado nos requisitos de Saúde e Segurança do Trabalhador estabelecidos por lei.

c) Situação da Malária na área de influência direta da BR 317.

A malária é uma doença infecciosa aguda, cujo agente etiológico é o parasito do gênero Plasmodium, transmitida pela picada de mosquitos do gênero Anopheles, que se infecta ao sugar o sangue de um doente. Os fatores condicionantes para ocorrência desse agravo estão relacionados às condições ecológicas, geográficas, econômicas, sociais e culturais do Brasil aliados ao extrativismo mineral e vegetal, projetos de assentamentos, ocupação intensa e desordenada das cidades e alterações ambientais que potencializam a formação de criadouros.

Para caracterização da situação epidemiológica da malária no município de Boca do Acre foram utilizados dados do Sivep Malária no período de 2003 a 2007.

Nos últimos cinco anos o município contribui com 7% dos casos notificados no estado do Amazonas. No período ocorreram 5.124 casos autóctones, distribuídos em diferentes localidades, sendo que o maior número de casos ocorreu no ano de 2003, conforme quadro a seguir.

Quadro 5.3—71– Número de casos de malária no município de Boca do Acre, Amazonas 2003-2007.

Ano	Nº casos	%
2003	1710	33,3
2004	1528	29,8
2005	568	11,0
2006	795	15,5
2007	523	10,2
TOTAL	5124	-

FONTE: SIVEP MALÁRIA/SVS/MS

Conforme os dados acima observa-se uma tendência de queda dessa doença no município de Boca do Acre. Dentre os fatores que contribuem para esta queda temos como um dos mais importantes uma maior eficiência no controle vetorial, principalmente nos aglomerados urbanos.

Não foi possível a caracterização dos casos referentes ao sexo e idade, pois o SIVEP Malária não disponibiliza dados necessários para esta análise.

As localidades mais diretamente relacionadas ao empreendimento e onde há registros de casos de malária são: Fazenda Boa Esperança, Santa Rita, Recreio, Santo Antonio, Casa Branca, Senápolis, Boa Vista, Ceará, Santa Helena, Novo axioma, Ramal do Km 36 e Ramal da Amizade.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde de Boca do Acre, no ano de 2007 foram identificados 242 casos de malária nessas localidades da BR, o que corresponde a 18% da malária do município, sendo que destes somente dois casos ocorreram numa faixa de 5 km à esquerda ou a direita da rodovia, o que representa uma incidência de menos de 1% do total das referidas localidades.

Ainda segundo a Secretaria Municipal de Saúde, pesquisas entomológicas foram realizadas no ano de 2007, nas quais se demonstrou que a densidade de *Anopheles darlingi* na margem da BR 317 é baixa. Isso porque de 295 exemplares capturados apenas 5 (1,7%) correspondem às localidades das margens da rodovia.

Metodologia para caracterização da fauna de *Anopheles*.

Foi realizada pesquisa entomológica com a finalidade de conhecer a fauna de *Anopheles*, gênero de culicídeos (Diptera) que engloba as espécies transmissoras da malária nas Américas. E ainda atender as recomendações da Nota Técnica N. 25/CGPNM/DIGES/SVS/MS.

O estudo foi conduzido na região de influência direta do empreendimento da BR 317 entre 31 de março a 03 de abril de 2008, em cinco pontos próximos ao eixo da rodovia. Para seleção dos pontos de coleta de mosquitos foi considerada a proximidade a residências, rios, lagos e lagoas conforme a recomendação do item d da referida nota técnica.



Foto 5.3—8 - Caracterização dos pontos de coletas em Boca do Acre

*Ponto de coleta de mosquitos adultos próximo à comunidade do Bode Preto

Para as coletas de 12 horas foram utilizadas armadilhas tipo CDC, suspensas entre 1,0 e 1,5 m do solo, as quais foram deixadas em funcionamento entre 18:00 e 6:00 horas do dia seguinte



Foto 5.3—9 - Armadilha tipo CDC, utilizada para captura de mosquitos adultos.

Para as coletas de 4 horas utilizou-se humano como fonte atrativa, tendo como auxílio o capturador de Castro (aspirador bucal) para capturas dos insetos entre as 18:00 e 22:00 horas.

No total foram feitas cinco coletas de 12 horas, e duas coletas de 4 horas ao longo do empreendimento para captura de mosquitos adultos.

Quadro 5.3—72 - Localização dos pontos de captura de mosquitos (formas adultas e imaturas) no município de Boca do Acre-Amazonas, 31/03 a 03/04 de 2008

Ponto	Localidade	Tipo Captura	Data	Borrifação	Coordenadas	Distância Empreendimento (metros)
364	Aldeia Kanapã	CDC	02/04	01/03/2008	-	5
		Coleta larvas	01/04	-	-	5
365	Pátio Quartel Zona Urbana	CDC	31/03	Sim	Latitude 0677797 Longitude 9031290	500
		Coleta larvas	01/04			
372	Bode Preto	CDC	02/04	14/03/2008	Latitude: 0693302 Longitude: 9004120	1.700
373	Bode Preto	Coleta larvas	01/04	-	Latitude 069 6761 Longitude 9005476	5
374	Porto Quartel	Coleta	01/04	-	Latitude: 0677797 Longitude: 9031290	500
376	Casa do Louro	CDC	02/04	26/01/2008	Latitude: 0686487 Longitude: 9023088	100
377	Olaria	2 CDC	01/04	15/01/2008	-	100
		Isca humana	01/04	15/01/2008	-	100

Para determinação da densidade larvária foram feitas coletas em pontos próximos as residências (2 km no máximo), no período matutino das 6:00 as 8:00 horas. Os pontos de exploração foram às margens de lagoas e lagoas, sendo coletado cinco amostras com concha entomológica, depois passado ao ponto seguinte do mesmo criadouro onde foram coletadas outras 5 amostras e continuando assim a exploração pela margem do criadouro enquanto foi possível.

Os dados dos trabalhos de campo e de laboratório foram registrados em fichas padronizadas pelo Sivep-Vetores, conforme orientações do Programa Nacional de Controle da Malária, visando garantir as informações mínimas requeridas.

As condições climáticas no que se refere à temperatura e umidade durante o período foram coletadas por meio de termo-higrômetro.

Mapa 5.3-1 - Localização dos Pontos de captura.

Resultados

Foram coletados 187 exemplares de mosquitos da família Culicidae, pertencentes a 6 diferentes gêneros. Os gêneros Culex e Mansonia somaram 74% de todos os indivíduos coletados e ocorreram em cinco pontos de coletas, indicados no quadro a seguir.

Quanto aos anofelinos foram identificados 15 exemplares dos cinco pontos amostrais pesquisados sendo 9 Anopheles darling e os demais Anopheles sp. Estes, durante o processo de triagem, armazenamento e transporte foram danificados, não sendo possível a identificação taxonômica em nível de espécie.

O gênero Anopheles encerra todos os vetores conhecidos da malária humana. Neste fato reside o grande interesse médico desse grupo de mosquitos. O Anopheles (Nyssorhynchus) darlingi é a espécie mais importante, ou seja, aquela que desempenha o papel de vetor primário da malária no Brasil. E normalmente é uma das espécies mais freqüentes nas coletas de anofelinos em área de alta endemicidade de malária. Essa espécie é incriminada como a mais antropofílica, porém neste estudo encontrado em baixa densidade.

Foram coletadas poucas larvas de culicídeos, as quais foram encontradas apenas no ponto 377.

Quadro 5.3—73 - Número total e percentual de mosquitos encontrados por ponto de coleta no município de Boca do Acre, Amazonas

Espécies	Número de indivíduos							TOTAL	%
	P 364	P 365	P 372	P 373	P 374	P 376	P 377		
Culicinae									
<i>Aedes sp.</i>	1	3	-	-	-	9	5	18	9,6
<i>Culex sp.</i>	3	13	4	-	-	11	6	37	19,79
<i>Culex (melanoconion)sp.</i>	8	8	-	-	-	7	21	44	23,5
<i>Culex (culex) sp.</i>	-	7	-	-	-	3	1	11	5,9
<i>Mansonia sp.</i>	9	12	-	-	-	14	11	46	24,6
<i>Coquilletidia sp.</i>	1	-	-	-	-	0	5	6	3,2
<i>Psorofores sp.</i>	-	-	-	-	-	0	1	1	0,5
<i>Wyeomyia sp.</i>	2	1	-	-	-	1	5	9	4,8
Anophelinae									
<i>Anopheles darling</i>	1	-	-	-	-	7	1	9	4,8
<i>Anopheles sp.</i>	-	-	1	-	-	2	3	6	3,2
TOTAL	25	44	5	0	0	54	59	187	100,0

A baixa densidade de mosquitos encontrada no local pode ser consequência das chuvas ocorridas durante o período do levantamento, uma vez que esses insetos não costumam sair de seus abrigos durante a ocorrência de chuvas. Dados do clima no período do estudo demonstraram que a temperatura varia entre a máxima de 28,5° e a mínima de 24 °, enquanto a umidade relativa do ar ficou entre 81% a 66,5%.

Aliado a este fato borrifações com inseticidas tem sido sistematicamente utilizadas pelos agentes de endemias locais visando à redução do vetor e conseqüentemente do risco de transmissão da malária. Tem sido utilizados ciclos de borrifações com intervalos de 3 meses.

Diante das pesquisas entomológicas utilizando armadilhas CDC direcionadas para coletar vetores da malária foi possível também capturar flebotomíneos (ver quadro a seguir)

Lutzomyia whitmani é considerada uma espécie importante na transmissão da Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), e que também foi encontrada no município. Os flebotomos foram capturados na Aldeia Kanapã e no pátio do quartel (zona urbana), com predominância na aldeia. Baseado nestas informações considerações a cerca desse agravo fazem-se necessária, bem como, a observação de casos da doença no município.

Quadro 5.3—74– Número de flebotomíneos coletados em cinco pontos do município de Boca do Acre.

Espécie	Total	%
<i>Lutzomyia amazonensis</i>	1	11,1
<i>Lutzomyia runoides</i>	7	77,8
<i>Lutzomyia whitmani</i>	1	11,1
Total	9	100

d) O fluxo dos corpos d'água não serão interrompidos, nem mesmo parcialmente. Serão utilizadas apenas obras de arte (tais como bueiro, ponte, etc) capazes de suportar picos de vazão, evitando assim que o implemento funcione com eficiência. Portanto, a vazão das várzeas será mantida e as obras de arte construídas de modo a suportar a sazonalidade, seca e chuva, quando a calha tende a ser abastecida pela drenagem pluvial e alcança suas maiores cotas.

e) Sabendo-se da existência de casos confirmados de malária e da presença do vetor, é de extrema importância reforçar as ações de prevenção e controle.

Tendo em vista que a malária é transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Anopheles*, e que o mesmo tem hábitos alimentares nos horários crepusculares a melhor forma de prevenção é evitar o contato com o mosquito transmissor. Assim, é necessário que a população adote medidas que reduzam o contato homem-vetor, dentre elas destaca-se:

- Controle vetorial por meio da aplicação de inseticida, eliminação de criadouros.
- Utilização de repelentes, mosquiteiros impregnados ou não com inseticidas sobre as camas ou redes de dormir, roupas que protejam pernas e braços, telas nas janelas e portas e evitar locais onde o vetor apresenta maior concentração (beiras de rios e lagoas), bem como evitar exposição nos principais horários de atividade do *Anopholes* (ao amanhecer e anoitecer).
- Diante de casos suspeitos de malária orientar a população a procurar os Unidades de Saúde locais que possui profissionais especializados para o atendimento desses pacientes, assim como dispõem de equipamentos para diagnóstico e tratamento da doença conforme recomendações feitas pelo Ministério da Saúde.

f) Para contemplar este item foram feitas visitas às Unidades de Saúde e entrevista com os profissionais, além da observação das condições de trabalho, bem como entrevista com gestor de saúde do município de Boca do Acre para identificação das principais necessidades a serem implementadas considerando a instalação do empreendimento BR 317.

Com relação à atenção a saúde da população, mais especificamente ao que se refere à assistência, estima-se um aumento da procura pelo sistema de saúde, influenciado principalmente por: acidentes de trabalho, doenças de transmissão vetorial, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras.

Diante do exposto e visando garantir a atenção à saúde da população local e de trabalhadores da obra, faz-se necessária a ampliação do número de profissionais e da rede de serviços, assim como, a capacitação para os profissionais de saúde principalmente em áreas como, urgência-emergência, imunização e DST/Aids.

As atividades de educação em saúde devem acontecer de forma articulada envolvendo a comunidade, profissionais de saúde e trabalhadores do empreendimento.

Conclusões

O desmatamento seja para ampliação da fronteira agrícola, construção de barragens de usinas hidrelétricas, exploração de madeira, dentre outros tem provocado alterações na fauna de dípteros vetores em várias regiões do Brasil, inclusive com aumento da incidência de doenças transmitidas por esses insetos. Por isso possíveis impactos resultantes da construção da Rodovia 317/AM no que refere-se à malária são:

Fase de pré-instalação:

- Migração (ocupação desordenada nas cidades e vilas próximas ao empreendimento, aumento das pessoas susceptíveis à malária, pressão epidemiológica da malária sobre a população local);
- Aumento da demanda no atual serviço de saúde;
- Insuficiência de estrutura dos serviços de saúde;

Fase de instalação/construção:

- Possível aparecimento de focos de malária em áreas sem transmissão em função da migração;
- Agravamento da saúde dos trabalhadores do empreendimento;
- Deslocamento de populações para áreas receptivas para doença;
- Surgimento de novos aglomerados populacionais relacionados com o empreendimento;
- Aumento da pressão da doença nas áreas do entorno do empreendimento;
- Possível aparecimento de focos de malária em áreas sem transmissão em função da migração para outros municípios ou outros Estados de pessoas que contraíram a doença no local;
- Aumento de trabalhadores portadores de infecção malalirica, limitando a capacidade de trabalho e o convívio social;
- Aumento da demanda no atual serviço de saúde;

Sugestões para minimizar os impactos

Sugerem-se medidas de prevenção, monitoramento, controle e pesquisas (estudos entomológicos e epidemiológicos das doenças transmitidas por vetores) visando a proteção das populações humanas e de animais domésticos. Entre as medidas destaca-se:

- Em razão das peculiaridades que envolvem as doenças transmitidas por vetores, especialmente a malária, leishmanioses, febre amarela, dengue e doença de chagas é importante que se faça estudos entomológicos detalhado na área de instalação da rodovia 317/AM, considerando-se as fases de pré-instalação, de implantação do empreendimento e posterior à implantação do mesmo. A presença de certas espécies de dípteros vetores como *A. darling* e *L. whitmani* evidencia a necessidade de monitoramento desses insetos.

- Realizar campanhas de vacinação contra a febre amarela de trabalhadores da obra.

- Realizar campanhas educativas para alertar a população e aos trabalhadores sobre os perigos das doenças transmitidas por vetores e sobre os métodos de prevenção e controle.

- Avaliar e acompanhar se os mosquitos e animais reservatórios da região são portadores de protozoários responsáveis por febre amarela, malária e leishmanioses.

➤ **Medidas necessárias de monitoramento e controle da proliferação dos vetores das doenças endêmicas na Área de Influência**

A partir das considerações anteriores constatou-se a necessidade de implantação de um programa de monitoramento e controle da proliferação dos vetores das doenças endêmicas. A seguir, serão demonstradas algumas medidas a serem adotadas para a execução de tal programa.

Em relação às doenças endêmicas (cólera, oncocercose, peste, filariose, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas, esquistossomose, malária e dengue, entre outras) é imprescindível que se realizem ações suficientemente amplas para a garantia de controle. Isso pode ocorrer por meio da mobilização e intervenção em situações de risco à saúde da população, e, da maior integração das ações desenvolvidas na área de risco, para uma maior efetividade das ações de prevenção e controle.

Para isso, algumas ações devem ser planejadas e implementadas: esgotamento pluvial e canalização, limpeza e demais obras para melhoria dos sistemas de drenagem de água, para que assim, possam ser eliminados criadouros reais e potenciais de vetores transmissores nos municípios/localidades pertencentes a área endêmica. Outra estratégia é a modernização e/ou implantação de sistemas de tratamento e destino final de resíduos sólidos em municípios/localidades. Tais medidas comprovam sua importância através das recomendações fornecidas pelo próprio Ministério da Saúde para a prevenção das doenças endêmicas presentes na região.

Para a prevenção das hepatites virais os procedimentos a serem tomados são: no caso de hepatite A – cuidados com higiene pessoal e melhoria do saneamento básico; a hepatite B pode ser prevenida através da vacinação; para a hepatite C não existe vacina, sendo que as medidas para preveni-la devem estar relacionadas com o uso de preservativos, uso de normas adequadas de biossegurança para procedimentos cirúrgicos e odontológicos, não compartilhamento de objetos de uso pessoal; para a hepatite D os procedimentos de prevenção são os mesmos que para as hepatites B e C com a diferença que ela só é contraída por aquela pessoa que já teve a hepatite B.

Para a prevenção da Leishmaniose Teg. Americana o Ministério da Saúde recomenda que seja realizado o manejo ambiental, através da limpeza de terrenos para que as condições do meio que propiciam o estabelecimento de criadouros de vetores sejam modificadas.

A leptospirose deve ser controlada por meio de medidas ligadas ao meio ambiente como saneamento básico, melhorias nas habitações humanas e o combate aos ratos.

A meningite pode ser prevenida através de vacinas, manutenção de ambientes sempre limpos e ventilados e higiene ambiental e corporal.

Além dessas medidas, outra que pode apresentar eficiência entre a população é a promoção da educação em saúde por meio de mobilização comunitária com o intuito de promover melhorias da qualidade de vida dos habitats por intermédio de ações educativas. Assim, tais atividades devem ser fomentadas através de ações que estimulem os indivíduos da comunidade a ter consciência da melhora de qualidade de vida no que se refere a adoção de atitudes permanentes de vigilância quanto à preservação do meio ambiente. A população também deve ser sensibilizada a respeito da importância da vacinação como prevenção das doenças.

As recomendações aqui expressas podem ser extensivas aos locais de acampamento e canteiro de obras de qualquer empreendimento, especialmente no norte do país. Ressalta-se que são poucos os casos de malária população que reside no entorno imediato da rodovia, estando a maior incidência relacionada à população ribeirinha. Em relação aos trabalhadores devem ser realizados exames freqüentes. Essa temática deverá ser tratada com mais profundidade no Prognóstico.

5.3.4 Estrutura Produtiva

➤ Caracterização da estrutura produtiva e serviços exercidos na Área de Influência Indireta'

A estrutura produtiva dos municípios situados na área de influência indireta do empreendimento pode ser analisada através do quantitativo de suas lavouras temporária e permanente, além de sua pecuária.

Lavoura Permanente

Com relação à área ocupada pelos principais cultivos da lavoura permanente, segundo dados do IBGE (2005), o Estado do Amazonas possui 43.377 hectares ocupados, sendo a banana o produto com maior área plantada, ocupando aproximadamente 54% do total.

Dentre os municípios analisados, Boca do Acre é o que possui maior área plantada com lavoura permanente, o qual ocupa 2.725 ha para tal produção, sendo o principal cultivo também a banana, que ocupa 88% da região, seguida pelo café, com 10,6%. Já em Lábrea essa lavoura é menos expressiva, com 563 ha plantados, sendo o maior cultivo o do café, com 48,8% da área, e a banana, com 42,6%.

O Estado do Acre possui 16.948 ha dessa cultura plantada, sendo o produto que ocupa a maior área também a banana, com 52,6%

Em Porto Acre tal cultivo é pouco expressivo, ocupando 682 ha, com destaque para a banana, que ocupa 60% da referida área. E em Senador Guiomard são utilizados 1.775 ha, onde se destacam a borracha, com 32,6%, e o palmito, com 28,1%.

O quadro a seguir indica especificamente a quantidade produzida (em toneladas) de cada cultura permanente existente nas localidades em questão.

Quadro 5.3—75- Lavoura Permanente (Quantidade produzida em toneladas) / AM

Estado e Municípios	Quantidade produzida (em toneladas)														
	abacate	banana	borracha	café	côco-da-baía	guaraná	laranja	limão	mamão	manga	maracujá	palmito	pimenta do reino	tangerina	urucum
Boca do Acre	98	26.483	0	122	0	0	148	0	10	0	0	0	0	12	0
Lábrea	7	2208	0	110	0	0	59	0	10	24	0	0	0	3	20
Amazonas	1.363	244.767	0	5.689	2.494	1.161	11.810	3.636	3.494	918	904	0	129	1.126	88

Fonte: IBGE, 2005

Quadro 5.3—76- Lavoura Permanente (Quantidade produzida em toneladas) / AC

Estado e Municípios	Quantidade produzida (em toneladas)														
	abacate	banana	borracha	café	côco-da-baía	guaraná	laranja	limão	mamão	manga	maracujá	palmito	pimenta do reino	tangerina	urucum
Porto Acre	27	1.980	10	72	36	0	420	240	270	35	240	0	0	130	4
Senador Guimard	12	1.896	211	136	100	1	500	112	100	20	24	140	0	204	0
Acre	383	55.479	634	2.185	529	90	5.558	1.340	1.795	405	472	440	12	2.083	65

Fonte: IBGE, 2005

Boca do Acre produz o maior quantitativo de produtos, 26.873 toneladas, cuja maior expressividade é a da banana, 26.483 toneladas ou 98,5%. O município de Lábrea detém a menor quantidade produzida, 2.442 toneladas, sendo também a banana o principal produto, com 2.208 toneladas ou 90,4%.

Assim, o Estado do Amazonas produz 277.589 toneladas considerando-se os principais produtos relacionados a essa lavoura, sendo o maior quantitativo a banana, com 244.767 toneladas, e a laranja, com 11.810 ton.

Os municípios de Porto Acre e Senador Guiomard produzem 3.464 e 3.456 toneladas, respectivamente, sendo em ambos a maior produção a de banana, cultura essa que representa mais de 50% da produção. Já o Acre produz 71.470 toneladas, cujos cultivos mais relevantes são a banana, com 55.479 toneladas, e a laranja, com 5.558 toneladas.

No que concerne ao valor auferido à produção, o Estado do Amazonas é o que se destaca com o maior rendimento, enquanto que dentre os municípios o destaque é Boca do Acre, sendo a banana o produto que apresenta maior rentabilidade.

O quadro a seguir demonstra um *ranking* entre os estados e municípios analisados de acordo com o valor da produção dos principais cultivos.

Quadro 5.3—77– Ranking da Lavoura Permanente segundo o Valor da produção (em mil reais) - Estados

Estados	Valor total da produção (em mil reais)	Posição no ranking
Amazonas	105.072	1°
Acre	21.378	2°

Fonte: IBGE, 2005

Assim, observa-se que o Amazonas é o primeiro colocado, sendo que sua produção é 79,6% maior do que a do Acre.

Quadro 5.3—78– Ranking da Lavoura Permanente segundo o Valor da produção (em mil reais) - Municípios

Municípios	Valor total da produção (em mil reais)	Posição no ranking
Boca do Acre	14.715	1°
Senador Guiomard	1.648	2°
Lábrea	1.275	3°
Porto Acre	1.131	4°

Fonte: IBGE, 2005

Dentre os municípios Boca do Acre possui posição mais elevada, com valores aproximadamente 88,8% maiores do que aqueles apresentados pelo segundo colocado, Senador Guiomard. O município de Porto Acre apresentou a última colocação.

Lavoura Temporária

No que tange à área plantada destinada à lavoura temporária nos estados e municípios estudados, segundo dados do IBGE de 2005, as culturas temporárias se mostram mais expressivas quando comparadas às permanentes.

Dentre os municípios amazonenses Lábrea apresenta a maior área plantada, com 5.638 ha, cujo principal produto é a mandioca, com 2.402 ha. Já Boca do Acre detém 2.810 ha plantados, onde se sobressai o arroz, em 946 ha.

No Amazonas são 161.253 hectares destinados aos principais produtos dessa lavoura, com destaque para a mandioca com 91.280 ha (56,6%) e para o milho, com 19.033 ha (11,8%).

Porto Acre corresponde ao município com maior área plantada, 7.323 ha, onde se destaca o milho, com 2.230 ha. O município de Senador Guiomard destina 4.480 ha a essa produção, com destaque para o milho, 1588 há.

No Acre a lavoura ocupa 117.634 ha, sendo os maiores cultivos o milho, com 40.837 ha (34,7%), seguido pela mandioca, com 31.259 ha (26,5%).

No que se refere à quantidade produzida, o quadro a seguir indica tal questão (em toneladas) de cada cultura temporária produzida nas localidades em estudo no ano de 2005.

Quadro 5.3—79- Lavoura Temporária (Quantidade Produzida em Toneladas) – AM

Estado e Municípios	Quantidade Produzida (em Toneladas)														
	Abacaxi	Algodão	Amendoim	Arroz	Batata doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo	Malva	Mandioca	Melancia	Melão	Milho	Soja	Tomate
Boca do Acre	36	0	0	1.124	0	2.400	68	4	0	5400	115	1	737	0	6
Lábrea	60	0	0	99	13	12.000	1.350	37	0	21.234	354	10	540	0	0
Amazonas	29.252	0	2	16.843	596	340.027	5.768	559	18.436	876.875	15.674	204	34.890	5.136	2.938

Fonte: IBGE, 2005

Quadro 5.3—80- Lavoura Temporária (Quantidade Produzida em Toneladas) - AC

Estado e Municípios	Quantidade Produzida (em Toneladas)														
	Abacaxi	Algodão	Amendoim	Arroz	Batata doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo	Malva	Mandioca	Melancia	Melão	Milho	Soja	Tomate
Porto Acre	340	0	0	2.061	0	1.400	96	0	0	28.288	640	0	3.532	0	0
Senador Guiomard	72	120	22	2.722	0	630	192	0	0	7.040	384	0	3.105	24	0
Acre	2.807	126	36	31.561	98	25.690	4.448	223	0	563.919	5.560	0	60.979	114	109

Fonte: IBGE, 2005

No Amazonas, o maior quantitativo é o de Lábrea, que produz 35.697 toneladas, sendo o destaque a mandioca, com 59,4%, seguido por Boca do Acre, com 9.891 toneladas, onde se destaca também a mandioca, com 54,5% da quantidade total produzida.

Vale destacar que o Estado do Amazonas produz 1.340.200 toneladas de produtos relacionados a essa lavoura, sendo a maior proporção a de mandioca, com 65%, seguida pela de cana-de-açúcar, com 25,2%.

O município de Porto Acre é o que apresenta maior quantitativo, com 36.357 toneladas, cuja principal produção é a mandioca, com 77,8%. Senador Guiomard apresenta produção de 14.311 toneladas, sendo a mandioca a maior produção, 40% do total.

Já o Estado do Acre produz 695.670 toneladas, com destaque para a produção de mandioca, que representa 81% do total.

No que concerne ao valor auferido à produção, o Estado do Amazonas é o que se destaca com o maior rendimento, enquanto que dentre os municípios o destaque é Lábrea, sendo a mandioca o produto que apresenta maior rentabilidade.

O quadro abaixo demonstra um ranking entre os estados e municípios analisados de acordo com o valor da produção dos principais cultivos.

Quadro 5.3—81— Ranking da Lavoura Temporária segundo o Valor da produção (em mil reais) - Estados

Estados	Valor total da produção (em mil reais)	Posição no ranking
Amazonas	324.344	1°
Acre	155.518	2°

Fonte: IBGE, 2005

A partir do quadro observa-se que o Amazonas é novamente o primeiro colocado, com o valor total da produção 52% mais alto do que o Acre.

Quadro 5.3—82 – Ranking da Lavoura Temporária segundo o Valor da produção (em mil reais) - Municípios

Municípios	Valor total da produção (em mil reais)	Posição no ranking
Lábrea	9.306	1°
Porto Acre	6.699	2°
Senador Guiomard	3.859	3°
Boca do Acre	2.940	4°

Fonte: IBGE, 2005

Lábrea é o município que se destaca com valor total 28% mais elevado do que o segundo colocado, Porto Acre.

Pecuária

Os quadros abaixo relacionam o efetivo dos principais rebanhos e os principais produtos de origem animal nos municípios, para o ano de 2005.

Quadro 5.3—83- Efetivo dos Principais Rebanhos - AM

Estado e Municípios	Efetivo dos Rebanhos (Cabeças)				
	Bovinos	Suínos	Eqüinos	Ovinos	Galináceos
Boca do Acre	282.260	4.568	1.528	5.582	69.581
Lábrea	6.790	7.631	66	346	47.798
Amazonas	1.197.171	290.410	11.909	67.197	3.934.153

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal, 2005

A pecuária bovina é expressiva no estado, com 1.197.171 cabeças. Dentre os municípios analisados é mais relevante em Boca do Acre, cujo efetivo é de 282.260 cabeças, enquanto que Lábrea possui apenas 6.790 cabeças. É importante ressaltar que o rebanho bovino de Boca do Acre representava 24% do total do estado, evidenciando a pecuária como atividade significativa na região e no município mencionado.

No que se refere à criação de suínos, eqüinos e ovinos os quantitativos se mostram menos expressivos no estado como um todo, sendo o primeiro maior em Lábrea do que Boca do Acre, porém o segundo e o terceiro maiores em Boca do Acre.

Quanto ao efetivo de galináceos – galinhas, galos, frangas, frangos e pintos – o Estado do Amazonas possui maior quantitativo, com 3.934.153 cabeças, e dentre os municípios se destaca Boca do Acre, com 69.581.

Quadro 5.3—84- Efetivo dos Principais Rebanhos - AC

Estado e Municípios	Efetivo dos Rebanhos (Cabeças)				
	Bovinos	Suínos	Eqüinos	Ovinos	Galináceos
Porto Acre	132.724	5.416	1.802	2.484	62.173
Senador Guiomard	265.393	1.858	2.945	3.587	123.527
Acre	2.313.185	151.073	33.368	45.920	1.105.084

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal, 2005

A pecuária bovina é ainda mais expressiva no Acre, com 2.313.185 cabeças. Dentre os municípios é mais relevante em Senador Guiomard, com efetivo de 265.393 cabeças.



Foto 5.3—10 - Pecuária às margens da estrada

Autor: Ricardo Batista

No que tange ao quantitativo de suínos este também é pouco expressivo, sendo o maior quantitativo o de Porto Acre, com 5.416 cabeças. A criação de eqüinos e ovinos é ainda menos expressiva, sendo maior em Senador Guimard do que Porto Acre.

Quanto ao efetivo de galináceos – galinhas, galos, frangas, frangos e pintos – o município que se destaca é Senador Guimard, com 123.527.

O quadro a seguir relaciona os principais produtos de origem animal nos Estados e Municípios analisados:

Quadro 5.3—85- Principais Produtos de Origem Animal - AM

Estado e Municípios	Tipo de Produto		
	Leite (mil litros)	Ovos de Galinha (mil dúzias)	Mel de Abelha (kg)
Boca do Acre	2.083	64	0
Lábrea	162	194	0
Amazonas	43.881	38.920	1.043

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal, 2005

A produção de leite é maior em Boca do Acre, quase não havendo expressividade em Lábrea. Juntos os municípios representam apenas 5,11% do total do estado.

Quadro 5.3—86- Principais Produtos de Origem Animal - AC

Estado e Municípios	Tipo de Produto		
	Leite (mil litros)	Ovos de Galinha (mil dúzias)	Mel de Abelha (kg)
Porto Acre	7.794	58	0
Senador Guiomard	7.813	1.040	0
Acre	79.665	2.216	4.279

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal, 2005

Observa-se que a produção de leite é mais alta no Acre, 79.665 mil litros, e quando considerados apenas os municípios a maior quantidade produzida é a de Senador Guiomard, 7.813 mil litros.

Na produção de ovos de galinha Senador Guiomard detém a maior produção entre os municípios.

A produção de mel de abelha não consta nos municípios analisados, somente nos estados como um todo, entre os quais se destaca o Acre.

➤ **PIB – Produto Interno Bruto na AII**

O PIB (Produto Interno Bruto) é o conjunto de todos os bens e serviços produzidos em um país durante certo período de tempo (geralmente um ano). Assim, no cálculo do PIB entram apenas os bens e serviços finais produzidos no país no ano corrente, sendo que seu cálculo é feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A função do cálculo do PIB é medir a capacidade de produção e, conseqüentemente, as riquezas geradas pela economia de determinada região ou país.

De acordo com a SEPLAN/AM, a partir da década de setenta elevou-se o PIB do Estado devido ao advento de novos projetos industriais e também do comportamento da economia externa. Assim, a década de 80, conhecida como década perdida para o Brasil, foi muito proveitosa para o Amazonas principalmente para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM) e para o comércio local.

Entretanto, a década de noventa foi considerada um período de complicações para ZFM e para o Estado, pois o mesmo depende muito do comportamento de sua Indústria de Transformação. Durante o início dos anos noventa, a ZFM perdeu competitividade com os produtos importados advindos por meio da abertura econômica feita pelo Governo Federal da época. Mas logo o parque industrial se renovou e então voltou a ter um comportamento equilibrado e a ZFM se manteve mesmo diante de muitas crises externas e internas.

No início do século XXI, o equilíbrio se manteve e, a partir de 2004, a tendência é de crescimento do PIB do Estado. Tal resultado é consequência de uma política voltada para o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas que, através da reorganização da estrutura do Estado, da máquina administrativa, da reimplantação da Secretaria de Planejamento, da valorização da ciência e tecnologia e do Programa Zona Franca Verde tem beneficiado todo o Estado, inclusive o interior.

O quadro a seguir demonstra o PIB nos Estados e nos Municípios a seguir relacionados:

Quadro 5.3—87 - PIB em mil reais - AM

Estado e Municípios	PIB (mil reais)			
	2001	2002	2003	2004
Boca do Acre	55.651	80.652	94.907	107.917
Lábrea	43.050	64.690	56.718	70.429
Amazonas	20.736.037	25.030.340	28.062.624	35.888.581

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004

Observa-se que tanto Boca do Acre quanto o estado do Amazonas formam uma curva de crescimento do PIB de acordo com o passar dos anos. Já Lábrea apresentou o PIB de 2003 mais baixo do que 2002.

No período analisado (2001 a 2004) Boca do Acre obteve crescimento de 48, 4%, Lábrea de 38,8% e o estado de 42, 2%.

No ano de 2004 o município que alcançou maior índice foi Boca do Acre, sendo que seu PIB se mostrou aproximadamente 35% maior do que o de Lábrea.

Quadro 5.3—88- PIB em mil reais - AC

Estado e Municípios	PIB (mil reais)			
	2001	2002	2003	2004
Porto Acre	24.443	29.898	36.074	41.439
Senador Guiomard	57.738	104.731	137.852	105.534
Acre	1.920.769	2.259.133	2.716.123	3.241.847

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004

Porto Acre e o estado do Acre também apresentam crescimento contínuo, entretanto Senador Guiomard revelou um declínio de 2003 para 2004.

No período analisado (2001 a 2004) o município de Senador Guiomard obteve crescimento de 42,5%, Porto Acre de 41% e o estado como um todo de 40,7%.

Vale destacar que, em 2004, Senador Guiomard apresentou PIB cerca de 60% maior do que o de Porto Acre.

PIB por Atividades

O PIB por atividades é a soma das riquezas produzidas, evidenciando a participação de cada setor da economia. O quadro abaixo demonstra o PIB por atividades de acordo com os seguintes setores: agropecuária, indústria, serviços e impostos.

Quadro 5.3—89- PIB por atividades no Estado do Amazonas e nos Municípios

Estado e Municípios	Valor adicionado na agropecuária (mil reais)	Valor adicionado na indústria (mil reais)	Valor adicionado no serviço (mil reais)	Impostos (mil reais)
Boca do Acre	40.721	18.839	46.036	3.288
Lábrea	18.625	7.679	44.149	262
Amazonas	1.181.515	23.125.598	8.799.722	3.080.351

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

Pode-se verificar que, entre os setores da agropecuária, indústria, serviço e impostos, o relacionado à produção industrial foi o que apresentou maior importância no Estado do Amazonas, que aglomerou 63,9% do total. Com relação aos municípios, nota-se que o setor mais relevante foi o de serviços, representando 42,3% para Boca do Acre e 62,4% para Lábrea.

Quadro 5.3—90- PIB por atividades no Estado do Acre e nos Municípios

Estado e Municípios	Valor adicionado na agropecuária (mil reais)	Valor adicionado na indústria (mil reais)	Valor adicionado no serviço (mil reais)	Impostos (mil reais)
Porto Acre	11.035	2.045	28.230	128
Senador Guiomard	15.538	28.422	61.506	678
Acre	179.312	853.053	1.999.670	271.081

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

Já no Acre e nos municípios acreanos os serviços foram os maiores contribuintes, com 61,7% do PIB para o estado, 68% para Porto Acre e 58,2% para Senador Guiomard.

PIB per capita

PIB *per capita* corresponde à soma das riquezas divididas pelo número de habitantes. O resultado do PIB *per capita* demonstra hipoteticamente o nível da distribuição da riqueza gerada pelo processo produtivo. A variação anual do PIB *per capita* é adotada como indicador de medição do desempenho econômico dos países, estados, regiões e municípios.

O quadro a seguir demonstra a distribuição do PIB *per capita* nos Estados e nos Municípios:

Quadro 5.3—91- PIB per capita nos municípios da AII / AM

Estado e Municípios	PIB <i>per capita</i> (reais)			
	2001	2002	2003	2004
Boca do Acre	2.041	2.934	3.426	3.854
Lábrea	1.521	2.323	2.071	2.606
Amazonas	7.086	8.331	9.100	11.434

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

Observa-se que, no período analisado, o PIB *per capita* de Boca do Acre obteve crescimento nominal de 47%, Lábrea de 41,6% e o Amazonas de 38%.

No ano de 2004, o PIB *per capita* de Boca do Acre foi aproximadamente 32% mais alto do que o de Lábrea.

Quadro 5.3—92- PIB per capita nos municípios da AII / AC

Estado e Municípios	PIB <i>per capita</i> (reais)			
	2001	2002	2003	2004
Porto Acre	2.039	2.439	2.879	3.604
Senador Guimard	2.761	4.880	6.262	5.455
Acre	3.241	3.707	4.338	5.143

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

Considerando-se o período analisado, o PIB *per capita* de Porto Acre obteve crescimento nominal de 43,4%, Senador Guimard de 49,3% e o Acre de 36,9%.

No ano de 2004 o PIB *per capita* de Senador Guimard foi cerca de 33% mais elevado do que o de Porto Acre, e se mostrou mais alto até mesmo do que a média do estado.

Especificamente em Lábrea os agricultores familiares residentes na sede mantêm seus plantios de roça no que chamam de campo da praia, em áreas próximas ao município. Outro local utilizado é a costa da praia, local um pouco mais distante, situado a cerca de 45 minutos da sede. Além dos plantios, muitas casas possuem casas de farinha.

O chamado feijão da praia, denominação nativa para o feijão plantado em várzea, é um produto importante economicamente para o município. Entretanto, apesar da alta produtividade dos pequenos produtores, a rentabilidade da atividade esbarrava na questão do beneficiamento, o que foi solucionado com a chegada de um secador de grãos montado pela Prefeitura municipal em acordo com o governo federal. Essa produção é destinada a Manaus.

Outros cultivos que se destacam no município são o milho, o cupuaçu, a banana e o abacaxi.

A borracha ainda apresenta uma pequena produção de 120 toneladas anuais na região, e a madeira ainda é extraída sob autorização do órgão ambiental, o IBAMA.

Nos arredores da região a pesca é predominantemente “artesanal”, praticada por pequenos pescadores. Já os grandes pescadores quase não têm acesso à Lábrea e se concentram no trecho entre Tapauá e Manaus, provenientes de rios como o Madeira, o Solimões e o Juruá.

Os pescadores que vendem sua produção em Lábrea geralmente pescam em rios e lagos próximos, sendo chamados canoinhas— denominação dada aos pescadores que chegam de canoa.

A análise da produção de uma determinada região pode ser feita através de sua estratificação em setores, conforme o tipo de bem ou serviço produzidos. Esta análise não visa apenas inferir a respeito do nível de produção auferido em um determinado período de tempo, mas também qualificar esta produção. Tal qualificação é preponderante para que se façam conjecturas a respeito das demais variáveis correlacionadas com determinados tipos de produção.

Se uma sociedade é estritamente agrícola pode-se inferir que o nível tecnológico da mesma deva ser baixo, da mesma forma que o nível educacional e a densidade populacional provavelmente sejam pequenos - devido a grande necessidade de espaço para as plantações. Depreende-se que numa área agrícola quanto menor for a densidade populacional, mais caras serão as medidas de infra-estrutura social (tais como: educação, saúde, saneamento, entre outros) devido à baixa utilização que elas terão e por causa dos maiores custos relacionados com as mesmas. Logo, uma sociedade estritamente agrícola tende a ter uma infra-estrutura social menos favorável que uma sociedade urbanizada, o que leva seus residentes a terem uma pior qualidade de vida.

No caso dos municípios da All, o setor agropecuário possui baixo nível tecnológico, pois não há grande participação de lavouras extensivas que demandem insumos. O setor industrial não alcança grande vulto e também não apresenta nível tecnológico

➤ **Aspectos da economia informal**

As atividades informais compreendem as unidades econômicas pertencentes a trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados.

O primeiro aspecto sobre a economia informal da área de influência indireta está baseado nas áreas que ocorrem concentração urbana, como sede dos municípios e povoados. Atribui-se a concentração na sede do município ao caráter econômico que esta adquire para a população além dos aspectos sócio-culturais que se traduzem organização do espaço urbano.

No centro das sedes dos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Senador Guiomard e na Vila do V no Município de Porto Acre, encontram-se concentradas as atividades relacionadas à economia informal: os vendedores ambulantes de roupas, de alimentos, de cosméticos, de bijuterias, etc, e os variados tipos de prestadores de serviços, como, cabeleireiros, eletricitas, pedreiros, motoristas, pessoas de apoio na área de informática, entre diversas outras atividades.

Para a análise das atividades da economia informal na Área de Influência Indireta foram realizados cruzamentos de dados de diferentes fontes, parte do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007, encomendado pelo SEBRAE ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), IBGE, ECINF (Pesquisa da Economia Informal Urbana), PED (Ministério do Trabalho e Pesquisa do Emprego e Desemprego), comparando com padrões estaduais da economia informal com os dados demográficos dos respectivos municípios da Área de Influência Indireta.

Quadro 5.3. 1 - Distribuição das Empresas do Setor Informal – Brasil, Amazonas, Acre - 2003

Brasil e Estados	2003	% sobre o Brasil
Amazonas	166.099	1,6
Acre	28.447	0,3
Brasil	10.335.962	100

➤ **Vetores de crescimento, destino da produção local e atividades econômicas das comunidades na Área de Influência Direta**

Baseado nos dados da amostra, no que trata dos empreendimentos do setor primário, secundário e terciário da área de influência direta da rodovia, identificou-se a pecuária, baseada na bovinocultura de corte é a principal atividade econômica. Essa atividade coloca o município de Boca do Acre como maior produtor do Estado do Amazonas, com 317.750 animais, levantamento da última campanha de vacinação contra febre aftosa em maio de 2007, informação fornecida pelo IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, instituição oficial de assistência técnica e extensão rural.

O mercado de carne está totalmente voltado para a cidade de Manaus, que absorve toda produção da agroindústria de carne, FRIZAM. No período de Dezembro de 2006 a Maio de 2007 (período chuvoso que diminui a produtividade) o frigorífico abateu 20.173 animais, e no período de Maio de 2006 a Dezembro de 2007 abateu 24.617 segundo relatório da Comissão Executiva de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Amazonas - CODESAV, órgão oficial responsável pelo controle sanitário da pecuária. O que não é abatido no frigorífico segue para açougues e abatedouros clandestinos da cidade de Boca do Acre e comunidades, que tem como consumidor final a população local. Foram identificados 46 estabelecimentos dessa natureza, segundo a CODESAV.

A BR 317/AM encontra-se como vetor de desenvolvimento da cadeia produtiva da pecuária, pois todo o transporte para aquisição de insumos, escoamento da produção, armazenamento e comercialização ocorre através desta estrada. O percurso da carne beneficiada no frigorífico começa no início da BR 317/AM, passa pelo Estado do Acre com destino a Porto Velho e Humaitá no Amazonas, onde embarca em balsas no Rio Madeira rumo a Manaus. Um fator importante que estimula essa cadeia, que termina no mercado de Manaus, é o fato de o Governo do Amazonas não cobrar imposto (ICMS) sobre os produtos de origem agropecuário, oriundos do próprio Estado.

O controle sanitário é aspecto de diferenciação da pecuária de Boca do Acre, que possui o título de área livre de febre aftosa com vacinação. Isso quer dizer vacinação em 100% dos animais, situação que não acontece em todos os demais municípios do Amazonas, pois no ano de 2004 foi registrado um caso da doença no Município de Careiro, que resultou em uma crise nas exportações de carne em todo o país, e perda do título para o estado.

A pecuária local da Área de Influência Direta está caracterizada da seguinte forma:

- Pecuária extensiva baseada na bovinocultura de corte, implantadas em grandes áreas de terra (acima de 1000 ha) com uso de técnicas de manejo de pasto, para melhor nutrição do gado.
- Pecuária semi-intensiva com uso do sistema de pasto rotacionado, implantado em médias e pequenas propriedades (até 500 ha), esse sistema permite um maior número de animais por área, voltados para reprodução e engorda sem objetivo de abate direto, mas para revenda aos pecuaristas extensivos.
- Pecuária intensiva na qual o gado é confinado ou semi-confinado, e alimentado com produtos da agricultura (milho, sevada, soja, cana) e complementos minerais importados de outras regiões do país. Com objetivo de comercialização para cria e recria de animais que serão adquiridos por outros criadores, para melhoramento genético, e posterior abate.

A maioria dos entrevistados levantados na amostra de campo realizada ao longo da BR 317/AM declarou buscar no Distrito de Piquiá os serviços de comércio necessários à produção e manutenção da moradia.

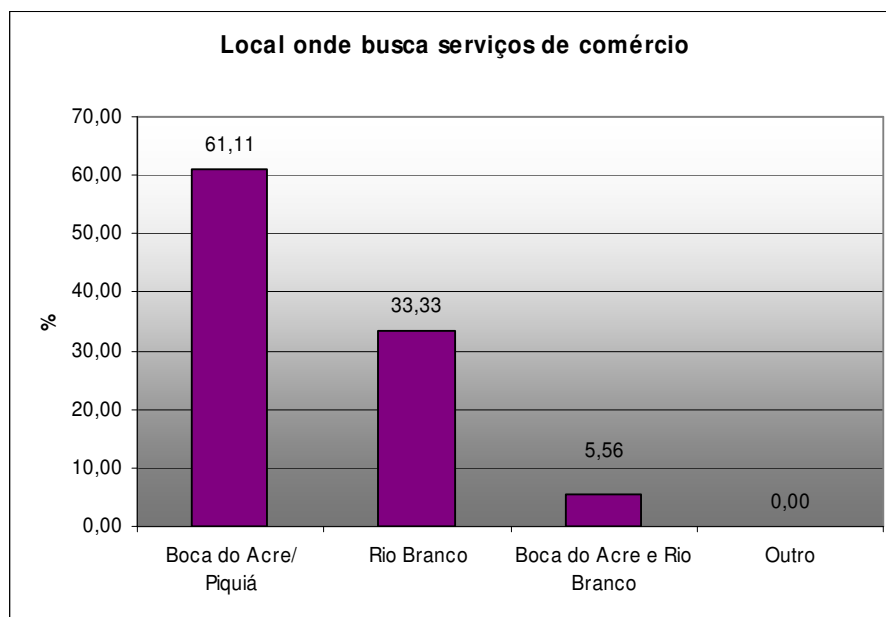


Gráfico 5.3-16 - Acesso aos serviços e comércio

Na AID foram identificados dois empreendimentos industriais de destaque: a Serraria Dominginhos e o Frigorífico FRIZAM.

Serraria Dominginhos

É uma micro-empresa situada no km 08 cuja produção é comercializada em Boca do Acre (15m³/mês). A extração da madeira é feita no Ramal do Monte, onde se localizam os fornecedores da serraria.

Frigorífico FRIZAM

No local é vendida tanto a carcaça do boi quanto os subprodutos e miúdos congelados.

Possui 150 empregados diretos e registrados, e aproximadamente 1.000 indiretos (ligados ao transporte, e também os pecuaristas). Os fornecedores são advindos principalmente de Boca do Acre e Rio Branco, incluindo os produtores localizados na BR 317/AM e na BR 364.

Atualmente a produção é de aproximadamente 3.000 bois/mês, resultado de uma produção de 126 bois/dia. Entretanto, o frigorífico possui capacidade para a produção de 450 cabeças/dia, a qual não é atingida devido à falta de estrutura para escoamento da produção.



Foto 5.3—11 - Frigorífico FRIZAM, município de Boca do Acre/AM

Autor: Catarina Garofalo

No que trata da pavimentação da rodovia, as principais vantagens para o frigorífico correspondem à comercialização, à possibilidade de aumento do volume de produção, à possibilidade de então ampliar a unidade e, assim, o aumento do número de empregos. Além disso, corresponde a um incentivo à atividade pecuária.

➤ **Potencial de mudanças das características produtivas atuais ao longo da área de influência**

O escoamento da produção, transporte da mão-de-obra e insumos da cadeia produtiva agropecuária está baseada na BR 317/AM. Essa rodovia, principalmente no período chuvoso, fica em péssimas condições, chegando a ser interditada todos os anos. Esta situação faz com que os produtos perecíveis comercializados de forma “in natura”, como hortifrutigranjeiros e grãos, se tornem inviáveis como instrumentos de desenvolvimento de uma região distante dos grandes centros consumidores.

Com a pavimentação observa-se uma potencialidade para a Agroindústria, utilizando mandioca e banana, produtos tradicionais já implantados em outras áreas do município, além de outros produtos com potencial para serem beneficiados como palmeiras para produção de palmito e frutas para polpa e derivados. O setor de agroindústria (Setor secundário) tem como grande vantagem a possibilidade de produzir alimentos com maior prazo de validade.

Na pecuária poderá haver aproveitamento do leite voltado para produção de leite longa vida, em pó e demais derivados. Atualmente é comercializado in natura e queijo artesanal para subsistência.

5.3.5 Uso e Ocupação do Solo

➤ **Análise descritiva da evolução da ocupação humana na região.**

Estado do Amazonas

O Estado do Amazonas está inserido na região Norte do país. Limita-se ao norte com a Venezuela e o Estado de Roraima; ao sul com o Estado do Acre, Rondônia e Mato Grosso; a leste com o Estado do Pará e a oeste com a Colômbia e Peru. Ele é o maior estado brasileiro, possuindo uma área de 1.570.745 km² de superfície. De acordo com o IBGE, o Amazonas divide-se em 62 municípios, 92 distritos, quatro mesorregiões e treze microrregiões.

A ocupação humana da Amazônia foi realizada por agrupamentos humanos compostos de coletores, pescadores e ceramistas, que desenvolviam atividades agrícolas itinerantes, organizando suas aldeias sobre bases igualitárias, sem grandes acúmulos materiais. Tais características foram preservadas até o início da colonização européia.

Em 1494, com a instituição do Tratado de Tordesilhas, o conjunto da região amazônica passou a pertencer aos espanhóis, sendo que por muitos anos os portugueses não manifestaram grandes interesses pela Amazônia. Isto porque a localidade era considerada muito extensa e não apresentava jazidas de ouro. Após desfeita a União Ibérica (fusão das coroas peninsulares de Portugal e Espanha), Portugal passou a reivindicar para si parcelas consideráveis da Amazônia, cujo objetivo foi alcançado a partir de 1621, quando a Espanha delegou plenos poderes expansionistas a Portugal.

Entre 1637 e 1639 uma expedição comandada por Pedro Teixeira, composta por quase dois mil homens percorreu a região amazônica. Assim, Portugal passou a ocupar efetivamente a área, dedicando-se inicialmente a incentivar as atividades de coleta por meio do trabalho escravo de índios. Desde então começou a se estabelecer os primeiros povoados europeus no baixo e médio Tocantins, no Solimões e no Madeira.

Entretanto, foi a partir do século XVIII que se concretizaram os projetos da Coroa portuguesa, através do domínio do Solimões, do alto Madeira e da bacia do Napo, territórios anteriormente controlados pelas missões espanholas. Assim, os portugueses iniciaram o trabalho missionário por todo o vale amazônico, formando aldeamentos religiosos que deram origem a algumas das principais cidades do Estado do Amazonas. Os sertanistas também tiveram um papel importante na ocupação do território, os quais geralmente acompanhavam os religiosos em suas atividades.

A criação da capitania de São José do Rio Negro alavancou as atividades econômicas do Amazonas, levando à criação de 45 vilas coloniais num território vastíssimo. O surgimento de pequenas indústrias de beneficiamento de algodão, manteiga de tartaruga e codoalhas, entre 1780 e 1820, é um exemplo do incremento econômico na área. O incentivo à produção agrícola veio por parte de Manuel Lobo de Almeida que administrou a capitania entre 1787 e 1799. Entre 1783 e 1792, mereceu destaque a expedição científica comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu quase todo o Norte brasileiro realizando uma investigação sobre a fauna, flora, acidentes geográficos e povoamento da região.

No século XIX, o maior contingente populacional do Amazonas estava concentrado nas áreas banhadas pelos rios Negro, Solimões e Madeira. O médio Amazonas (onde hoje estão as cidades de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Carreiro), começou a ser ocupado também nesta época. Nas primeiras décadas do século XIX, os coletores das “drogas do sertão” deram início à devastação do Juruá, do Purus e do Juari, abrindo vias para a exploração dos seringais da região.

Em 1832 ocorreu a proclamação da província do Amazonas, o que provocou uma violenta intervenção do Pará, que não concedeu a independência à província. A autonomia amazonense só foi alcançada em 1850, após a eclosão da Cabanagem (revolta ocorrida entre 1835 e 1845 que chegou à tomada do poder da região por um curto período de tempo).

Entre os anos de 1850 e 1870, a exploração da borracha, extraída das seringueiras amazônicas ganhou enorme impulso com a sua aplicação em vários ramos da indústria de transformação. Para o escoamento da produção da borracha, o governo brasileiro criou a Companhia de Navegação e Comércio da Amazônia na bacia do rio Amazonas. Desde então, o povoamento da região foi alavancado, sendo que esta foi ocupada principalmente por pessoas oriundas da região Nordeste que fugiram de uma terrível seca que assolou a área no ano de 1872. Neste período, estatisticamente o contingente populacional do Amazonas triplicou.

Contudo, a ausência de plantio e de beneficiamento local de matéria-prima e a concorrência com a Malásia fizeram com que o ciclo da borracha tenha se tornado muito curto. A conformação desse declínio se configurou em 1920. Com isso, a extração de produtos florestais tradicionais como a castanha-do-Brasil e a madeira voltaram a ser realizada.

Esse quadro voltou a se alterar após a revolução de 30 e, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, quando em 1966 foi criada a SUDAM (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia). Tal programa contribuiu para a modernização da infraestrutura local com construções de rodovias e incentivos fiscais às empresas amazonenses. A abertura da Transamazônica também contribuiu para quebrar o isolamento da região.

A partir de 1967 o Amazonas conhece seu arranque industrial com a Zona Franca de Manaus, onde foram instaladas fábricas que beneficiaram os produtos locais, sobretudo montadoras de aparelhos eletrônicos vindos de fora do Estado ou do país.

Boca do Acre

O município de Boca do Acre localiza-se a 08°45'07" de latitude sul e 67°23'52" de longitude oeste numa altitude de 105 m acima do nível do mar, possuindo uma área de 21.936 km². A cidade faz parte do Estado do Amazonas e pertence à Mesorregião do Sul Amazonense e Microrregião da Boca do Acre.



Foto 5.3—12- Boca do Acre/AM – vistas da cidade

Autor: Ricardo Batista

Dista 950 km da capital Manaus. As vias de acesso que levam até a cidade são fluviais e rodoviária, sendo atendida somente pela rodovia BR 317/AM, neste último caso.

Em 1878, aportou nas proximidades da confluência do Rio Acre com o Purus o navio Anajás levando uma expedição comandada pelo Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo. Nele estavam pessoas provenientes, principalmente, da região nordeste do país. Tal expedição tinha o objetivo de explorar as terras onde hoje está situado o município de Boca do Acre.

O topônimo Boca do Acre é derivado do antigo seringal com o mesmo nome, situado à margem direita dos rios Purus e Acre, na confluência destes.

Nas mesmas terras situou-se Alexandre de Oliveira Lima, apelidado de Barão de Boca do Acre, o qual foi responsável pela exploração de grande parte das terras.

Na década de 70, o município atravessou uma fase de grandes transformações populacionais e econômicas. A corrida por novas terras representava para os que vinham do sul, sudeste e centro-oeste, um novo eldorado. O Banco do Brasil se instalou no município, oferecendo a realização dos sonhos da produção. A exploração da castanha e da borracha, em decadência, mas ainda viva, se misturava ao embalo financeiro, trazido pelos investimentos dos novos habitantes.

O início da formação administrativa do município é datado de 1890 quando, pelo Decreto nº 67 foi criado o município com a denominação de Antimarí. Em 10.04.1891, pela Lei nº 95, foi criada a comarca do município. Em 28.01.1895 pela Lei Estadual nº 110, foram extintos o município e a comarca. Em 15.05.1897, pela Lei Estadual nº 166, ambos foram restabelecidos, mas com nova denominação: Floriano Peixoto. Sua reinstalação foi feita a 1º de agosto do mesmo ano. Em 18.09.1902, pela Lei Municipal nº 8, foi criado o distrito de Boca do Acre. Em 05.11.1921, pela Lei Estadual nº 1.126, foi suprimida novamente a Comarca de Floriano Peixoto. Em 04.01.1926, pela Lei Estadual nº 1.233, foi restaurada Comarca de Floriano Peixoto. Em 02.05.1934, pelo Ato nº 3.462, a sede do município foi transferida para o distrito Boca do Acre, que recebeu a categoria de vila. Em 31.03.1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 68, o município de Floriano Peixoto passou a denominar-se Santa Maria da Boca do Acre. Em virtude do Decreto-Lei nº 176, de 1º de dezembro do mesmo ano, que fixou o quadro territorial do Estado em 1943, o município e o Distrito de Santa Maria da Boca do Acre passaram a denominar-se simplesmente Boca do Acre.

Lábrea

O município de Lábrea está localizado entre a latitude 07º48'47" S e longitude 64º 77'15" W, com uma altitude de 60 metros acima do nível do mar e uma área de 68.508 km².de superfície. Lábrea encontra-se na região Norte do Brasil, particularmente ao sul do Estado do Amazonas na Mesorregião Sul Amazonense e Microrregião do Purus. Limita-se com os municípios de Canutama, Tapauá, Pauini, Boca do Acre e com os Estados de Rondônia e Acre, e está à margem direita do Rio Purus. Atualmente possui o status de centro sub-regional do Purus.

Em linha geográfica, dista 820 km de Manaus. Suas principais vias de acesso são a BR 317/AM e a BR 230.



Foto 5.3—13– Lábrea/AM, vistas da cidade

Autor: Helio Pontes

A cidade de Lábrea foi fundada em 1881. A maior parte de sua extensão territorial está quase que totalmente formada pela densa selva amazônica. É uma região ainda quase que despovoada considerando-se que a densidade demográfica da mesma é de 0,36 hab./km².

Na época da colonização do Brasil, a principal via de acesso à hoje denominada Microrregião Purus e onde está inserido o município de Lábrea era o rio Purus. Em tempos coloniais a região era conhecida apenas por coletores de drogas.

Em 1852 foi criada a Província do Amazonas. Desde então, Tenreiro Aranha, primeiro presidente da nova unidade do Império, organizou uma expedição pelo rio Madeira com o propósito de estabelecer comunicação com a Província do Mato Grosso e Bolívia, não levando em conta as dificuldades de transporte do trecho.

Tal expedição partiu de Manaus em 1852 cujo objetivo era encontrar uma ligação através das campinas do Purus com o rio Madeira. Tal objetivo não foi alcançado devido à impossibilidade de navegação pela via fluvial.

Em 1854, foi fundada às margens do rio Purus a Missão Indígena São Luis Gonzaga.

Em 1861 foi organizada outra expedição com o mesmo intuito da anterior, dessa vez comandada por Manuel Urbano da Encarnação. Tal expedição foi também frustrada, mas logo depois Manuel Urbano e o capitão Manuel Nicolau de Melo fixaram residência na zona do Purus.

Devido ao advento da navegação a vapor e à extração da borracha, o povoamento do Purus foi incentivado. A partir de 1869, povoaram a região pessoas advindas do nordeste que fugiram de uma grande seca. Tal povoamento foi organizado pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, que é considerado o fundador da cidade. Desde então, a região ora povoada também por brancos passou a denominar-se Lábrea.

O trecho do rio Purus onde está situada Lábrea foi primeiramente denominado Maciari ou Terra Firme do Maciari. Esta palavra é de origem indígena, sendo que Maci significa doença ou doente e Ari significa cair. Tal denominação é derivada das grandes endemias reinantes na região que vitimaram, na segunda metade do século XIX, 70% da população ali residente.

Em 14.05.1881, pela Lei Provincial nº. 523, a freguesia foi elevada à categoria de vila. Em 22.05.1883, foi criada a comarca do rio Purus, com sede em Lábrea. Em 22.10.1890, pelo Decreto Estadual nº. 67 foi desmembrado de Lábrea o território que formou o município de Boca do Acre. Em 1896, Lábrea sofreu outro desmembramento territorial, desta vez para construir o município de Canutama. Em 11.09.1894, pela Lei Estadual nº. 97, Lábrea foi elevada à categoria de cidade.

Estado do Acre

O Estado do Acre está localizado na região Norte do Brasil e limita-se ao norte com o Amazonas, a leste com Rondônia, a leste e sul com a Bolívia e a sul e oeste com o Peru. Possui uma área territorial de 153.697 km².

Segundo dados históricos pode-se verificar que as primeiras correntes migratórias que se dirigiram para os vales dos rios Purus e Tamauacá foram em busca da borracha.

As terras onde hoje está o Estado do Acre pertenciam à Bolívia, posse esta estipulada pelos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). Devido a presença de sertanistas brasileiros na região, em 1867 foi delineado um acordo entre Brasil e Bolívia chamado Tratado de Ayacucho que instituía que a fronteira dos dois países seria definida pela confluência dos rios Beni-Mamoré, em direção leste.

De 1877 a 1879 ocorreu a grande seca na região do nordeste brasileiro, o que provocou a intensa imigração de nordestinos para o Acre. Até 1890 extensas faixas do território acreano foram ocupadas por imigrantes brasileiros, ocupação esta realizada de maneira desordenada tendo em vista que burlava o Tratado de Ayacucho, pois ela ultrapassava as normas fronteiriças estabelecidas pelo tratado. O grande alvo da disputa pelo território em questão eram os seringais.

Graças a isso, a Bolívia adotou posições defensivas no intuito de preservar a soberania do seu território. Assim, em 1898 foi criada uma sede de arrecadação de impostos em Puerto Alonso (hoje Porto Acre). Logo depois, a área do atual Acre foi cedida a um grupo norte-americano para que o EUA prestasse auxílio militar e econômico ao país. Com isso, formou-se em 1901 o chamado *Bolivian Syndicate of New York*, que representava uma forma de protesto a criação do Estado Independente do Acre que foi criado em 1899 pelo espanhol Luiz Galvez – ex-funcionário do consulado boliviano em Belém do Pará.

A independência do estado foi alcançada tanto por meios militares quanto por meios institucionais. Como um meio institucional, pode-se citar a ruptura das relações comerciais entre Brasil e Bolívia proposta pelo Congresso brasileiro. No plano militar, o gaúcho José Plácido de Castro arregimentou em 1902 alguns grupos de seringueiros para a tomada de Xapuri. Com o apoio logístico do Estado brasileiro, em 1903, ocuparam Puerto Alondo e proclamaram novamente o Estado Independente do Acre.

Diante disso, o governo brasileiro decidiu realizar a abertura de um canal de negociação com o *Bolivian Syndicate*, oferecendo a essa organização uma indenização de 110 mil libras esterlinas pela anulação do contrato com a Bolívia. Tal proposta foi aceita e com isso o Brasil passou a estabelecer relações com o governo boliviano e em 1903 elaboraram o Tratado de Petrópolis em que o Brasil adquiriu uma região de 142.800 km² por dois milhões de libras, comprometendo-se ainda a edificar a estrada de ferro Madeira Mamoré, além de ceder terras do Mato Grosso e Amazonas à Bolívia.

Com isso, desde 1907, a borracha, centro da crise, permaneceu como o principal produto de exportação do Acre. No entanto, tempos depois a atividade extrativa na região entrou em crise devido aos baixos preços obtidos pela borracha e pelo próprio esgotamento dos seringais, levando um grande número de empresários a falência. Veio acrescentar a todos esses problemas o baixo nível técnico da produção e a falta de incentivos fiscais aos pequenos e médios produtores.

Problemas de fronteira também existiram com o Peru, que reivindicava a propriedade de todo o Território do Acre e mais uma extensa área no Estado do Amazonas, tendo tentado estabelecer delegações administrativas e militares na região do Alto-Juruá entre os anos de 1898 e 1902, e do Alto-Purus entre 1900 e 1903. Os brasileiros, no entanto, com seus próprios recursos forçaram os peruanos a abandonar o Alto-Purus em setembro de 1903. Com base nos títulos brasileiros e nos estudos das comissões mistas que pesquisaram as zonas do Alto-Purus e do Alto-Juruá, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores na época, propôs ao Governo do Peru o acerto de limites firmado a 8 de setembro de 1909. Com este ato completou-se a integração política do Acre à comunidade brasileira.

A partir de 1920, a administração do Acre foi unificada e passou a ser exercida por um Governador, nomeado pelo Presidente da República. Pela Constituição de 1934, o Território passou a ter direito a dois representantes na Câmara dos Deputados. Em 1957, projeto apresentado pelo Deputado José Guimard dos Santos elevava o Território à categoria de Estado, o que resultou na Lei nº. 4.070, de 15 de junho de 1962, sancionada pelo então Presidente da República, João Goulart.

Porto Acre

O município de Porto Acre localiza-se no nordeste do Estado do Acre, entre a latitude 09º35'16"S e longitude 67º31'58" O, na Mesorregião Vale do Acre e Microrregião Rio Branco, possuindo uma área territorial de 2.985 km². Limita-se ao norte com o Estado do Amazonas, ao sul com os municípios de Bujari e Rio Branco, a leste com o município de Rio Branco e a oeste com Bujari.

As principais vias de acesso ao município são: via fluvial através do Rio Acre, e, via rodoviária através da BR 364 (esta rodovia é transitável apenas no período da seca, entre os meses de junho e outubro) e AC-010. O município está a quase 50 km da capital.



Foto 5.3—14- Porto Acre/AC - Vista de rua típica e do museu da cidade

Autora: Catarina Garófalo

Fundado por um ministro boliviano, em 1899, com o nome Puerto Alonso, o município de Porto Acre tem sua história intimamente ligada à Revolução Acreana, pois foi nesta cidade que se travaram as batalhas que levaram a incorporação do Estado do Acre ao território brasileiro. Localizado estrategicamente na rota da borracha, via rio Acre, foi ocupado durante o século XIX por migrantes nordestinos, tendo como atrativo a extração da borracha.

Porto Acre ganhou status de município em 1993, quando foi desmembrado da capital Rio Branco.

Senador Guiomard

O município de Senador Guiomard está localizado no sudeste do Estado do Acre a 10°09'03" de latitude sul e 67°44'09" de longitude oeste, fazendo limite ao norte com o Estado do Amazonas, ao sul e a oeste com o município de Rio Branco, a leste com o município de Plácido de Castro e a nordeste com o município de Acrelândia. Possui uma área territorial de 1.837 km² localizando-se na Mesorregião Vale do Acre e Microrregião Rio Branco.

Dista 30 km da capital Rio Branco e possui como principais vias de acesso as rodovias BR 317/AM , BR-364 e AC-40.



Foto 5.3—15- Senador Guiomard/AC – Avenida e praça na cidade

Autora: Tais Furtado

A ocupação do município teve suas origens em 1930 quando 32 famílias oriundas da região nordeste do país iniciaram o povoamento da região. O povoado foi elevado à categoria de vila em 1956 passando então a se chamar “Vila Grande Quinari”, nome este originário de uma árvore denominada Quinaquina existente em abundância na localidade.

Em 1959 a região passou a ser ocupada por famílias japonesas que até os dias atuais permanecem ali e desenvolvem a cultura do amendoim. Em 1970, registrou-se a chegada de dezenas de famílias brasileiras provenientes do sudeste brasileiro, atraídas pelo incentivo à pecuária desenvolvido pelo governo do Estado.

Em 1976, através da lei estadual n° 588, de 14 de maio, passou à categoria de município e teve seu nome alterado para Senador Guimard, em homenagem ao autor do projeto de lei que elevava o Acre à condição de Estado. A partir de 1980, começou a se construir toda a infra-estrutura necessária para atender as principais necessidades da população, como escolas, hospital e a instalação de agências bancárias.

A eleição do primeiro prefeito se deu em 1984, pelo voto direto, sendo eleito o sargento João Rodrigues da Silva, que foi também o primeiro delegado do município. Outro fato importante para a população foi o asfaltamento da AC-40, em 1985, que facilitou a comunicação com a capital do Estado. O município ainda é cortado pelas BRs 364 e 317, totalmente asfaltadas, sendo este o município acreano que possui a melhor infra-estrutura de rodovias.

➤ **Caracterização e Mapeamento do Uso e Ocupação do Solo**

Com o intuito de identificar as atividades econômicas potencialmente afetadas foram verificadas as tipologias de uso e ocupação do solo predominantes ao longo da Área de Influência Direta e Indireta do empreendimento.

Para este levantamento os dados foram retirados a partir de processamento de imagens Cbers CCD 2 de órbita 179/110 e 179/112, de 2007

O mapa abaixo foi elaborado com os principais usos encontrados na área, cuja análise se encontra nos quadros a seguir.

Mapa 5.3-2- Uso e Ocupação do Solo

Quadro 5.3—93 Feições na AID

Cobertura	Siglas	Área	
		Km ²	Hectares
Corpos d'água	Ca	16	1.630
Pastagem	Pa	655	65.466
Influência urbana	lu	7	654
Solo exposto	Se	1	118
Área sujeita a inundação	Ai	26	2.589
Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel	Db	254	25.409
Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas	Ab	98	9.845
Floresta Ombrófila Aberta Aluvial	Aa	108	10.804
Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel	Da	47	4.720
TOTAL	-	1.212	121.235

Fonte: IBGE, 2005

Verifica-se que a AID se mostra coberta principalmente por pastagem, que ocupa 54,04% da área total. A cobertura vegetal, formada pela Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel, Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas, Floresta Ombrófila Aberta Aluvial e Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel, corresponde a aproximadamente 41,83%.

Em seguida se destacam as áreas sujeitas à inundação, 2,14%, acompanhada pelos corpos d'água, 1,32%. As áreas sob influência urbana correspondem a 0,57%, estando o restante, 0,1%, classificado como solo exposto.

Quadro 5.3—94 - Feições na All

Cobertura	Siglas	Área	
		Km ²	Hectares
Corpos d'água	Ca	85	8.525
Pastagem	Pa	2.185	218.475
Influência urbana	lu	7	674
Solo exposto	Se	1	118
Área sujeita a inundação	Ai	119	11.936
Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel	Db	2.272	227.210
Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas	Ab	574	57.392
Floresta Ombrófila Aberta Aluvial	Aa	1.183	118.316
Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel	Da	885	88.470
TOTAL	-	7.311	731.115

Fonte: IBGE, 2005

Na All, aqui considerada como a faixa de 25 km para cada lado da margem da rodovia, prevalece a cobertura da vegetação, que corresponde a aproximadamente 67,21% do total, principalmente a Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel, responsável por 46% desta cobertura.

As áreas de pastagem ocupam cerca de 29,89% dos 7.311 km² totais. As áreas sujeitas a inundações representam 1,62%, e os corpos d'água 1,16%. As áreas sob influência urbana correspondem a 0,10%, ficando apenas 0,02% classificado como solo exposto.

➤ Interferências da rodovia em comunidades marginais

Através dos levantamentos de campo realizados na AID foi possível verificar a existência de 3 comunidades às margens do trecho amazonense da BR 317/AM, todas pertencentes ao município de Boca do Acre/AM, a saber:

- Comunidade do Km 104;
- Comunidade do Km 38;
- Distrito do Piquiá

Comunidade do Km 104

A comunidade do loteamento – km 104 está localizada na antiga Fazenda Paraná. Na década de 90, parte da propriedade foi dividida em lotes destinados à moradia. Atualmente existem 5 moradias no local e quase todos os habitantes trabalham em propriedades da região.



Foto 5.3—16 - Vistas da comunidade do Loteamento 104, a partir da estrada

Autor: Ricardo Batista

Comunidade do Km 38

A comunidade de Nossa Senhora Aparecida, também chamada de Km 38 ou simplesmente Bode Preto, segundo informações coletadas juntos aos moradores, teve início por volta do ano de 1977 com a fixação no local de pioneiros.

Logo depois ocorreram conflitos de terra, processo conhecido como “grilagem” (informações sobre “grilagem” na região estão apresentadas mais adiante, neste item). Depois de um período de reintegrações de posses e novas ocupações, pela intervenção do INCRA, os moradores receberam a posse da terra, sendo ali instalado o Projeto de Assentamento Seringal Senápolis. Em 2001 uma empreiteira responsável por obras na Rodovia instalou no local seu canteiro de obras, ainda hoje utilizados pelos moradores como habitações.

Atualmente residem ali cerca de 100 famílias que desenvolvem pequena agricultura de subsistência. Além disso, há um pequeno comércio na sede comunitária. Segundo informações coletadas, ocorre especulação de terras, que acarreta na migração dos proprietários para centros urbanos.

Repetindo o padrão da AID, os moradores captam a água em poços, a eletricidade provém de um gerador, o esgoto é disposto em fossas rudimentares e o lixo é queimado na maioria das habitações.

A única escola da comunidade, construída em 1987, a Escola Rui Barbosa, possuía por ocasião dos levantamentos, 30 alunos, servindo além da comunidade, outras propriedades da redondeza.



Foto 5.3—17 – Comunidade do Km 38 e o Proprietário do restaurante “Bode Preto”, um dos primeiros moradores e sua esposa, professora da escola da comunidade

Autora: Carla Moraes

Distrito de Platô do Piquiá

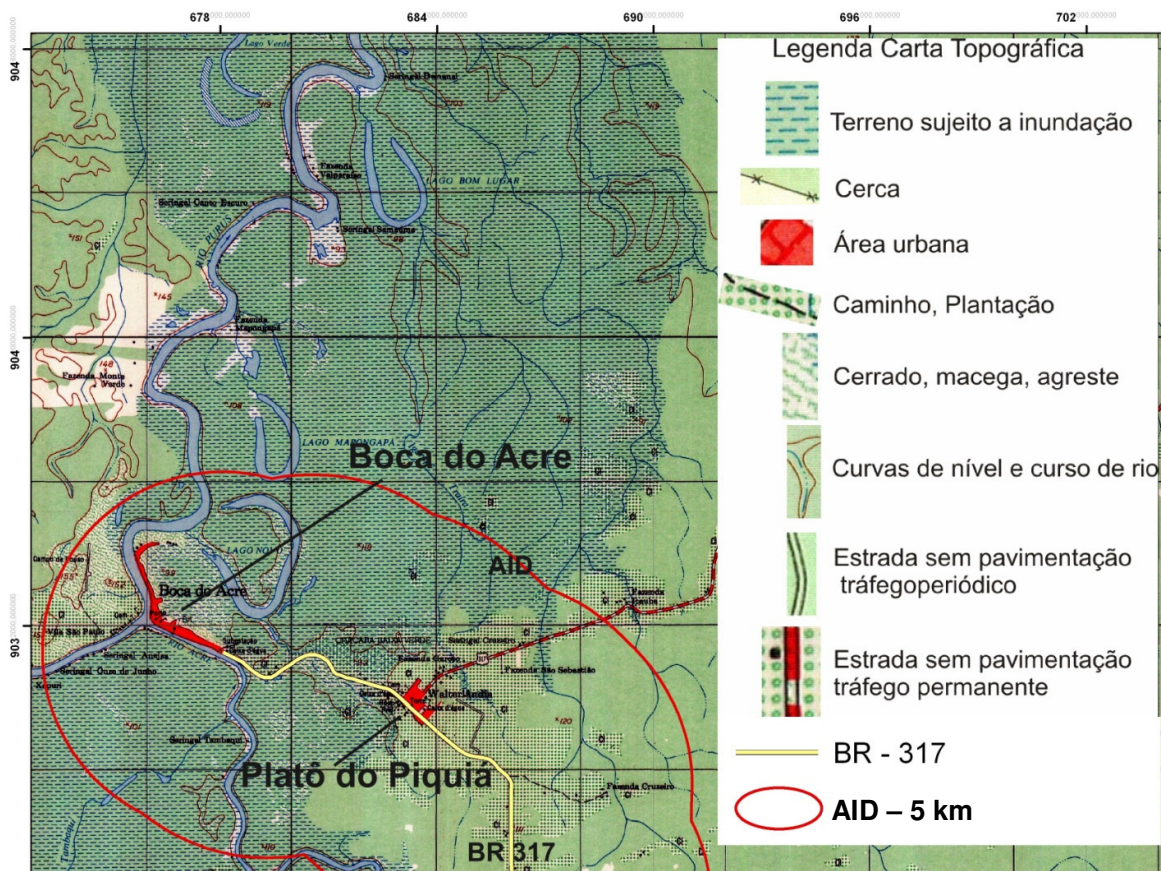
Localizado no km zero da BR 317/AM, o distrito do Piquiá era um antigo entroncamento de estradas de seringais. Criado em 1972 como alternativa para relocação da sede do município de Boca do Acre, devastada pelas inundações dos rios Purus e Acre no ano anterior, o novo assentamento foi protegido das águas por um imenso aterro de 6 km de extensão por 10 m de largura, com altura acima do nível das alagações.

Tratava-se de um sonho antigo dos políticos de Boca do Acre, objeto de pleitos diversos como nos conta Melo:

“Apresentei (...) projeto de lei autorizando o Estado do Amazonas a pagar ao município de Boca do Acre 10% sobre os valores recebidos e por receber, a título de indenização, pela criação do Território Federal do Acre, cuja indenização o Amazonas teve ganho de causa em uma ação movida contra o Governo da União, no Supremo Tribunal Federal (...) O município de Boca do Acre empregaria o total do valor recebido na construção de uma nova cidade, sede do município, em local de terra firme, para livrar os boca-acrianos do sufoco da alagação dos rios Purus e Acre” (MELO, 2006:69).

Tal como projetado na década de 70, o distrito possui ruas e avenidas largas e bem traçadas, tendo recebido inicialmente a denominação de Valterlândia, nome não oficializado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, mas que ainda consta em alguns mapas da região.

Mapa 5.3-3- Localização das áreas urbanas de Boca do Acre e Platô do Piquiá, antiga Valterlândia.



Fonte: Adaptado da Carta Cartográfica do IBGE.
Execução: Tais Furtado



Foto 5.3—18 - Vista de avenida típica do Platô do Piquiá

Autora: Carla Moraes

Atualmente o Distrito funciona como contraponto à tradicional sede de Boca do Acre, esta última também conhecida como Cidade Baixa. Localizam-se ali os principais órgãos públicos municipais e estaduais, agência bancária, hospital, comércio, hotel e algumas residências. Mas a vida urbana, a grande maioria das residências, ou seja, a inquietação das atividades cotidianas e o reconhecimento da população como sede do município, parece permanecer no núcleo original da cidade, talvez pela presença dos dois rios, os mesmos que outrora trouxeram problemas à comunidade, mas que também representam importantes meios de deslocamento e integração com as cidades vizinhas.

➤ **Estrutura fundiária existente nas áreas do entorno da rodovia**

A AID do empreendimento é uma região muito antropizada, em que prevalecem as grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva. Excluindo-se aquelas localizadas em terras indígenas, são ao todo 141 propriedades dispostas ao longo das margens do trecho da rodovia em estudo, considerando-se os 5 km de cada lado. Destas, segundo levantamento realizado, mais de 80% são próprias.

A seguir a lista de proprietários, segundo informações fornecidas pela Unidade Local da CODESAV em Boca do Acre:

Quadro 5.3—95- Proprietários de terras à margens da BR 317/AM – trecho de estudo

Proprietário	Localização (km)	Observações
João Pereira da Silva	01	-
Sebastião Nunes Barbosa	02	-
Francisco Furtado de Sousa	02	-
Geraldo Fabio Rodrigues de Carvalho	02	-
Antonio Gomes de Carvalho	03	-
Odemir Raulino da Silva	04	-
Elizabete Carvalho Lopes	04	-
Aristeu Lindolfo de Lima	04	-
João Antonio de Santana Filho	04	-
Pedro Antonio da Cruz	05	-
Gilvan Onofre Souza	05	-
Ademar Jesus dos Santos	06	-
Francisca Aleluia da Rocha	07	-
João Laudelino da Silva	07	-
Sebastiana Itelvina de Jesus	08	-
Domingos Munhoz Correia	08	-
Domingos Vicente Nugoli Munhoz	08	-
Arnaldo Alves dos Santos	08	-
Manoel Ferreira Machado	09	-
Ivânio Aparecido Lima	10	-
Jose Maria Castro Freitas	11	-
Pedro Santiago de Oliveira	11	-
Elizabete Carvalho Lopes	12	-
Radir de Souza Magalhães	12	-
Rodrigo Mariano de Lima	14	-
Raimundo Fernandes de Souza	14	-
Michele Pereira dos Santos	16	-
Helton Coelho Diniz	17	-
Werden Ferreira dos Santos	26	-
Américo Silva Magalhães	32	-
Francisco Pereira Lima	33	-
Nelson dos Santos Ale	33	-
Nelson Cocati Filho	34	-
Roberto Carlos Belo	34	-
João de Paulo Belo	34	-
Dario Manoel da Silva	36	-
Carlos Sotero Queiroz	36	-
Constantino Aparecido Deolon	37	-
Nilza Silva Oliveira Vieira	37	-
Antonio Benvindo da Silva	37	-
Carlos Alexandre de lima	37	-
Genésio Santos da Silva	37	-
Alonso Raimundo Batista	38	-
Francisco Balbino Maciel	38	Ramal - a 08 km
Francisco Canioé de Souza	38	Ramal - a 09 km
Josué Gabriel da Silva	38	Ramal - a 07 km
Lourival Pereira Lima	38	Ramal - a 09 km

Lucia Ferreira da Silva	38	-
Manoel Benedito Celestino	38	Ramal - a 05 km
Manoel Edson dos Santos	38	-
Marcio da Silva	38	-
Manoel Rocha da Silva	38	Arrendatário de Antero Augusto
Valdimiro Oliveira dos Santos	38	-
Antero Augusto Alves	38	-
Izaias Camurça dos Santos	38	-
Josafa Soares de Moura	38	-
Antonio Donizete Bertolelo	39	-
Paulo Roberto Barra Feital	40	-
Helton Coelho Diniz	40	-
João Bertoldo	40	-
Cláudio Smangorzevski	42	-
Celestino Schimangoeski	42	-
Honorino Reolon	42	-
Nair Marcos	45	-
Paulo Oliveira de Souza	45	-
Acioly Jacinto Peixoto	45	-
Francisca Marques Ribeiro	45	Área indígena
Marina Oliveira da Silva	45	-
Pedro Marques de Oliveira Apurinã	45	Área indígena
Raimundo de Souza Lima	45	Área indígena
Raimundo Marques de Oliveira Filho	45	-
Severino Francisco M. de Apurinã	45	Área indígena
Osvaldo Marcos da Silva	48	-
Edilson Marques de Oliveira	48	Área indígena
Roberto Carlos Cruz de Oliveira	48	-
Francisco de Souza Amorim	50	-
Rudy Delmar Clans	50	-
José Ribamar Brito	52	-
Alberto de Paula Edwards	52	Ramal - a 06 km
Wilmar Cesario Rosa	52	-
Analia Maroviani Cocati	52	-
Domingos Santos de Oliveira Apurinã	52	Área indígena
Antonio Fernandes do Nascimento	52	-
Euzebio Cocati	53	-
Carlos Antonio Cocati	53	-
Fernando Cocati Primo	54	-
Francisco Ferreira Castilho	56	-
Paulo César Ferreira de Castilho	56	-
Maria das Graças Rodrigues Moreira	56	-
Antonio Luís Peron	56	-
João Cocati Sobrinho	56	-
João Vinha	56	-
Wanderley Cocati	58	-
Reinaldo Belo Niz	58	-
Manoel Pereira Niz	60	-
Reinaldo Belo Niz	60	-
Adegar Lucio da Costa	64	-

Acioly Jacinto Peixoto	64	-
Renilda Pereira Niz	64	-
Otacílio Alexandre da Silva	66	-
José Manoel da Silva	66	Ramal - a 06 km
Julio Eduardo Ferreira	66	Ramal - a 06 km
Junio Alves Ferreira	66	Ramal - a 05 km
Marli Sebastiana Carneiro Coelho	67	-
Luciana dos Santos Matias	69	Ramal - a 10 km
Francisco das Chagas da Silva	70	Área indígena
Elias de Oliveira Garcia	70	-
Antonio Vieira da Silva	73	Área indígena
Edmundo Simão da Silva Apurinã	82	Área indígena
Acácio Mauricio da Silva	84	-
Agricerio Alvez dos Santos	84	-
Caciano Vieira da Silva	84	Área indígena
Francisco Miguel de Lima Apurinã	85	-
Nilza Silva Oliveira Vieira	85	-
Valdimiro Lima Apurinã	85	-
Edilson Rodrigues de Souza	85	Área indígena
Zaquiel de Lima Apurinã	87	Área indígena
Ridier Balbino Paixão	88	-
Otacilda da Silva Apurinã	88	-
Luiz Eneidino de França	89	Ramal - a 07 km
Aerson Pereira Constantino	90	Ramal - a 06 km
Alberto Benevides da Silva	90	Ramal - a 12 km
Ervino Borges da Silva	90	Ramal - a 07 km
Francisco Costa e Silva	90	Ramal - a 04 km
Luiz Alberto Borges de Alencar	90	-
Maria Menalda da Silva Oliveira	90	Ramal - a 03 km
Maria de Fátima Souza dos Santos	90	-
Wilmar Francisco Cortes	90	-
Antonio Brasileiro Borges	90	-
Elizeu Holanda de Oliveira	90	-
Ineida de Castro Brasileiro Borges	90	-
Francisco Hipolito de Araujo Neto	91	-
José Bispo de Souza	93	-
Antonio Ferreira da Cunha	93	-
José Quério Cardoso	93	-
Gilberto Nunes dos Santos	93	-
Moacir Delatri	94	-
Acioly Jacinto Peixoto	99	-
Fabrcio Soares Brasileiro Borges	99	-
Claudemir Agostinho de Paula	100	-
Ademar Fernandes de Lima	100	-
Rosimery Braga Barcelos	102	-
Rubens Correa de Barros Junior	102	-
Candido José Braga Braga Barcelos	102	-
Clarissa Alvim Passos	104	-
Danilo Alvin Passos	104	-
Napoleão Maia Nunes Neto	104	-
Rogério Pinheiro Borges	104	-

Eugenio Nunes de Almeida	104	Ramal - a 06 km
Mariana Alvim Passos	104	-
Yasmine Alvim Passos	104	-
Walfrido Palma Passos	104	-
Antonio Raimundo Pereira Filho	104	-
Adalberto José Moreto	105	-
Evaldo Oliveira de Almeida	105	Ramal - a 08 km
Arteurio Ariberto Sherurman	106	-
Raimunda Soares Brasileiro Borges	108	-
Carlos Renato Hessel	108	-
Jamile Soares Brasileiro Borges	108	-
Iso Vieira da Silva	112	-
Íris Martins Vieira	114	-
Oswaldo Carneiro Guimarães	115	-
Ailton Leão de Oliveira	115	-
José Osmar Carneiro Guimarães	115	-
Paulo Ramos Lemes	118	-
Genailton Souza de Oliveira	118	-
Marlucia Nunes Barbosa	120	-

Fonte: CODESAV. Unidade de Boca do Acre

A partir do gráfico a seguir, formado utilizando-se os dados coletados em 19 propriedades localizadas ao longo da BR 317/AM, nota-se que aproximadamente 28% das propriedades da AID possuem mais de 800 ha, 38,89% possuem de 50 a 300 ha e apenas 22% possuem menos de 50 ha.

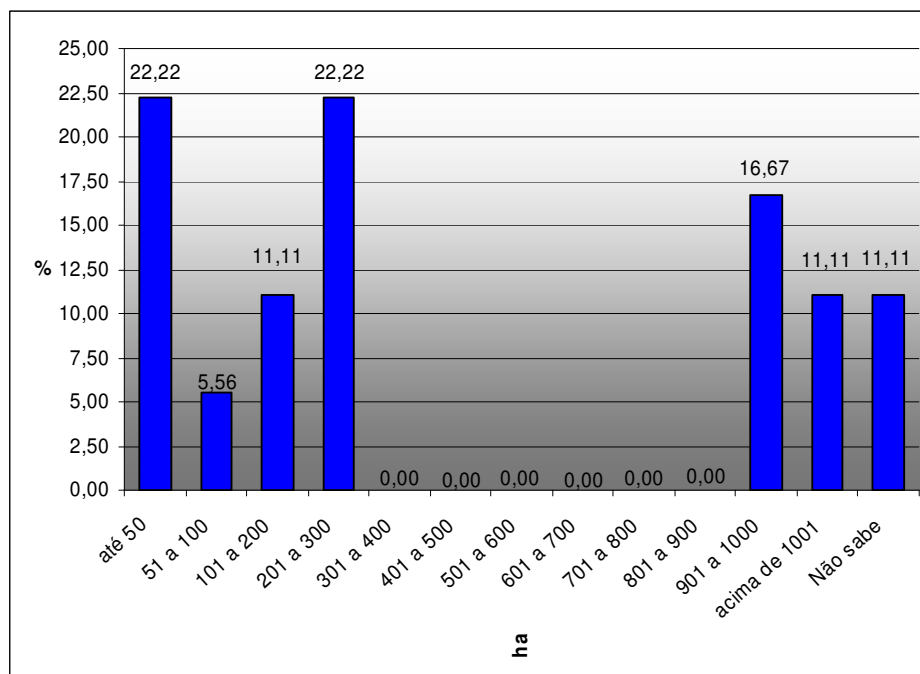


Gráfico 5.3-17- Tamanho das propriedades na AID - amostra

Quando analisada a produção agrícola foram observadas apenas atividades de subsistência em 5 das 19 propriedades analisadas, isto é, 26,31%, dentre os quais se destaca a mandioca, jambo, caju, manga, cupuaçu, abacaxi, banana e milho.

Dentre os rebanhos o bovino é o de maior importância, podendo ser encontrados também suínos, galináceos e eqüinos, porém sendo esses últimos apenas para subsistência ou trabalho dentro da própria propriedade.

O quantitativo do rebanho é bem diversificado, ilustrado no gráfico a seguir:

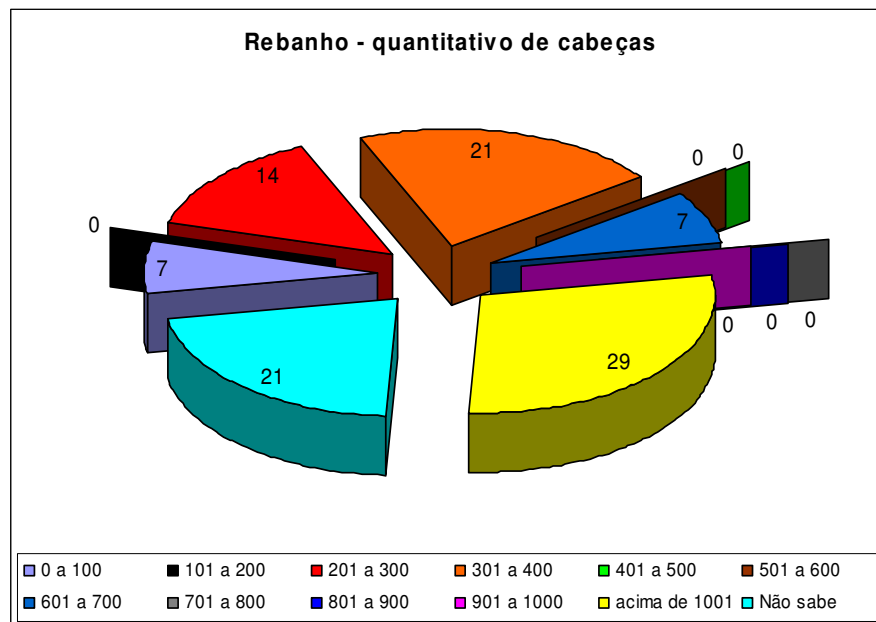


Gráfico 5.3-18 - Quantitativo de rebanho na AID - amostra

Predominam, portanto, propriedades com mais de 1000 cabeças, ressaltando que foi constatada até mesmo propriedade com aproximadamente 4.000 cabeças.

A partir desse rebanho bovino é comercializada principalmente a carne. O leite, citado em 3 propriedades (15,7% da amostra), em 2 propriedades é comercializado em Boca do Acre, com produção de 90 a 100 L/dia, valendo de R\$0,80 a R\$ 1,00 o litro, enquanto que na terceira propriedade é apenas para subsistência.

Para comercialização da carne o rebanho é vendido geralmente vivo, na maior parte das propriedades diretamente para o frigorífico Frizam (57,1%), sendo que a produção varia de 60 cabeças/ano a até mesmo 1000 cabeças/ano.

Para a criação do gado os proprietários utilizam-se de diversos fornecedores para obtenção principalmente de sal, vacinas e rações, oriundos principalmente de Rio Branco e Boca do Acre, mas também de Minas Gerais, São Paulo e Porto Velho.

➤ **Vetores de crescimento regional, interferências com o empreendimento proposto e expectativa da população**

Os vetores de crescimento mais prováveis na AID do empreendimento devem estar localizados nos ramais de acesso à rodovia e nas comunidades já constituídas, situadas no entorno da BR.

Os ramais servem de via para os assentamentos rurais, onde estão localizadas as propriedades “mais internas”. As comunidades, principalmente aquela mais próxima à divisa dos estados, no km 104, também tendem a transformar-se em vetores de crescimento.

A seguir um quadro relaciona e caracteriza cada um dos ramais da BR 317/AM – trecho divisa AC/AM e Boca do Acre:

Quadro 5.3—96- Ramais da BR 317/AM

N°	Trecho Rodoviário (Vicinal)	Extensão (km)	Leito Atual (revestimento)	Tipo de serviço	KM a trabalhar		Pontes			Bueiros			N° de famílias	Produção (principal produto)
					Recup	Const	N°	Extensão (m)	Tipo	N°	Extensão (m)	Boca		
1	Translago (Turismo)	9	Comum	Recuperação	9	-	1	8	Comum	4	28	1 m	75	Fm, Am, H, Fe
2	BA 4	30	Comum	Recuperação	30	-	7	70	Comum	4	20	1 m	40	P, M, A, Fm, B, Ct
3	Km 10	80	Comum	Recup/Const	75	5	9	60	Comum	4	24	1 m	35	P, M, A, Fm
4	Km 26	25	Comum	Recuperação	25	-	4	40	Comum	4	30	1 m	40	P, M, A, Fm
5	Km 36	16	Comum	Recuperação	16	-	2	16	Comum	6	60	1 m	11	P, M, A, Fm
6	Km 38 I	15	Comum	Recup/Const	10	5	-	-	-	10	70	1 m	20	P, M, A, Fm
7	Km 38 II	10	Comum	Recuperação	10	-	5	30	Comum	5	30	1 m	15	P, M, A, Fm
8	Km 52	30	Comum	Recuperação	30	-	8	40	Comum	5	30	1 m	20	P, B, Ct, M, A
9	Km 64	20	Comum	Recup/Const	15	5	4	20	Comum	5	30	1 m	20	P, M, A, Fm
10	Km 70	6	Comum	Recuperação	6	-	1	8	Comum	4	32	1 m	8	P, M, A
11	Km 90 (Stª Helena)	28	Comum	Recup/Const	14	14	6	35	Comum	22	110	1 m	29	P, M, A, Fm, Ct, Fe
12	Km 104 (Palotina)	13	Comum	Recuperação	13	-	-	-	-	-	-	-	8	P, M, A
13	Monte Verde	10	Comum	Recuperação	10	-	4	16	Comum	4	16	1 m	35	M, A, Fm, Ct

14	Tambaqui	18	-	Construção	-	18	-	-	-	4	20	1 m	35	P, M, A, Fm, Ct
15	Floresta do Acre	25	Comum	Recup/Const	15	10	-	-	-	5	40	1 m	40	P, M, A, Ct, B, Fm
16	C. Escuro Central	7	-	Construção	-	7	2	10	Comum	4	16	1 m	13	P, M, A, Fm, Ct
17	Floresta do Purus	7	-	Construção	-	7	2	12	Comum	4	16	1 m	35	M, A, Bn, Fm
18	Ramal da Banha	12	Comum	Recuperação	12	-	3	15	Comum	5	30	1 m	10	P, M, A
19	Boca do laco	7	-	Construção	-	7	2	10	Comum	3	18	1 m	40	M, A, Fm, Ct, Bn
20	Novo Amparo	30	-	Construção	-	30	2	12	Comum	5	30	1 m	100	M, A, Fm, Ct, Bn
21	Ramal do Garrafa	12	Comum	Recuperação	12	-	2	10	Comum	4	28	1 m	4	P, A, M
TOTAL		410	-	-	302	108	41	412	-	111	678	-	633	-

Fontes: Unidade Local do IDAM Secretaria Municipal de Produção; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Presidentes de Associações de Produtores Rurais, Representantes de Comunidades

Obs:

Produção: Pecuária=P; Milho=M; Arroz=A; Farinha de Mandioca=Fm; Café=C; Açúcar Mascavo=Am, Borracha=B; Castanha=C; Hortaliças=H; Banana=Bn; Feijão=Fé

Leito (revestimento) comum trata-se no estado em que foi aberto

Com exceção dos trechos Monte Verde, Tambaqui, Floresta do Acre, C. Escuro Central, Floresta do Purus, Boca do laco e Novo Amparo, nos demais há ocorrência de afloramentos de piçarra.

Expectativas puderam ser percebidas nas diversas entrevistas realizadas e nas conversas informais travadas com a população. Conforme explicitado no gráfico 5.3-13 – Expectativas quanto ao asfaltamento da estrada - 83% dos entrevistados já ouviram falar sobre as obras de asfaltamento da rodovia a mais de cinco anos.

Quando questionados a respeito dos benefícios que esperam com a melhoria das condições da rodovia, destaca-se o quantitativo de respostas relacionadas à melhora do sistema de transporte e do acesso ao comércio e aos serviços de saúde. Vale ressaltar que cada entrevistado apontou mais de uma vantagem, as quais estão explicitadas no gráfico abaixo de acordo com o número de indicações.

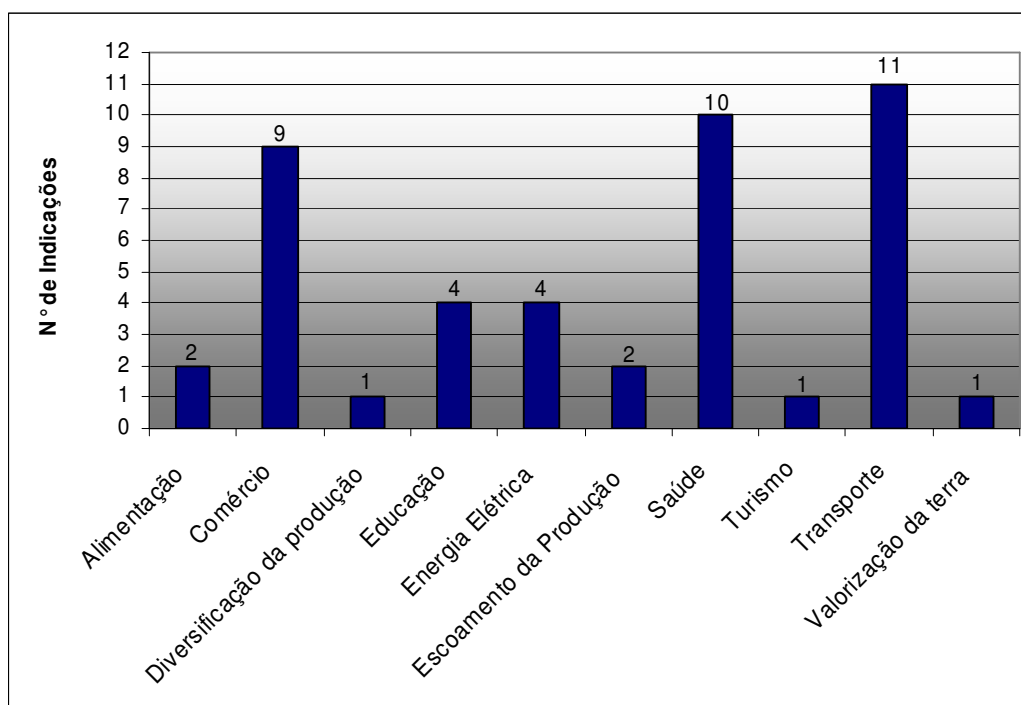


Gráfico 5.3-19 – Benefícios advindos da pavimentação da rodovia

Desde sua abertura, a BR 317/AM foi um dos elementos indutores da colonização da região. Ela representa efetivamente a única via de acesso terrestre da população residente no município de Boca do Acre, que possuía aproximadamente 27.000 habitantes em 2000, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE.

Portanto, a importância da BR 317/AM como via de acesso exclusiva para os habitantes de Boca do Acre e daqueles moradores no município de Lábrea que residem próximos da rodovia dá a exata dimensão da expectativa da população em relação ao asfaltamento. Muitos entrevistados esperam o asfaltamento da rodovia praticamente desde a sua implantação.

Mesmo sendo um via de acesso importante, a situação atual da BR torna difícil sua conservação, notadamente no período das chuvas (meses iniciais do ano). Nesse período vários pontos da estrada ficam praticamente intransponíveis, dificultando o acesso da população que necessita se deslocar para outros centros ou para as sedes municipais próximas, muitas vezes buscando atendimento de saúde em caráter emergencial. Um dos entrevistados salientou: “todo o mundo tem o direito de ir e vir. Sem o asfalto nós só temos o direito de ficar”.



Foto 5.3—19- Trecho da BR 317/AM próximo a Boca do Acre

Autor: Ricardo Batista



Foto 5.3—20- Trecho da BR 317/AM, próximo à TI Apurinã

Autor: Ricardo Batista

➤ Previsão de vetores de desmatamento

A análise das previsões de mudanças na cobertura vegetal (vetores de desmatamento) decorrentes da implantação da rodovia e dos seus efeitos indiretos será explicitada no Capítulo 7 – Prognóstico Ambiental e Avaliação dos Impactos Ambientais.

➤ Assentamentos rurais nas Áreas de Influência do empreendimento

Existem cinco projetos de assentamentos do INCRA na AII do empreendimento, sendo dois dentro da AID: Porto Alonso e Monte. A AID abrange também o projeto de colonização Pedro Peixoto. O quadro a seguir apresenta um resumo deles:

Quadro 5.3—97- Assentamentos do INCRA na AII do empreendimento

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede/ Estado	Área (ha)	Nº Famílias Capacidade	Nº Famílias Assentadas	Fase*
AC0041000	PA CAQUETÁ	PORTO ACRE/AC	29.727,19	623	604	1
AC0062000	PA PORTO ALONSO	PORTO ACRE/AC	9.126,44	166	165	2
AC0057000	PA LIMEIRA	SENADOR GUIOMARD/AC	1.783,59	180	175	3
AC0116000	PA PETROLINA	SENADOR GUIOMARD/AC	3.190,59	85	84	1
AM0021000	PA MONTE	BOCA DO ACRE/AM	113.118,79	1.060	1.041	1
AC0005000	PC PEDRO PEIXOTO	ACRELANDIA/AC	296.243,87	4.687	4.671	3

* Fase:	
1 - Assentamento em estruturação	3 - Assentamento consolidado
2 - Assentamento em consolidação	

Fonte: INCRA, Rio Branco

O Projeto de Assentamento (PA) do Monte tem como via de acesso o ramal na altura dos Km 10 e 26 da BR 317. O assentamento possui 150 Km de vicinais.

Existem naquele PA 1.060 famílias assentadas. O tamanho médio dos lotes é de 100 ha. Nesse assentamento existem lotes inexplorados e lotes totalmente desmatados. As explorações estão voltadas para cultivos de culturas perenes como café; culturas temporárias como arroz, milho e a mandioca; fruticultura como abacaxi, pecuária bovina e de corte mista (carne e leite). Tem como principal atividade extrativa a exploração de madeira.

A maioria dos produtos é comercializada diretamente pelos produtores no mercado local. O café é comercializado em mercados de Rio Branco, Porto Velho e Manaus, onde é beneficiado por empresas do setor. De modo geral, o processo de comercialização é prejudicado pela dificuldade de tráfego nas vicinais e BR 317/AM no período chuvoso, falta de organização do sistema produtivo, dispersão do produtor na fase de comercialização com grande fragilidade das organizações produtivas como associações e cooperativas de produtores rurais.

Os produtos que sofrem algum tipo de industrialização dentro do PA são: mandioca (produção de farinha); café (torrado, moído e empacotado artesanalmente para o mercado local) e o leite (queijo), sendo os dois últimos em pequena escala.

No PA do Monte, ainda, segundo informações do IDAM, atualmente existem 4 (quatro) Associações de Produtores Rurais e 1 (uma) Cooperativa, cuja área de ação vai além da fronteiras do Assentamento. Observa-se que existe uma parcela considerável dos produtores assentados que trabalham em outras propriedades como diaristas.

As necessidades para desenvolvimento dos empreendimentos idealizados pelo INCRA estão baseadas na recuperação das vicinais e na melhoria das condições de acesso aos lotes e posterior escoamento pela BR 317/AM, para viabilizar tanto o transporte dos assentados e seus produtos, quanto os serviços disponíveis como assistência técnica, saúde, educação e segurança

A localização de cada um dos assentamentos existentes pode ser verificada nos mapas a seguir.

Mapa 5.3-4- Localização dos PA's e PC na AID – BR 317/AM

Fonte: INCRA, 2007

Mapa 5.3-5 Localização dos PA's na BR 317/AC

➤ O problema da grilagem no entorno da rodovia

As informações abaixo foram extraídas da publicação “*O livro branco da grilagem no Brasil*”, que sintetiza o trabalho desenvolvido pela Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, trabalho este realizado com vistas a reverter para o patrimônio público os milhões de hectares de terras apropriados irregularmente por particulares. Também foram utilizados dados fornecidos pelo Greenpeace no informe⁹

O processo de grilagem no Brasil tem raízes históricas, uma vez que as terras eram originalmente públicas, pertencentes ao Reino de Portugal por direito de conquista. Mais tarde foram transferidas para o Brasil, primeiro sob forma de Império, depois de República, mas sempre como domínio da nação.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1891, as terras devolutas do domínio federal passaram para o domínio estadual em cujo território estivessem situados, com exceção da porção do território considerada indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Essa nova Constituição reconheceu documentos anteriores de uso da terra e a efetiva ocupação de terras registradas em paróquias e municípios. Para obtenção do título definitivo de propriedade eram exigidas provas do pagamento da terra e provas de demarcação dos limites e ocupação da área.

Mesmo assim, milhares de terras públicas foram ilegalmente transferidas ao domínio privado mediante falta de provas definitivas e da natureza precária dos documentos relacionados à propriedade da terra.

As causas da grilagem são principalmente por motivações econômicas e têm variado ao longo dos tempos. Ao se constatar que entre as décadas de 60 e 80 o principal motivo da grilagem era a mineração de ouro, bauxita e estanho e que hoje tem sido a madeira, seguida pela pecuária extensiva, percebeu-se que a variação das motivações econômicas depende da disponibilidade de recursos naturais e das demandas do mercado.

Durante o governo militar, nos anos 60 e 70, foram concebidos planos para impulsionar o desenvolvimento em larga escala na Amazônia. Isto causou uma demanda crescente pela terra e um fluxo de empreendedores interessados em explorar as riquezas da Amazônia, os quais utilizavam empréstimos do governo para financiar seus negócios. Também atraiu uma intensa migração de pessoas pobres vindas de outras regiões do país.

⁹ *Grilagem de terras na Amazônia: Negócio Bilionário ameaça a Floresta e populações tradicionais*. Disponível em <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf>. Acessado em 22/11/2007.

A situação se agravou pelo Decreto-Lei 1.164, de 1o de abril de 1971 que declarou que cem quilômetros de cada margem das rodovias federais na Amazônia Legal, construídas, em construção ou projetadas, a partir daquela data, passariam a pertencer à União. Com isso, 2/3 do Estado do Pará foram revertidos para domínio federal. Observa-se então, que a situação de propriedade da terra tornou-se ainda mais confusa mediante a disputa entre governo federal e estadual para expedir títulos de terra. Esta confusão legal foi e continua sendo usada por grileiros para acessar novas áreas ou forçar comunidades tradicionais a renunciar seus direitos sobre a terra.

A expressão “grilo” foi empregada historicamente para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente e é originária de um antigo artifício utilizado para dar a documentos novos aparência de velhos. Para isso, os falsificadores de títulos imobiliários colocavam os falsos documentos recém elaborados em uma caixa metálica ou de madeira juntamente com vários grilos, fechando-a em seguida. Depois de algumas semanas, os documentos já apresentavam manchas amarelas oxidadas e corrosões nas bordas, que indicavam a ação do tempo.

A estratégia citada acima foi a muito superada por artifícios mais sofisticados desenvolvidos juntamente com o poder econômico. Assim, a grilagem ocorre a partir de falsificações documentais, geralmente com a conivência de órgãos responsáveis pela gestão do poder público.

Pode-se dizer que toda a ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma “grilagem” (apropriação ilícita ou “grilo”), que tem seu início em escritórios e se consolida no campo com a emissão de títulos de posse das terras.

A apropriação ilícita de terras ocorre normalmente com a cumplicidade de funcionários auxiliares dos Cartórios de Registro Imobiliário que muitas vezes registram áreas sobrepostas umas as outras – ou seja, elas só existem no papel. Também existe a cumplicidade direta e indireta de órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras abandonadas estatais ou federais a correligionários do poder, a “laranjas” ou fantasmas – pessoas fictícias, nomes criados somente para que a fraude possa ser realizada nos cartórios.

Depois de obtido o registro no cartório de títulos de imóveis, o falsificador repetia o mesmo procedimento no Instituto de Terras do Estado, no cadastro do INCRA e junto a Receita Federal. Seu objetivo era obter registros cruzados que dessem à fraude uma aparência legal.

A fraude foi historicamente facilitada por algumas brechas institucionais como, por exemplo, a inexistência de um registro único para todo o país. Os órgãos fundiários, nos três níveis (federal, estatal e municipal), não estão articulados entre si. Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil os registros federal e estatal não estão cruzados e o registro federal, pela atual legislação é apenas declaratório. A fiscalização sobre os cartórios é insuficiente.

A maior parte dos casos de grilagem no Amazonas ocorre através da adulteração de títulos originais de posse ou propriedade, atividade essa que tem como objetivo o aumento da área dos imóveis rurais. Em Boca do Acre e Lábrea são diversos os exemplos de tal atividade, sendo algumas explicitadas nesse estudo com o intuito de ilustrar a situação das terras nos municípios influenciados pelo empreendimento:

- Imóvel Recreio do Pauhenê e Recreio de Santo Antônio

Localizados na faixa de fronteira, inicialmente suas áreas eram identificadas apenas como 42 “estradas de seringas”, considerando-se que cada “estrada de seringa” equivale a 100 hectares. Em seguida a área passou para 50 mil hectares e depois para 85.624 hectares, sem qualquer título que, nas sucessivas transmissões, tenha alterado a medida inicial.

- Imóvel Boa Esperança

Imóvel esse titulado pelo Estado, originalmente media 500 ha, sendo na sentença de usucapião aumentado para 2.321,22 ha. Contudo, os autos da sentença de usucapião não constam nem na Comarca de Boca do Acre e nem na Justiça Federal do Amazonas, fazendo com que fossem suspensos quaisquer pedidos de averbação.

- Imóvel Lua Nova

Referente também a ação de usucapião, teve seu título alterado de 1.500 para 2.500 ha, entretanto foi averbado despacho do relator do extinto Tribunal Federal de Recursos, de modo a suspender os efeitos da sentença de usucapião até o julgamento da advocatária.

Caso seja comprovada a autenticidade do título definitivo expedido pelo Governo do Estado, uma área mínima de mil hectares será revertida ao patrimônio da União.

- Imóvel Seringal Bragança

O imóvel possui área inicial de 50 mil hectares, contudo durante processo de inventário, seu proprietário recebeu Carta de Adjudicação, expedida pelo juiz de Direito da Comarca de Lábrea, de forma a aumentar sua área original para 202.400 ha. Em contrapartida, uma vez que não foi encontrada justificativa para tal aumento, a Procuradoria do Inbra conseguiu a suspensão de qualquer averbação no registro imobiliário.

- Imóvel Seringal São Jose

Inicialmente identificado como uma área de 80 “estradas de seringas”, o proprietário recebeu registro no qual constam 33.899 ha. Tendo em vista que não consta averbação a respeito de tal aumento, foram suspensos o feito e quaisquer pedidos de averbação ou registro além do original

- Imóvel Águas Pretas

Localizado em Lábrea, teve sua área original de 590 ha aumentada por meio de sentença em ação de usucapião para 111.673 ha. O extinto Tribunal Federal de Recursos, após admitida a advocatária promovida pelo Incra, cassou a sentença do juiz estadual, e a matrícula do imóvel está em processo de cancelamento.

- Imóveis Santa Clemência, Dois de Julho I, Dois de Julho II e Dois de Julho III

Tais imóveis, cuja área inicial totalizava 1.814,62 hectares, tiveram suas áreas aumentadas para 650 mil hectares.

- Imóveis Andirá, Novo Axioma, Papiri, Novo Natal ou Natal e outros

Imóveis estes que tinham áreas não definidas, tiveram suas áreas aumentadas para um total de 155.906 hectares através de sentença em ação de usucapião. Apesar de o extinto Tribunal Federal de Recursos ter suspenso os efeitos de tal sentença, o cancelamento não foi possível por não constarem os autos da advocatária nem na Comarca de Boca do Mato nem nos arquivos da Justiça Federal.

- Imóvel Seringal Maracaju

Em ação de usucapião, o juiz da Comarca de Boca do Acre permitiu o registro de um conjunto de terras, as quais do primeiro registro constavam 2.500 ha, sendo estas aumentadas irregularmente para 14.747

- Imóveis Igarapé Grande, João Cera e Iquirema

Correspondem a uma área pública de 5.400 ha, que foi transferida através de sentença em ação de usucapião a particular. Área essa localizada em faixa de fronteira, no decorrer de diversas transmissões já foi aumentada para pouco mais de 6 mil ha. A anulação da sentença de usucapião e o cancelamento do respectivo processo já foram averbadas.

- Imóveis Alto do Bode e Ponte Grande

Reunidos em uma área denominada Boa Esperança, totalizam 23.100 hectares, terras essas cedidas por sentença judicial em ação de usucapião. Contudo, o Incra solicitou à Comarca de Boca do Acre a averbação da decisão do extinto Tribunal Federal de Recursos, suspendendo quaisquer atividades decorrentes desses registros.

- Imóvel Aripuanã ou Fazenda Paulista

A área do imóvel, inicialmente definida como 100 “estradas de seringa”, foi ampliada para 351.633 hectares. Localiza-se em área de fronteira e suas matrículas e demais registros foram cancelados por uma sentença judicial. Entretanto, esse imóvel foi fracionado e vendido, encontrando-se grande parte dos lotes sob domínio de particulares acobertados por novas matrículas.

Assim, o cancelamento dos registros não alcançou seus objetivos devido à superposição de dois grandes títulos que, depois de registrados, receberam as denominações de Santa Filomena, com 119.485 hectares, e Entre Rios, com 120 mil ha, acrescido de parte de duas reservas indígenas e mais dois pequenos títulos registrados como Parna e Mourinha.

- Imóvel Seringal Europa

O imóvel foi registrado como uma parte desmembrada dos lotes de terra denominados Santana, São Joaquim e Acaramutaba, sendo registrado com área de 55.159 hectares. Contudo, de acordo com as diversas cadeias dominiais, é originário do Seringal Santana, titulado com 966,06 ha. A partir da partilha de bens em inventário o imóvel passou a ter 80 mil ha.

- Gleba Inauni (Floresta Nacional)

É composta pelos seringais São Francisco, Arama e São Domingos, num total de 311.783,52 ha. O exame da documentação em cartório revelou que no processo de transferência da área houve aumento do seu tamanho.

- Imóvel Seringal Santana

Esse imóvel, cuja área inicial é de 966,09 ha, encontra-se *sub judice*, devido à ação de discriminação judicial proposta pelo Inbra. O exame das certidões constatou desmembramento e ampliação da área para 80 mil ha.

- Imóvel Seringal Praia do Inferno

Sua área inicial, de 750 hectares, após sofrer diversos fracionamentos e transmissões, passou a constar de 61.785 hectares.

- Imóvel Aracoiaba

Tais terras foram registradas com 500 ha em 1941, contudo na ocasião de sua venda registrou-se uma área de 29.657,48 ha.

- Imóvel Seringal Rampado

O imóvel teve sua área expandida para 264.269 ha, sendo que sua área original era de 300 “estradas de seringa”.

- Imóvel Seringal São Miguel

Sua área inicial de 107 mil hectares foi elevada para 210.821 hectares.

- Imóveis Santo Antônio do Acima, Canecury, Metaripuá, Angias e Acutiry

Em sentença da Comarca de Lábrea tiveram suas áreas fixadas, respectivamente, em: 64.554,9 ha; 27279,1 ha; 3.494,32 ha; 36.514,3 ha; e 29.279,89 ha. Contudo, o extinto Tribunal Federal de Recursos anulou os atos decisórios, de modo que o registro foi cancelado reincorporando ao patrimônio público cerca de 161.122 hectares.

- Imóveis Anory, São Miguel e Santo Elias

Originalmente, o primeiro não possuía área definida, e o segundo e o terceiro juntos totalizavam 15.100 ha. Através de sentença em ação de usucapião tais imóveis passaram a ter 20 mil ha e 80 mil ha, respectivamente. Porém tal sentença foi anulada, fazendo com que a área fosse reincorporada ao patrimônio público.

- Imóveis Camarú I, Camarú II, Camarú III, Humaitá, Canto da Fortuna, Alto da Firmeza, Monte Vidéu, Enseada do Futuro e Sagrado Coração, e parte do Seringal Ermida (Samuará, Bela Rosa, São Lourenço e Clarin ou Cuarin)

Tais imóveis tiveram a soma de suas áreas elevada a 15.098 hectares, contudo a sentença foi anulada pelo TFR, que determinou a remessa dos autos da ação demarcatória para a Justiça Federal.

- Imóveis Colosso, Cecy, República, Santa Haydee, santa Cecília, Aracy, Amparo, Europa, Paládio, Caviana, Rio Branco I, Rio Branco II, Xingu, Boca do Maoco I, Boca do Maoco II, Jarecatiá I e São Joaquim

Suas áreas foram aumentadas, respectivamente, de 8.364 ha para 23.500 ha; de 4.360 ha para 10.550 ha; de 8.706 ha para 31.560; de 33.416 ha para 150.400 ha; de 20.416 ha para 89.500; de 10.119 ha para 10.600 ha; de 10.105 ha para 16.500 ha; de 7.379 ha para 37.850 ha. O TRF anulou a sentença e determinou a remessa da ação para a Justiça Federal.

- Seringais São Pedro e São Pedro I

Localizados no município de Lábrea, originalmente possuíam 1.442,565 ha, área essa que através da sentença em ação de usucapião passou para 485.000 ha. Tal sentença foi anulada pelo Tribunal Federal de Recursos, porém, conforme averbação no próprio registro imobiliário, seu proprietário matriculou os mesmos imóveis com a mesma área ampliada na comarca do município de Pauini.

- Imóveis Bom Fim, santo Antonio do Acima, Canecury, Meteripuí, Anajás e Acuriry

Localizados em Lábrea, trata-se de uma área contínua que, por sentença do Juiz de Direito da Comarca, foi registrada como tendo 934.000 ha. Contudo, o extinto TFR anulou tal transcrição, retornando a área ao patrimônio público.

- Imóvel João Bento

Sua área inicial registrada é de 170.000, entretanto, após várias transmissões, a última averbação já apresentava uma área de 908.928 ha. Está área se encontra sub judice pois, segundo Cartório de Lábrea, encontra-se sobreposta ao imóvel rural denominado República.

- Imóvel Seringal Natal ou Novo Natal

Com área de 155.906 ha, foi também objeto de ação de usucapião, integrando assim, o cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Boca do Acre. A anulação da ação de usucapião foi revogada por nova ordem judicial, e por não constar na certidão da matrícula fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Lábrea, o referido imóvel se encontra livre para qualquer transação.

Também a CPI da Grilagem de Terras da Amazônia registrou casos de grilagem nos municípios da área de influência da BR 317/AM: “A CPI da Grilagem também investigou o grileiro (...), que alegou ser dono de uma área de 6,8 milhões de hectares em cinco municípios do Amazonas: Boca do Acre, Canutama, Lábrea, Pauini e Tapauá. A área total reivindicada (...) é o equivalente a 4,37% da superfície territorial do estado. (...) usavam um registro sem procedência, conseguido no Cartório de Lábrea, de 150,25 hectares das glebas Boa Esperança, São José e Montevideú, localizadas no seringal Maripuí, em Pauini”.

Na gleba Inahuni, em Boca do Acre, foi utilizado o mesmo processo. Composta pelos seringais São Francisco, São Domingos e Arama, a propriedade de 1.524,60 hectares foi adquirida, conforme escritura no Tabelião de Compras de Campo Grande (MT). No registro de imóveis de Lábrea, nova matrícula foi aberta, desta vez com uma área de 311.783,52 hectares.

Nas glebas Ipiranga e Serra Verde, em Lábrea, uma área de 1.500 hectares passou a ter 571.117,96 hectares. Em 1995, a área já estava registrada com 640 mil hectares

De acordo com dados do Greenpeace, esse sistema de grilagem é largamente utilizado por um grupo de pessoas, os quais tentaram grilar 13 milhões de hectares no estado do Amazonas. Foi ocupado ilegalmente 1,2 milhão de hectares dos 6,3 milhões de hectares do município de Lábrea (1,83%). Em Canutama, o grupo registrou uma área que ultrapassava em 40,99% a extensão total do município, que é de 2,4 milhões de hectares. Em Tapauá (9,6 milhões de hectares), o mesmo grupo se diz dono de uma área de 2,3 milhões de hectares.”

Embora o Incra tenha realizado o cancelamento do cadastro dos imóveis, não houve ação no sentido de solicitar a reintegração de posse dos mesmos. E, o que se notou na área de influência da BR 317/AM, é que, embora os atos jurídicos indiquem que a terra é pública, portanto, patrimônio da União, toda ela está cercada, com placas indicando serem propriedades particulares.

Assim, em algumas áreas no Estado do Acre inexistem ações discriminatórias e há ainda a presença de áreas sobrepostas, junção de matrículas e presunção de registros indevidos causados pela grande dimensão dos imóveis. Foram constatadas 10 áreas em situação irregular em todo o Estado, totalizando 1,6 milhões de hectares.

➤ **Exploração mineral nas Áreas de Influência**

Por meio do levantamento junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, o Quadro seguinte representa os processos de exploração mineral na faixa da Área de Influência que tramitam junto à Autarquia, onde são especificadas a localização dos jazimentos e a etapa em que os procedimentos se encontram.

Quadro 5.3—98- Processos de exploração mineral presentes na área de influência.

Processo	Ano	Número	Área (ha)	Município	Tipo	Substância	E	N
1	2005	880200	49,00	Boca do Acre	Autorização de Pesquisa	Areia	675468	9034645
2	2005	880201	49,00	Boca do Acre	Autorização de Pesquisa	Areia	708869	9016967
3	2005	880202	36,00	Boca do Acre	Autorização de Pesquisa	Areia	695449	9008419
4	2005	880203	50,00	Boca do Acre	Autorização de Pesquisa	Areia	696381	9006344
5	2005	880204	35,00	Boca do Acre	Autorização de Pesquisa	Areia	697064	9001247
6	2005	880205	24,00	Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	688430	8989025
7	2005	880206	25,00	Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	687969	8988193
8	2005	880207	24,00	Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	689853	8983631
9	2005	880208	25,00	Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	687989	8980942,
10	2005	880209	20,00	Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	689227	8962018,
11	2005	880210	20,00	Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	688711	8958149
12	2005	880211	20,00	Boca do Acre	Autorização de Pesquisa	Areia	687557	8956420
13	2005	880212	16,00	Divisa Boca do Acre/ Lábrea	Autorização de Pesquisa	Areia	688397	8949429

Fonte: SIGMINE/DNPM

Todos os processos supramencionados foram requeridos no mesmo ano - 2005 - por uma única pessoa e todos se referem à extração de areia. Dessa forma, a área não pode ser considerada – até o presente momento - local de grande pressão por exploração mineral.

5.3.6 Reassentamento e Desapropriação

A região do empreendimento é bastante antropizada, com grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva. Excluindo-se aquelas localizadas em terras indígenas, são ao todo 141 propriedades dispostas ao longo das margens do trecho da rodovia em estudo, considerando-se os 5 km de cada lado. Destas, segundo levantamento realizado, mais de 80% são propriedades particulares.

A Faixa de Serviço ao longo da rodovia é representada por uma faixa de terra de aproximadamente 40 m, sendo 20 m para cada lado do eixo principal. Com isso, propriedades lindeiras serão afetadas, numa área de aproximadamente 5,83 km² em toda a extensão da faixa.

Como são poucas as construções à beira da estrada, o número de relocações necessárias é muito reduzido, sendo impossível sua representação em escala que contemple todo o empreendimento.

Nos capítulos Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais, Proposições de Medidas Mitigadoras e Programas Ambientais serão avaliadas essas construções e apresentadas propostas para cada uma: seja relocação, com alternativas locais; seja desapropriação, e as formas de realização. As propostas deverão ser objeto de discussão com os proprietários e/ou famílias afetadas, de forma a manter as relações econômicas e os laços sociais estabelecidos pela população.

Abaixo seguem algumas fotos que ilustram a ocupação na faixa de domínio.

<p>Domicílios – Faixa de Domínio</p>	<p>Posto Funasa – Faixa de Domínio</p>
<p>Domicílios – Faixa de Domínio</p>	<p>Alojamento Andrade Gutierrez – Faixa de Domínio</p>

Foto 5.3—21 Ocupações na faixa de domínio

➤ Procedimentos e Medidas

Os procedimentos e medidas para Reassentamento e Desapropriação serão descritos nos capítulos de Medidas Mitigadoras e Programas Ambientais Propostos.

No entanto, vale aqui destacar alguns aspectos legais em relação à desapropriação;

- De acordo com o Código Civil, Art. 530, uma propriedade imóvel pode ser adquirida pela transcrição do título de transferência no Registro de Imóveis, pela acessão, pelo usucapião e pelo direito hereditário. Da mesma forma, enuncia a perda da propriedade imóvel pela alienação, pela renúncia, pelo abandono, pelo perecimento do imóvel (Art. 589) e mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, sendo que essa última é regulada pelo Decreto-lei 3365, de 21/06/41 e, a por interesse social, pela Lei 4132, de 10.09.1962.

Assim, mediante declaração, todos os bens podem ser desapropriados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público podem promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato. Pode também o Poder Legislativo tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo ao Executivo, neste caso, praticar os atos necessários à sua efetivação.

Destaca-se ainda a Súmula 142, do TFR, que isenta de desapropriação as faixas “non aedificandi” (recoo obrigatório de quinze metros a partir do limite da faixa de domínio das rodovias) existentes ao longo das estradas de rodagem. A limitação administrativa “non aedificandi” imposta aos terrenos marginais das estradas de rodagem, em zona rural, não afeta o domínio do proprietário, nem obriga a qualquer indenização.

- É importante também considerar-se as normas da ABNT para avaliação de imóveis, a NBR-8799 que dispõe sobre a Avaliação de Imóveis Rurais e a NBR-5676 que trata da Avaliação de Imóveis Urbanos.
- Além das normas citadas, outras podem auxiliar a estabelecer as diretrizes normativas do Programa, a NBR 8951 – Avaliação de Glebas Urbanizadas, a NBR 8976 – Avaliação de Unidades Padronizadas e NBR 12721 – Avaliação de Custos Unitários.

5.3.7 Caracterização das Comunidades Tradicionais e Indígenas

➤ Introdução

A elaboração deste relatório foi baseada nas informações solicitadas pelo “Termo de Referência do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental referente à implantação e pavimentação da Rodovia BR-317/AM, no subtrecho entre a cidade de Boca do Acre/AM e a divisa entre os Estados do Amazonas e Acre, entre o KM 416 ao KM 526.7” do IBAMA/MMA.

O trabalho realizado permitiu diagnosticar a presença na área de influência indireta (meio socioeconômico) da BR 317/AM, de povos indígenas Apurinã, Jaminawa e Jamamadi que ainda não tiveram todas suas terras tradicionais totalmente demarcadas pela FUNAI. Diagnosticou-se também, a existência de vastas áreas de terras públicas que estão sendo griladas por pecuaristas que tornam os municípios de Lábrea e Boca do Acre, aqueles que possuem as maiores áreas desmatadas do Estado do Amazonas.

Foi possível também, colher o registro sobre a existência de Comunidade Extrativista Tradicional, RESEX Arapixi, na All (meio socioeconômico) e a inexistência de Comunidades Quilombolas na mesma.

Assim, esta parte do relatório trata da metodologia utilizada, e dos registros históricos existentes na literatura sobre a presença dos Povos Indígenas Apurinã, Jaminawá e Jamamadi na área de influenciar 317/AM, seus territórios tradicionais, e da constituição e presença das Comunidades Tradicionais agroextrativistas derivadas da desagregação dos seringais. Trata também, do processo de grilagem das terras públicas (parte delas territórios indígenas não demarcados) atravessadas pela rodovia e do avanço do desmatamento pela pecuária que exerce pressão sobre as Terras Indígenas.

Aborda igualmente as características principais dos Povos Indígenas Apurinã, Jaminawá e Jamamadi e suas históricas posições políticas em relação à BR 317/AM, através da apresentação de documentos da FUNAI e das Comunidades Indígenas sobre a questão. Contém, também, uma síntese de dois Relatórios elaborados à pedido da FUNAI “*Levantamento Preliminar das Comunidades Indígenas na região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM*” e o “*Relatório Ambiental - Levantamento Preliminar nas Comunidades Indígenas na região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM*”, e o documento oficial dos povos indígenas na área de influência da BR 317/AM de 09/06/2002, sobre a proposta de asfaltamento da rodovia. Por fim, esta parte contém as informações gerais sobre patrimônio cultural e território relativos às questões indígenas e das Comunidades Tradicionais agroextrativistas existentes na área, passíveis de diagnóstico; as primeiras observações obtidas no trabalho de campo realizado e a bibliografia utilizada.

➤ Metodologia

A equipe de Estudos Sócio-Ambientais das Terras Indígenas e de Caracterização das Comunidades Tradicionais e Quilombolas realizou o levantamento bibliográfico disponível nas bibliotecas da USP, UNICAMP, UNESP, PUC/SP e ISA, além da consulta via Web, das demais bibliotecas de importância para a pesquisa antropológica sobre os povos indígenas, a saber: Museu Nacional, UNB e FUNAI. Foram levantadas também informações bibliográficas sobre as Comunidades Tradicionais e Quilombolas nestas bibliotecas já mencionadas e nos seguintes órgãos públicos: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, INPE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, NEAD e IBGE.

O trabalho de campo na área de influência da rodovia BR 317/AM constou das seguintes atividades:

- dia 28/10 – trabalho de reconhecimento da faixa da rodovia entre a divisa dos estados do Acre e Amazonas até a cidade de Boca do Acre/AM, particularmente, das áreas que atravessam a Terra Indígena Apurinã do Km 124 e a Terra Indígena Boca do Acre.
- dia 29/10 – visita ao Posto Indígena da FUNAI em Boca do Acre/AM para retomar os contatos já estabelecidos a partir de Brasília, para realização da reunião geral com as lideranças indígenas, a ser desenvolvida no dia seguinte, e fazer o agendamento para as visitas às Terras Indígenas existentes e aquelas reivindicadas pelos povos indígenas Apurinã, Jaminawá e Jamamadi.
- Neste dia, foram também, visitados os seguintes órgãos públicos para levantamento de dados e informações sobre os Povos Indígenas e sobre as Comunidades Tradicionais e Quilombolas: Prefeitura Municipal, IDAM, IBAMA, Fórum, INCRA e FUNASA.

Na visita ao IDAM, IBAMA e INCRA foi possível identificar a existência de grande número de Comunidades Tradicionais extrativistas existentes na área de influência indireta da rodovia, sendo que várias delas estão na Floresta Nacional do Purus, Floresta Nacional do Mapiá/Inauini, Reserva Extrativista Arapixi e Projeto Agro-Extrativista Antimary.

- Dia 30/10 – reunião geral no Posto Indígena da FUNAI em Boca do Acre/AM com a presença do Administrador Regional da AER Rio Branco da FUNAI, senhor Antonio Apurinã, do representante do COMIN – Conselho de Missão entre os Índios, senhor Manoel Roque Jaminawá, o Chefe do Posto Indígena Boca do Acre, senhor Francisco Barroso Apurinã, e outros dez representantes dos povos indígenas Apurinã, Jaminawá e Jamamadi que ocupam as Terras Indígenas Camicuã, Boca do Acre e Apurinã do Km 124 já demarcadas e das Terras Indígenas a serem demarcadas de Valparaíso, Monte, Iquirema, Goiaba, Primavera, Cajueiro, Lurdes, Maracaju II e Caiapucá.

A reunião foi dividida em duas partes, pela manhã a palavra foi entregue às autoridades e lideranças indígenas locais quando foi apresentada à equipe, a história recente das principais questões que envolviam os povos indígenas locais e suas relações com a FUNAI, FUNASA, IBAMA, INCRA e Prefeitura Municipal. De forma particular, os indígenas que fizeram uso da palavra procuram estabelecer relação entre os problemas existentes em relação à demarcação de suas terras e os impactos que a pavimentação da rodovia trará a seus povos. No final da etapa matutina da reunião foi entregue à equipe cópias dos documentos elaborados pelos povos indígenas e pelas unidades da FUNAI em Boca do Acre/AM e Rio Branco/AC, sobre a pavimentação da rodovia e suas reivindicações sobre a demarcação de suas terras, ainda não demarcadas na região de influência da BR 317/AM.

Na parte da tarde, a palavra foi entregue aos indígenas representantes de cada uma das Terras Indígenas demarcadas ou não que traçaram um quadro da situação existente e em grupos procuraram identificar nas imagens de satélites disponíveis as áreas reivindicadas e os impactos que já estão sofrendo em decorrência da grilagem e desmatamento das terras públicas arrecadadas pelo INCRA. Destacaram também, a ação do INCRA, que destinou terras reivindicadas pelos povos indígenas Apurinã e Jamamadi para implantação do Projeto de Assentamento Monte. Inclusive, este órgão, também “assentou” famílias Apurinã e Jamamadi como se fossem “colonos” em suas próprias terras tradicionais. Deste trabalho de grupo, realizado no período da tarde, ficaram definidas as áreas que seriam visitadas pela equipe nos dois dias seguintes: Valparaíso, Iquirema, Goiaba, Monte, TI Boca do Acre e TI Apurinã do Km 124.

- dia 31/10 – realização de trabalho de campo pela manhã, com as famílias da Terra indígena Valparaíso ainda não demarcada. Este trabalho constou de visita às casas das famílias localizadas nas margens do igarapé Retiro, e realização de entrevistas sobre suas histórias de vida e de seus povos na área reivindicada. Discutiu-se também o avanço do desmatamento por fazendeiros, na área já indicada para a demarcação desta Terra Indígena. Em seguida, ainda pela manhã, a equipe deslocou-se para visita às famílias Jamamadi da reivindicada Terra Indígena Iquirema, Nesta outra área, realizou-se, igualmente, entrevistas com as famílias e identificou-se o avanço do desmatamento pelos fazendeiros na área reivindicada.

Na parte da tarde, a equipe deslocou-se para a área reivindicada pelas famílias Jamamadi da Terra Indígena Goiaba, que estão dentro do Projeto de Assentamento Monte implantado pelo INCRA. As áreas reivindicadas encontram-se em adiantado desmatamento, realizado por pecuaristas que ilegalmente adquirem os lotes dos colonos, com a “clausula” de desmate integral dos mesmos.

Em seguida, ainda na área do PA Monte, a equipe deslocou-se para a área reivindicada da Terra Indígena Monte, onde também, realizou entrevistas com as famílias indígenas, irregularmente assentadas no PA Monte pelo INCRA. Nesta área também foi possível constatar o mesmo processo de desmatamento verificado na reivindicada TI Goiaba.

- dia 01/11 – a equipe deslocou-se para a Terra Indígena Boca do Acre cortada pela rodovia BR 317/AM, e realizou pela manhã reunião com as famílias da TI, nas instalações comunitárias localizadas no Km 45 da BR 317/AM. Foi apresentado às famílias presentes à reunião, o objetivo principal daquele encontro – a proposta de asfaltamento da rodovia – e discutido com elas o significado desta ação governamental e as conseqüências diretas e indiretas da estrada sobre a vida daqueles povos indígenas. Várias indígenas falaram, expondo fatos acontecidos e problemas decorrentes da presença da rodovia atravessando aquelas terras. Em seguida, foi realizada a atividade de identificação nas imagens de satélite disponíveis dos limites e das principais localizações das famílias, roças, áreas de coleta, caça e pesca além dos principais problemas com os não índios confrontantes com a Terra Indígena.

Na parte da tarde, a equipe deslocou-se para a Terra Indígena Apurinã do Km 124, também atravessada pela BR 317/AM. Nesta área, também foram realizadas as mesmas atividades apresentadas na TI anterior. Nestas atividades, apareceram de forma intensa, os problemas já enfrentados pelas famílias indígenas lá residentes. Entre eles está o excesso de velocidade dos veículos na rodovia, que já levou os indígenas a fazerem manualmente uma lombada, e como conseqüência, são ofendidos cotidianamente por vários motoristas que transitam pela BR 317/AM. Inclusive, relataram até a perseguição, por transeuntes da rodovia, das adolescentes indígenas quando estas se deslocam para a escola pela estrada.

Apresentar para as comunidades indígenas o projeto de implantação da BR 317/AM e a equipe técnica responsável pelos estudos foi parte do objetivo principal desta reunião, que era atender esta solicitação por parte da FUNAI e assim obter a Autorização de Ingresso nas Terras Indígenas.

O conjunto dos dados e informações obtidas pela equipe constitui assim, o fundamento básico da organização estrutural desta parte do relatório.

- 6- W. Chandless: Notes of the River Aquiry. – Journal of the Royal Geographic Society, XXXIX, London, 1869.
- 7- João Wilkens de Mattos: Relatório, etc. – Manaus, 1870.
- 8- Francisco Bernardino de Souza: Comissão do Madeira. – Rio, 1874.
- 9- Domingos Monteiro Peixoto: Falla, etc. – Manaus, 1874.
- 10- Coronel Labre's explorations in the region between the Beni and Madre de Dios Rivers and Purus. – Proceedings of the Royal Geogr. Soc. XI, London, 1889.
- 11- Chr. Nusser-Asport: Vom Madre de Dios zum Acre, - Das Ausland, LXVIII, Stuttgart, 1890.
- 12- J. E. R. Pollak: A grammar and a vocabulary of the Ipuruna language. – Vocabulary publications. I. London, 1894.
- 13- Paul Ehrenreich: Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens. – Zeitschr. f. Ethn. XXIX, Berlin, 1897.
- 14- Joseph Beal Steere: Narrative of a visit to the Indian Tribes of the Purus river. – Annual Rep. of the Board of Regents of the Smiths. Inst. 1901, Washington, 1903.
- 15- Germán Stiglich: La region peruana de los bosques. – Colección de documentos oficiales referentes a Loreto. – XV, Lima, 1903.
- 16- Julio C. Tello: Aruak – Lima, 1913.
- 17- Theodor Koch-Grünberg: Beitrag zur Sprache der Ipurina-Indianer. – Journal Soc. Americ. XI, Paris, 1914-1919.
- 18- Serafim Leite: História da companhia de Jesus no Brasil, I. IV, Lisboa, 1938-1943.
- 18- Serviço de Protecção aos Índios: Archivos das Inspectorias de do Espirito Santo, Maranhão, Amazonas e Acre.
- 19- Curt Nimuendaju: Unveröffentlichte Sprachproben und grammatikalisches Material von 57 südamerikanischen Sprachen. MS.

Dessa forma, a chegada dos não indígenas a esta região para exploração da borracha, conforme retrata a historiografia oficial do município de Boca do Acre, em 03 de fevereiro de 1878, encontraram a área já ocupada pelos povos Apurinã, Jamamdi e Jaminawá. Portanto, a história de Boca do Acre começa com o processo de expropriação dos territórios indígenas. Localizaram-se, após 1878, em diferentes áreas dos territórios indígenas ao longo dos rios Purus e Acre, onde formaram a localidade de Vila Antimari, depois denominada Floriano Peixoto. Esta localidade constituiu-se na primeira sede do município criado oficialmente em 1890, e posteriormente, transferida para sua atual sede, Boca do Acre em 1934.

Assim, a história da ocupação pelos não indígenas na região de influência da BR 317/AM, começou a partir dos rios Purus e Acre, em cujos vales foram se instalando os seringais. Aliás, o próprio nome do rio Acre vem da denominação dada pelos indígenas Apurinã: “O rio Iquiri ou Uakiry dos Ipurinas, por corruptela do nome chegou-se a fixar-se, não só particular, como oficialmente, em Acre. (...) Tornou-se um rio político dando o seu nome ao Território assim chamado e criado, em 1903, pelo Tratado de Petrópolis, abarcando terras, não só contestadas e apossadas da Bolívia, em 1900, na bacia do Purus, como na zona contestada pelo Peru no Alto Juruá.” (José Maria Castello Branco Sobrinho, ex-Interventor no então Território do Acre, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro *apud* Porto Gonçalves, C. W. “Geografando nos Varadouros do Mundo”, IBAMA/MMA, Brasília, 2003, p. 57).

A avalanche e a força dos não indígenas nesta área tornaram-na no final do Século XIX e início do Século XX, uma região conflitada internacionalmente. Foi este quadro econômico da expansão dos seringais e, simultaneamente, o quadro geopolítico, que tornou as relações dos não indígenas com os povos Apurinã, Jamamadi e Jaminawá tensas e desestruturantes de seus territórios. Não é demais lembrar que foi dessa confluência do rio Acre com o rio Purus que saíram expedições militares no conflito com a Bolívia pelo Acre. Dessa forma, estabeleceu-se na área durante muito tempo uma simbiose entre os não índios: as relações entre os militares e os civis seringalistas, que cravaram suas estruturas de poder nos vales dos rios e igarapés da região, então território dos povos Aruak, Arawa e Pano. Assim, a força destas duas componentes (econômica e geopolítica) presidiu as primeiras relações entre os indígenas e os não indígenas. E os perdedores foram os povos Apurinã, Jamamadi e Jaminawá. Perderam seus territórios que foram transformados em seringais.

Depois, quando a crise da borracha provocada pela expansão do plantio da seringueira na Malásia, abrandou a tensão entre indígenas e não indígenas, de certo modo, ela somente foi retomada em outros patamares, na volta da exploração da borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Este período de intensificação da exploração foi curto, e em seguida a região entrou novamente em um longo tempo de crise, que para os povos indígenas representava uma diminuição da pressão sobre seus territórios e os recursos naturais que precisavam para reproduzirem seus modos de vida e culturas.

Foi somente com os governos militares na década de 60, que a região amazônica vai novamente ser objeto de intervenção através de políticas territoriais que criaram simultaneamente, a ampliação da expropriação das terras dos povos indígenas, e a suas tomadas e consciência e de organização e luta.

Foi no final da década de 50 do Século XX, durante o governo de Juscelino Kubitschek que a BR 317/AM, foi aberta, é o que conta Melo: *“Apresentei um requerimento-indicação dirigido aos governadores do Amazonas e Acre, ministro de Viação e Obras Públicas e ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagens DNER, no sentido de ser feito um estudo para a abertura de uma estrada de rodagem ligando Boca do Acre a Rio Branco, capital do Acre, com a justificativa da imperiosa necessidade da rodovia, dado o isolamento em que ficava Rio Branco, no período da seca do rio Acre, que era servida somente por pequenas embarcações de até dez toneladas. O requerimento foi aprovado, uma vez que não só a capital do Acre que ficava isolada, como também as cidades de Xapuri e Brasiléia. O meu requerimento teve boa aceitação, tendo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens, em ofício de resposta enviado à Câmara Municipal, aprovado, incluindo no ofício um mapa com o traçado da rodovia, bem assim de outras de real prioridade. No governo do ilustre presidente Juscelino Kubitschek, entre 1955 e 60, a estrada fora aberta pelo governador do Território do Acre, com verbas federais, com a sigla BR-117.”* (MELO, 2006:64).

Mas, foi no bojo do plano rodoviário para a Amazônia, dos governos militares pós-64 que as rodovias passaram a disputar com os rios, os meios de transportes das mercadorias e das pessoas. Com elas mudaram-se as rotas e os fluxos do comércio. A BR-364 e a BR-319 substituíram em parte, gradativamente a ligação entre Manaus e as cidades do Acre. E, Boca do Acre que havia se firmado como entreposto de transbordo e uma espécie de anteporto de Rio Branco e Sena Madureira, perdeu parcialmente, sua importância estratégica como escreveu Orlando Valverde et al, em “A organização do espaço na faixa da Transamazônica” volume 2, publicada pelo IBGE em 1989. Mas, foi também, com estes planos rodoviários que vieram os programas de incentivos fiscais da Sudam, e que atuaram como fator importante para expansão da agropecuária na Amazônia.

Dessa forma, a estrutura territorial formada pelos seringais e da forma opressiva de seus regimes de exploração baseados na “escravidão pela dívida” do barracão, deixaram marcas na estrutura agrária dos municípios da área de influência da BR 317/AM. Esta estrutura estava baseada na apropriação dos recursos florestais e não na apropriação da terra em si, como propriedade privada. As concessões expedidas pelos governos muitas vezes, referiam-se em geral, às autorizações para exploração da seringa e da castanha e não aos títulos de propriedade das terras. Portanto, se para os seringueiros, os seringalistas apareciam como patrão, para os indígenas esta estrutura produtiva não levava a derrubada da floresta, e muito menos ao cercamento de suas terras. O sistema das colocações com suas estradas de seringa e os varadouros, garantiam a base territorial a partir da qual as aldeias indígenas foram sendo historicamente envolvidas. Assim, as relações entre indígenas e seringueiros flutuaram entre o conflito e a convivência, pois as terras não estavam sendo subtraídas dos povos indígenas. O

regime do seringal, com as crises foi em grande parte desestruturado e, deu lugar à formação de um campesinato ribeirinho herdeiro da condição de seringueiro, castanheiro, extrativista, portanto. Talvez, por isso a convivência entre indígenas e não indígenas pode ter uma aparência e um certo caráter pacífico. O mesmo nunca se deu, de certo modo, com as elites que se formaram no município oriundas das primeiras expedições de não indígenas à região, que sempre interpretaram com seus, o direito sobre as terras dos seringais, tentando assim, negar os direitos dos povos indígenas a seus próprios territórios ancestrais: *“O seringal Bem-Posta perdeu e seus herdeiros também as colocações denominadas Centrinho, Centro Grande, Gargalho, Encanto, Buenos Aires, São Miguel, São Vicente, Montevidéu, Santa Luzia e Campos, todas interligadas umas as outras e também metade do lado oeste da propriedade, com título definitivo datado de 30 de junho de 1898, que atualmente estão com área de aproximadamente 20 mil hectares, ocupados por outro órgão federal, a Funai, sem nenhuma indenização, local que em tempo algum serviu de moradia de índios, pois quando o meu avô materno, Francisco Inácio Pinto, que aqui chegou do Ceará, na primeira caravana comandada por João Gabriel de Carvalho e Melo, que era meu tio-avô, os poucos índios apurinãs que aqui viviam, bem assim os da tribo dos jamamadis, mesmo sem moradias fixas, ali, nunca haviam morado”* (MELO, 2006: 170).

Essas contradições entre o modo de vida das populações indígenas e os não indígenas passaram a se acirrar quando, junto com as políticas de implementação rodoviária vieram também os incentivos fiscais da Sudam e a expansão da atividade agropecuária. Naquele momento da década de 70, a mercadoria mais importante não era mais derivada dos frutos da floresta, mas, a terra em si enquanto mercadoria, e com ela a derrubada da floresta para formação das pastagens. Novas levas de migrantes vão dirigir-se para a região. São os chamados de sulistas de uma forma geral. Para eles a floresta somente tem sentido enquanto tenha madeira de lei para ser extraída, fora desta possibilidade, ela deveria ser derrubada para que a valorização da terra se desenvolvesse.

Nestes primados da nova ordem territorial, não há lugar para qualquer ambiente de acordo entre este novo modo de relação com a natureza e aqueles dos povos indígenas. Consequentemente ampliaram-se as lutas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras. Assim mesmo, estas primeiras demarcações somente foram ocorrer no início da década de 90. Antes delas, toda sorte de processos de grilagens de terras tiveram lugar na região. Dessa forma, o município de Boca do Acre está entre aqueles que fazem parte do “Livro Branco da Grilagem de Terras” publicado pelo Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Brasília, no ano 2000.

“A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Em todo o país, o total de terras sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares - quatro vezes a área do Estado de São Paulo ou a área da América Central mais México. Na Região Norte, os números são preocupantes: da área total do Estado do Amazonas, de 157 milhões de hectares, suspeita-se que nada menos que 55 milhões tenham sido grilados, o que corresponde a três vezes o território do Paraná. Parte dos Cartórios de Registro de Imóveis, não só no Amazonas, mas também no Pará, no Acre, em Goiás, no Paraná, no Amapá e em Roraima, apresenta falhas e vícios na sua escrituração. Exemplos notórios de cartórios contaminados pela fraude são os das comarcas de Altamira, São Félix do Xingu e Marabá, no Pará; de Boca do Acre e Lábrea, no Amazonas...”

A questão da grilagem de terras nos municípios de Boca do Acre e Lábrea foi minuciosamente abordada no item 5.3.4 – Uso e Ocupação do Solo.

Dessa forma, se está diante um quadro regional preocupante do ponto de vista fundiário, pois, as terras são em geral públicas (da União), mas, estão ocupadas de forma privada. E, é esta ação que exerce pressão sobre as populações indígenas Apurinã e Jamamadi, que não tem conseguido mover a Funai, no sentido de demarcar as terras indígenas que de fato e de direito pertencem a eles.

O Inkra de Boca do Acre informou, inclusive, que “assentou famílias indígenas no Projeto de Assentamento Monte em 1992, por solicitação deles mesmos”, quando a legislação manda indicar as suas presenças à Funai. O fato mais interessante foi que no ano anterior a Funai tinha demarcado três Terras Indígenas na área. Deixando de fora, portanto, outras populações indígenas, que ocupavam tradicionalmente as terras onde o Inkra implantou o PA Monte em 1992 em área de 129.725 hectares (capacidade para 1.060 famílias), que era parte da Gleba Retiro, área de terras da União com extensão total de 316.000 hectares. Estes outros 186.225 hectares estão grilados e sendo desmatados, a partir, inclusive dos limites urbanos da cidade de Boca do Acre no platô do Piquiá. Assim, várias famílias Apurinã e Jamamadi estão assentadas como se colonos fossem no PA Monte.

O fato mais preocupante em relação a estes crimes contra o patrimônio público é que as elites da região não interpretam suas ações como desprovidas de base legal, ao contrário, tentam fazer passar as ações e os atos ilegais como se legais eles fossem. Dessa forma, para estas elites, quem criam os problemas são exatamente os órgãos públicos que têm o dever fazer cumprir o preceito legal: *“Veio o regime militar. Melhoram um pouco as condições de existência nas sedes dos municípios (...) Todavia, nos seringais a vida piorou. A lenha para navios desapareceu, os preços da castanha, borracha e outros produtos baixaram, ou deixaram de ser comprados. Apareceu o Inkra, que, com funcionários vindos de outras regiões, de nada sabendo sobre as propriedades dos antigos exploradores, não reconheceu as posses centenárias dos herdeiros, antigos*

seringalistas exploradores das terras virgens, cultivadas por eles e seus familiares, arrecadando todas as antigas propriedades, com títulos e escrituras passados legalmente em cartórios de notas das comarcas dos municípios do interior, como foi o caso dos centenários seringalistas e seus herdeiros de Boca do Acre, que sem aviso prévio, sem dar direito a nenhuma espécie de defesa arrecadavam as áreas ocupadas dos primitivos seringais com mais de cem anos de posse mansa a pacífica, deixando os filhos e netos dos exploradores à mingua, na miséria. Muitas vezes, os agentes do Incra que percorriam os rios do município, entregavam uma LO (Licença de Ocupação), para agradar ao morador de uma colocação de qualquer seringal antigo, porque recebiam uma dúzia de ovos de galinha. Até as plantas das áreas dos seringais titulados no século dezenove, pelo governador do Estado do Amazonas, eram desrespeitadas, como é o caso dos seringais Bem-Posta, Xapuri, Santana e outros. Foram cortadas ao meio, sendo a parte da terra cortada distribuídas aos moradores e arrecadada para a União, quando as referidas terras eram constitucionalmente pertencentes no Estado do Amazonas. (...) Também veio para os nossos lados, outro órgão federal, denominado Ibama, com o propósito de fiscalizar a nossa região, explorada pelos nossos avós e atazanar a vida de nossa gente, que aqui vivia e trabalhava, dando continuidade ao que aqueles bravos sertanejos deixaram para seus descendentes. O Ibama infligiu toda sorte de dificuldades e até mesmo perseguições, prendendo os instrumentos de pesca, caça e de outros trabalhos indispensáveis para quem mora na floresta, como motosserra, machado e foice, para se preparar a terra para a criação de gado, plantio de cereais e árvores frutíferas, para a sua sobrevivência multando as pessoas com valores absurdos, longe do alcance do poder aquisitivo de quem mora na região, onde não existe emprego, fora alguns, dados pelas prefeituras municipais. O Ibama prende as malhadeiras de pegar peixes e outros instrumentos de pesca, pelo fato de o pescador vender o peixe que sobra do consumo de sua família para, com o dinheiro apurado, comprar o que tem necessidade, como vestuário, remédios, manutenção do ensino dos filhos, construção de suas barracas, etc. Muitas vezes também apreende as madeiras dos que tiram esse produto para sobreviver, sem olhar os prejuízos causados tanto ao chamado madeireiro em pequena escala como de um modo geral a todo o Brasil, porque essas madeiras que são apreendidas ficam na maioria das vezes amontoadas nas margens dos rios, para apodrecer, virar paul, em prejuízo de todos. Esse e outro fato escabroso praticado pelo governo federal por meio do Incra ou de quem de direito, relacionado no processo fundiário que na região do Purus, Estado do Amazonas, nos municípios de Boca do Acre e outros, região que parece que as terras pertencem ao Estado. Um lote de terra, por exemplo, de 10.000 hectares é vendido e titulado em nome de um cidadão qualquer. O comprador pagou ao governo todas as despesas referentes ao lote comprado com área de 10.000 hectares e recebe o competente título, ficando, assim, proprietário das terras em apreço, mas quando vai trabalhar no beneficiamento de sua propriedade, vê que em

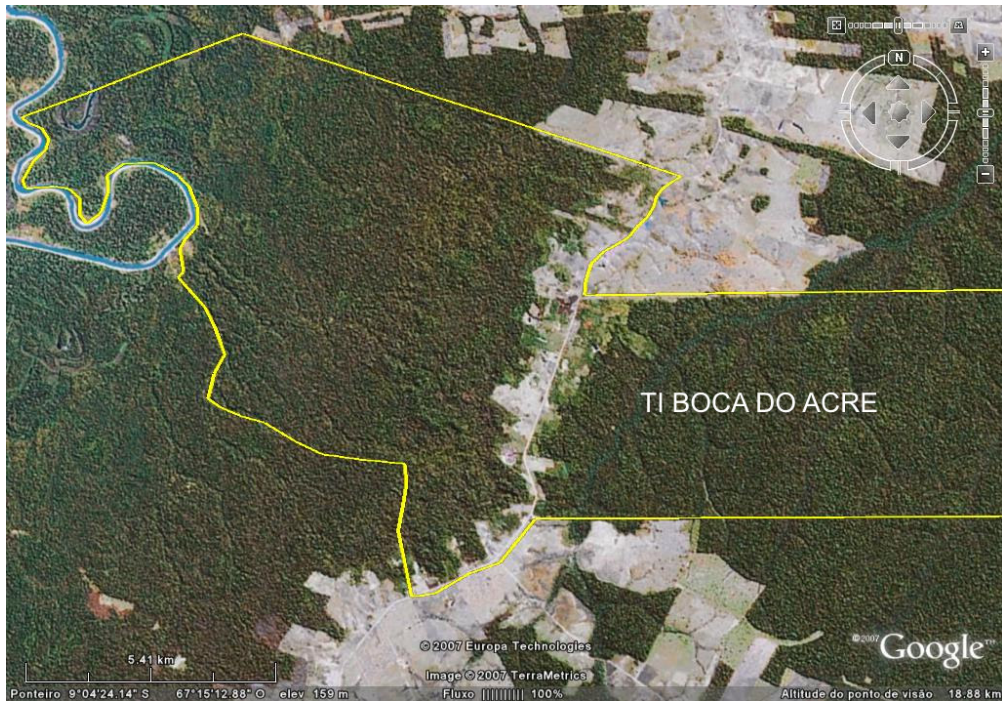
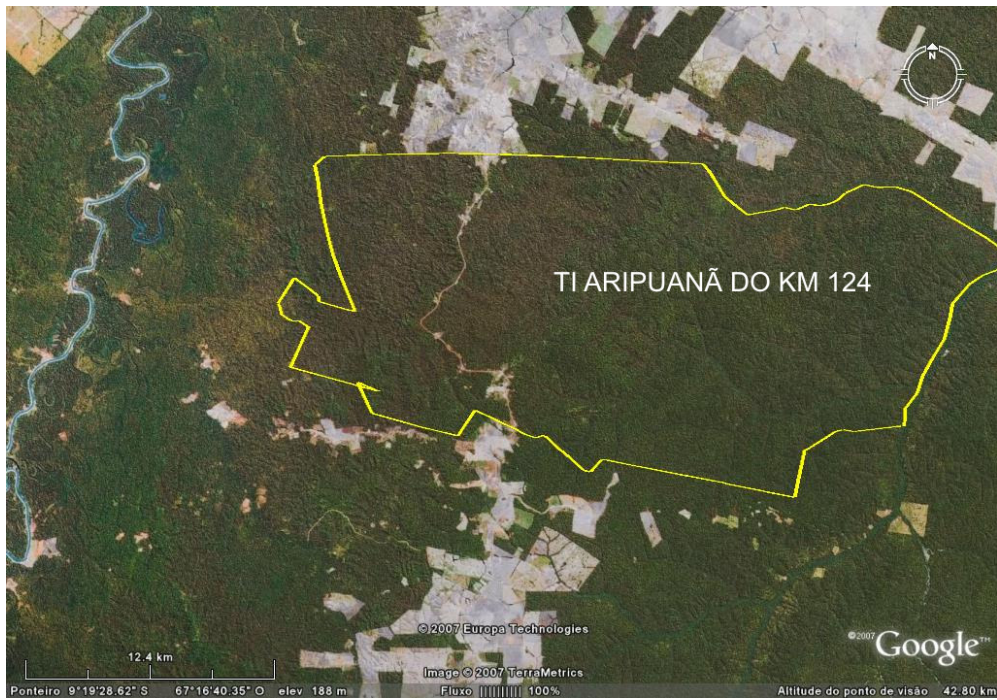
virtude de uma lei aprovada pelo Congresso, somente é permitido trabalhar em 20% da área de sua propriedade, ou seja, em 2.000 hectares. O restante de 8.000 hectares é intocável...“ (Mário Diogo de Melo “Memórias”, Editora Valer, Manaus, 2006, p. 169, 170 e 171)

Assim, a estrutura fundiária dos municípios da área de influência da BR 317/AM está muito longe da legalidade, e a abertura de fazendas para a expansão da pecuária só faz aumentar a pressão sobre as terras públicas griladas, relegando a um segundo plano a possibilidade da regularização das terras indígenas na área.

Estes fatos indicam que o Ministério dos Transportes, o INCRA e a Funai terão que tomar todos os cuidados para que as ações que interessam a regularização das terras indígenas, não se constituam em ações que legalizem atos ilegais. Segundo os dados do Incra sobre as terras devolutas nos municípios da área de influência da BR 317/AM, são os seguintes:

- 1- Boca do Acre – área do município 2.241.045 hectares – área devoluta 1.944.015 hectares (86,7%);
- 2- Lábrea - área do município 6.822.256 hectares – área devoluta 6.541.685 hectares (95,9%);
- 3- Pauini - área do município 4.326.343 hectares – área devoluta 4.210.082 hectares (97,3%).

Dessa forma, trata-se de uma região onde a maioria praticamente absoluta das terras pertence à União, sendo, portanto, possível, sem praticamente ônus para a União, a demarcação das terras indígenas.



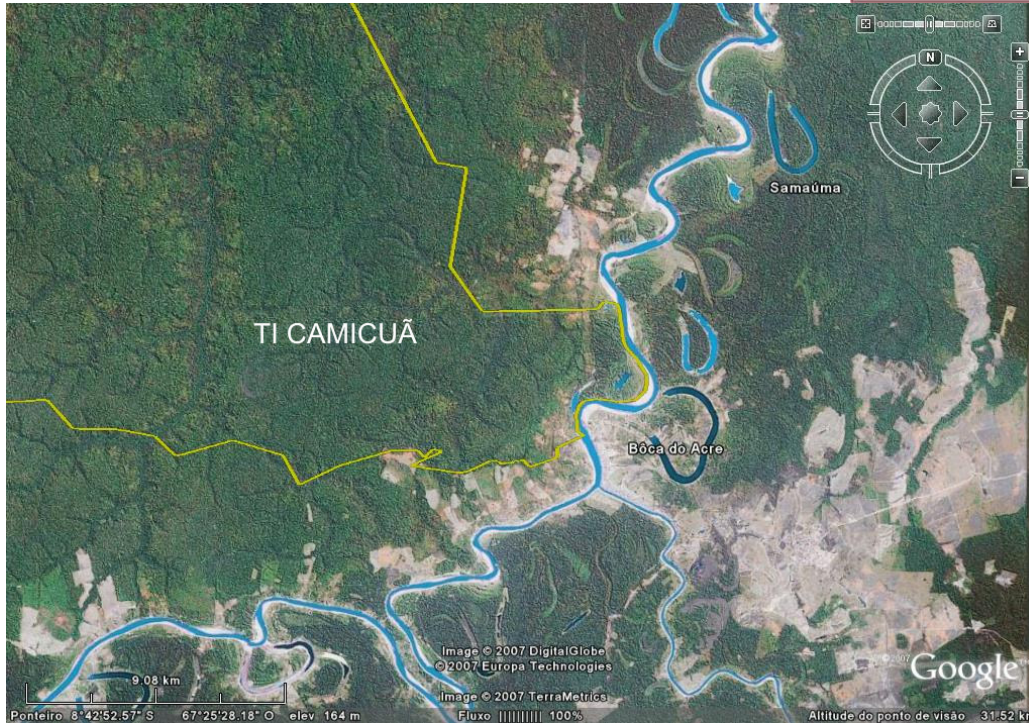


Figura 5.3—1 - Imagens áreas da região de estudo com destaque para as TIs.

Fonte: Google Earth

➤ Pressão sobre as Terras Indígenas

O processo de desmatamento em curso na área de influência da BR 317/AM está diretamente interligado com a expansão da pecuária no município de Boca do Acre e Lábrea. Como se sabe a estrada foi aberta sobre o divisor de águas das bacias dos rios Acre e Iquiri ou Ituxi afluentes da margem direita do rio Purus. Com o desmatamento decorrente da expansão da pecuária, nesta área cortada pela rodovia haverá inevitavelmente no período do verão uma sensível redução na oferta d'água. Inclusive, é por isso que o IBGE mapeou a área indicando a presença de igarapés temporários ou intermitentes.

Segundo os dados disponíveis no site do INPE, sobre desmatamento, na área de influência da BR 317/AM, em 2006, já existia em Boca do Acre 1.831,9 km² de área desflorestada equivalente à 8% da área total do município que é de 23.013 km². O município de Boca do Acre é o segundo em área desmatada de todo o estado do Amazonas. Em primeiro lugar está o município vizinho de Lábrea, com 2.910,5 km², ou seja, 4% de sua área total de 69.669 km².

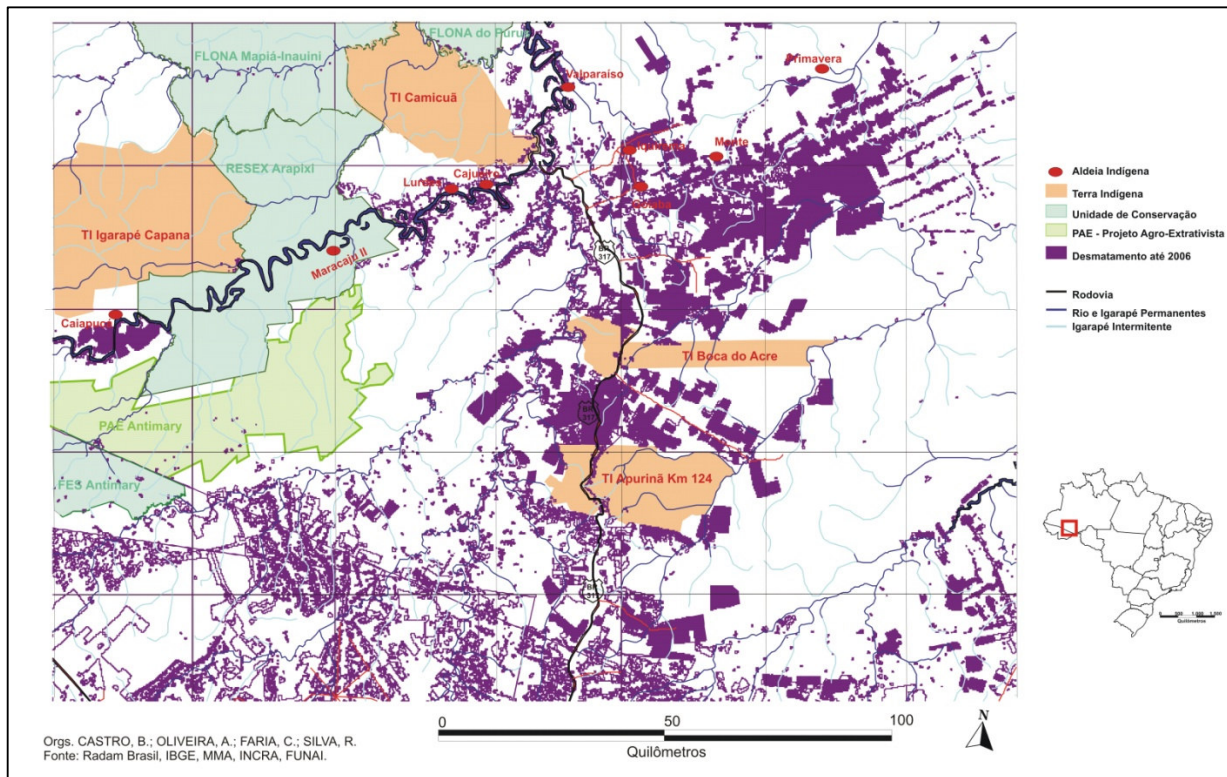
O fenômeno mais preocupante com o desmatamento é sua velocidade, e o fato de estar sendo feito em terras públicas griladas. No ano 2000 a área desmatada em Boca do Acre era de 1.165,9 km², o equivalente a 5% da área do município. Em 2003, era de 1.216,2 km² (5%) e, em 2004 chegou a 1.693,7 km² (7%), saltando em 2005, para 1.747,3 km² (8%). Assim, nos últimos quatro anos, a área desmatada foi de 615,7 km², ou seja, mais de 60 mil hectares. É importante ficar registrado que foi neste período que foi implantado um segundo frigorífico no município.

Boca do Acre, inclusive, tinha pelo Censo Agropecuário de 1995/6, uma área total de pastagem de 65.209 hectares, que foi quadruplicada em 2007, quando chegou a uma área total de 292 mil hectares, sendo que 290,5 mil estão em área de terra firme ao longo da BR 317/AM, que é denominada pelo IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas como: “a “Estrada do Boi” que é composta de 140 km de estrada de chão batido e 68 km de asfalto, totalizando 208 km que liga a comarca de Boca do Acre/AM à Rio Branco – capital do Estado do Acre, principal via de tráfego de bovinos para abate, tanto vindo à Boca do Acre como indo aos frigoríficos localizados no estado vizinho, apenas oferece boas condições de tráfego durante cinco meses do ano, limitando assim a saída de produtos beneficiados em Boca do Acre, forçando a perdas consideráveis de leite in natura e deixando a carne por mais tempo “in vivo” no pasto.”¹⁰

Dessa forma, a expansão da pecuária no município de Boca do Acre, conheceu nos últimos seis anos, o aumento do rebanho bovino de 107 mil cabeças em 2002, para 292 mil em 2007, ou seja, um crescimento de cerca de 200%. Esta expansão veloz nas terras firmes ao longo da BR 317/AM está tornando as duas Terras Indígenas cortadas por ela (TI Apurinã do Km 124 e TI Boca do Acre) em verdadeiras “ilhas” de floresta preservada.

¹⁰ IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas, Relatório, 2007

Mapa 5.3-7- Desmatamento 2006 na AII da BR 317/AM



Cabe destacar também, que o desmatamento para formação das pastagens vem sendo feito em flagrante desrespeito à legislação ambiental, onde as propriedades legais ou ilegais desmatam praticamente 100% de suas áreas. Especial atenção deve ser dada também para a área objeto de grilagem do Recreio do Pauhenê e Recreio de Santo Antonio que apresenta atualmente a maior área contínua de desmatamento e formação de pastagem para a pecuária de corte. Esta área somada à aquela do PA Monte está colocando em risco a área de floresta reivindicada pelos Apurinã e Jamamadi para demarcação de sua terras tradicionais.

Os estudos e o acompanhamento anual sobre o desmatamento realizados pelo Inpe mostram com clarividência a violência desta expansão da pecuária que ocupa terras públicas, gerando verdadeiro cerco das Terras Indígenas na área de influência da BR 317/AM .

➤ Povos Indígenas do Sudoeste Amazônico

“A caça rareou, a pesca diminuiu...tem igarapé secando...”

(morador da aldeia Goiaba; 2007)

Para os grupos indígenas, a construção de seu espaço de vida implica uma percepção do território enquanto “domínio histórico”, isto é, engloba os antigos sítios material e simbólico; áreas onde se encontram os recursos naturais fundamentais à sua reprodução econômica e cultural; suas trilhas e caminhos; cemitérios e as outras aldeias em que viveram seus antepassados. É um espaço construído pelas relações sociais, materiais e simbólicas com a natureza, com os outros grupos indígenas e também com a sociedade nacional.

No período colonial a política de aldeamento significou clara restrição ao uso e domínio dos indígenas sob seu território original – representou o início do processo de confinamento dos índios a um “espaço administrado”. Se havia superposição dos aldeamentos sobre as aldeias originais, de certa forma se substituiu aos poucos a terra originária dos índios às formas diversas de apropriação territorial e exploração desses indígenas, pois cabia aos aldeamentos serem administrados por ordem religiosa, governamental, ou de particulares.

“O artigo 198 da Constituição Federal é auto-aplicável e absorveu a figura do indigenato. O indigenato é instituto de origem luso-brasileira, como se vê nos ensinamentos de João Mendes Junior (in Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos, 1912). O indigenato aparece no Alvará Régio de 1º de Abril de 1680, na Lei de 06 de Junho de 1775, onde se firmou o princípio de que nas terras outorgadas por particulares seria sempre reservado o direito dos índios, primários e naturais senhores delas. A Lei 601 de 18 de Setembro de 1850 e o Decreto de 1854 deram igual tratamento ao Indigenato previsto no Alvará de 1680. O indigenato foi sempre considerado direito congênito e, portanto, legítimo por si, não se confundindo com a ocupação, com a mera posse. O indigenato é fonte primeira e congênita da posse territorial, enquanto que a ocupação é título adquirido. Existe, portanto, em nosso sistema o direito congênito e o direito adquirido. (...) A posse e a propriedade geram direitos para particulares. O indigenato é insuscetível de gerar direitos para particulares.. .”(RULLI JR, 1986: 10-1).

As prerrogativas legais que regem o direito indígena à terra, constituem-se em um direito especial diferente da posse e da propriedade, pois se referem à doutrina do indigenato, reconhecido e legítimo desde o Alvará de 1º de Abril de 1680.

Mendes Junior, em seu trabalho sobre os direitos políticos e individuais dos indígenas no Brasil, faz uma distinção entre ocupação como título adquirido, diferente do indigenato como título congênito. Os índios aparecem aí como primários e senhores de suas terras ao lado de um regime de posse territorial definido pelo regime de sesmarias, que até 1695, referia-se ao usufruto, garantindo os domínios das terras à Coroa.

Quando se permitiu a apropriação legal do respectivo domínio aos concessionários pela Real Ordem de 1695, o Alvará que tratava do indigenato veio a esclarecer que, mesmo as terras que fossem ocupadas por particulares teriam de ser disponibilizadas em favor dos índios.

Em 1775, a lei pombalina reafirmou os direitos territoriais dos índios fazendo prevalecer os direitos indígenas sobre quaisquer outros interesses de colonos brancos.

Marco Antonio Barbosa, em seu trabalho sobre direitos e terras indígenas no Brasil, identifica os princípios contidos no Alvará de 1680, ao parágrafo 6º do art. 231 da atual Constituição Federal que “*declara nulo todos e quaisquer atos jurídicos incidentes sobre terras ocupadas por índios*”. (BARBOSA, 2001:69)

Em 1910 foi criado o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, cujo decreto garantia autonomia ao modo de vida indígena, assim como a necessidade da demarcação de suas terras. Na Constituição de 1934, ficava impedida a remoção de grupos indígenas de suas terras e a legislação sobre questão indígena ficou delegada à União.

Na Carta Constitucional de 1946 ficou reconhecida a posse imemorial dos grupos indígenas sobre suas terras. Em 1967, as terras ocupadas pelos índios passaram a integrar o patrimônio da União.

Ressalta-se, entretanto, que apesar de constantes pressões sobre as comunidades indígenas, inclusive genocídios, houve significativa mudança nas concepções sobre a terra indígena. Ao mesmo tempo que se estabeleceu limites precisos das áreas ocupadas, o modo de vida desses grupos demarcava um espaço mais amplo, além das divisas administrativas, caracterizando um território que se estende e engloba áreas contíguas e não contíguas às aldeias utilizadas na reprodução material e cultural da comunidade – correspondente ao “habitat de um povo”. (NUNES LEAL apud FRANCHETTO, 1985)

Desse modo a questão das terras indígenas se encontra associada a “*variantes culturais da vida indígena*”, não reduzindo apenas a direito patrimonial, entendido que o direito de propriedade é do Estado mas o direito de posse é do indígena. (BASTOS, 1985)

Tanto o conceito de posse imemorial quanto o de habitat remanescente tornam a terra indígena revestida de um caráter antropológico e sociológico como ressalta, no Capítulo 2, o Art. 23 do Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 19/12/1973): *“considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.”*

Firmando essa concepção de habitat se pode inferir que terra indígena corresponde também a ambiente ecológico conforme reitera o Art. 24 do Estatuto do Índio, ou seja, que o usufruto de suas terras assegurado aos índios compreende o direito de posse, o uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas: uso dos mananciais, das águas das vias fluviais, da caça e pesca, e da flora.

Isto não é apenas conteúdo de uma concepção indígena sobre a terra, mas se encontra formulada no Art. 231, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988. Neste parágrafo considera-se as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, aquelas utilizadas para suas atividades produtivas; aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à sua reprodução física e cultural, segundo usos, costumes e tradições.

Esta estreita relação entre o modo de vida indígena e as formas de apropriação dos recursos naturais, torna indissociável a concepção entre terra indígena e a preservação ambiental. No Art. 46 do Código Florestal o conceito de floresta permanente é fixado em relação ao índio, referindo-se a esta como sendo destinada a *“manter o ambiente necessário à vida das populações indígenas”*.

Pode-se inferir, portanto, que os atos de terceiros contra ecossistemas que correspondem às florestas permanentes, cerrado, etc, onde populações indígenas têm seus habitat, são atos que interferem no modo de vida indígena.

A Constituição Federal de 1988 no Capítulo VIII – Dos Índios – Art. 231 ressalta ao final que é competência da União demarcar as terras indígenas, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Uma vez que se reconhece o direito do índio à terra como direito originário, suas práticas em relação ao meio físico natural e todo referencial simbólico que as acompanha, se reconhece também, suas *“tradições ancestrais”*. A concepção de território indígena, portanto, está ancorada nesses pressupostos.

Terra indígena não é toda terra, visão simplista que se apóia no entendimento de que toda a terra era terra de índios. E muito menos, pode ser entendida como qualquer terra, pois ela só pode ser definida no contexto de uma tradição cultural construída e vivida pelo grupo, constituindo um território que, por sua vez se define por uma inter-relação espaço/tempo/cultura.

O povo Apurinã e Jamamadi, habitantes do sudoeste amazônico, podem ser definidos como povos da floresta, na sua íntima relação com o ecossistema que lhes garante a sobrevivência.

A região habitada por esses povos sofreu ondas de povoamento incentivadas por interesses econômicos desde o período colonial. A exploração das drogas do sertão, no século XVIII, iniciou a ocupação no baixo Purus interessando também a exploração da borracha. Muitos trabalhavam para os não-índios, uma relação de contato que se desenrolou durante o século XX. Com a decadência da borracha a partir de 1910 e o abandono de seringais, as famílias indígenas dedicaram às atividades de subsistência e coleta da castanha. O novo ciclo de exploração da borracha durante a Segunda Guerra Mundial trouxe para a região levas de população nordestina, engajando-as nos seringais, no fluxo migratório que os reconhecia esses trabalhadores como “soldados da borracha”.

O povo Apurinã

Os Apurinã enfrentaram novas relações com os não-índios, trabalhando para eles, enfrentando conflitos e tendo de lutar contra a expropriação de suas terras. Foi criado em 1913 o Posto Indígena Marienê, pelo Serviço de Proteção ao Índio, no rio Seruini, onde se localiza hoje a TI Seruini-Marienê. Habitam atualmente afluentes do rio Purus- Seruini, Peneri, Tacaquiri, Inauini – também se encontram nas aldeias ao longo da BR 317/AM , na periferia de Boca do Acre e Rio Branco.

A partir de 1970, o Acre recebeu incentivos governamentais ao desenvolvimento regional tendo em maioria os empresários sulistas investindo na região. A grilagem de terras, a instalação de serrarias e abertura das pastagens fragilizou as terras indígenas, muitas não demarcadas até os dias atuais.

“Mais recentemente, passaram a se dedicar ao trabalho de abertura de grandes e médias fazendas de gado. Durante todo esse processo os Apurinã continuaram desenvolvendo suas atividades tradicionais de caça, pesca, coleta de castanha e seringa, bem como roças de subsistência. Estas práticas, contudo, foram se tornando cada vez mais difíceis na medida em que a caça e a pesca diminuíram consideravelmente, justamente com as atividades agrícolas, em função da escassez de terras, geradas pela proximidade da fronteira agrícola.”(DIAS Jr. e ALMEIDA;1979:57).

A tomada das terras indígenas foi sendo feita pela implantação de fazendas e loteamentos de terras, como ocorreu na aldeia Sideral (Km 45 da BR 317/AM), quando João Sorbille (Cabeça Branca), em 1976, após comprar a área de um seringueiro, foi “abraçando” terras até constituir posse de 341 mil ha – loteando em seguida a área e permanecendo com 18 mil ha. Sorbille foi expulso após intervenção da FUNAI AJACRE (Ajudaça do Acre) e polícia federal, recebendo uma indenização de Cr\$ 700.000,00 pelas benfeitorias deixadas na área.

O processo de delimitação da TI Kamicuã sofreu desde o início pressões dos fazendeiros e políticos locais; entre 1917 e 1937 receberam apoio do Posto Indígena Marianá, às margens do rio Saruiní. Em 1944 chegaram na colocação Centro Grande, onde o cacique Alfredo de Oliveira Lima TUCHAU e seu grupo familiar fixaram moradia; se expandiram também para as colocações Buenos Aires, Centro Novo e Centrinho; fixaram-se em seguida nas aldeias Terra Firme e Monte Verde. Apesar da Comissão de Delimitação da FUNAI trabalhar no sentido de recuperar terras antes griladas por fazendeiros e incluir no relatório como terra indígena, uma parte da área foi excluída do processo de delimitação. Isso ocorreu por pressão de uma nova comissão criada em 1977 com representantes da FUNAI, INCRA e da Confederação Nacional da Agricultura; as terras eram pretendidas pelo fazendeiro Adão Nunes Barbosa (o Mineirinho). Nessa área localizava-se o cemitério e também as áreas de coleta de castanha, exploração de seringueiras, caça e pesca, o que gerou grande reação da comunidade Apurinã.

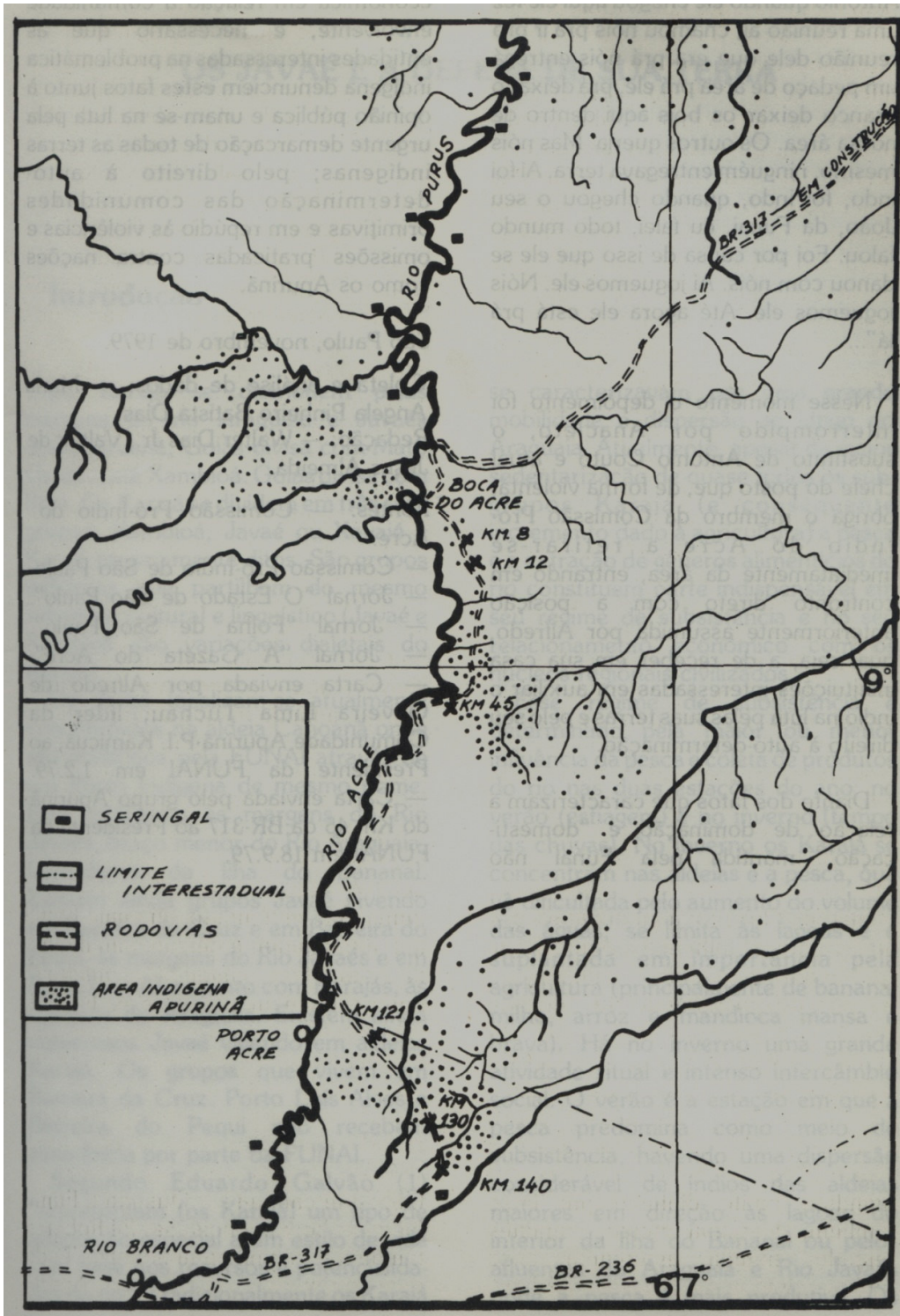
Também ao longo da BR 317/AM os conflitos foram constantes a partir de 1978 com a chegada de empresários e fazendeiros:

“Este grupo que ocupa toda a extensão do trecho acima citado, tendo seus domínios prolongado no sentido leste-oeste até as margens do Rio Acre e no sentido oeste-leste até as margens do Rio Endimarí, encontra-se dividido em três grupos familiares constituídos de vinte e seis famílias, num total de cento e trinta pessoas: o primeiro grupo ocupa o trecho compreendido entre os Km 121/132, da referida BR; o segundo trecho entre os Km 132/140; e um terceiro que está localizado desde as margens do Rio Acre até a BR 317/AM , no trecho entre os Km 121/130, aproximadamente.

Esses índios habitam o local há séculos, sobrevivendo da caça, pesca, coleta de castanha do Brasil, extração de borracha e cultivo de roças. Mais recentemente, principalmente a partir de 1978, as invasões da área passaram a ser uma constante.” (DIAS Jr. e ALMEIDA;1979:60).

A pressão contra as comunidades indígenas aumentou no município de Boca do Acre a medida que as terras passaram a ser de interesse da exploração madeireira e da implantação da pecuária. Muitos políticos e pessoas importantes “...intensificam suas ações com o objetivo de descaracterizar a área situada ao longo da BR 317 como sendo área indígena.” (DIAS Jr. e ALMEIDA;1979:6).

Mapa 5.3-8- Localização do Povo Apurinã na década de 70



Fonte: Comissão Pró-Índio do Acre - 1979

Hoje os Apurinã estão distribuídos na região do baixo rio Purus até Rondônia, tocante aos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Pauini, Tapauá, Manaquiri, Beruri, Manacapuru, Manicoré (nesta última mantendo laços matrimoniais com os Torá); também se encontram na TI Roosevelt, juntamente com Cinta-Larga.

O modo de vida Apurinã apresenta adaptabilidade ao ecossistema da floresta tropical acompanhando a sazonalidade, o que implica na produção de sua subsistência. Os ciclos anuais das enchentes e vazantes determinam o uso dos recursos naturais disponíveis, o que permite uma distribuição das atividades de caça, coleta, pesca e agricultura.

A estação chuvosa do inverno amazônico, que se estende de novembro a fevereiro, permite aos Apurinã praticar agricultura de terra firme com cultivo da mandioca e a coleta de castanha, tucumã, urucum e açai. Também praticam a caça da anta, paca, jaboti, tatu, caititu, macaco barrigudo e outros animais como a caçada que fazem em grupos das queixadas.



Foto 5.3—22- Sistema de roça indígena – Aldeia Valparaíso-Comunidade Retiro, 2007;.

Autor: CASTRO, B

A extração vegetal tem finalidade alimentícia, medicinal e para construção como o tucumã, a copaíba, buriti, louro, gameleira, itaúba, cedro pau-dárco, pupunha, etc.



Foto 5.3—23- Fruto do tucumã – Igarapé Iquirema-, 2007;.

Autor: CASTRO, B

No período seco que se estende de junho a agosto o cultivo nas várzeas se intensifica com o plantio da mandioca, mamão, banana. Caçam veados, nhambu, caititu, próximos aos igarapés e barreiros; se dedicam intensamente à pesca do pirarucu, surubim, anuanã, etc. Há nesse período a exploração da seringa, pois nos meses de junho e julho o leite é abundante.

A pesca é atividade primordial entre os Apurinã pois constitui a base de sua alimentação. As diversas espécies de peixes como a pirapitinga, filhote, pirarucu, surubim, e outros são pescados durante o ano todo, sendo no verão o período principal. As águas baixas permitem a pesca nos igarapés e lagoas, cujo armazenamento é feito pela moqueação (peixe seco). Têm grande conhecimento do ciclo hidrológico e conhecem detalhadamente a relação entre os cardumes e fruteiras, facilitando a pesca. É uma atividade masculina; saem pela manhã para mariscar, retornando à tarde. Usam arpão, flexas, linhadas, paneiros (cesto de vime).



Foto 5.3—24- Cesto utilizado para pesca – paneiro. Aldeia Valparaíso, 2007; CASTRO, B.

Autor: CASTRO, B

As mulheres coletam palhas de buriti, tucumã e paxiúba para a confecção de artesanato; o barro é utilizado para fazer os fogões e fornos das casas. A coleta de fibras e sementes permite um artesanato rico que pode se transformar em fonte de recursos para as famílias. Nas Aldeias Monte e Apurinã do Km 124, há mulheres que participam da Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – SITUAKURI.

O cultivo da terra é feito próximo às casas e realizado pelas mulheres; o cultivo da mandioca é realizado por homens também. Produzem farinha e beiju. O pinhão branco e roxo são cultivados assim como ananás, taioba, goiaba, cana, tabaco, cidreira, etc. Fabricam o rapé que é utilizado por homens e mulheres.



Foto 5.3—25- Fogão e forno de barro – trabalho feminino. Aldeia Goiaba, 2007;

Autor: CASTRO, B.

O território Apurinã inclui a diversidade do espaço natural e cultural compondo domínios habitados por homens, espíritos e outros seres sobrenaturais. O céu, terra (floresta e aldeia) e águas fazem parte da divisão cosmológica que os Apurinã têm de seu mundo. A floresta é um espaço povoado por espíritos que protegem esse ecossistema e que ordenam o mundo indígena segundo permissões e interdições, orientando as ações dos homens.

Os buritizais são protegidos pelos Kamati que limpam e juntam as frutas. |O curupira com seu poder de encantamento é o grande protetor das matas. Os Kamyry são almas dos mortos enterrados na floresta, que após um tempo de sepultamento, os ossos eram retirados e se realizava o segundo sepultamento com festas homenageando o morto.(RISSO; 2005).

Também a crença em Tsora, criador de todas as coisas, reforça na mitologia Apurinã as relações com a natureza, os poderes e a hierarquia do mundo. A terra sagrada significava para o grupo uma terra onde não havia morte, nada se estragava e não havia doenças; eles migravam de uma terra sagrada à outra juntamente com outros grupos como os Kaxarari e os Otsamaneru. Nessa perambulação, passando pela “terra morredoura”, permaneceram nesse mundo e passaram a enfrentar todos os desafios.(SCHIEL; 2005).

A mitologia e o sistema de crenças apresentam-se inseridas no contexto da vida material; é uma narrativa que explicita as crises e conflitos sociais pelos quais esses grupos passam na interação com a sociedade não-indígena. O contato com ribeirinhos, seringueiros, madeireiros e empresários desenhou um quadro de referências onde o povo Apurinã marca sua identidade e a de seu território.



Foto 5.3—26- - Espaço doméstico na Aldeia Iquirema, 2007;

Autor: CASTRO, B.

O povo Jamamadi

As informações sobre o povo Jamamadi datam do século XIX no relato de viajantes e pesquisadores que percorreram áreas próximas aos rios Sepatini, Ituxi e Pauini.

Próximos às terras dos Apurinã, essa população também aparece incluída no contexto econômico de exploração das drogas do sertão (copaíba, baunilha, salsaparrilha, etc.). Descritos como população de terra firme utilizavam os igarapés, faziam agricultura, praticavam caça e coleta, também sendo submetidos como trabalhadores da borracha.

Em relatos de Euclides da Cunha, 1904 e 1905, os Jamamadi apareceram como trabalhadores escravos de seringueiros peruanos. (SCHRÖDER; 2002).

O Posto Indígena Manauacá, no rio Teuini, abrigou na década de 30 grupos Jamamadi. Entre os anos 40 e 60 foram vítima de expedições de extermínio. (SCHRÖDER; 2002). Também há registros de famílias formadas por mulheres Jamamadi com homens Apurinã.

Do mesmo modo que os Apurinã, os Jamamadi enfrentaram as sucessivas levas de ocupação econômica da região trabalhando nos seringais em períodos de mercado próspero. Como aponta Darcy Ribeiro:

“Era a vez dos seringais (Hevea brasiliensis) situados nas ilhas e terras marginais, mais próximas dos postos de exportação. Nestas áreas sobreviviam alguns grupos indígenas já experimentados nos embates com a civilização, remanescentes de tribos que desde tempos coloniais mantinham contato com neobrasileiros. Eles se integravam na economia regional como fonte ocasional de mão-de-obra e como produtores autônomos de peixe seco, de peles de caça, de ovos de tartaruga, de óleos e essências florestais e outros produtos extrativos. Preservavam, todavia, sua economia tribal de subsistência, baseada na lavoura, na caça e na pesca, e sua autonomia étnica.

A exploração dos seringais não deixaria lugar, porém, para estilos tribais de vida. Em pouco tempo aquelas populações foram compulsoriamente aliciadas para a produção de borracha e para os trabalhos ligados à navegação fluvial. Foram o índio-remo, o índio-piloto, o índio-bússola que descobriram os seringais e os vincularam aos portos através do emaranhado de canais e rios que constituem a Amazônia.” (RIBEIRO;1996).

Ocupando a região de fronteira, no médio Purus, os Jamamdi(também conhecidos como Anopideni – grupos de denominação segundo rede de parentesco) se localizam no município de Boca do Acre nas aldeias do Lourdes, Maracaju, Iquirema, Goiaba e Igarapé Preto, TI Capana e Inauini-Teuini.

Como povo ocupante das florestas de terras altas, se deslocaram para as proximidades do rio Purus empurrados pelas frentes extrativistas que tomaram seus territórios.

A fixação no Capana dos Jamamadi desde a década de 50 esteve ligada à atividade de seringueiros, serviço que prestavam a Joaquim do Vale, onde as famílias ocuparam várias colocações, fazendo roçado nas matas, enterrando seus mortos e realizando suas festas. Conforme citação de AYRES de PAULA, 2005:

“Em 1972, passaram a morar no Piquiá, atrás da cidade de Boca do Acre, em uma trajetória complicada, até que este local se transforma em bairro da cidade e são obrigados a novo deslocamento. Se antes encontram refúgio nos seringais, agora estes não constituem mais unidades produtivas e suas antigas áreas estão sendo ocupadas por fazendeiros que delimitaram suas propriedades para criação de gado, para explorar madeira ou mesmo apenas para reservar terras com fins especulativos (RANGEL, 1994). Um grupo se desloca para o quilômetro oito da BR 317 e o grupo de Vicente Anopideni se desloca para o Lourdes, onde encontra antigo conhecido, Senhor Lauro de Assis, que “tomava conta do local e assegurou que o Seringal Lourdes estava desocupado e que eles podiam se instalar ali” (Entrevista, junho de 2004)”

Com a ocupação de suas terras e a presença dos não-índios, os Jamamadi identificam seu território como aquele onde há a presença dos padrões e das doenças – arika zama. Os deslocamentos das famílias estão associados à chegada dos estranhos que se apropriam de suas terras, impedindo a reprodução de seu modo de vida e trazem também as epidemias de contato.

A construção da territorialidade Jamamadi, a partir de seu mito de origem, estava baseada nas relações homem-natureza como uma extensão das relações sociais do grupo: céu e terra, homens e animais se comunicavam dentro de uma totalidade cosmológica. Essa totalidade foi rompida com a chegada dos estranhos instalando-se os conflitos.

Conhecidos como agricultores de terra firme, os Jamamadi fazem suas roças a partir da escolha do local pelos homens, mas as mulheres é que têm o domínio sobre o plantio e colheita; cada roça tem sua dona. A casa e a roça fazem parte do domínio feminino. Os produtos da roça como a mandioca e a macaxeira formam a base da alimentação da família. Fabricam o beiju de macaxeira e o pão de farinha com a massa de mandioca.



Foto 5.3—27 - Plantio no sistema de coivara – Aldeia Iquirema, 2007;

Autor: CASTRO, B.

As festas entre eles se realizam nos meses de junho, julho e agosto que correspondem aos meses de fartura. Executam o manejo de capoeiras, abandonando áreas de fertilidade esgotada e abrindo novos trechos de forma seletiva, ou seja, não promovem a derrubada total da vegetação, mas deixam árvores frutíferas e aquelas que servem a outros aproveitamentos. Essa prática permite a recuperação da vegetação e a reposição de nutrientes do solo permitindo novo plantio em períodos subseqüentes.

As atividades de caça e pesca são feitas pelos homens, que abrem trilhas nas matas e delimitam o habitat de cada animal segundo sua cadeia alimentar. Caçam anta, queixada, macacos e aves. Os igarapés Preto e Matrinxã são locais apropriados de caça por constituírem locais de atração dos animais nos períodos da seca. Esses locais constituem acampamentos de caça dos Jamamadi, o que completa o ciclo de atividades de subsistência roça-caça imposto pela sazonalidade na região.

A dinâmica ambiental que condiciona a pesca é complexa e exige o uso de um território condicionado ao sistema de enchentes e vazantes; no verão pescam nos igarapés com o uso do timbó e tingui; no inverno, período das cheias, pescam nos sangradouro dos lagos, área de inundação do rio Purus.



Foto 5.3—28- Coleta da castanha. Aldeia Valparaíso, 2007

Autor: CASTRO, B.

A floresta significa também uma fonte de recursos para a confecção de artesanato de fibras e sementes; também a coleta de ervas medicinais. O artesanato é vendido pela UNI-Acre – União das nações indígenas de Rio Branco. Coletam mel, frutos do açaí, pupunha e bacaba. O óleo de copaíba é vendido a comerciantes e empresas de produtos cosméticos e medicinais. A coleta da castanha está ligada aos deslocamentos e incursões que fazem em terras de antigos territórios e áreas de já desmatadas por fazendas, criando instabilidade do grupo frente ao processo de ocupação das terras no município.

Além do Seringal do Lourdes constituir um território tradicional, o contato com a cidade de Boca do Acre se faz por vários motivos, seja da venda de seus produtos, da busca pela assistência à saúde feita pela FUNASA, do recebimento de aposentadoria dos mais velhos dada pela FUNAI e mesmo pela manutenção dos filhos na escola a partir da 5ª série do ensino fundamental.

Muitos Jamamdi partem para o trabalho assalariado como forma de complementar o sustento da família quando a possibilidade de acesso aos recursos naturais é impedida.

As questões territoriais são enfrentadas pelos Jamamadi e Apurinã em luta pela demarcação de áreas já identificadas, mas ainda não demarcadas. O problema se agrava também pela presença de seringueiros e ribeirinhos que demandam pela regularização fundiária de suas terras, muitas sendo invadidas pelos madeireiros e fazendeiros com abertura de pastagens.

O povo Jaminawá

O povo Jaminawá da língua Pano possui seus territórios em terras brasileiras, peruanas e bolivianas; também com denominações como Yaminawá, Xixinawá, Yawanawá, Bashonawá e Marinawá.

Os Jaminawá do rio Acre tinham suas aldeias inicialmente às margens do rio Moa e Iaco, deslocando-se depois para a cabeceira do Chandless onde entraram em contato com os brancos nos caucheiros do Peru e Bolívia. Os grupos entre o rio Acre e Iaco mantiveram contato com serigalistas trabalhando na exploração do látex.

O posto da FUNAI em 1975 registrou a exploração dessa população e sua degradação cultural pelos não-índios, localizando-se nas aldeias Betél, Extrema e Jatobá; num outro desmembramento se dirigem para a terra indígena Cabeceiras do rio Acre no município de Assis Brasil. A mobilidade territorial dos Jaminawá permite estreita relação com outros grupos nawá e com brancos permitindo trocas matrimoniais.

A descendência Jaminawá é garantida pela linha paterna, formando diversos kaio (clãs totêmicos) que normalmente estão relacionados com os etnônimos: Bashonawá, Xixinawá, etc. Um indivíduo Jaminawá pode ser incluído dentro de kaio diferentes; sendo que cada um desses kaio predomina dentro de uma aldeia, garantindo o etnônimo predominante que serve para denominar o grupo naquela aldeia. Essa dinâmica complexa do parentesco serve para dividir os grupos em metades que se opõe e simultaneamente se complementam. Por exemplo: Boshonawá e Xixinawá são duas metades (de linhagem comum) que funcionam como grupos exogâmicos (casamento para fora do grupo); são duas metades opostas dentro da organização social, mas são parceiros preferenciais nas trocas matrimoniais. Daí a complexidade da estrutura de parentesco, que se de um lado reforça a mestiçagem (inclusive com não-índios), por outro, amplia a rede de alianças.

A comunidade Jaminawá do Caiapucá está localizada às margens do rio Purus entre a TI Capana e o PAE Antimary, no município de Boca do Acre. Também se encontram no Seringal Lourdes dentro do mesmo município.

A prática da agricultura é feita pela técnica da coivara, onde aproveitam para a catação dos galhos, folhas e palhas. A unidade doméstica é composta por quintais que usam para o cultivo de plantas medicinais, frutas e criação de pequenos animais como galinhas e patos. Coletam filhotes de aves e ovos como os da arara, papagaio e jacu. Plantam macaxeira e banana.

A pesca é abundante nos igarapés Santa Teresa, Capana e Macapá, assim como nos lagos, que permite complementar a subsistência vendendo aos barcos pesqueiros ou trocando por gêneros com os regatões.

Sua tradição oral é rica quanto a poemas e cantos que permitem expor sentimentos e história de vida. Há narradores importantes no grupo, os shedipawó, que contam suas tradições como histórias dos antigos. As narrativas demonstram uma cosmologia que é composta por domínios sócio-espaciais do céu (espaço onde os indivíduos se perdem, se decepcionam); floresta (lugar da guerra e da transformação dos seres- é lugar também dos espíritos nhusi); o fundo das águas é habitado pelas ronoás – cobras d'água – ofertam aos homens mercaorias, ferro e a yahuasca. (SÁEZ; 1998).

Figura 1.1

NOME	Praia e Rio Purus	Barranco e Várzea	Mata Densa	Encosta	Encosta e Terra Firme (Terra Alta)
USO	Pesca e Porto	Moradias tradicionais e Plantio de Culturas anuais (milho, feijão, melancia, melão, batata, amendoim, jerimum e Plantas medicinais e Porto.	Local para Caça e início dos Piquis de Castanha e Coleta Vegetal	Fabricação de Farinha Tradicional e Bananal Comunitário de Subsistência	Roças comunitárias e Roças individuais (macaxeira, mandioca, milho, batata, feijão, maxixe, amendoim, wáka, timbó, cana, mamão, urucum, gengibre, algodão e arroz).
SOLO	Areno – Siltoso	Areno-Argiloso de textura Franca (Rica em matéria Orgânica)	Areno-Argiloso de textura Franca (deposição de folhas e galhos)	Latossolo Amarelo-vermelho (com horizonte A com alto teor de M. O.)	Latossolo Amarelo-vermelho em Pousio.
VEGETAÇÃO		Mulateiro, Sumaúma, Embaúba, Angico, Cedro, Canafistula, Açacu, Itauba, Barriguda, inajá, Bacaba, Açai, Paxiuba, Uricuri, Apurri, Pau-sangue, Gameleira, Cana d'água, taboquinha.	Sumaúma, Cipo, Jagubi, Cipó títica, Birindiba, Jenipapo, Barriguda, Ata, Pama, Imbé, Licuri, Açacu, Gameleira, Canafistula, Apurri, Pau Pombo, Itauba.	Mandiocão, Araça, Inajá, Tucumã, Pupunha, Jurema, Canafistula, Seringa, Castanha, Paxiuba, Macaiba, Timbó, Freijó, Copaiba, Andiroba, Sorva.	Sumaúma, Angico, Cedro, Canafistula, Açacu, Itauba, Barriguda, inajá, Açai, Bacaba, Paxiuba, Uricuri, Apurri, Pau-sangue, hiare, Gameleira, Pequía, Carapiá, Pupunha, Castanha, Seringa, Copaiba, Andiroba, Sorva.
RESTRICÃO	Nenhuma	Inundação	inundação	Erosão	Erosão

Figura-5.3—2 - Perfil agroambiental e uso da região circunvizinha à comunidade Jaminawá e espécies de flora

Fonte: SANTANA, L.G. – FUNAI- 2003

➤ **As posições históricas dos povos indígenas da área de influência da BR 317/AM no estado do Amazonas (municípios de Boca do Acre, Lábrea e Pauini)**

- Pontos apresentados e discutidos na reunião realizada entre lideranças indígenas Apurinã, Jaminauá, Jamamadi, Funai e equipe de Terras Indígenas

No dia 30 de outubro de 2007, a equipe realizou uma reunião no Posto Indígena local com a presença do Administrador Regional da AER Rio Branco da FUNAI, senhor Antonio Apurinã, do representante da COMIN – Conselho de Missão entre os Índios, senhor Manoel Roque Jaminauá, o Chefe do Posto Indígena Boca do Acre, senhor Francisco Barroso Apurinã, e outros dez representantes dos povos indígenas Apurinã, Jaminauá e Jamamadi que ocupam as Terras Indígenas Camicuã, Boca do Acre e Apurinã do Km 124 já demarcadas e das Terras Indígenas a serem demarcadas de Valparaíso, Monte, Iquirema, Goiaba, Primavera, Cajueiro, Lurdes, Maracaju II e Caiapucá.

A posição dos povos indígenas da área de influência da BR-317/AM, no Estado do Amazonas (municípios de Boca do Acre, Lábrea e Pauini), deve ser considerada como histórica, pois, desde 2002, através de diferentes fóruns têm registrado suas posições em relação à proposta de asfaltamento da rodovia.



Foto 5.3—29- Reunião com lideranças indígenas no PI de Boca do Acre, 30/10/2007;
Autor: FARIA, C.

A equipe foi informada inicialmente, da posição histórica dos indígenas face aos problemas por eles enfrentado quando da primeira tentativa de se asfaltar a BR 317/AM no trecho próximo à cidade de Boca do Acre. Em decorrência destes fatos passados o chefe do Posto Indígena senhor Barroso Apurinã entregou cópia de ofícios enviados pela Administração Regional da ERA Rio Branco da FUNAI onde informava que:

“Para seu conhecimento, tomada de consciência e para que seja divulgado entre os índios de sua jurisdição, estou em anexo lhe encaminhando cópia dos seguintes documentos, todos referentes ao asfaltamento da BR 317/AM no trecho entre Boca do Acre e a fronteira com o Estado do Acre:

1. Ofício n° 219/GAB/AER RBR de 16.05.02, cuja via original foi endereçado ao escritório da empresa Andrade Gutierrez, nessa cidade de Boca do Acre;

2. Ofício n° 220/GAB/AER RBR de de 16.05.02, cuja via original foi endereçado ao Presidente do IPAAM;

3. Ofício n° 221/GAB/AER RBR de 16.05.02, cuja via original foi endereçado à Procuradoria da República-AM;

4. Memo. n° 379/GAB/AER RBR de 16.05.02, cuja via original foi endereçada ao Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI/Brasília-DF.

Os documentos anexos devem nortear o seu posicionamento enquanto representante da FUNAI em Boca do Acre: nenhuma obra, nenhuma retirada de material, nenhuma negociação diretamente com os índios podem ser realizadas nas terras indígenas dessa jurisdição sem que sejam tomadas todas as providências e precauções que estão explicadas nos mesmos, sem que haja a presença desta AER e do Ministério Público Federal. Caso alguém da Andrade Gutierrez procure V. Sa. para pedir qualquer coisa, não aceite nada, enquanto não tivermos os procedimentos que estou demandando. Da mesma forma, quero que os índios daí tenham esse cuidado, em não aceitarem nenhuma migalha, antes de fazermos as negociações das quais todas as lideranças participarão. Quando iniciarmos as conversações oficiais com a empresa, com certeza os ganhos para os índios daí serão grandes. Então, é para se ter bem cuidado com isso tudo.”

Sobre o primeiro documento encaminhado à empresa Andrade Gutierrez informaram que *“oficiosamente tomamos conhecimento de que o IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, através da **Licença de Instalação - LI n° 029/02 de 11.03.02**, autorizou que essa empresa Andrade Gutierrez realizasse obras de terraplanagem, obras de arte e asfaltamento no trecho da rodovia BR 317/AM , entre os km 416 a 516, no município de Boca do Acre-AM.*

Ocorre que dentro do trecho rodoviário autorizado pelo IPAAM para a realização daquelas obras, estão situadas 02 (duas) terras indígenas. a T. I. Boca do Acre (26.240 hectares) demarcada, homologada, registrada no SPU e Cartório de Situação; e Apurinã do KM 124 (42.197 hectares, demarcada, homologada, registrada no SPU e Cartório de Situação), sendo que a BR 317/AM corta aquelas duas terras indígenas.

*Como as terras indígenas pertencem ao patrimônio da União e são administradas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI (no caso, através da Administração Executiva Regional de Rio Branco-AC à quem estão jurisdicionadas), está obvio que o IPAAM antes de ter emitido a **LI n° 029/02**, inclusive para cumprir a Resolução Conama n° 001/86, deveria ter consultado a FUNAI, para que nossa Instituição, junto com o MPF e as populações indígenas que serão afetadas pelo empreendimento, tomassem posição a respeito da anuência para com o empreendimento, dos resguardos e cuidados que deveriam ser tomados e para que se definisse oficialmente uma política de mitigação dos impactos de todas as naturezas que uma obra desse porte trará aos povos indígenas daquela região e ao seu patrimônio.*

Vale frisar também que o asfaltamento da BR 317/AM naquele trecho acima mencionado, afetará não apenas aquelas duas terras indígenas acima referidas que serão cortadas pela rodovia), mas outras terras indígenas também, todas situadas no município de Boca do Acre-AM, que também sofrerão os impactos que ocorrerão naquela região por conta da obra: Terra Indígena Camicuã (58.519 hectares), Terra Indígena Igarapé Capana (127.650 hectares); Terra Indígena Inauini/Teuini (9.342 hectares) Terra Indígena Monte (ainda por identificar); Terra Indígena Kirema (ainda por identificar), Terra Indígena Jamamadi do Igarapé Lurdes (ainda por identificar); Terra Indígena Apurinã do Valparaíso (ainda por identificar) e a população Apurinã e Jamamadi das mesmas em torno dos 1.800 índios.

Por conta disso, é necessário que, antes de qualquer coisa, que seja realizado um Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, exclusivo para o componente indígena daquela obra; por profissionais devidamente credenciados e que tenham a anuência de índios e da FUNAI; para que, aquele estudo possa demonstrar os problemas que as populações indígenas do município de Boca do Acre enfrentarão e quais as medidas mitigadoras que deverão ser tomadas pelos empreendedores para o resguardo do direito dos índios e do seu patrimônio.

Em anexo, estou encaminhando a V. Sa. cópia do Memo. n° 497/DEPIMA de 12.07.96, originalmente endereçado à esta AER Rio Branco, orientando sobre procedimentos que esta Unidade deveria tomar com relação ao Licenciamento Ambiental da BR 364 (no Estado do Acre), que pode também ser visto como orientações que deveremos obedecer, no caso do asfaltamento da BR 317/AM, no trecho amazonense da mesma.

Em vista do exposto, no intuito de preservar os direitos dos índios daquela região e da União, SOLICITO, que não seja feita nenhuma negociação diretamente com pessoas indígenas e que nenhum procedimento envolvendo explorações, estudos e obras, de qualquer natureza, ocorram dentro de quaisquer terras indígenas do município de Boca do Acre, sem que haja uma reunião envolvendo o Ministério Público Federal do Amazonas, esta AER Rio Branco/FUNAI; a organização indígena regional (União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas - UNI) e representantes indígenas das terras indígenas que serão afetadas pelo asfaltamento daquela rodovia; o IPAAM e o órgão que está custeando as obras; para então iniciarmos o procedimento correto, como deve ser.

Não somos contrários ao progresso e aos benefícios que o mesmo traz. Queremos apenas que a legislação existente a respeito desse assunto seja cumprida e que os direitos dos povos indígenas e de seu patrimônio sejam respeitados.”

Quanto ao segundo documento, encaminhado ao IPAAM, esclarecia que **“considerando que esse IPAAM emitiu a Licença de Instalação - LI n° 029/02 de 11.03.02, autorizando que a empresa Andrade Gutierrez realizasse obras de terraplanagem, obras de arte e asfaltamento no trecho da rodovia BR 317/AM, entre os km 416 a 516, no município de Boca do Acre-AM.**

Considerando que aquelas obras incidirão sobre território de duas terras indígenas; a T.I. Boca do Acre (26.240 hectares; demarcada, homologada, registrada no SPU e Cartório de Situação) e T.I. Apurinã do KM 124 (42.197 hectares, demarcada, homologada, registrada no SPU e Cartório de Situação), além de afetarem outras terras indígenas do município de Boca do Acre-AM, mesmo que as mesmas não estejam no traçado da rodovia: Terra Indígena Camicuã (58.519 hectares); Terra Indígena Igarapé Capana (127.650 hectares); Terra Indígena Inauini/Teuini (9.342 hectares); Terra Indígena Monte (ainda por identificar); Terra Indígena Kirema (ainda por identificar); Terra Indígena Jamamadi do Igarapé Lurdes (ainda por identificar); Terra Indígena Apurinã do Valparaíso (ainda por identificar) e a população Apurinã e Jamamadi das mesmas, em torno dos 1.800 índios.

*Venho à sua presença lhe encaminhar cópia do nosso Ofício n° 219/GAB/AER **RBR de 16.05.02** que endereçamos ao escritório da Andrade Gutierrez em Boca do Acre-AM, solicitando providências no sentido **de que seja regularizada a situação de Licenciamento para aquele empreendimento, cumprindo-se todas as recomendações do CONAMA em casos dessa natureza.***

Encaminherei cópia dessa documentação ao Ministério Público Federal-AM para que possamos, em conjunto, organizar toda essa situação e trabalharmos de uma forma consensuada para que ao se respeitar os procedimentos legais, também se resguardem os direitos dos indivíduos e do patrimônio indígena que serão impactados pelo empreendimento.”

*Em relação ao terceiro documento, informa à Procuradoria da República no Estado do Amazonas que “considerando que o IPAAM emitiu a Licença de Instalação - LI n° **029/02 de 11.03.02**, autorizando que a empresa Andrade Gutierrez realizasse obras de terraplanagem, obras de arte e asfaltamento no trecho da rodovia BR 317/AM, entre os km 416 a 516, no município de Boca do Acre-AM.*

Considerando que aquelas obras incidirão sobre território de duas terras indígenas; a T.I. Boca do Acre (26.240 hectares; demarcada, homologada, registrada no SPU e Cartório de Situação) e T.I. Apurinã do KM 124 (42.197 hectares, demarcada, homologada, registrada no SPU e Cartório de Situação), além de afetarem outras terras indígenas do município de Boca do Acre-AM, mesmo que as mesmas não estejam no traçado da rodovia: Terra Indígena Camicuã (58.519 hectares); Terra Indígena Igarapé Capana (127.650 hectares); Terra Indígena Inauini/Teuini (9.342 hectares); Terra Indígena Monte (ainda por identificar); Terra Indígena Kirema (ainda por identificar); Terra Indígena Jamamadi do Igarapé Lurdes (ainda por identificar); Terra Indígena Apurinã do Valparaíso (ainda por identificar) e a população Apurinã e Jamamadi das mesmas, em torno dos 1.800 índios.

Venho à sua presença *lhe encaminhar cópia do nosso Ofício n° 219/GAB/AER RBR de 16.05.02 que endereçamos ao escritório da Andrade Gutierrez em Boca do Acre-AM e ao IPAAM em Manaus, solicitando providências no sentido de que seja regularizada a situação de Licenciamento para aquele empreendimento, cumprindo-se todas as recomendações do CONAMA em casos dessa natureza.*

Solicito a interveniência da Procuradoria da República-AM, no sentido de chamar as partes envolvidas para ajustes e outros procedimentos que se fizerem necessários, no sentido do resguardo do cumprimento da legislação em situação como essa, bem como no resguardo dos direitos dos índios e de seu patrimônio que serão impactados pelo empreendimento.”

Quanto ao quarto documento, endereçado ao Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente – DEPIMA da FUNAI, revelava que *“através de informações oficiais, tomei conhecimento que a empresa Andrade Gutierrez, estaria, desde o início de abril de 2002, montando estrutura e canteiro de obras em Boca do Acre-AM, se preparando para iniciar o asfaltamento da BR 317 entre os km 416 e 516 da mesma (que vem a ser o trecho, da fronteira do Estado do Acre com o Estado do Amazonas, até a cidade de Boca do Acre-AM.*

Naquele trecho da BR 317 que vem ser asfaltado, existem duas terras indígenas já regularizadas (T.I. Apurinã do Km 124 e T.I. Boca do Acre), que serão afetadas diretamente pelo empreendimento, pois a rodovia passa “no meio” das mesmas. Além disso, no município de Boca do Acre, existem outras terras indígenas que, de urna forma ou outra serão impactadas pelo asfaltamento daquela BR 317 (T.I. Camicuã: regularizada; T.I. Igarapé Capana; regularizada; T.I. Inauini/Teuini; regularizada; T.I. Monte;, por regularizar; T.I. Kirema; por regularizar; T.I. Jamamadi do Seringal Lurdes; por regularizar; T.I. Valparaíso; por regularizar).

Como não recebi nenhuma informação oficial a respeito dessa obra, viajei para Boca do Acre em 08.05.02, onde pude observar na estrada, que existem máquinas trabalhando, fazendo bueiros (inclusive dentro das duas terras indígenas), retirando piçarra de dentro das terras indígenas e, em 10.05.02, juntamente com o servidor Edson Vieira da Silva, lotado no Posto Indígena Boca do Acre, estive no escritório da Andrade Gutierrez. onde fui recebido por apenas um trabalhador do mesmo, já que o engenheiro responsável (Dr Eumir Kleber Dias Lopes) estava viajando para Manaus.

*Ali no escritório da empresa, me foi mostrado, pregado em um "quadro de avisos" a "**Licença de Instalação - LI n° 029/IPAAM de 11.03.02**", assinada pelo sr. **Presidente do Instituto de Preservação Ambiental do Estado do Amazonas, Dr. Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula**, autorizando que a **Andrade Gutierrez realizasse obras de terraplenagem, obras de arte e asfaltamento no trecho amazonense da BR 317/AM, entre os km 416 e 516.***

Expliquei ao rapaz da empresa que nos recebeu muito bem as razões de estarmos ali e da necessidade que tínhamos de conversar com algum responsável pelos trabalhos do asfaltamento e ele me informou que o Dr. Eumir estaria chegando de Manaus em 15.02.02 e nos procuraria em Rio Branco.

*Como no dia combinado, 15.05.02, o Dr. Eumir não me procurou, lhe escrevi o Ofício n° **219/GAB/AER RBR de 16.05.02** (anexo 01), que lhe encaminhei hoje, via fax e a via original encaminhei pelo Sedex; lhe informando do nosso posicionamento a respeito do que deve ser feito para regularizarmos a situação daquele asfaltamento que impacta diversas terras indígenas sob nossa jurisdição.*

*Hoje, também, encaminhei o **Ofício n° 220/GAB/AER RBR de 16.05.02** (anexo 02) que encaminhei via Sedex ao Presidente do IPAAM, solicitando ao mesmo que iniciemos um trabalho consensuado para regularizarmos os procedimentos com relação aquele asfaltamento.*

*Também, encaminhei o **Ofício n° 221/GAB/AER RBR de 16.05.02** (anexo 03) à Procuradoria da República-AM, solicitando a interveniência daquela PR-AM neste processo.*

Caso seja do interesse desse DEPIMA em nos auxiliar, solicito também que V. Sa. encaminhe documentos aos interessados (e nos mande cópias) para podermos ter mais facilidade em regularizar essa situação:

Estarei viajando no próximo dia 18.05.02 para a T.I. Apurinã do Km 124 onde me reunirei com a comunidade indígena Apurinã dali para tratar desse assunto e recomendarei aos índios que não permitam de maneira alguma que haja qualquer obra dentro da Terra Indígena antes de realizarmos todos os procedimentos indispensáveis."

A equipe foi também, informada das providências tomadas junto ao INCRA, no que se referia à destinação das terras públicas da União através de ofício enviado à Superintendência do órgão em Manaus, nos seguintes termos: *“em atenção as comunidades indígenas localizadas no município de Boca de Acre cujas terras indígenas ainda não foram regularizadas, encaminhamos a seguir, para informação de Vossa Senhoria, suas coordenadas geográficas e informamos que dentro em breve estas comunidades terão suas áreas de ocupação tradicional e imemorial identificadas e delimitadas por esta Fundação:*

Quadro 5.3—99- Comunidades indígenas localizadas no município de Boca de Acre cujas terras indígenas ainda não foram regularizadas

N°	LOCAL	S	W
01	Aldeia Caiapucá	09° 01' 17.1"	68° 0.7' 34.5"
02	Aldeia Cajueiro	08° 47' 30.4"	67° 29' 10.1"
03	Aldeia Lurdes	08° 47' 34.0"	67° 32' 37"
04	Aldeia Valparaíso	08° 36' 47.1"	67° 20' 30.7"
05	Aldeia Monte	08° 46' 20.4"	67° 05' 59.6"
06	Aldeia Goiaba	08° 48' 28.5"	67° 12' 34.6"
07	Aldeia Iquirema	08° 45' 16.6"	67° 13' 59.1"

De acordo com o Levantamento Preliminar das comunidades indígenas do município de Boca do Acre realizado em abril passado, sabemos que alguns Projetos de Assentamento (PA) - como o PA Monte - desse Instituto ficarão dentro dos limites dessas terras indígenas. Ainda, neste levantamento, foi verificado que muitas famílias assentadas estão vendendo seus lotes para grandes fazendeiros e que estão explorando seus lotes à exaustão, encontrando-se a mata nativa de muitos lotes desses PAs em avançado estado de desmatamento.

Os índios Jamamadi do Lurdes, do Iquirema e do Goiaba, Apurinã do Monte, do Valparaíso e do Cajueiro e os Jaminawa do Caiapuca são tradicionais ocupantes das áreas que habitam e, como tais, têm os seus direitos Imemorials assegurados pelo Decreto 1775/96, pela Lei 6001/73 e pela Constituição Federal de 1988:

‘Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios dos lagos nelas existentes. (C.F. de 1988).

Ainda por força dessa legislação específica, é obrigação da FUNAI identificar, delimitar, demarcar e registrar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. E, ainda segundo a CF/88, suas terras "são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis".

Como Vossa Senhoria pode entender, essa é a lei maior de nosso país somos todos responsáveis por cumpri-la e fazê-la cumprir. Ocorre que, diferentemente dos não índios para os quais a terra é essencialmente utilizada com bem de capital, o índio é ligado à mesma por raízes muito profundas, também de ordem econômica com vistas a garantir sua subsistência, mas igualmente por razões de natureza social, religiosa, enfim, de sua singularidade cultural que torna a terra reivindicada - na qual seu umbigo foi enterrado — insubstituível.

Desta forma, solicitamos que sejam suspensas, a instalação de novas famílias nesses assentamentos; a criação de futuros Projetos de Assentamentos nos locais reivindicados como terras indígenas e, as autorizações e atividades de derrubada da mata virgem. Ainda, é necessária maior fiscalização nestas áreas de forma a deter a exploração ilegal de madeira e venda dos lotes dos assentamentos a fazendeiros.

Segue, em anexo, o Ofício nº 54/DAF, de 29.01.2003, encaminhado ao Superintendente do INCRA no Estado do Amazonas na época, que sequer foi respondido e os Memorandos nº 001/SAP/SASAER/RBR/2003 e nº 438/GAB/SAS/SAP/AER RBR/2003.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar informações a cerca da situação fundiária da região onde as comunidades indígenas em questão estão localizadas e colocamo-nos à inteira disposição de V. Sa. para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário."

➤ **Levantamentos Preliminares já realizados pela FUNAI junto às Comunidades Indígenas na região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM e o respectivo Relatório Ambiental**

A equipe foi informada também, que a FUNAI já havia iniciado o processo de identificação para posterior delimitação e demarcação das Terras Indígenas reivindicadas, através de atos das Instruções Executivas n°045 e 047/DAF/2003. Em decorrência destas Instruções, já haviam sido elaborados os Relatórios do Levantamento Preliminar das Comunidades Indígenas da região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM e do Relatório Ambiental - Levantamento Preliminar- nos meses de setembro e outubro do ano de 2003, por equipe especialmente contratada.

➤ **Levantamento Preliminar das Comunidades Indígenas na região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM realizado pela FUNAI**

O *Relatório do Levantamento Preliminar das Comunidades Indígenas da região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM* foi realizado pela antropóloga Stella Ribeiro da Matta Machado, por deliberação da FUNAI, que identificou e indicou delimitação das seguintes áreas reivindicadas pelos indígenas Apurinã, Jamamadi e Jaminawá:

“1. CAIAPUCÁ

Dados Gerais: município: Boca do Acre-AM; etnia: Jaminawá; população: 72.

Localiza-se na margem esquerda do rio Purus, sentido nascente/foz, no município de Boca do Acre-AM, que é a cidade mais próxima. Em embarcações de médio porte (capacidade de 2 toneladas), denominadas localmente por batelão, gasta-se aproximadamente um dia e meio (1 1/2) de viagem de Boca do Acre a esta comunidade.

Desde 2001 reivindicam a regularização fundiária de sua terra. Ainda não enfrentam conflitos fundiários apesar de já terem denunciado a ocorrência de invasões na área que ocupam, como retirada de madeira, caçadores e coleta de castanha. A população desta comunidade está distribuída em 12 famílias, cada qual habitando uma casa de madeira, localizadas às margens do rio Purus. Possuem rádio transmissor em funcionamento, uma professora da própria comunidade com salário pago pela prefeitura de Sena Madureira e um agente de saúde indígena do convênio FUNASA/UNI-AC. Não têm sede para escola. A assistência à saúde e à educação são fornecidas a partir de Sena Madureira – AC, uma vez que é a cidade mais próxima. (...)

2. LURDES

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Jamamadi; população: 70.

Localizada na margem esquerda do Purus, sentido nascente/foz, há menos de um dia de viagem de Boca do Acre. A viagem até a cidade dura e média 2 horas descendo o rio, com embarcação do tipo batelão de médio porte. A população está distribuída em 16 famílias que habitam 11 casas. Essas estão localizada às margens do rio Purus. Têm como liderança o Jamamadi Valdimiro Mendonça. Antes de se estabelecerem no atual local moravam na TI Capana, porém, por conta de violentos conflitos familiares tiveram de abandonar a terra indígena. Porém, nos anos 1970 esta comunidade morava no igarapé Calçado, tendo saído para a TI Capana em 1990. Segundo os próprios Jamamadi, eles habitam a área há mais de 37 anos, existindo muitos cemitérios antigos. (...)

3. CAJUEIRO

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Apurinã; população: 50.

Esta comunidade também localiza-se às margens do rio Purus. A área que atualmente ocupam é de 12 ha. Somam 50 pessoas distribuídas em 07 famílias. A liderança desta comunidade é o índio Raimundo Apurinã. Sua esposa chama-se Onda e é branca. Raimundo nasceu em local bastante próximo de onde hoje se encontra, denominado Volta da Valença, que é onde seu pai está enterrado. (O avô do Raimundo nasceu no igarapé Mapiá. Antes dos Apurinã do Cajueiro retornarem ao local, moraram por seis meses na TI Camicuã, logo quando foi criada. Porém, devido a brigas internas tiveram que se mudar. Segundo Raimundo, a comunidade que antes morava no Cajueiro se espalhou devido ao INCRA ter realizado um projeto de assentamento no local onde quem não foi beneficiado com um lote teve que se mudar para outro local. (...)

4. VALPARAISO (RETIRO)

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Apurinã; população: 50.

A comunidade Apurinã que reivindica a identificação da localidade denominada Valparaíso ainda não ocupa a área em caráter permanente, residindo, atualmente, nas cidades de Rio Branco e Boca do Acre. Esta área era antiga moradia dos índios, existindo no local uma grande aldeia abandonada a muitos anos devido um sério conflito entre os próprios Apurinã que residiam no local. Este conflito resultou em várias mortes, sobrevivendo apenas três irmãos: Antonio, Elza e Alzira. A atual liderança da comunidade do Valparaíso, Manoel Chico, é filho da senhora Elza, e, na época deste conflito, ele ainda era uma criança.

Argumentam que para poderem se mudar definitivamente com a família para o local pleiteado é necessário montarem uma estrutura mínima na área. Neste sentido, uma plantação de roça de mandioca foi feita e contou com apoio da Funai no que diz respeito ao fornecimento de ferramentas como foice, terçado, prego, machado, etc. Porém, o elevado custo do deslocamento é arcado unicamente pelos Apurinã desta comunidade, uma vez que a Funai os tem auxiliado apenas parcialmente. Para se deslocarem de Rio Branco até o local, viajam de ônibus, um grupo de 6 a 10 pessoas – geralmente exclusivo de homens – até Boca do Acre e daí de barco até o Retiro. (...)

5. MONTE

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Apurinã; população: 41.

Localizada aproximadamente no km 27 do ramal Monte, distante cerca de 33 km da cidade de Boca do Acre. Os índios desta comunidade moram em lotes do Projeto de Assentamento (PA) Monte I, implantado pelo INCRA em 1983. Praticamente toda a área que está sendo reivindicada incide no PA Monte. Seu cacique é o índio Apurinã Sebastião Vieira da Silva, mais conhecido por Sabá, que inclusive foi um dos índios legalmente assentados pelo Incra. A população desta comunidade soma 41 pessoas.

O avô materno do Sabá morava na localidade que hoje está sendo reivindicada como Valparaíso/Retiro, enquanto os Apurinã que atualmente estão retornando para a localidade que denominam Retiro habitavam a região do PA Monte. Após ocorrer sério conflito entre parentes, o avô de Sabá mudou-se para o Piquiá, que naquela época quase não era habitado por brancos. No Piquiá, não tardaram a ocorrer conflitos com os brancos, acontecimento decisivo para resolverem se mudar para a recém identificada Terra Indígena Camicuã. Lá foi onde a mãe da liderança Sabá casou-se e teve seus filhos. Porém, novamente ocorreram brigas internas em 1984/85 iniciadas com a morte de um índio velho, tendo morrido, depois, muitos outros Apurinã (Depoimento de Francisco Barroso Apurinã, fita 07). Na época, até a própria Funai da AER RBR deu cobertura para que os grupos, moradores da T.I. Camicuã, envolvidos no conflito se separassem, evitando seu acirramento.

Foram, então, morar no igarapé Paranê, onde ocuparam três lotes. Em 1995, insatisfeitos com as precárias condições do local, o cacique Sebastião Vieira da Silva, mais conhecido por Sabá, dirigiu-se ao Inbra. Lá obteve autorização para que as onze famílias Apurinã, sob sua liderança, ocupassem 10 lotes do Projeto de Assentamento (PA) Monte. Naquela época ainda não havia nenhum cliente neste PA e o atual Ramal do Monte não havia sido aberto. Como o Inbra estava demorando a iniciar as obras de construção daquele ramal, sete das onze famílias Apurinã instaladas no PA Monte resolveram ir embora para Rio Branco, permanecendo naquele assentamento apenas as famílias do Sabá, do Nó, do Dilermano e do Maurino. Cada uma ocupou apenas um lote.

Desta forma, acabaram por se estabelecer no PA Monte, após entendimentos com funcionários do Inbra. Conforme depoimento da liderança da comunidade, além de saber do interesse desses Apurinã em se estabelecerem no PA Monte, o Executor Regional do Inbra em Boca do Acre teria autorizado verbalmente a entrada deles e, nas palavras da liderança, foi "ele quem abriu as portas pra nós":

"Você entra lá [no assentamento] mas só que você vai falar assim, quando tiver alguma questão vocês não vão dizer que foi eu que mandei não (. .) Não vai dizer que fui eu quem mandou vocês entrar lá não". Diante disto, a liderança disse: "olha, nós vamos só segurar as terras e preservar elas pra não deixar ninguém entrar. Quando o Inbra chegar e fizer a regularização aí você precisa se manifestar pra tirar nossos lotes. Foi isso que nós fizemos" (Depoimento de Sabá, fita 08, 10.04.03)

Porém, apesar de prometer que iria liberar as terras ocupadas pelos Apurinã, o Inbra estaria apenas "liberando tudo pros madeireiros. Tá acabando com os matos".

"Naquela época [1995] também a Funai não deu assistência nessa parte, assistência assim de ferramenta, estrada também não tinha, aí nós fomos sofrendo, sofrendo, aí nós fomos no Inbra. Aí fomos no Inbra e disseram assim: Lá no assentamento PA Monte tem terra onde já vai sair estrada. Foi de lá que nós viemos para cá [pro Monte], em 1995. Então de 1995 a pessoa que veio aqui primeiro olhar as terras foi eu.... já tinha o projeto do assentamento, certo?. Aonde nós viemos, nós trouxemos uma equipe, o topógrafo do Inbra parece que era o Daniel, nessa época o Daniel Magalhães. Aonde eu tava trabalhando na cerca lá em cima pra um fazendeiro aonde mandaram me chamar. Quando eu cheguei eu vim de bicicleta até cheguei< eles tava ali no igarapé preto tudo me esperando, não foi isso? (...) Me esperando. Falaram é pra vocês esperarem o Sabá que ele sabe as picadas. Esperaram até as três horas aí eu cheguei. - Papai, aonde é as picadas? Ele iniciou o mato iniciou o mato e não sabia mais aonde era as picadas. Eu sei onde é. Nós vamo sair aqui. Intremo lá e viemo sair bem aqui. (...) Já como o Sabazinho veio a

Primeira vez aqui nós [do Incra] vamos respeitar ele, ele vai marcar os loteamentos dele primeiro e depois vocês que vieram do sul vão marcar os de vocês. Aí eu falei tudo bem. Aí eu tirei dez lotes. (...) Os dez lotes, era esse aqui da, frente aqui até ... era do 101 até o 110 parece... Aí foi no tempo que esse povo, esperou e não saiu ramal, certo. Foi no tempo que foram embora para Rio Branco. Sete famílias foram embora para Rio Branco, Apurinã. Só ficou três, ficou eu, o Nô e o Guilhermano. E dessa família o Maurim que ficou. E dessa família foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo, tá ó. Hoje estamos com 41 pessoas. E dentro desse projeto só quem tem terra é eu e o meu irmão. Tinha, eu e ele, eu hoje que tenho. E foi crescendo, foi crescendo e aonde tinha essa terra da União que hoje pertence aqui. Eu disse: rapaz eu vou lá no Incra saber sem o Incra aceita nós tirar terra aqui nos fundos. Porque tava apertando já aqui, sabe, apertando, né. Aí donde eu fui, e disse assim, vou tornar a falar de novo, fui lá e disse: Olha seu Mauro, você sabe que nossa população tá crescendo, hoje esse assentamento não tem mais loteamento solto, você sabe que tá tudo ocupado, né, então, lá atrás, no fundo do assentamento tem terra da União solta. Olha ele disse: você vai lá e pega pro seu povo, agora lá não tem assistência que o Incra vai dar, nem estrada, nem habitação e nem resolve os problemas de lá. Eu disse: não, não precisa não, eu querendo uma terra pra sobreviver. Eu falei pra ele. Não precisa disso não. Nós queremos colocar nosso pessoal lá e trabalhar. Assim eu, nós fizemos, não foi? [Outros respondem que foi] Aí ele falou assim: Agora só que é o seguinte, quando tiver problema e quando vim alguma coisa vocês não vão dizer que foi eu quem mandou vocês entrar (...) [Indaguei se ele não havia procurado a Funai] Procurei a Funai sim, certo. Mandeí documento dizendo pro seu Toninho Pereria, contando a nossa situação, que ele sabe a nossa situação. A primeira vez foi no dia ... deixa eu ver, eu não me lembro a primeira vez que eu mandei esse documento. Aí agora desse ano eu mandei dois. (...) E é aonde tem prova que eles mesmos [funcionários do Incra] têm terra e não quer dar terra pra gente. Aonde um madeireiro sozinho se apossando de 40 lotes e enquanto nós somos 45 pessoas e temos 17 lotes! (Depoimento de Sabá, 10/04/2003, fita 08, lado B).

Quando iniciaram o assentamento dos parceiros, em 1986, foi dito aos Apurinã pelo Executor do Incra, Mauro Machado Barbosa que não seria feito o cadastro deles porque eram índios. Diante desta afirmação, podemos concluir que os funcionários daquele Instituto tinham conhecimento da etnicidade da comunidade Apurinã que habita o PA Monte. Sendo assim, porque não foram obedecidos os procedimentos administrativos que orientam o INCRA a consultar a Funai quanto ao interesse indígena sobre a terra arrecadada?"

Sabá acusou vários funcionários do Incra de terem lotes no Projeto de Assentamento Monte, dentre eles estariam: Salvador, Mauro, Maranhão, Antonio de Davi e Zé Carlos (lote 61).

"Quando eu fui no Incra, eu levei esse povo todinho aqui e expliquei pro seu Mauro: Ó Seu Mauro, tá assim, então é o seguinte, você sabe que eu tô metendo documento pra Brasília, você sabe que nós tamo mexendo nisso. Ele disse: Sim, olha, vocês vai ficando olhando lá, enquanto nós não resolver esse problema, nem vocês e ninguém vai mexer. -Tudo bem, concordamos assim, certo. Concordamos assim. Aí eu fui, levei o pessoal lá pra olhar essas terras quando cheguei lá esses lotes tudo roçado! Os loteamentos de fora a fora tudo roçado! Quem foi que mandou roçar? Eu não mandei. Talvez o Zé do Torto [fazendeiro] mandou. Tá tudo roçado. Foi agora em março." (Depoimento de Sabá, 10/04/2003, fita 08, lado A)

Sabá reconhece que "... hoje tem floresta dentro do Amazonas no município de Boca do Acre porque existe índio. Se não existisse índio não tinha mais floresta, você leva essa notícia pra Brasília e que o assentamento de Boca do Acre não é assentamento mais de agricultor não, é assentamento de fazendeiro e madeireiro, certo? ... Boca do Acre tem lei só pra quem tem dinheiro, quem não tem dinheiro sofre mesmo debaixo da unha desses cabra".

Desde fevereiro a região do PA Monte vem sendo desmatada numa velocidade antes nunca vista. De acordo com Sabá, o então Executor do Incra teria se comprometido em paralisar as atividades enquanto não houvesse uma definição para a situação:

"... Então quer dizer, o próprio executor [Mauro] falou na mesa dele e disse assim ó: eu tô sabendo que tá vindo um levantamento preliminar, eu tô sabendo que tá vindo gente de Brasília. Então fica assim, ninguém entra e nem vocês entra [na área] enquanto não resolver esse problema. Tudo bem, fiquemo nessa situação. E respeitemo mesmo. Como que hoje o Incra tá aceitando o pessoal derrubando nessa área aqui? O próprio Executor falou que ninguém ia entrar, como tá entrando? Hein? E derrubando e o Maranhão [funcionário do Incra] vendendo terra aí dentro? Ele não pode fazer isso!

Em 29.01.03, foi enviado ao Superintendente do INCRA no estado do Amazonas, senhor Giovani de Araújo Silva, o Ofício n° 054/DAF solicitando informações a respeito dos procedimentos que estavam sendo tomados por aquela instituição no que se refere à Gleba Monte, localizada no município de Boca do Acre/AM, assim como dados cartográficos, mapa e memorial descritivo da mesma. Neste mesmo ofício foi informado que "a referida gleba é terra de ocupação tradicional indígena (...) e objeto de reivindicação de índios Apurinã desde 1987". Até a presente data, esta Fundação não recebeu nenhuma resposta. (...)

6. GOIABA

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Jamamadi; população: 75

Os Jamamadi do Goiaba estão localizados no Km 12 do Ramal do Monte, que se inicia na margem esquerda da BR 317/AM , Km 10, sentido Boca do Acre/Rio Branco. A comunidade é composta por 13 famílias e têm 11 asas construídas e tem como cacique o índio Jamamadi Nascimento Pequeno da Silva. Dentro os Jamamadi da própria comunidade há 01 agente de saúde e 01 professor. Existem duas escolas instaladas, sendo que apenas uma funciona.

De acordo como relato de Nascimento, ele, seus tios, pais e irmãos chegaram ao local onde hoje estão ainda na década de 1950, quando ele ainda era "criancinha". Vieram descendo o rio Purus até se instalarem no Iquirema. O pai de Nascimento nasceu no igarapé São Miguel, de onde os antigos resolveram devido à morte de vários parentes, por gripe, sarampo, catapora, etc. Receberam o convite de um tio, que já morava em Boca do Acre. para cortarem seringa no Seringal Goiaba cujo o proprietário era, na época, Zé Rodrigues Foi, então, que se mudaram para o Iquirema e passaram a cortar seringa.

Naquela época a região era conhecida como Seringal Belo Monte e estava completamente desabitada. Quando da criação do projeto de Assentamento pelo Inbra, este não considerou o direito de posse das duas colocações ocupadas pelos Jamamadi concedeu aos índios apenas dois lotes de terra com área de 100 ha e 200 ha respectivamente. Apenas duas famílias moram na menor parcela enquanto na maior estão as demais 11 famílias.

Criticam a FUNAI por nunca ter reconhecido o direito fundiário eles, dizendo que foram esquecidos pela Fundação. Esses Jamamadi ouviram falar que a FUNAI havia chegado na TI Camicuã, mas não os chamaram para nenhuma reunião. Esclareceram que a FUNAI só os conheceu em 1992, apesar deles saberem da antiga atuação do órgão na região. Porém, a Administração Executiva Regional da FUNAI em Rio Branco só solicitou a regularização fundiária desta área a partir de 2000. Em 2001 foi realizada uma fiscalização no local através da Ordem de Serviço ° 123/AER RBR, de 25.09.01. (...)

7. PRIMAVERA

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Apurinã; população: 89.

Recentemente foi enviado à FUNAI o Ofício UNI, n° 072, de 03.04.03, o qual encaminha o Ofício n° 06/03 do Pólo Base de Saúde em Boca do Acre informando da existência da Comunidade Apurinã Primavera Igarapé Sapatini Ramal Monte II e Carta da Aldeia Jagunço II, de 25.07.02, onde os índios Apurinã desta aldeia reivindicam a identificação e delimitação da terra que tradicionalmente ocupam". Esta comunidade, segundo consta no ofício do Pólo Base, é formado por 10 famílias somando 65 pessoas. Comunica ainda que encontraram, em visita durante os dias 03 a 05 de janeiro de 2003, "muitas crianças com febre, gripe e diarreia". O acesso aos Apurinã do Primavera (também denominado Monte II) é difícil e se dá a partir da comunidade Apurinã do Monte, sendo somente possível chegar à aldeia de barco. Na carta acima citada a comunidade Maquirí da aldeia Jagunço II informa que habitam o local há 87 anos totalizando atualmente 89 pessoas. Localizam-se próximos ao igarapé Canacuri. (...)

8. IQUIREMA

Dados Gerais: município: Boca do Acre; etnia: Jamamadi; população: 33.

Estão localizados ao final de uma estrada vicinal da margem direita do ramal BA-04, sentido Boca do Acre/Rio Branco, estando muito próximos da cidade de Boca do Acre, principalmente do bairro Piquiá. Deste bairro até o local onde estão instalados são aproximadamente 14 km. Ambas estradas não são pavimentadas, o que faz com que na época das chuvas o trânsito de veículos fique impossibilitado. A área ocupada, de acordo com Of. INCRA/UABA n° 06/2000, é acobertada por registro possível de cancelamento.

Esse grupo Jamamadi encontra-se neste local desde 1983, sendo, portanto, um dos primeiros moradores daquela região. Sofrem, ainda, pressões por parte de fazendeiros que invadem sua terra para derrubada de madeira e posterior criação de gado. Esses fazendeiros compram terras de parceiros assentados pelo INCRA e ainda avançam sobre os lotes pertencentes aos índios e sobre as reservas legais. O resultado da ocupação desses fazendeiros é um imenso descampado, onde não fica praticamente nenhuma árvore em pé, constringendo os índios a áreas cada vez mais reduzidas.

"Eu morava aqui primeiramente, desde de 1983 nós entremos aqui. Nesse tempo não tinha derrubada, não tinha nada, tudo era mato. As pessoas foi chegando. começa derrubada, fazendeiro, os pequeno agricultor, isso tudo. Nós entramos no meio deles. Nós entramos assim logo antes. Aí por aí ficou, a FUNAI chegando também, naquela época não tinha, existia FUNAI também, mas aqui nós não era parte da FUNAI. Naquele tempo FUNAI queria se fosse, tiver muito índio, né. Então nós era pouco índio, a FUNAI nem olhava pra nós. Até que um dia chegou umas pessoas da FUNAI, o pessoal do CIMI. Isso foi em 1989" (Depoimento do agente de saúde Francisco Jamamadi, fita n. 9,11.04.03)

De acordo com o cacique Pedro, os Jamamadi moravam antes próximos ao Piquiá, entre os km 28 e 38. Mas, como lá os brancos estavam entrando na área e eram muitos, eles se mudaram para o Iquirema. Naquele tempo em que se mudaram para o Iquirema havia muita mata, não tinha nada derrubado, até quando os fazendeiros chegaram e começaram a derrubar, que foi logo depois deles terem se instalado. De acordo com os índios assim que chegaram no Iquirema procuraram o INCRA e conversaram com o então Executor que lhes disse que poderiam entrar e plantar o que quisessem. Porém, quando do parcelamento e implementação do PA os Jamamadi do Iquirema foram novamente conversar com o Executor. Estes lhes disse que era problema deles a precária situação fundiária em que se encontravam e contradizendo o que havia dito anteriormente, disse aos Jamamadi que não havia autorizado ninguém entrar lá. (...)

Considera-se que o levantamento preliminar acima apresentado teve um, papel crucial na definição dos limites reivindicados pelas comunidades aqui apreciadas. Ele possibilitou um exercício de reflexão para os grupos indígenas a respeito dos limites e uma esperança de concretização de seus sonhos e direitos – fundiários e sociais. Inicialmente, as comunidades do Goiaba, Primavera e Monte faziam reivindicações isoladas pela identificação das áreas ocupadas. Após o levantamento preliminar foi verificado a possibilidade e o interesse dessas comunidades dividirem a mesma terra indígena. O mesmo fato ocorreu com as comunidades Apurinã do Cajueiro e Jamamadi do Lurdes que também faziam reivindicações separadas e, após a visualização nos mapas elaborados conjuntamente com essas comunidades, vislumbraram a possibilidade e o interesse de dividirem uma mesma terra indígena.

Foram identificados diversos problemas e irregularidades, que comprometem a integridade física e cultural dessas comunidades. A atuação do INCRA na região é, no mínimo, precária, onde falta fiscalização, diálogo com a FUNAI, esclarecimento dos índios a respeito de seus direitos, entre outros.

Nas comunidades Lurdes, Cajueiro, Monte, Goiaba e Iquirema encontramos a atuação direta do INCRA incidindo sobre áreas tradicionalmente e imemorialmente ocupadas por grupos indígenas sem que fossem respeitados os direitos dos índios. Ainda, de acordo com os depoimentos coletados, fazendeiros compram ilegalmente lotes dos assentados pelo INCRA, a preços bem abaixo do mercado, impondo a condição de estarem totalmente desmatados para a efetivação da compra. Desta forma, os fazendeiros diminuem seus custos com a necessária limpeza da terra para o plantio de pastos. A precariedade da atuação e a falta de fiscalização dos órgãos federais e estaduais competentes comprometem a integridade das ricas áreas em recursos naturais, essenciais à manutenção das tradições física e cultural indígena. Com isto, a regularização das terras indígenas reivindicadas pelas comunidades aqui em questão é uma tarefa urgente para assegurarmos seus direitos fundiários.

Os futuros projetos a serem implementados nessas terras indígenas devem ser estruturados de forma a diminuir as dependências atualmente existentes das comunidades nos órgãos estatais, objetivando alcançar a sustentabilidade tanto almejada. Para isso, é essencial que estes projetos sejam pensados a partir das necessidades e realidade dos próprios grupos, envolvendo ativamente, de forma Participativa e igual toda a comunidade, incentivando seus conhecimentos e práticas tradicionais.” (Brasília, 25 de setembro de 2003. Stella Ribeiro da Matta Machado, Convênio FUNAI/UNESCO, Antropóloga CGID)

- O Relatório Ambiental - Levantamento Preliminar realizado pela FUNAI, nas Comunidades Indígenas na região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM, visando a identificação e demarcação

Por solicitação da FUNAI no ano de 2003, o *Relatório Ambiental - Levantamento Preliminar das Comunidades Indígenas da região do rio Purus, município de Boca do Acre-AM* foi realizado pelo engenheiro florestal ambientalista Leonardo Gomes Santana nas áreas reivindicadas pelos indígenas Apurinã, Jamamadi e Jaminawá:

“A caracterização Ambiental, sobretudo no o caso deste levantamento preliminar, se deu maneira uniforme para todas as áreas visitadas, sendo os motivos relevantes: (i) a adequação da metodologia para todos os trabalhos de campo; (ii) a situação macro regional dos componentes ambientais que não demonstraram grandes diferenças fitofisionômicas nas áreas visitadas; bem como (iii) a grande semelhança das áreas de ocupação tradicional nesta região, situadas às margens do Rio Purus e com as roças e locais de coleta localizadas nos terras altas ou terras firme comumente denominadas pelos regionais.

1. Jaminawá do Caiapucá

A área da comunidade Jaminawá do Caiapucá, está localizada a cerca de 68 Km em linha reta do município de Boca do Acre nas coordenadas geográficas S 09° 01' 17,1" e W 68° 07' 34,5", subindo o rio Purus cerca de 1 dia e meio de viagem em embarcação de médio porte, sendo o transporte com este tipo de embarcação fluvial impossibilitado nas épocas de seca.

A região da comunidade Jaminawá do Caiapucá é de floresta tropical densa, e como sua localização se encontra à esquerda do Rio Purus no sentido nascente/foz (não sendo utilizada como regra para a totalidade da bacia hidrográfica). Estes possuem cota de maior elevação do relevo ao se distanciar do leito do rio, sendo possível encontrar as faixas de terra firme (terra alta) em uma distância de 300 m das moradias, que estão instaladas na beira do rio. Isso, na verdade, proporciona uma maior diversidade de espécies da flora pela quantidade de ambientes não inundáveis na área, o que também promove uma quantidade de fauna, que utiliza áreas de roça e casas para perambulação na procura de alimentação, garantindo fonte de proteína durante todo o ano. (...)

2. Jamamadi da Fazenda Lurdes

A comunidade Jamamadi do Lurdes está situada na área da antiga fazenda Lurdes, localizada a 33,6 Km do município de Boca do Acre, no lado esquerdo do rio Purus no sentido nascente/foz, sob as coordenadas S 08° 55' 340" e W 67° 32' 37,0". Compreende-se em 11 casas de moradores, ocupadas por 16 famílias, área de vegetação predominante de mata ombrófila densa, variando conforme topografia entre os ambientes de várzea e mata de terra firme, fitofisionomia bastante peculiar nesta região, banhada pelo rio Purus. As margens com árvores frondosas e várzeas ricas em diversidade de espécies, abrigam um grande potencial em organismos da flora e fauna silvestre. Sua fertilidade é decorrente da presença de matéria orgânica carregadas nas águas do Rio Purus e tributários, o que o denomina de afluente de águas brancas. (...)

3. Apurinã do Cajueiro

A (...) comunidade Apurinã do Cajueiro, assim denominada por estar situada em uma antiga colocação de seringa, que mais tarde se tornaria Fazenda Cajueiro, (...) localizada a 26,9 quilômetros da cidade de Boca do Acre, subindo o rio Purus cerca de 3 horas de embarcação de médio porte, nas coordenadas geográficas 08° 47' 30.4" S e 67° 29' 10.1" W. A área onde reside a família de Seu Raimundo Apurinã e Dona Onda (não-índia), constitui uma parcela de 12 hectares, dividida entre os 5 filhos do casal e um agregado, já de idade avançada, também Apurinã, que mora em um dos extremos da pequena porção de terra.

A história da ocupação desta região pelos Apurinã, retrata a primeira aldeia encravada no interior da mata, próxima a atual TI Capana, próximo à "Volta do Valença", local logo abaixo da área requerida nas margens do Rio Purus em direção ao município de Boca do Acre, tendo suas moradias e roças tradicionais situadas em terra firme e alta. Com a exploração da borracha e da castanha na região do Rio Purus, conseqüentemente o que levaram a chegada do homem branco para o interior da Floresta e início do contato com os povos tradicionais, que logo depois foram expulsos de suas terras, obrigou as famílias antes residentes de vastas áreas de caça e coleta, a abandonarem seus locais de origem e se dividirem entre as mais diferentes regiões na região do Rio Purus e Acre. I

No entorno das áreas reivindicadas por esta família Apurinã podem ser observadas várias colocações e propriedades e grande porte, evidenciando o processo fundiário que beneficiou o parcelamento de terras como proposta para reforma agrária, porém, por falta de fiscalização e assessoria aos projetos de assentamentos propostos, definiu em uma verdadeira fonte de obtenção de recursos em curto prazo, por parte das famílias assentadas e sem perspectivas de geração de renda, através da produção e criação, nas parcelas demarcadas pelo INCRA que chegam a uma área 100 hectares cada (tamanho padrão dos lotes em PA na região Amazônica), e por outro lado favoreceu aos grandes fazendeiros locais e de outras regiões do Brasil, pelo fato de se poder comprar tais áreas tituladas pelo INCRA, com preços bem abaixo do mercado, muitas vezes sob a condição de já estarem totalmente desnatadas, facilitando a implantação de pastos para a criação de gado de corte, ficando a responsabilidade pelo crime ambiental dos assentados, que migravam para os centros urbanos insatisfeitos pela falta de condição real de sustentabilidade na zona rural e negligência do governo. Atualmente, não existe mais nenhum lote sob proposta original do INCRA nesta região da fazenda Cajueiro.

A gleba onde residem às famílias Apurinã não foi demarcada pelo INCRA no processo de parcelamento dos lotes para fim de regularização do PA. Os índios foram isolados nesta área de 12 hectares, não foi tomada nenhuma providência ou dada orientação sobre os direitos constitucionais da comunidade tradicional, além de não os reconhecerem como assentados que poderiam vir a receber quaisquer que fossem os fomentos e financiamentos para reforma agrária, neste caso foram tratados como indigentes. (...)

4. Apurinã do Valparaíso

(...) A área denominada de Valparaíso localiza-se a 26,6 km de Boca do Acre, descendo o Rio Purus, na margem esquerda em área de várzea, alagável periodicamente na época das chuvas, estando a roça disposta nas terras mais altas, distantes 1 Km do porto (...) A área da roça que não chega a ocupar 10.000 m² situa-se nas coordenadas geográficas 08° 36' 47.1" S e 68° 07' 48.3" W), onde predomina a cultivos de mandioca e macaxeira, culturas bem adaptadas à região e que não necessitam de tratos culturais constantes, servindo ainda de suporte para alimentação em visitas periódicas dos integrantes da comunidade, para se informarem das discussões no município de Boca do Acre sobre a identificação do território.

5. Apurinã do Monte

A comunidade Apurinã do Monte está localizada no projeto de Assentamento da Reforma Agrária, Monte I datado de 1983 (conforme documentação apresentada pelo Administração Executiva do INCRA em Boca do Acre/AM), situada nas coordenadas geográficas 08° 37' 05.1" S e 67° 05' 59.6" W (lote de Sabá Apurinã), a cerca de 37,9 Km da cidade de Boca do Acre.

Os lotes possuem cerca de 100 hectares, padrão adotado para projetos de assentamentos nos Estados situados na Amazônia Legal, sendo atualmente as famílias indígenas, num total 41 pessoas residem em 17 lotes. (...) Esta região está situada em local de terra firme, margeada por igarapés de águas caudalosas e perenes, como: os igarapé Preto e igarapé Sapatanim que perfazem os limites naturais oeste e leste (respectivamente) da área requerida. O ramal do monte linha 02 favorece a comunicação com o município de Boca do Acre, sendo o transporte feito por carros de aluguel e em sua maioria a pé pelas famílias assentadas. (...) A reivindicação para a demarcação da TI Apurinã do Monte, se dá pela forma indiscriminada que o desmatamento progride na região, favorecendo a poucos latifundiários e ilhando famílias e comunidade inteiras. A comunidade Apurinã é impedida de trafegar, pelas fazendas, senda muitas vezes ameaçados pelos jagunços e vaqueiros, ao podendo encurtar o trecho de 36,7 Km entre o Assentamento e a cidade de Boca do Acre. Contudo, a maior insatisfação se dá pelo fato de que os órgãos públicos não tomam nenhuma providência na regularização das terras, bem como não fiscaliza as vendas de lotes da Reforma Agrária, sendo relatados pelas pessoas entrevistadas (conforme transcrições), a participação de funcionários da Administração Executiva do INCRA na venda e negociação de lotes nos processos de parcelamento e cadastramento.

Por fim, também não ocorre a fiscalização dos órgãos ambientais para com o desmatamento (...)

6. Jamamadi do Goiaba e Iquirema

A reunião junto à comunidade Jamamadi do Goiaba aconteceu na ocasião da visita técnica realizada na comunidade Apurinã do Monte, aproveitando a proximidade (...) O Mapa falado elaborado pela comunidade Jamamadi do Goiaba, evidenciaram os locais desmatados e que deram lugar a pastos de braquiária spp., bem como as áreas hoje ocupadas pelos índios Jiamamadi.

A comunidade Jamamadi do Iquirema está situada em duas áreas do assentamento Iquirema datado de 1986, com cerca de 300 hectares divididos em 2 lotes da Reforma Agrária delimitados pelo INCRA. Sendo 200 hectares habitados com 12 famílias mais uma fabriqueta para o beneficiamento da mandioca (farinha) e 100 hectares com uma família Jamamadi. O relato da comunidade alega que a Administração Executiva do INCRA em Boca do Acre-AM, no processo de demarcação do assentamento não tomou conhecimento das necessidades das famílias indígenas, demarcando todos os lotes ao redor e cercado a comunidade em dois lotes descritas acima. (...) A indignação dos índios é claro e evidente, "não fomos tratados nem como gente, pois não recebemos lotes que dessem para todas as famílias e nem o dinheiro para fazer as casas e a roça, fomos tratados como bichos, se sujeitando a trabalho por diárias pro fazendeiros que compraram os lotes dos vizinhos". (Brasília, 01/10/2003, Leonardo Gomes Santana, engenheiro florestal ambientalista do CDA/CGDI)

➤ Documento oficial dos povos indígenas na área de influência da BR 317/AM de 09/06/2002

Os povos indígenas da área de influência da BR 317/AM reunidos em assembléia nos dias 08 e 09 de junho de 2002, na TI Camicuã, elaboraram o seguinte documento oficial sobre suas posições referentes ao asfaltamento da rodovia:

“OS POVOS INDÍGENAS DE BOCA DO ACRE-AM E O ASFALTAMENTO DA BR 317/AM

Nós, povos indígenas Apurinã e Jamamadi, habitantes das Terras Indígenas Apurinã do Km 124; Boca do Acre; Camicuã; Imauini/Pauini; Capana; Lurdes/Cajueiro; Monte; Iquirema e Valparaíso; todas localizadas no município de Boca do Acre-AM; reunidas em Assembléia, nos dias 08 e 09 de junho de 2002, na Terra Indígena Camicuã;

Considerando que já está em andamento o asfaltamento da BR 317/AM, no trecho entre Boca do Acre-AM e a linha de fronteira entre o Estado do Amazonas e o Estado do Acre, num total de 100km;

Considerando que esta obra rodoviária que é muito importante para o desenvolvimento de nossa região; afetará diretamente as Terras Indígenas Boca do Acre e Apurinã do Km124 (que serão cortadas pela rodovia) e afetará indiretamente todas as outras Terras Indígenas de nosso município (Terras Indígenas Camicuã; Capana; Imauni/Pauini; Lurdes/Cajueiro; Monte; Ikirema e Valparaíso);

Vimos externar nosso posicionamento e preocupações e reivindicações iniciais, a respeito dessa obra rodoviária:

1- Todos nós temos consciência da importância econômica e social que o asfaltamento da BR 317/AM trará ao nosso município e por conta disso, ninguém é contrário a que a obra ocorra;

2- No entanto, temos também consciência dos problemas que aquele asfaltamento trará às nossas populações indígenas de nosso município; populações que há mais de um século já vem sofrendo todo tipo de violência, o que resultou em enorme depopulação; perdas culturais irreparáveis; perdas territoriais e desestruturação social; situações que até hoje nos afetam e que estamos lutando para recuperar;

3- Considerando que temos conhecimento de nossos direitos e esse direito nos assegura garantias constitucionais e de legislações correlatas, para garantia de nossos territórios, de nossa cultura, de nossas tradições, de nossas línguas, de nossos usos e costume; direitos estes que serão afetados e impactados pela obra do asfaltamento daquela rodovia;

4- no resguardo desses nossos interesses mais legítimos e para que tal obra não venha contribuir para que soframos mais problemas do que aqueles que já temos;

Exigimos:

- que, no resguardo de nossos interesses, a obra do asfaltamento da BR 317 em nosso município, seja precedida de estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); como determina, orienta e regulamenta a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente; com especial atenção à componente indígena; o que demonstrará de que maneira seremos afetados por aquela obra e quais as medidas que deverão ser adotadas para diminuir aqueles problemas que sofreremos e as compensações que devemos receber;

- que os Estudos de Impacto Ambiental sejam realizados por profissionais de nossa estrita confiança e indicação, para que tenhamos certeza de que todos nossos direitos sejam efetivamente assegurados;

- que todas as ações relativas ao resguardo de nossos direitos seja efetivamente acompanhadas pelo Ministério Público Federal, pela FUNAI; pela União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI/AC (que é nossa entidade representativa);

- que os licenciamentos referentes à obra seja fornecidos pelo IBAMA e IPAAM apenas depois da ocorrência da finalização do EIA/RIMA e das audiências públicas necessárias, sempre ouvidos o MPF e a FUNAI e nossos representantes;
- que as propostas de mitigação de impactos diretos e indiretos estejam contempladas no EIA/RIMA, sempre de acordo com todos nós, ouvidos o MPF, a FUNAI e a UNI/AC;
- que a FUNAI, nos termos do Decreto 1975/96 trate de regularizar as Terras Indígenas Lurdes/Cajueiro; Monte; Ikirema e Valparaíso, como condição indispensável ao licenciamento das obras da rodovia BR 317/AM; pois sabemos que se isto não ocorrer agora, com o asfaltamento da rodovia isto ficará ainda mais difícil após o asfaltamento da mesma;
- que a empreiteira já escolhida para realizar as obras (Andrade Gutierrez) não realize nenhuma obra ou atividade em nossos Territórios sem que estejam prontos todos os estudos e os competentes licenciamentos e as compensações estiverem definidas;
- Finalizando, queremos que o asfaltamento da BR 317 ocorra então à luz do estado de Direito, da garantia dos nossos mais legítimos direitos e na consideração que somos cidadãos brasileiros que temos direitos especiais e vivemos em Territórios de uso especial que devem ser protegidos; porque, temos a certeza de também sermos especiais em decorrência de nossa condição Apurinã e Jamamadi, não abriremos mão dessas condições e tudo faremos para a defesa do respeito aos nossos direitos.
- queremos que toda a população do município de Boca do Acre, do Amazonas e do Brasil entenda essas reivindicações como legítimas e indispensáveis à manutenção de nossa condição étnica e se junte a nós para que possamos ter um empreendimento que, ao ser realizado, respeitando nossos direitos; seja um exemplo para todo o país!

Boca do Acre-AM, 09 de junho de 2002.”

➤ **Considerações Gerais sobre os Territórios Indígenas**

Firmando a concepção de habitat pode-se inferir que terra indígena corresponde também a ambiente ecológico conforme reitera o Art. 24 do Estatuto do Índio, ou seja, que o usufruto de suas terras assegurado aos índios compreende o direito de posse, o uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas: uso dos mananciais, das águas das vias fluviais, da caça e pesca, e da flora.

Para os grupos indígenas, a construção de seu espaço de vida implica uma percepção do território enquanto “domínio histórico”, isto é, engloba os antigos sítios material e simbólico; áreas onde se encontram os recursos naturais fundamentais à sua reprodução econômica e cultural; suas trilhas e caminhos; cemitérios e as outras aldeias em que viveram seus antepassados. É um espaço construído segundo as relações sociais, materiais e simbólicas com a natureza, com os outros grupos indígenas e também com a sociedade nacional.

Isto não é apenas conteúdo de uma concepção indígena sobre a terra, mas se encontra formulada no Art. 231 parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988. Neste parágrafo considera-se terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, aquelas utilizadas para suas atividades produtivas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à sua reprodução física e cultural, segundo usos, costumes e tradições.

Esta estreita relação entre o modo de vida indígena e as formas de apropriação dos recursos naturais, torna indissociável a concepção entre terra indígena e a preservação ambiental. No Art. 46 do Código Florestal o conceito de floresta permanente é fixado em relação ao índio, referindo-se a esta como sendo destinada a “manter o ambiente necessário à vida das populações indígenas”. Pode-se inferir, portanto, que os atos de terceiros contra ecossistemas que correspondem às florestas permanentes, onde populações indígenas têm seu habitat, são atos que interferem no modo de vida indígena.

A Constituição Federal de 1988 no Capítulo VIII – Dos Índios – Art. 231 ressalta ao final que é competência da União demarcar as terras indígenas, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Uma vez que se reconhece o direito do índio à terra como direito originário, suas práticas em relação ao meio físico natural e todo referencial simbólico que as acompanha, se reconhece também, suas “tradições ancestrais”. A concepção de território indígena, portanto, está ancorada nesses pressupostos.

A Constituição Federal de 1988 (Art.231,§.2º) prevê a terra indígena com usufruto exclusivo dessa população, sendo também inalienáveis, indisponíveis, cujo direito sobre elas é imprescritível. Também a Lei 6001/73 conhecida como Estatuto do Índio (Art. 18, §1º), veda a qualquer pessoa estranha às comunidades indígenas a caça, pesca, coleta e atividade agropecuária e extrativa.

A terra como posse coletiva do grupo, dos clãs, tem seu uso definido de acordo com as regras de parentescos, determinando quem entra quem sai na aldeia, constituindo sempre novos núcleos, formando novas aldeias, isto é, um movimento contínuo de expansão territorial.

Isso é uma contradição dentro da sociedade brasileira, pois o modo de produção e consumo das sociedades indígenas se apóia numa lógica contrária a do estatuto da propriedade privada da terra, daí os setores empresariais, políticos e técnicos se mostrarem interessados na reforma constitucional de 1988, onde garantias ao território indígenas foram conquistadas.

O processo de desenvolvimento econômico do Brasil foi, desde a colonização, se expandindo sobre as terras indígenas, quando não exterminando a população e tomando as terras, foram cercando-as de modo a torná-las verdadeiras “ilhas” de cultura e preservação ambiental.

Esse cerco talvez seja o mais violento, como as missões e aldeamentos, pois da mesma forma limita e altera as práticas de sobrevivência dos grupos indígenas. Restringe as áreas de caça e coleta indígena, impede a livre circulação dos índios, transforma e degrada o meio ambiente em torno das aldeias. Isso se reflete diretamente sobre as formas de obtenção e produção dos alimentos: diminui a população ou espécies de animais, de plantas, contaminam os rios e córregos, restringe as áreas de roça, etc.

Diminuindo as alternativas de obtenção de alimento, portanto alterando a vida material do grupo, afeta conseqüentemente suas práticas sociais que dependem dessa base material; os índios em muitas aldeias são “forçados” a trabalhar. Criando gado ou plantando para os fazendeiros vizinhos num regime de parceria

É essa uma das maneiras que vem sendo utilizada de modo amplo para a exploração do trabalho indígena, cuja autonomia fica ameaçada diante da falta de recursos que é colocada para as aldeias pressionando-as de fora para dentro.

Nas terras indígenas Apurinã, Jaminawá e Jamamdi do município de Boca do Acre a preocupação com o desmatamento extensivo com queimadas dentro da respectiva Reserva e seu entorno, uma vez que a derrubada do cerrado em grande extensão, sem os devidos cuidados de preservação ambiental, vem destruindo o patrimônio natural que serve de base material à sua própria sobrevivência e a de seus descendentes.

➤ **Patrimônio cultural e território: terras indígenas e populações tradicionais**

O desbravamento da fronteira agrícola no sudoeste amazônico pela ação madeireira e pecuária com formas de uso do solo adversas às práticas agrícolas das populações indígenas gera impacto no ecossistema da floresta tropical ocorrendo inevitavelmente alterações no sistema hídrico, na composição da fauna e flora, também a poluição das nascentes, lagoas, rios e igarapés.

As aldeias situam-se às margens dos rios e igarapés e utilizam sua água para o consumo e outros usos domésticos (lavar roupa, louças, etc) expondo a população a uma série de contaminações.

A água, como demais elementos da natureza fazem parte de um patrimônio cultural herdado e compartilhado pela comunidade.

O conhecimento indígena sobre a natureza não está dissociado do mundo invisível dos espíritos, os quais desempenham nele importante papel quanto à sua preservação e reprodução social.

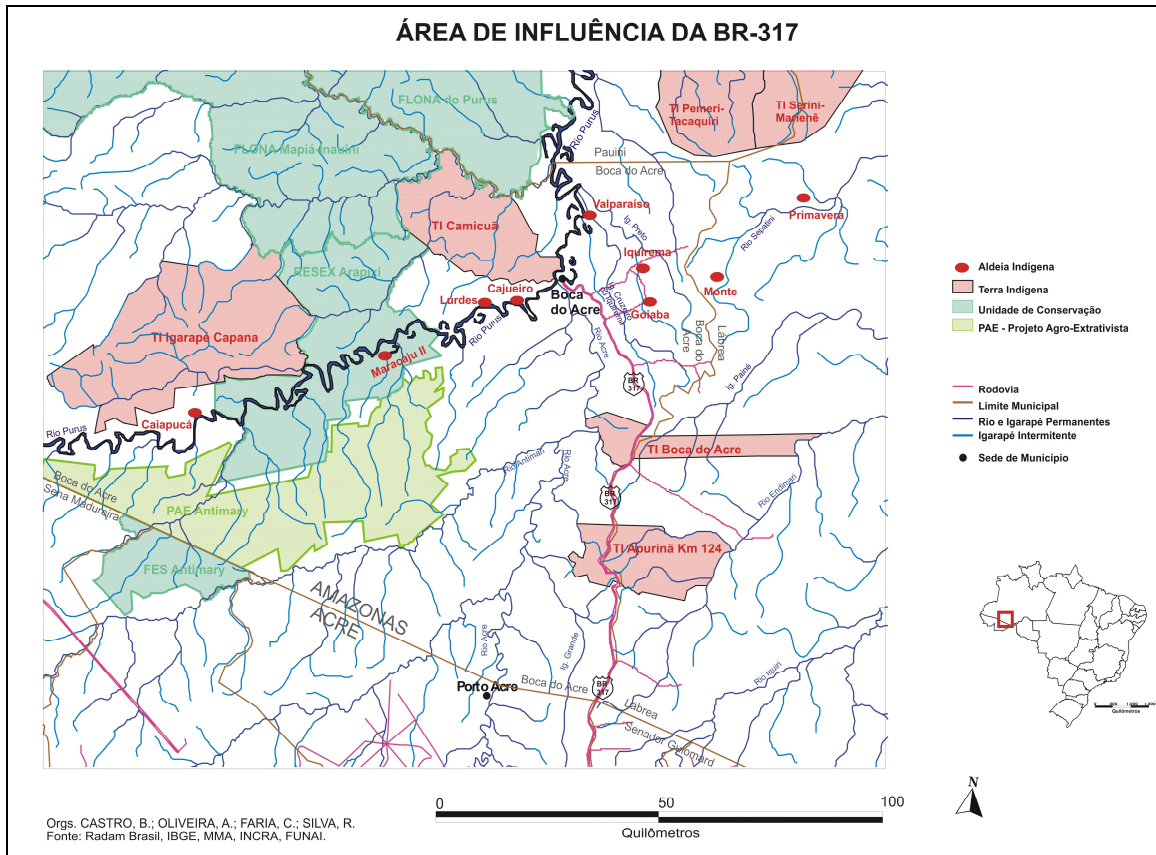
O sistema de crenças das populações Jamamadi, Apurinã e Jaminawá nos ajuda a ampliar a interpretação sobre preservação ambiental a partir da concepção indígena, indicando “zonas frágeis” para proteção, diante dos processos de transformação pelos quais passam essas áreas. Essa divisão dos ambientes naturais em áreas de acesso e de restrição coloca a necessidade de uma investigação mais detalhada, para se compreender a territorialidade da cultura Apurinã, Jamamdi e Jaminawá quanto aos seus usos, potencialidade natural e limites.

De forma diferente das tipologias científicas sobre os solos, vegetação e vida animal, o conhecimento indígena sobre o meio ecológico indica áreas específicas reconhecidas pela comunidade partindo da diversidade que as compõe e os recursos que oferecem (Posey, 1997). São categorias êmicas, que dividem o ambiente natural em “ecozonas”, ou níveis de recursos específicos quanto à heterogeneidade biológica e potencialidades. O que caracteriza para os Apurinã, Jamamadi e Jaminawá, seringueiros e ribeirinhos no ambiente de floresta, verdadeiras “unidades de recursos” (Posey,1997), espacialmente distribuídas dentro da terra indígena e das colocações dos seringueiros.

Desconhecer esses princípios classificatórios, ou não considerá-los num mapeamento etno-ambiental da área acarreta um entendimento equivocado do meio natural e de seus usos para as sociedades indígenas, seringueiros e ribeirinhos.

Deve ser ressaltado também que as populações tradicionais, como os seringueiros e ribeirinhos se enquadram em princípios classificatórios que também correspondem à territórios sócio-culturais. A presença da RESEX Arapixi (150 famílias) e do PAE Antimary (69 famílias) e a Flona Mapiá Inauini (100 famílias), às margens do rio Purus, no município de Boca do Acre, são áreas indispensáveis à composição dos estudos de impacto ambiental conforme TR do EIA/RIMA referente à implantação e pavimentação da Rodovia BR 317/AM, no item 5.3.9 – Caracterização das Comunidades Tradicionais, Quilombolas e Indígenas. (mapa a seguir).

Mapa 5.3-9 Unidades de Conservação na área de influência



Segundo dados do IDAM/Boca do Acre-AM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas) há 175 comunidades extrativistas nos vales dos rios Purus, Acre, Antimary, Inauini, nos ramais 26, 38, 70 e 90 da BR 317/AM e na vicinal BA-4.

Nas fontes iniciais consultadas e levantamentos realizados em campo não há referências à presença de comunidades Quilombolas na referida área de influência da BR 317/AM.

O quadro representado pelo significado dos rios, lagoas, nascentes, fauna e flora para a população indígena, somado ao quadro da ocupação econômica do entorno das terras Indígenas indica que a área deveria ser objeto de preservação integral ao longo do rio Purus, dos igarapés permanentes e intermitentes assim como de suas cabeceiras.

São vários os pontos de tensão ambiental hoje encontrados nas aldeias e terras Indígenas que preocupam a comunidade e os leva a discutir e buscar soluções que os auxilie na preservação de seu patrimônio cultural e do quadro natural.

Uma vez que as populações indígenas têm sua vida material e cultural assentada sobre o ambiente de floresta. O desmatamento pode acarretar o desaparecimento de várias matérias primas essenciais tais como as plantas medicinais usadas nas curas, englobam grande diversidade de espécies vegetais (raízes, folhas, cascas, frutos), garantindo a sobrevivência desse grupo no enfrentamento a vários problemas de saúde aos quais não recebem assistência médica freqüente.

Também a atividade de coleta na floresta tropical implica ainda numa grande variedade de frutas, que complementam a dieta alimentar de crianças e adultos.

Com o aumento do desmatamento e das pastagens ocorre o deslocamento de bandos de animais para áreas mais distantes, extinguindo uma das principais fontes de proteína animal para os Apurinã, Jamamdi e Jaminawá, implicando diretamente nas alterações do padrão de consumo e nos rituais das atividades de caça, casamentos, iniciação, etc.

A carne, como complemento da dieta alimentar dessa população indígena, vem se tornando mais escassa, pois a alteração do habitat onde se encontram esses animais muda o comportamento dos mesmos na busca de alimento afugentando para outras áreas, bem como altera seus ciclos reprodutivos, ameaçando as espécies.

5.3.8 Caracterização das Comunidades Indígenas

As informações sobre as comunidades indígenas na área de influência do empreendimento solicitadas no Termo de Referência emitido pela FUNAI, o qual é exclusivo para os estudos etno-ecológicos, estão explicitadas em Capítulo específico (Produto 7).

5.3.9 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

A Amazônia brasileira engloba uma área relativa a 60% do território nacional, dividida entre nove estados da União, e é detentora da maior bacia hidrográfica do planeta, da considerada maior fonte natural de matéria-prima para a indústria farmacêutica e bioquímica, e de uma parcela próxima a 30% da biodiversidade mundial.

Inserido nesse contexto, o trecho da BR-317/AM projetado para receber pavimentação e objeto deste estudo se estende por 110,7 km, sendo que a sua área de influência indireta atinge áreas de dois municípios amazonenses e dois acreanos. Estes municípios, por sua vez, compreendem uma região que se destaca historicamente pela ocupação ligada ao ciclo da borracha, que causou diversas modificações no ambiente natural e também nas populações ali instaladas há centenas de anos.

Além disso, apesar da riqueza natural existente no sudoeste amazônico, as rodovias, como a BR-317, apresentam-se como indutoras do desmatamento e ocupação para usos agro-pastoris de extensas faixas de terra contíguas a elas, alterando esse quadro de meio ambiente natural preservado.

Como o solo apresenta-se como a matriz de preservação do patrimônio arqueológico, atividades que concorram para sua mobilização, neste caso o desmatamento e o manejo do solo para a formação de pastagens e para o uso agrícola, tendem a modificar, comprometer e até mesmo destruir bens arqueológicos ali porventura presentes e até então preservados.

No trecho de estudo foram encontrados dois compartimentos bem definidos em termos de ocupação e, portanto, preservação da matriz arqueológica: as terras indígenas, com solo e cobertura vegetal preservada desde a margem da rodovia (T.I. Camicuã, T.I. Boca do Acre e T.I. Apurinã) e as áreas de uso agro-pastoril, que ocupam faixas significativas que acompanham o eixo da BR-317, mais intensamente para o oeste, porção de terra firme, em contraposição à várzea do rio Acre, cujo leito é acompanhado à distância pelo alinhamento da rodovia.

Considerando estas características e por se tratar de local ainda pouco conhecido arqueologicamente, para o estudo da área se procedeu à contextualização arqueológica da região, tanto da área diretamente afetada pelo empreendimento, quanto das áreas de influência, através de levantamentos de fontes secundárias, bibliográficas e observação de campo¹¹.

As informações coletadas sobre o histórico da ocupação e as observações feitas contribuíram para que os aspectos relevantes do Patrimônio Cultural¹² fossem reunidos, dando suporte ao diagnóstico e à avaliação do potencial arqueológico da área interceptada pela rodovia, com a proposição de medidas mitigadoras que garantam a preservação do Patrimônio Arqueológico.



Foto 5.3—30- Rebanho de gado atravessando a rodovia BR-317/AM em trecho não pavimentado, fato este comum devido à intensa atividade pecuária em ocorrência na região.



Foto 5.3—31- Placa com sinalização de Território Indígena na rodovia BR-317/AM. É nítido o contraste entre as áreas florestadas indígenas e a região vitimada pelo desmatamento pelas técnicas invasivas de pecuária extensiva.

¹¹ Diagnóstico visual.

¹² Que compreende os aspectos históricos e arqueológicos relevantes para a formação da sociedade.

➤ Objetivos

O diagnóstico do patrimônio arqueológico de uma área a ser impactada por um empreendimento visa atender às exigências legais, determinadas por um conjunto de leis e portarias que regem a matéria (Constituição Federal de 1988, Lei Federal 3924/61, Portaria SPHAN 07/88, Resolução CONAMA 001/86 e Portaria IPHAN 230/02).

Quadro 5.3—100— Legislação aplicável ao diagnóstico do patrimônio arqueológico.

DIPLOMA LEGAL	EMENTÁRIO	DISPOSITIVOS LEGAIS	INCIDÊNCIA NO EMPREENDIMENTO
Lei Federal nº 3.924, de 26/07/61	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.	Art. 1º, 2º, 3º, 5º, 7º, 17º, 18º, 27º e 29º	Deverão ser tomadas medidas preventivas para evitar a destruição ou mutilação da totalidade ou parte de sítios arqueológicos que possam ocorrer em superfície ou enterrados na área do empreendimento, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional.
Constituição Federal de 1988	Considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção.	Art. 180, 216 e 225 – parágrafo IV.	O mesmo que se aplica à Lei Federal nº 3924/61.
Portaria IPHAN / MinC nº 07, de 01.12.1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961.	Na íntegra.	Os programas ambientais de diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico indicados pela Portaria IPHAN 230/2002 deverão ser devidamente autorizadas pelo órgão competente (IPHAN).
Portaria IPHAN / MinC nº 230, de 17.12.02	Especifica o escopo dos estudos sobre patrimônio arqueológico a serem realizados nas diferentes etapas de licenciamento ambiental.	Na íntegra.	Na etapa de licença prévia, o EIA/RIMA deverá conter um diagnóstico arqueológico das áreas de influência do empreendimento, com avaliação do potencial arqueológico dessas áreas, avaliação de impactos sobre o patrimônio arqueológico e definição de programas complementares aplicáveis como medidas mitigadoras. Para a obtenção da licença de instalação, caso aplicável, deverão ser desenvolvidas ações de prospecção arqueológica intensiva, de modo a se conhecer a realidade arqueológica do terreno a ser impactado.

DIPLOMA LEGAL	EMENTÁRIO	DISPOSITIVOS LEGAIS	INCIDÊNCIA NO EMPREENDIMENTO
			<p>Parta a fase licença de operação, mas antes da implantação de ações modificadoras do meio físico, deverão ser resgatados ou preservados os sítios arqueológicos encontrados nas fases anteriores.</p> <p>Desde a etapa de prospecção arqueológica, os trabalhos de arqueologia deverão ser acompanhados de ações de educação patrimonial direcionadas aos trabalhadores da obra e à população presente nas áreas de influência do empreendimento.</p>

Desta forma, tendo-se em vista tratar-se de pesquisa visando atender às exigências ambientais para o licenciamento de empreendimento modificador do meio físico, em relação ao patrimônio arqueológico objetivou-se:

- Cumprir as exigências legais ditadas pela Lei Federal 3.924/61 e cumprir os procedimentos indicados na Portaria 230/2002 do IPHAN;
- Avaliar e diagnosticar o potencial do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada (ADA), da área de influência direta (AID) e da área de influência indireta (AII) do empreendimento;
- Avaliar os danos que possam vir a ser causados ao patrimônio arqueológico indicado, em consequência das obras da rodovia;
- Recomendar ao empreendedor as medidas preventivas necessárias à implantação do empreendimento.

Além disso, em atendimento ao Termo de Referência para o EIA/RIMA do empreendimento, elaborado pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, pretendeu-se:

- Levantar o histórico da ocupação territorial da região afetada pelo empreendimento, caracterizando o contexto etno-histórico e arqueológico regional.

- Identificar o patrimônio arqueológico de acordo com a Portaria IPHAN N° 230/2002, através da contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, realizada por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo, visando subsidiar o Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico, de acordo com as exigências do IPHAN e conforme legislação vigente.
- Identificar e mapear possíveis áreas de valor histórico, turístico, cultural e paisagístico na área de influência direta, para nortear a definição do traçado da rodovia.
- Levantar, mapear e georreferenciar possíveis passivos arqueológicos ao longo da BR-317/AM e propor medidas de mitigação ou compensação cabíveis.

➤ Metodologia

Para o estudo da área da BR-317/AM, em atendimento à Portaria IPHAN / MinC nº 07, de 01.12.1988, procedeu-se, inicialmente à elaboração e apresentação do projeto de pesquisa arqueológica à 1ª SR/IPHAN-AM/RR. Este projeto foi autorizado pela **Portaria IPHAN N° 5, de 7 de fevereiro de 2008**, publicada no Diário Oficial da União de 08 de fevereiro de 2008.

A importância do Patrimônio Arqueológico reside no grau de inserção dos vestígios prováveis de serem encontrados na área de estudo e seu contexto sócio-cultural. O potencial arqueológico indica a probabilidade de ocorrência de vestígios culturais, materiais significantes para um dado contexto. Independente do tipo de espaço geográfico, o contexto histórico e ambiental pode ser variado e correlacionado aos diferentes padrões de assentamento humano.

Os bens arqueológicos, via de regra, estão inseridos em um ambiente natural, cujas características influenciam a conservação dos vestígios. Estas características, associadas aos fatores de transformação antrópica, são fundamentais para que se possa compreender o sítio arqueológico e associá-lo ao histórico de ocupação da área de estudo.

Desta forma, o procedimento básico para se contextualizar os sítios arqueológicos e também se estabelecer critérios para sua identificação se associa à coleta, o mais completa possível, das informações já existentes sobre a área a ser avaliada, buscando-se nos dados secundários o balizamento para aprofundar a análise. De outro lado, com a observação da área do empreendimento associada às informações bibliográficas e à comparação com outras áreas que guardam semelhanças de relevo, hidrografia e outros aspectos ambientais e culturais, se torna possível propor áreas que detenham elementos significativos do ponto de vista do potencial da área de estudo.

No que diz respeito ao levantamento de dados secundários, portanto, foram pesquisadas instituições em Rio Branco e São Paulo. Também foi consultado o cadastro de sítios arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – CNSA/IPHAN.

Na área de estudo foi feita visita à sede do município de Boca do Acre, ao eixo da rodovia e, principalmente, às áreas indígenas por ela alcançadas, além de realizadas entrevistas com pessoas que detém indicativos sobre a ocorrência de sítios arqueológicos na região e sobre bens históricos relevantes.

Os dados reunidos proporcionaram a elaboração do histórico de ocupação e a análise do potencial arqueológico da área, destacando-se os impactos prováveis de ocorrer ao Patrimônio Cultural pela pavimentação do trecho amazonense da BR-317, sugerindo-se, a partir daí, as medidas a serem tomadas para a proteção deste patrimônio, em conformidade com a legislação pertinente.

Assim, a elaboração do diagnóstico do patrimônio histórico, cultural e arqueológico das áreas de influência do empreendimento foi baseada em dados secundários e primários.

Os dados secundários serviram para a contextualização arqueológica e etno-histórica regional, para o que foi considerada a alta bacia do rio Purus para o período pré-histórico e o território dos municípios abrangidos - Boca do Acre, Lábrea, Porto Acre e Senador Guiomard – para o período histórico. Estes também compõem a área de influência indireta sobre o patrimônio cultural.

Especificamente para o patrimônio arqueológico, a área de influência indireta do empreendimento (AII) foi considerada a mesma indicada para o meio físico, ou seja, uma faixa de 50km de extensão, sendo 25km para cada lado da rodovia, porque, como já apresentado, os impactos sobre o meio físico interferem diretamente em sítios arqueológicos porventura existentes na área.

O levantamento exaustivo de fontes secundárias sobre o contexto pré-histórico e histórico regional e da AII serviu de auxílio à análise e ao prognóstico do potencial arqueológico da ADA e da AID.

Para a coleta de dados primários, obtidos através de trabalho de campo realizado nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, foi utilizada uma abordagem metodológica oportunística de prospecção, com a verificação de vestígios arqueológicos baseada em observações da superfície exposta e em leituras estratigráficas realizadas em feições expostas dos terrenos. Preconizou-se, também, a análise das características geoambientais da área, favoráveis à ocupação humana pretérita (KASHIMOTO, 1997 e KIPNIS, 1997).

Para este estudo foram consideradas como ADA as áreas que sofrerão intervenções diretas em função das atividades inerentes ao empreendimento (áreas afetadas pelas obras), ou seja, a faixa de terreno de 60 metros definida como faixa de domínio da rodovia. A AID foi definida como uma faixa de terreno de 10km de largura, 5 (cinco) quilômetros para cada lado do eixo da rodovia.

Aliadas a esses procedimentos também foram realizadas entrevistas com moradores locais sobre o seu conhecimento a respeito de sítios arqueológicos existentes na região. Estes procedimentos foram aplicados principalmente com habitantes indígenas Apurinã, por se considerar serem estes os habitantes locais com conhecimento mais abrangente sobre o território.

A pesquisa de campo buscou proporcionar uma análise mais adequada das possíveis alterações do empreendimento sobre o meio físico e o conseqüente prognóstico de impacto sobre a base de recursos arqueológicos existentes ou potencialmente existentes.

Não houve coleta de materiais arqueológicos durante as atividades de diagnóstico, sendo os mesmos apenas registrados e documentados *in situ*, de modo a não perturbar o contexto deposicional dos vestígios encontrados.

Os passivos arqueológicos foram documentados, sendo discriminadas as principais interferências a eles impostas. Sempre que possível, foi levantado o histórico de sua formação e realizada a análise dos principais processos de alteração decorrentes do impacto e sua significância.

Os sítios arqueológicos encontrados deverão ser registrados no Sistema Nacional de Sítios Arqueológicos – SNSA/IPHAN, através do preenchimento do formulário disponibilizado pelo órgão para esse fim.

Além disso, em decorrência das áreas de influência do empreendimento alcançar terras indígenas, os levantamentos realizados atentaram para as recomendações contidas na Moção de Encaminhamento elaborada por ocasião da Seção Temática Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas, ocorrida no âmbito do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PAN-AMAZÔNICO, recentemente realizado em Manaus, entre 05 e 09 de novembro de 2007.

Entre as moções, as que mais interessaram para esta etapa de diagnóstico arqueológico e que nortearam os estudos desenvolvidos foram as seguintes:

“- O Programa Arqueológico deve abranger o conjunto de patrimônio cultural entendido e assim percebido pelas comunidades indígenas, englobando tanto os vestígios arqueológicos em si, quanto bens e/ou vestígios históricos, culturais e paisagísticos, materiais e imateriais, incluindo perspectivas alternativas de discurso. Neste último caso (patrimônio paisagístico) o Programa deverá considerar áreas de significância cultural, simbólica e sagrada das comunidades, não necessariamente abrangendo vestígios materiais de sua ocupação.

- Possíveis análises patrimoniais de valoração realizadas em terras indígenas tradicionais (e em especial aquelas voltadas ao licenciamento ambiental de obras de engenharia) devem ser realizadas de maneira compartilhada, participativa e colaborativa junto às comunidades indígenas envolvidas, incluindo, de forma não assimétrica ou hierárquica, a identificação, valoração e análise de significância do patrimônio a partir da perspectiva indígena. O mesmo se aplica na indicação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias incluídas nos processos de licenciamento ambiental.

- Estudos de diagnóstico arqueológico realizados na bacia amazônica devem incluir, nos levantamentos documentais etnohistóricos regionais (já exigidos pela Portaria IPHAN 230/02), uma análise específica sobre a possível presença, na área de impacto do empreendimento, de locais e/ou paisagens de significado simbólico/sagrado para sociedades indígenas que ali se desenvolveram, mesmo que atualmente não mais habitantes da área.

- O desenvolvimento de Programas Arqueológicos em terras indígenas tradicionais deve prescindir de autorização específica das comunidades no que se refere ao seu escopo, objetivos, métodos de realização e formas de apresentação dos resultados.”

Por fim, o Diagnóstico do Potencial Arqueológico da área de Implantação e Pavimentação da Rodovia BR 317/AM, trecho entre a cidade de Boca do Acre, AM e a divisa entre os estados do Acre e Amazonas, entre o km 416 e o km 526.7, foi realizado em conformidade às exigências da Portaria IPHAN Nº 230, de 17/12/2002, que regulamenta os passos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

➤ Procedimentos de Campo

O trabalho de pesquisa teve como área de coleta de dados a região determinada pelo eixo de ligação entre Rio Branco, capital do Acre, e o município de Boca do Acre, já em território localizado no estado do Amazonas, representado pela rodovia federal BR-317 e suas imediações.

A rodovia descrita se caracteriza por apresentar o trecho em território acreano já pavimentado com cobertura asfáltica, enquanto que o lado amazonense não contém pavimentação em quase toda a sua extensão, excluindo-se apenas trecho de 5 km próximo à localidade denominada Piquiá, no município de Boca do Acre.

A benfeitoria a ser instituída pelo projeto que visa pavimentar essa parte da estrada trará benefícios diretos para o desenvolvimento da região, diminuindo o isolamento de Boca do Acre, que apesar de pertencer ao estado do Amazonas, tem suas raízes histórico-culturais e sua rota de abastecimento atrelada a Rio Branco devido à proximidade geográfica.

Por esse motivo, para a coleta de dados secundários regionais privilegiou-se o município de Rio Branco, capital do Acre. Para se obter informações acerca das coleções históricas, arqueológicas e culturais da região foram realizadas reuniões com entidades e lideranças locais e regionais.

Em Rio Branco, fez-se contato com o historiador e arqueólogo Marcos Vinícius Simplício das Neves, Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil vinculado à Fundação Estadual de Cultura e Comunicação Elias Mansur Rio Branco – AC, de quem se obteve informações sobre as recentes atividades de implementação e crescimento infraestrutural do estado com potenciais impactos sobre o patrimônio cultural, arquitetônico, arqueológico, turístico e paisagístico. O setor Acreano da Rodovia BR317 foi por ele avaliado segundo os impactos supracitados. Através desse contato foi possível ter acesso às coleções do Museu da Borracha e dos artefatos arqueológicos em exposição no Palácio Rio Branco da capital acreana.

Em entrevista concedida este passou um breve relato sobre o contexto arqueológico e antropológico nos quais se fundamenta a ocupação territorial do sudoeste amazônico, informações estas que seriam mais detalhadas num encontro posterior, no retorno da equipe de arqueologia das atividades de campo em Boca do Acre.

Pode-se verificar que o Museu da Borracha, em Rio Branco, apresenta em seu acervo diversos elementos da cultura indígena local e da Amazônia em geral, como instrumentos de caça e artefatos cerâmicos, dos quais se destacam os vasos zoomorfos e antropomorfos, alguns com influência estilística provável das civilizações dos contrafortes andinos.

Houve também uma reunião com o Antropólogo do Departamento de Filosofia, Comunicação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre Prof. Jacó César Piccoli em que mostrou interesse em auxiliar as pesquisas arqueológicas na região uma vez que já havia investimentos da Universidade em implementação de Laboratório para curadoria arqueológica e vínculos com outros projetos de cunho ambiental executados na região. O Prof. Piccoli é pesquisador e um dos colaboradores do artigo de Denise Schaan (SCHAAN *et al.* 2007).

A equipe foi orientada tanto por Marcos Vinícios Simplício das Neves quanto por Jacó Piccoli que seria bastante útil para se localizar as estruturas arqueológicas expostas nas áreas de pasto da área de influência da BR-317/AM, realização de sobrevôo seguido de localização por visitação em solo. Essa experiência está sendo desenvolvida, com resultados bastante positivos, no trecho acreano da rodovia.

Contactou-se também a FUNAI através do Coordenador Regional do órgão e Senador (segundo-suplete) Sr. Antônio Ferreira da Silva Apurinã que possibilitou o contato com as comunidades indígenas locais viabilizando diálogo com as lideranças e por conseguinte o acesso às Terras Indígenas inclusas na ADA, AID e AII do presente estudo. O referido parlamentar, em companhia de Francisco, outro integrante da nação Apurinã, ambos do Território Indígena Camicuã, acompanhou a equipe de arqueologia no trajeto até Boca do Acre, apresentando-a às lideranças e diversos integrantes da nação indígena Apurinã.



Foto 5.3—32- Antonio Apurinã, líder indígena e representante da FUNAI em Rio Branco/AC.

Em Boca do Acre, as equipes de arqueologia e antropologia participaram de uma reunião na sede da FUNAI local, na qual estiveram presentes diversas lideranças indígenas representadas pelos seus caciques, principalmente das nações Apurinã das comunidades diretamente afetadas pela pavimentação da rodovia. A participação da equipe de arqueologia foi passiva, tendo esta se restringido apenas à coleta de dados, podendo-se constatar as principais preocupações dos indígenas no que se refere ao provável impacto do projeto sobre as Terras Indígenas Boca do Acre (do km 45) e Apurinã do km 124 da BR-317, ambas interceptadas pela estrada em questão, já dentro do território amazonense.

Na seqüência foram desenvolvidos os trabalhos de campo que nas Terras Indígenas contaram com o acompanhamento e apoio das lideranças locais.

Complementarmente, a partir da análise das imagens disponibilizadas pelo programa de internet Google Earth, foi possível mapear outras possíveis estruturas de terra. Importante ressaltar que essa análise só foi possível em pequenas parcelas das áreas de influência da rodovia (AII, AID e ADA), exatamente nos locais em que ela coincide com aquela para a qual está disponível imagem de satélite de alta definição, neste caso uma faixa de terreno nas proximidades da cidade de Boca do Acre com dimensões de 43km (NS) x 17km (EW).

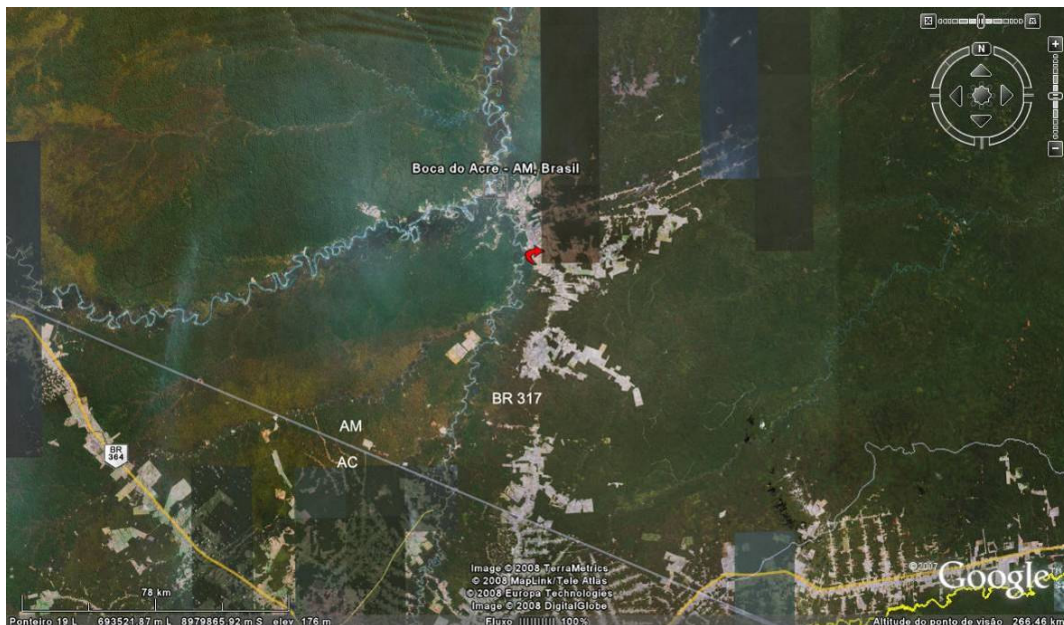


Figura 5.3—3— Área de pesquisa em imagem de satélite disponibilizada no Google Earth. A seta vermelha aponta para a faixa de alta definição de imagem, no norte da área.

➤ Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico Regional (AII)

a) Patrimônio Arqueológico

Conforme apresentado anteriormente, o contexto arqueológico regional da área do empreendimento é representado pelos vestígios materiais deixados pelos diferentes grupos culturais que habitaram a alta bacia do rio Purus, principalmente a sub-bacia do rio Acre, no período pré-histórico e os territórios dos municípios abrangidos pela AII - Boca do Acre, Lábrea, Porto Acre e Senador Guiomard – no período histórico.

O cadastro do Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN¹³ apresenta o conjunto de sítios arqueológicos registrados no órgão. Considerando-se a área de influência do trecho da BR-317 em estudo e de acordo com os dados apresentados nesse cadastro, não foram registrados sítios nos municípios amazonenses de Boca do Acre e Lábrea. No trecho acreano da área de influência do empreendimento foram registrados 9 sítios em Porto Acre e 13 em Senador Guiomard. No entanto, dois sítios com estruturas de terra foram registrados no Acre, sem identificação de município ou bacia hidrográfica, como sítios arqueológicos Boca do Acre I e II. Essa nomenclatura nos leva a supor um equívoco no registro e considerá-los, portanto, como localizados no município amazonense de Boca do Acre.

Embora nem todas as fichas de registro desses sítios estejam disponíveis na internet para consulta, todos os disponíveis são representados por estruturas de terra: 2 em Boca do Acre, 4 em Porto Acre e 6 em Senador Guiomard.

Esses dados não refletem a ausência de sítios no sudoeste amazonense, nem somente a existência de um tipo de sítio no território acreano. Ao contrário, refletem a escassez de pesquisas sistemáticas na região alcançada pela AII do trecho a ser pavimentado da BR 317. Como será apresentado adiante, os sítios registrados são o resultado dos estudos desenvolvidos por projetos de pesquisa específicos e que resultaram na localização de sítios arqueológicos de maior visibilidade e na região pesquisada, ou seja, o território acreano.

¹³ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPesquisaPatrimonioCultural.do?tipo=SitiosArqueologicos>

Quadro 5.3—101– Sítios arqueológicos conhecidos nos municípios componentes da AI, de acordo com o cadastro do SNSA/IPHAN.

SÍTIO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	PESQUISADOR
Boca do Acre I	Boca do Acre	ND	Estrutura quadrangular de grandes dimensões.	Ranzi, 2006.
Boca do Acre II	Boca do Acre	ND	Estrutura circular.	Ranzi, 2006.
AC-IQ-18	Senador Guiomard	ND	ND	ND
AC-XA-19	Senador Guiomard	ND	ND	ND
Balneário Quinauá	Senador Guiomard	Bacia Acre e Iquiri	Estrutura quadrangular e circular.	Saunaluoma e Pertola, 2007.
Coquinho	Senador Guiomard	ND	Conjunto de círculos e outras estruturas com presença de cerâmica.	Ranzi e Neves, 2007.
Dois Círculos	Senador Guiomard	ND	ND	ND
Estela	Senador Guiomard	ND	ND	ND
Fazenda Estela	Senador Guiomard	ND	ND	ND
Nascentes Quinauá	Senador Guiomard	ND	ND	ND
Quinari	Senador Guiomard	ND	ND	ND
Soberana	Senador Guiomard	ND	Duas estruturas circulares, tangentes pela valeta.	Ranzi e Schaan, 2007.
Tequinho 1	Senador Guiomard	Bacia do Iquiri	Estrutura quadrangular com fosso duplo e outras estruturas.	Schaan e Ranzi, 2007
Tequinho 2	Senador Guiomard	Bacia do Iquiri	Estrutura circular.	Schaan e Ranzi, 2007
Vila Pia	Senador Guiomard	ND	Estrutura quadrangular.	Ranzi, Schaan e Mann, 2007
Andirá 2	Porto Acre	ND	ND	ND
Angelim	Porto Acre	ND	Estrutura quadrangular	Adalgisa Araújo

SÍTIO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	PESQUISADOR
Boa Sorte	Porto Acre	Bacia do Iquiri	Estruturas quadrangular e em U	Ranzi e Schaan, 2007.
Fazenda Paraná	Porto Acre	Bacia do Iquiri	Duas estruturas quadrangulares ligadas por caminho de 100m.	Adalgisa Araújo, 2007
Neuto Lamego	Porto Acre	ND	ND	ND
Quadrado	Porto Acre	ND	ND	ND
Riozinho do Andirá	Porto Acre	ND	ND	ND
Sapucaia	Porto Acre	BR 317/AC 9°52'54"S / 67°25'06"W	Estrutura com mureta dupla angulosa (quadrada?)	Dias, Alves e Neves, 2007.
Vila do V	Porto Acre	ND	ND	ND

ND = dado não disponível.

Pesquisas pioneiras na região amazônica foram realizadas no final da década de 1940 na foz do Amazonas, mais especificamente na Ilha de Marajó e no estado do Amapá, pelos arqueólogos americanos Clifford Evans e Betty Meggers, pesquisadores do Smithsonian Institution (PROUS, 1992).

No ano de 1965, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o Smithsonian Institution, criou o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), com o objetivo de formar pesquisadores brasileiros e promover pesquisas em todas as regiões brasileiras, visando traçar um panorama das ocupações pré-históricas do Brasil.

Como parte deste programa, no Museu Paraense Emílio Goeldi foi criado, em 1976, o PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica), coordenado pelos pesquisadores Mario Simões, Betty Meggers e Clifford Evans e financiado pelo CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisas) e pelo SI (Smithsonian Institution), envolvendo pesquisadores de todo o país.

Os primeiros dados sobre a arqueologia da região do alto Purus são resultantes das pesquisas realizadas no estado do Acre, no final da década de 1970, pelo PRONAPABA, sob a coordenação do Dr. Ondemar Ferreira Dias Jr., do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Até então, a região era arqueologicamente desconhecida.

Inicialmente, foram identificados 20 sítios arqueológicos por Dias Jr. e Franklin Levy (DIAS, 1977), dos quais oito estavam situados no rio Iquiri (área AC-IQ), um na região de Rio Branco (área AC-RB), seis em Sena Madureira (área AC-SM) e cinco em Xapuri (área AC-XA) (SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1978).

Entre 1978 e 1980, Dias e sua equipe identificaram mais 50 sítios arqueológicos no estado do Acre (SIMÕES, 1981).

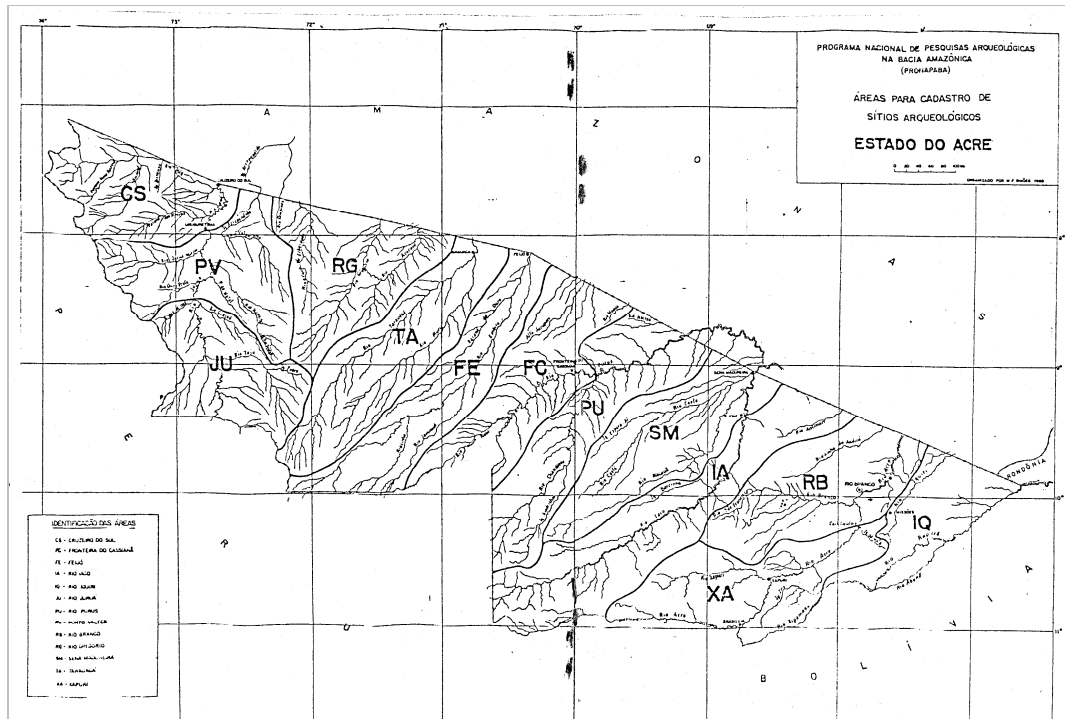


Figura 5.3—4- Subdivisão do território acreano pelo PRONAPABA, para a sistematização do registro arqueológico (imagem cedida pelo arqueólogo Marcos Vinícius das Neves, entrevistado em Rio Branco, durante a etapa de campo deste estudo).

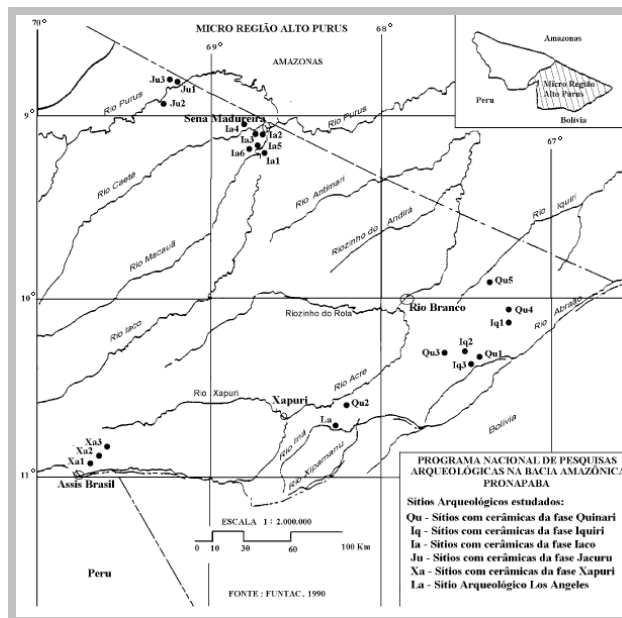


Figura 5.3—6– Mapa com a localização dos sítios da Tradição Quinari, modificado do PRONAPABA (LATINI et al., 2001:725).

Os mesmos autores assim as descreveram:

“De uma maneira ampla, os sítios são pequenos, com reduzido material, camada ocupacional pouco espessa ou inexistente, preferencialmente na floresta que cobre a maior parte do Estado. As Fases Quinari e Iquiri tem sítios de campo aberto. Apresentam pouca decoração, ocorrendo na última a presença de vasos ‘caretas’ (em forma de rostos, antropomorfos). Embora as formas variem, o padrão diagnóstico é o do vaso que lembra um cilindro inserido num globo. A Fase Iaco apresenta vasos deste tipo, de grande porte, com enterramentos secundários em plena floresta. As estruturas estão, predominantemente vinculadas à Fase Quinari, mas pudemos observar uma delas na Fase Iaco e outra na Fase Xapuri. Esta última é a que apresenta menor quantidade de material e formas menos típicas” (Dias e Carvalho, 1988).

Conforme os mesmos autores, além das estruturas geométricas, ocorrem, na região, sítios com montículos de terra de dimensões de até 4 m², formados até certa altura por cacos cerâmicos, assemelhando-se a depósitos de detritos.

Os artefatos líticos são raros, e constituem-se geralmente de machados de diabásio, continuamente retocados e gastos até o talão (PROUS, 1992:464-5).

Além das diferenças na indústria cerâmica, os sítios apresentam diversidade quanto à dimensão e morfologia, tendo sido interpretados pelos pesquisadores como sítios de habitação aqueles que apresentaram cerâmica simples e sítios cerimoniais, aqueles com cerâmica decorada e enterramentos em urnas.

Entre os sítios arqueológicos mapeados por Dias, os que estão inseridos na bacia do rio Acre e que, portanto, interessam mais de perto a este estudo, são aqueles situados na área por esse autor denominada “Área AC-RB (Rio Branco)”.

Na “Relação dos Sítios Arqueológicos cadastrados no Estado do Acre”¹⁴, a “Área AC-RB (Rio Branco)” é assim definida:

“Área na porção oriental do Estado entre a divisa com o Estado do Amazonas e uma linha que, saindo desta, a oeste, separa as bacias dos rios Antimari e riozinho do Andirá, em seguida as bacias do Iaco e do Rio Branco, após o que toma o rumo sudeste e depois nordeste, separando as bacias dos rios Branco e Acre, até cortar o rio Acre na altura da cachoeira de Capatará (exclusive), de onde segue por entre as bacias dos rios Acre e Iquiri, até atingir novamente a divisa com o Estado do Amazonas.”

No documento acima citado, são apresentados dois sítios arqueológicos na Área AC-RB, definida por Simões e Araújo Costa (1978).

Quadro 5.3—102– Sítios arqueológicos cadastrados no Estado do Acre na Área AC-RB (Rio Branco)

Sítio	Tipologia	Localização	Material Arq.	Pesquisadores
Boca Quente AC-RB-01	Sítio habitação (?) Estrutura de terra com 120m de diâmetro. Vala com 6m largura e 1m profundidade.	5 km a norte da margem esquerda do rio Acre.	Não há ocorrência de material arqueológico.	Ondemar F. Dias Jr. e Franklin Levy, 1977.
Sítio Macauã AC-RB-02	Sítio lito-cerâmico.	Bacia do Riozinho do Rola. Coordenadas: 10 05'19" S e 67 56'25" W	Urnas fragmentadas associadas a fragmentos cerâmicos de outras vasilhas, lâminas de machado e polidores.	Ondemar F. Dias Jr., Mauricélia B. A. de Sousa, Marcos V. S. das Neves e M. Luiza P. Uchoa, 1992.

As pesquisas arqueológicas nos sítios acreanos ainda são insipientes, sendo que, proporcionalmente ao enorme potencial arqueológico existente, poucos dados foram gerados.

¹⁴ Documento inédito fornecido pelo pesquisador Marcos Vinícius S. das Neves à equipe de arqueologia.

Um dos sítios identificados e estudados por Dias e Carvalho (1988) e que ainda não teve a sua fase definida, tem sido o maior alvo de pesquisas arqueológicas desde então. Trata-se do Sítio Arqueológico Los Angeles, situado no município de Sena Madureira e localizado, entre outros, pelos pesquisadores do Departamento de Cultura de Rio Branco. Este sítio, assim como outros, apresentou estrutura de terra circular em forma de valeta e acúmulo de terra em forma de mureta na área externa do círculo. O que o diferenciava dos demais sítios que apresentavam essas estruturas, justificando a atenção a ele direcionada pelos pesquisadores, era a presença de alta densidade de material cerâmico com formas e decorações variadas e de material lítico como lâminas de machado de diabásio.

Dias (2001), assim descreve os resultados da pesquisa: a estrutura circular existente no local apresentou 192m de diâmetro, representando uma das maiores estruturas de terra encontradas. Na área central da estrutura foram encontrados poucos fragmentos de cerâmica, somente a 30 cm de profundidade, sugerindo que se tratava de uma área que não havia sido ocupada por habitações.

Cortes realizados a 27 e 40m do centro da estrutura indicaram a presença de uma ocupação mais densa, com ocorrência de material cerâmico e de material lítico em concentrações, este último indicando tratar-se, possivelmente, de local de oficina, especialmente no local a 40m do centro.

Em direção à borda da estrutura a quantidade de material passou a diminuir e se concentrar entre 10 e 20 cm de profundidade, tendo sido alcançado nível de “piçarra” a 60 cm. Nas proximidades da mureta interna, entre 12 e 6m de distância dela, foram evidenciadas grandes concentrações de cerâmica, entre 5 e 35 cm de profundidade.

No conjunto de muretas e valeta, o material arqueológico ocorreu nas seguintes profundidades: na mureta interna, entre 10 e 70 cm; na valeta, até 2,50m (material datado por C-14 indicou ocupação de 2.050 A.P.); e na mureta externa, entre 10 e 70 cm (datações por C-14 e termoluminescência indicaram ocupação de 1.228 a 2.052 anos A.P.).

A ocorrência de material arqueológico se estendeu além da estrutura, sendo que em corte realizado a 30m da borda externa, em direção a um igarapé, demonstraram a sua presença entre 20 e 30 cm de profundidade e forneceu a datação por termoluminescência de 2.193 a 2.940 anos A.P.

Dias (2001) ressalta que *“apesar do solo do interior da estrutura ser um pouco mais escuro do que aquele do campo circundante, nem neste, nem na maioria dos sítios acreanos, aparece a famosa “terra preta” considerada um comum marcador de ocupações antigas no resto da Amazônia.”*

Importante notar que o conjunto mureta interna, valeta e mureta externa apresentou largura de 20 metros, assim sendo descrita por Dias (2001):

“Observou-se que o conjunto alcança 20 metros de extensão e que a mureta externa apresenta um desnível positivo de 104 cm acima do terreno externo. A valeta, naquele ponto, atinge 160 cm de profundidade e a mureta interna é mais baixa do que a externa, cerca de 20 cm. Em contrapartida, o nível do solo interno da estrutura se encontra cerca de 25 cm mais alto do que o terreno circundante, sem dúvida devido ao acúmulo provocado pela ocupação do sítio.”

No início da década de 1990, técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico do Estado do Acre identificaram outros três sítios arqueológicos, sendo que em dois deles ocorriam estruturas circulares de terra:

- *AC-RB-10 - Sítio Guarantã* (coordenadas geográficas 9°52'24" S / 67°23'23" W), com estrutura de 135m de diâmetro;
- *AC-IQ-11 - Sítio Alto Alegre* (coordenadas geográficas 10°04'31" S / 67°33'14" W), com valeta circular dupla de 127m de diâmetro, 15m de largura e até 2,9m de profundidade. Neste sítio foram realizadas escavações e datadas amostras cerâmicas por termoluminescência, que forneceram datas para a ocupação em torno de 2070 AP, com 400 anos de permanência (NÍCOLI, 2000, citada por DIAS, s/d, *apud* SCHAAN *et al.*, 2007).

Uma década mais tarde, Dias retornou ao Acre para escavar o sítio Los Angeles com a participação dos pesquisadores Mauricélia Barroso e Marcos Vinícius Simplício das Neves, do Departamento do Patrimônio Histórico do Estado do Acre. As datações obtidas por termoluminescência para amostras então coletadas apresentaram datas bastante discrepantes, variando de 1700 - 1660 AP a 2920-2730 AP e 1410 AP (LATINI, 1998:88).

Durante esta fase da pesquisa, novos levantamentos realizados pela equipe permitiram a identificação de mais sete sítios, dos quais cinco apresentaram estruturas de terra.

O sítio Xipamanu foi datado por termoluminescência em 2600 anos AP, com 970 anos de permanência (NÍCOLI, 2000, citada por DIAS, s/d, *apud* SCHAAN *et al.*, 2007). Os sítios AC-XA-13 - Igarapé do Escondido (10°44'48"S / 68°10'28"W) e AC-XA-10 - Ouro Branco (10°43'12"S / 68°10'36"W), esse último localizado próximo ao sítio Los Angeles, não apresentaram estruturas de terra (DIAS, s/d, *apud* SCHAAN *et al.*, 2007).

Embora estas estruturas de terra tenham sido descobertas por Ondemar Dias, foi no final da década de 1990 que elas se tornaram populares, especialmente pela iniciativa do paleontólogo Alceu Ranzi, da Universidade Federal do Acre, que havia participado enquanto estudante das pesquisas realizadas pelo PRONAPABA. Foi este pesquisador o primeiro a utilizar a denominação **geoglifo**, que significa marcas na terra:

“Alguns são em forma quadrada com 215 metros em cada lado, e circundados por um fosso que tem 15 metros de largura e quatro metros de profundidade. Para construí-los era necessário movimentar nada menos 51.600 metros cúbicos de terra. O detalhe é que o material retirado do fosso era cuidadosamente amontoado pelo lado de dentro ou de fora dos desenhos, formando assim uma borda de dois e meio a três metros acima do nível do solo”. (A Tribuna, 04/08/2002).

Nesse período, pelo menos mais 25 sítios foram por ele detectados através de imagens aéreas em locais de desmatamento recente (RANZI, 2003). Os sítios identificados foram visitados e descritos e alguns deles apresentaram mais de uma figura geométrica. Disto resultaram as primeiras publicações sobre o tema (PÄRSSINEN *et al.*, 2003; RANZI, 2003 e RANZI & PÄRSSINEN, 2003) e uma parceria para o desenvolvimento de pesquisas com a Universidade de Helsinque. Foi também obtida a datação de uma amostra de carvão coletada no perfil de uma mureta que havia sido cortada por uma estrada de fazenda. Submetida ao método Carbono 14, forneceu a idade de 1.260 d.C. (PÄRSSINEN *et al.*, 2003).

Pouco mais tarde, em função da implantação da LT 138 kV Epitaciolândia / Rio Branco e da LT 69 kV Rio Branco / Sena Madureira, Schaan *et al.* (2005) identificaram dois novos sítios com estruturas de terra situadas próximas à BR 317/AC. Ao todo, 10 dessas estruturas ficavam próximas ao empreendimento, a maioria já registrada por Alceu Ranzi.

Surgiu daí uma parceria e em meados de 2007 foi iniciado outro programa de pesquisa em cinco sítios com estruturas de terra, financiado pela Academia de Ciências da Finlândia e coordenado pela arqueóloga Denise Schaan, da Universidade Federal do Pará e do Museu Paraense Emílio Goeldi, e por Martti Pärssinen, da Universidade de Helsinque, com apoio da Universidade Federal do Acre. Foi também formado um grupo de pesquisa entre professores da Universidade Federal do Acre e da Universidade Federal do Pará, intentando realizar o levantamento dessas estruturas na região. Foram neste curto espaço de tempo identificados mais de 100 sítios (SCHAAN *et al.*, 2007).

Schaan *et al.* (2007: 74) relacionam essas estruturas à complexidade social, tema altamente debatido e que ainda não representa um consenso entre os estudiosos da arqueologia amazônica:

“Apesar da grande disparidade de datas, estima-se que a maior parte das estruturas date entre 800 e 1300, pois este é o período em que em outras partes da Amazônia começam a surgir sociedades demograficamente densas, aparecendo trabalhos coletivos bem organizados (ver Neves, 2003; Roosevelt, 1999; Schaan, 2004). Estes sítios lembram também as obras de terra encontradas nas terras baixas da vizinha Bolívia, onde extensos canais e áreas elevadas têm sido interpretados como campos agrícolas (Erickson, 1980).”

Schaan *et al.* (2007) indicam que os sítios com estruturas de terra estão dispersos por uma área de 250 km de extensão, entre o município de Xapuri, no Acre e Boca do Acre, no Amazonas (Figura 5.3-7). No estado do Acre, segundo os mesmos autores, eles situam-se em áreas elevadas, sobretudo no interflúvio dos rios Abunã e Acre.

Na Figura 5.3-7 são evidentes 5 estruturas mapeadas ao longo do trecho da BR 317/AM, objeto deste estudo, todas elas de formato retangular. Uma delas encontra-se na AI, junto à intersecção do igarapé Preto ou Ari pela BR-317, no trecho Boca do Acre – Lábrea. As demais estão implantadas na AID do empreendimento em estudo, junto ao igarapé Cruzeiro e estão apresentadas em capítulo específico.

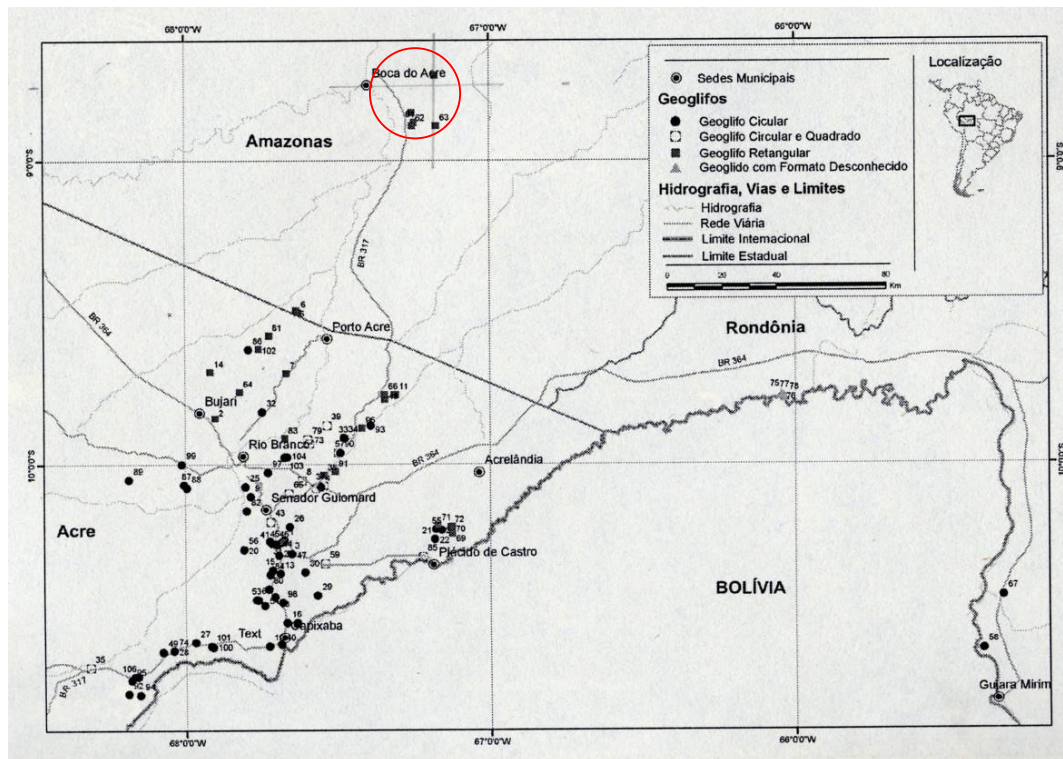


Figura 5.3—7— Mapa com a localização das estruturas de terra identificadas, distribuídas entre Xapuri/AC e Boca do Acre/AM, de acordo com Schaan *et al.* (2007:81). O círculo vermelho indica as estruturas de terra indicadas pelos autores na área de influência do trecho a ser duplicado da BR-317/AM.

A maioria das estruturas de terra se posiciona próximo a nascentes, em áreas de platô, cuja visão panorâmica é privilegiada, alcançando dezenas de quilômetros até o horizonte, sendo possível avistar os rios maiores.

De acordo com SCHAAN *et al.* (2007:76):

“Algumas nascentes parecem mesmo se conectar com as valas, sugerindo a possibilidade de que tais estruturas estivessem relacionadas ao manejo de água.”

Dias (2001) indica os locais de implantação das estruturas de terra:

- Na porção oriental do Acre, a maioria ocupa terrenos planos e pouco irrigados dos “Campos de Catapará” (bacia do rio Abunã), com vegetação predominantemente aberta.
- Na porção centro-oriental do Acre, estão presentes na bacia do rio Purus, entre os rios Juruá (a oeste) e Abunã.

Discutindo as características ambientais dos sítios de ocorrência dessas estruturas, Dias (2001) indica que as bacias de captação desses rios estão situadas em terrenos colinares que ocupam a depressão “rio Acre - rio Javari”, a oeste dos campos, com floresta tropical e matas bem desenvolvidas. Na bacia do Purus predominam as florestas tropicais abertas, com núcleos de florestas densas e, em especial na área de ocorrência das estruturas de terra, os solos são pobres para a agricultura.

Schaan *et al.* (2007) observaram que as formas geométricas, ao sul, são majoritariamente circulares, enquanto ao norte, como é o caso daqueles presentes em Boca do Acre, há o predomínio de figuras quadrangulares. No entanto, o levantamento dessas estruturas nas áreas de influência da BR-317/AM, objeto deste relatório, demonstrou que é constante a presença tanto de estruturas quadrangulares quanto circulares no trecho amazonense da bacia do rio Acre. Também demonstraram que a sua área de ocorrência é bem mais ampla do que aquela indicada por Schaan *et al.* (2007), pois estes continuam presentes ao norte da foz do rio Acre, em Boca do Acre, por ao menos 75 km do lado da margem direita do rio Purus.

Para Dias (2001):

“A associação de sítios abertos com aqueles cercados por valetas, compartilhando ambos o mesmo acervo arqueológico, configura e identifica a existência de complexos culturais específicos, onde tais estruturas assumiriam um significado de centralização, que poderia ser expresso em alguma atividade que ainda nos foge ao conhecimento.”

*“A dispersão diminuiria o impacto sobre a exploração da terra, mesmo assim suficiente para esgotar parte das reservas florestais da região e estabelecer campos “naturais” em seu lugar. Nestes campos, no entanto, e sobretudo nas proximidades dos sítios, abundam as palmas com frutos alimentícios. Entre estas se destacam: o açai (*Euterpe spp*) a ucuuba (*Virola spp.*) e o babaçu (*Orbignya sp.*), além do buriti (*Muritia flexuosa* e *Mauritia vinifera*). Desta palmeira aproveitam-se as folhas, os frutos (dos quais se faz uma bebida, o vinho de buriti), doces (comum no interior do país) e se pode extrair o amido, constituindo um recurso abundante, que pode ter sido um dos responsáveis pela manutenção de grupos humanos pela Amazônia (Meggers, 2.001).*

*Nas reduzidas áreas florestadas, mantidas no entorno dos sítios, as castanheiras (*Bertholletia excelsa*), ainda constituem recurso natural (produto de exportação do Estado), além das seringueiras (*Hevea spp.*). A primeira ainda agora serve de boa fonte de alimentação, crua, ralada para fazer caldo, ou assada, enquanto que a segunda, de cujo latex se produz a borracha, possui sementes que podem ser consumidas cozidas, apesar de constituir alimento pouco usual e ao qual se recorre em casos extremos. Desde há muito, no entanto, os indígenas da área confeccionavam sacos e bolsas de balata.”*

Embora estruturas de terra tenham sido identificadas no alto Xingu, como descrito no trabalho de Heckenberger *et al.* (2003), aquelas diferem destas por apresentarem formas perfeitamente geométricas e com valeta localizada na área interna, ao contrário das paliçadas. Foram verificadas várias formas de estruturas de terra: quadrada, retangular, circular, oval, hexagonal, octagonal e em forma de U. Verificaram-se, ainda, caminhos retos que os conectam.

A observação das estruturas presentes na porção amazonense do vale do rio Acre e de outros afluentes do rio Purus, a jusante da foz do rio Acre, permite sugerir que as estruturas de terra tornam-se mais complexas quando se aproximam da foz do rio Acre, formando verdadeiros conjuntos de estruturas e caminhos que as interligam, se estendendo por diversos quilômetros.

Como exemplo de sítio arqueológico presente ao longo da BR-317, Moon e Rodrigues (2007), relatam uma ocorrência existente na propriedade de “Seu Jacó”, situada às margens da rodovia, junto ao km 14 das 4 Bocas (como é conhecido o entroncamento BR 317 e BR 364), ou km 40 do trecho acreano da BR-317, relatando:

“É preciso descer do carro, atravessar a porteira e andar uns 100 metros,, para subir uma lombada de terra de uns dois metros de altura e entender por que o sítio do Seu Jacó é um lugar especial. Diante de uma lombada há uma valeta de três metros de profundidade e diante dela uma nova lombada. Quem está no alto de alguma das duas observa os arredores em posição privilegiada. Quem desce a valeta se sente no fundo de um poço. Essa formação lombada-valeta-lombada estende-se em linha reta por uns 80 metros, quando quebra num ângulo reto para, 80 metros depois, completar o segundo braço de um quadrilátero imenso. Em seu interior, um círculo perfeito de 70 metros de diâmetro.



Foto 5.3—33- Sr. Jacó e uma das valas que formam uma das estruturas existentes em sua propriedade (MOON e RODRIGUES, 2007. Foto: Alan Rodrigues).



Foto 5.3—34 – Estrutura de terra composta existente na propriedade de Jacó Sá, interceptada pela BR 317/AC, no município de Senador Guimard (ANTUNES, 2007).

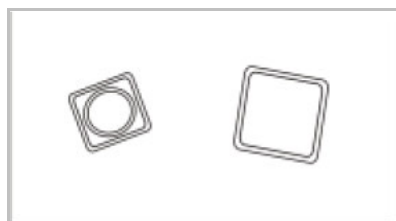


Figura 5.3—8— Estruturas de terra existentes na propriedade de Jacó Sá (imagens coletadas em SCHAAN *et al.*, 2007, MOON e RODRIGUES, 2007 e Foto: Sérgio Vale, 2005).

No segundo semestre de 2007, esse sítio arqueológico foi escavado pela equipe de pesquisadores da Universidade de Helsinque, Finlândia, da Universidade Federal do Acre (UFAC) e do Museu Emílio Goeldi, mas ainda não foram divulgados dados dessa pesquisa.

Desde então, inúmeros dados tem sido divulgados na imprensa e na internet a respeito do assunto. Esses dados também estão sendo atualizados e disponibilizados no site governamental do Estado do Acre <http://www.ac.gov.br>.

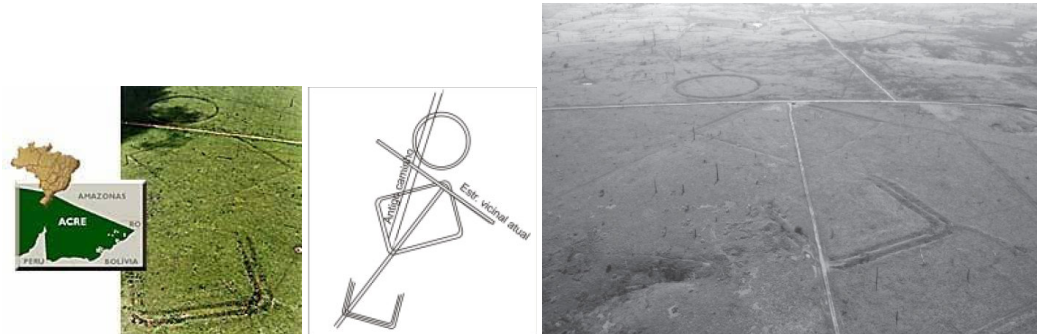


Figura 5.3—9— Estruturas de terra da Fazenda Colorada (Imagens coletadas, respectivamente, em MOON e RODRIGUES, 2007, Foto: Edson Caetano, 2007 e SCHAAN *et al.*, 2007 – Desenho modificado de Pärssinen *et al.*, 2003 e Foto: Sérgio Vale, 2005).



Foto 5.3—35- Quadrado parcialmente destruído, na Fazenda Baixa Verde, na BR 317 (Disponível em <http://www.geoglifos.com.br>).



Foto 5.3—36- Conjunto geométrico na Fazenda Atlântica, na BR 364 (Foto de Sérgio do Vale. Disponível em <http://www.geoglifos.com.br>).

Com a incorporação de imagens de satélite de alta resolução, o programa Google Earth tem facilitado a pesquisa de expressões da paisagem, como as estruturas de terra presentes no sudoeste amazônico.

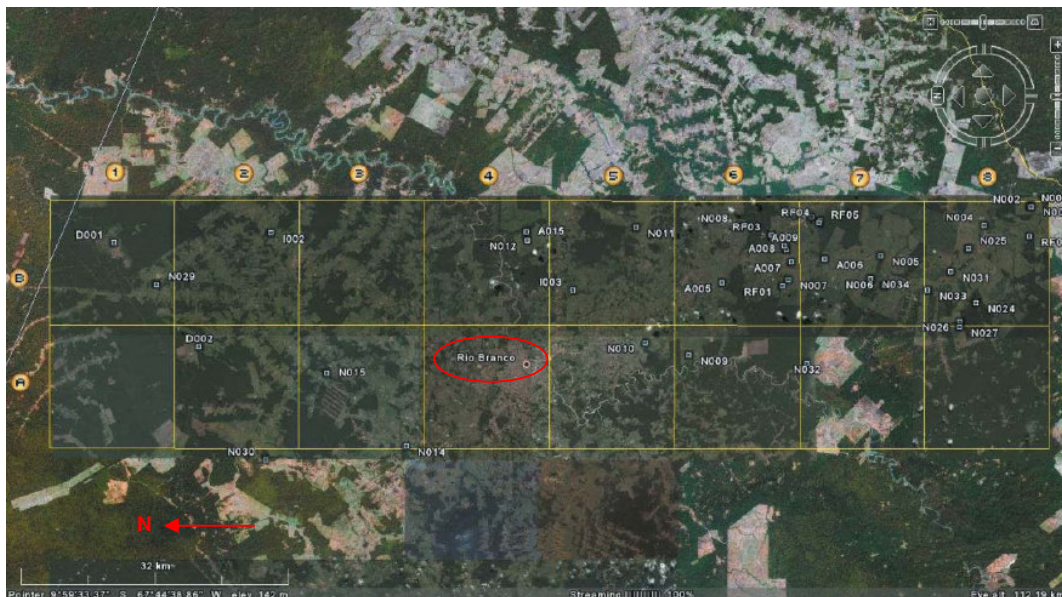


Figura 5.3—10 – Mapeamento de prováveis estruturas de terra em área de 225km², utilizando-se como base imagem do software *Google Earth*, adquirida em agosto de 2006 (RANZI, FERES & BROWN, 2007).

Uma reportagem veiculada na internet contém informações importantes sobre materiais arqueológicos que foram coletados no Acre por amadores, indicando outras possíveis tipologias de sítio do paradeiro atual das mesmas:

“Doados na década de 1990 pelo falecido livreiro Arthur Jerosh ao Museu da Borracha, os materiais de cerâmica pré-histórica identificados pelos cientistas como vasos-caretas e urnas funerárias representam para a arqueologia mais um mistério a ser desvendado no Acre. Os vasos guardados no MB foram encontrados a cerca de cinco quilômetros ao norte da estrada da Areia Branca, em Plácido de Castro, já próximo da fronteira com a Bolívia, devido à enorme curiosidade científica de Jerosh.

Além dos vasos-caretas coletados por Jerosh em Plácido de Castro, foram também identificadas grandes urnas funerárias na região de Cassiriã e Xiburema e na Estrada Mário Lobão, em Sena Madureira. Algumas peças estão guardadas no museu daquela cidade. Em Rio Branco, o Museu da Borracha mantém uma urna funerária do período e no Palácio Rio Branco podem ser vistas outras três.” (FERREIRA, 2007).



Foto 5.3—37 - Vasilhas cerâmicas da Tradição Quinari doadas por Arthur Jerosh ao Museu da Borracha de Rio Branco.

(Fontes: http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2321&Itemid=51 e NEVES, 2007).



Foto 5.3—38- Vasilhas cerâmicas da Tradição Quinari provenientes do Sítio Los Angeles (Xapuri/AC). Acervo do Palácio Rio Branco, em Rio Branco/AC.



Foto 5.3—39- Vasilha cerâmica da Tradição Quinari e artefatos líticos (polido e lascado) provenientes do Sítio Los Angeles (Xapuri/AC). Acervo do Palácio Rio Branco, em Rio Branco/AC.

Dias (2001) assim descreve a cultura material ocorrente nos sítios acreanos com estruturas de terra:

“A cerâmica constitui, ao lado de suas obras de terra, a mais importante das evidências arqueológicas desta cultura, desde que nas escavações até agora realizadas não se localizaram cemitérios e são muito limitadas as estruturas de alimentação. Raros vestígios de fogueiras, algumas delas com restos de caça, permitiram a obtenção de algum pouco carvão para datação e amostragem vegetal e animal. Seu tempero predominante é o cariapé (adicionado com alguma areia e outros elementos em alguns casos, conforme descrito nas notas e nos quadros correspondentes), muito comum nos demais complexos cerâmicos conhecidos, fato que não a destaca das demais. Tipologicamente, para fins de análise seriada, foi dividido em “grosso” e “fino”. A técnica de manufatura preponderante é a acordelada, mas alguns vasos pequenos foram modelados. A decoração mais encontrada na Tradição é a Pintura vermelha, desde que o banho da mesma cor foi considerado como tratamento de superfície.

Ela, no entanto, se destaca pelo inusitado das formas predominantes. Excetuando algumas formas universais e comuns na maioria dos complexos conhecidos, a maior parte das peças obedece a um modelo padrão hipotético, de um cilindro inserido em um corpo, que pode ser globular ou periforme. O cilindro pode ser mantido com o mesmo diâmetro na parte superior do bojo (formando o pescoço da peça) e na inferior (formando a base), ou pode ser mais largo nesta última. As bordas são predominantemente retas, mas podem ser também levemente inclinadas para fora ou extrovertidas. Nas fases Iquiri e Quinari os vasos são de proporções medianas e podem ser decorados com pintura vermelha e vermelha e preta; possuem apliques que conforma olhos, narizes, bocas e orelhas (vasos “caretas” ou antropofornos). Vasos decorativos (urnas cinerárias?) em forma de animais também foram registrados (como o de uma anta, pertencente à coleção do IAB). Na fase Yaco peças semelhantes, mas sem a decoração aplicada, algumas banhadas de vermelho, de dimensões maiores foram usadas como urnas funerárias (enterramentos secundários). Nas duas últimas (Xapuri e Jacuru), a mistura de formas comuns e alguns detalhes de sua confecção e queima, parecem configurar momentos mais recentes e mais miscigenados da Tradição.”

Uma das maiores preocupações em relação à preservação desses sítios arqueológicos é a sua destruição em decorrência dos desmatamentos e atividades de manejo do solo para a pecuária e agricultura (SOARES, 2007). Por esse motivo, o IPHAN, em parceria com as Universidades Federais do Pará e do Acre, está realizando um mapeamento para poder efetivar um plano de conservação e preservação desses sítios.

Segundo o chefe da sub-regional do IPHAN no Acre, Fernando Figalli, deverá ser proposto o tombamento de algumas dessas estruturas, inclusive com solicitação posterior que a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, as examine, visando o seu registro como patrimônio da humanidade.

De acordo com o jornalista Altino Machado, divulgado em sua página na internet no dia 13 de novembro de 2007, o Ministério Público Federal (MPF) no Acre enviou ao IPHAN recomendação para que desse início, em 30 dias, ao processo de tombamento dos sítios arqueológicos existentes nos municípios acreanos de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Bujari, Capixaba, Xapuri e Porto Acre.

Ainda de acordo com o jornalista, o tombamento dessas estruturas de terra visa incorporá-los ao Patrimônio Cultural Brasileiro, protegendo-os, assim, da destruição que poderia ser causada por atividades de exploração, plantios, construção de estradas, entre outras atividades.

Ressaltou que, para emitir a recomendação, o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, observou que os licenciamentos ambientais concedidos no Acre até hoje não atentavam para a existência dessas estruturas, o que de certa forma os colocava em risco constante de desaparecimento.

Embora essa recomendação tenha sido direcionada aos sítios do estado do Acre, visto ter sido elaborada pela MPF do Acre, o IPHAN, certamente, tratará da mesma forma todos os sítios com estruturas de terra, inclusive aqueles de Boca do Acre, que estão inseridos na área de influência das obras projetadas para a BR 317/AM.

Importante informação para a indicação de medidas mitigadoras aos impactos que possam vir a ser causados pela pavimentação do trecho amazonense da BR-317 é que nos trabalhos de avaliação dos impactos patrimoniais ocorridos pela implantação do trecho acreano da rodovia, uma das medidas foi a de se implantar indicações de localização dos sítios existentes dentro dos limites da AID. Esses sítios foram identificados, registrados e apresentados em placas com informativos de educação patrimonial às margens da rodovia.

Outra medida indicada como compensatória aos danos impostos a esses bens, considerados como passivos arqueológicos existentes em decorrência da implantação da rodovia, foi o desenvolvimento de planos de manejo para essas estruturas, visando a preservação, a educação patrimonial e o turismo arqueológico.



Foto 5.3—40- Quadrado localizado na Fazenda Baixa Verde e parcialmente destruído pela BR-317, no trecho acreano.



Foto 5.3—41- Placa de identificação da mesma estrutura, instalada na margem da BR-317/AC, como medida compensatória e de educação patrimonial implantada.

Por ocasião dos trabalhos de campo para a elaboração deste diagnóstico foram localizados e registrados mais dois sítios arqueológicos na All do empreendimento, até então desconhecidos, apresentados a seguir.

➤ **Sítio Arqueológico Jarinal Apurinã** - coordenadas UTM 19L 700.067E / 8.995.257N e 700.108E / 8.995.390N

O Sítio Arqueológico Jarinal Apurinã foi localizado no município de Lábrea, na Terra Indígena Boca do Acre, a 7,3km ao leste da BR-317/AM, junto à cabeceira do igarapé dos Índios, afluente do rio Painé ou Pauenen que, por sua vez, é formador, pela margem direita, do rio Endimari, bacia do rio Purus.

Para ter acesso ao local percorreu-se cerca de 9 km (aproximadamente 6 horas) de trilha em mata fechada. A referida trilha teve início no ponto de coordenadas UTM 19L N 693.571E / 8.997.435N, no interior da Terra Indígena Boca do Acre e seguiu em direção a um jarinal que fica próximo ao acampamento de caça, às margens do Igarapé dos Índios.

Apesar de a vala apresentar-se parcialmente recoberta por vegetação, foi possível caminhar por algumas dezenas de metros no seu interior e fazer a devida mensuração de suas dimensões. A profundidade era realçada pela mureta de terra exterior, mais proeminente que a da borda interior, como já relatado como típico dessas formações.

A estrutura apresentou uma valeta com 8 metros de largura, cerca de 1,5m de profundidade na borda mais baixa (interna) e 2,0m na outra (externa), aparentando que o terreno na sua porção interna apresentava-se mais baixo (Foto 5.3-42). Essa valeta está na área conhecida como Campo de Jarina, por ser o local de coleta da semente pelos índios da aldeia próxima.



Foto 5.3—42– Valeta da Estrutura de Terra do Jarinal (detalhe de medição do fundo da valeta a partir do tronco caído apoiado nas margens).

Dentro da estrutura de terra identificou-se vegetação diversa de copas altas e adensadas, com grande concentração de palmeiras de jarina, com sub-bosque densamente vegetado. A área apresentava topografia aplainada e estava recoberta com vegetação arbórea e serrapilheira espessa.

O caminhamento realizado dentro da valeta indicou que se tratava de uma estrutura curvilínea. O retorno ao ponto de partida foi realizado por caminhamento em linha reta por cerca de 100m, na porção interna e plana da estrutura de terra. Não foi possível referenciar todo o trajeto caminhado devido à densa cobertura vegetal que bloqueava o sinal do GPS, mas houve um setor mensurado sobre o qual se pode inferir que se a estrutura for circular tem cerca de 200m de diâmetro. Por informação oral do cacique e por observação do setor caminhado não há ângulos retos perceptíveis.

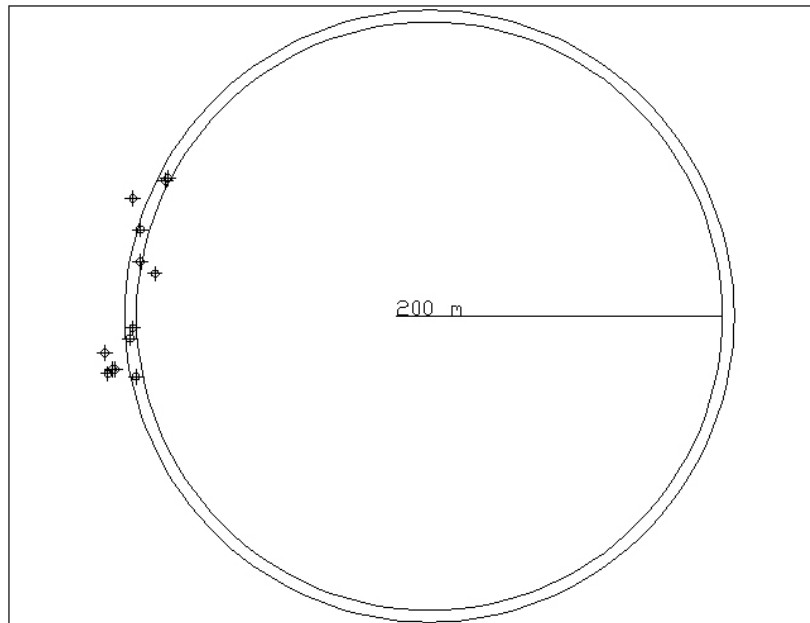


Figura 5.3—11— Representação provável da estrutura de terra presente no Sítio Arqueológico Jarinal Apurinã, estimada a partir dos pontos de coordenadas obtidos com GPS no trecho de caminhada ao longo de setor da potencial circunferência.

Como referido, o interior da área circundada pela vala apresentava evidências de manejo florestal de palmeiras de jarina, pois estas se apresentavam plantadas próximas umas das outras, o que levou os Apurinã que acompanhavam a equipe de pesquisa a aproveitar para exercer a prática da coleta de sementes usadas no artesanato tradicional das aldeias. Segundo o cacique Francisco, ele mesmo já teria levado um outro pesquisador até o local, mas o interesse do mesmo era distinto, visto se tratar de um estudo relacionado à botânica e não houve menção à questão arqueológica.

Não foi verificada a presença de terra preta ou qualquer outro indicativo de evidência de ação humana, ou mesmo vestígios arqueológicos cerâmicos, líticos ou antrópicos de outra natureza, nem na área interna nem na área externa à estrutura. No entanto, não se pode afirmar que esses materiais não estavam presentes, pois a serrapilheira e a densidade vegetal comprometiam a visibilidade do solo.

Quadro 5.3—103– Pontos de tomada de coordenadas UTM por GPS do caminhamento na valeta da estrutura de terra do Sítio Jarinal Apurinã (Datum SAD 69).

PONTO	COORDENADA UTM N (m)	COORDENADA UTM E (m)
1	700.089	8.995.333
2	700.084	8.995.376
3	700.108	8.995.390
4	700.089	8.995.355
5	700.099	8.995.325
6	700.082	8.995.281
7	700.082	8.995.281
8	700.084	8.995.288
9	700.086	8.995.255
10	700.065	8.995.271
11	700.067	8.995.257
12	700.106	8.995.388
13	700.070	8.995.260
14	700.072	8.995.260

➤ **Sítio Arqueológico Seringal Aripuanã – UTM 19L 685.691E / 8.999.608N**

Este local, também indicado pelos indígenas, está localizado no município de Boca do Acre, na Terra Indígena Boca do Acre, junto à margem direita do rio Acre e 8,3km a oeste da BR-317/AM.

Trata-se de sítio de ocupação recente e está associado ao segundo ciclo da borracha, ocorrido na década de 1940, de acordo com a narração de Antonio Apurinã. O Seringal Aripuanã foi demarcado em levantamento topográfico realizado em 1977¹⁵, com 3 edificações na margem direita e 2 na margem esquerda do rio Acre.

No local foram encontrados vestígios cerâmicos e de carvão de fornos de defumação vinculados ao beneficiamento do látex de seringueira. Os vestígios parecem estar dispersos por cerca de 200m de raio do local onde foi coletada a coordenada do sítio, sendo que este tem sido usado como roçado de mandioca pelos moradores, segundo relato oral do Sr. Francisco Apurinã.

O sítio foi alcançado por via fluvial, tendo sido visitado em companhia de Roberto Carlos, integrante do Território Indígena do km 45, residente à beira da rodovia, de Antonio Apurinã, Barroso e Francisco. No local, a equipe foi recebida pelo cacique Manoel, pai de Antonio Carlos e liderança naquela área do território, em sua residência, construída nos moldes tradicionais já comentados.

¹⁵ Folha SC.19-5-D-I – Floriano Peixoto, 1:100.000 – DSG/1980.

Conforme narrativa de Antonio Apurinã, apesar da extração da borracha não fazer parte da cultura de seu grupo, houve um envolvimento deste com a produção da mesma nesse segundo período da borracha. Eram, inclusive, utilizados elementos do artesanato indígena na atividade.

Ainda de acordo com o narrador, o processo se iniciava com o corte nas seringueiras e a extração do leite, que era diluído em bacia de palheira (tipo de purunga) e, posteriormente, levado para a defumação em vasilhas cerâmicas cilíndricas com abertura superior afunilada para saída da fumaça.

Estas vasilhas eram produzidas a partir de barro, aos quais se adicionava cariapé, prática indígena evidenciada na cerâmica arqueológica e utilizada para aumentar a resistência térmica do recipiente. Tinham altura média de 1,50m e ficavam semi-enterrados no solo, em profundidade de 0,50m, o que propiciava condições para o aquecimento e defumação da matéria prima.

Já na década de cinqüenta, conforme mencionado, os exploradores da borracha trouxeram a bacia de alumínio para substituir a de palheira descrita, as vendendo para os Apurinã em troca do serviço prestado no seringal. Como o uso da bacia era exclusivo do seringal, que não pertencia aos indígenas, o negócio se tornou uma forma de escambo com um único beneficiário e só se formalizou devido à pressão dos seringalistas. Aos nativos mais revoltosos, só restava o caminho da fuga, se aventurando por trilhas na floresta e largando suas terras ancestrais. Segundo comentário dos Apurinã, a árvore chamada cauchí permite a extração de matéria prima de melhor qualidade que a seringueira tradicionalmente usada para esse fim, mas o fato de sua ocorrência na região ser mais reduzida, não tornou viável economicamente a sua exploração na época.



Foto 5.3—43— Implantação do Sítio Arqueológico Seringal Aripuanã e fragmento de vasilha cerâmica utilizada na defumação da borracha em solo rico em carvão.

➤ **Informações orais não verificadas**

- Cemitério Apurinã

Próximo às terras do sítio do Sr. Francisco Apurinã (antigo Seringal Aripuanã) também foi indicada a presença um cemitério ainda utilizado pelo grupo indígena e localizado na área delimitada pelas coordenadas UTM 19L 685.413E / 8.999.553N, 685.426E / 8.999.561N, 685.430E / 8.999.563N e 685.416E / 8.999.529N. O local encontrava-se em área de mata fechada, nos limites da área desmatada para pasto, na margem direita do Rio Acre.

- Estruturas de terra

Outro local de potencial arqueológico na AII foi informado oralmente pelos moradores da TI Apurinã, como de ocorrência de valetas profundas, tais quais indicadas e vistas no Sítio Jarinal Apurinã.

Por indicação no mapa, os senhores Antônio e Enézio, moradores da TI Apurinã (junto ao ponto de coordenadas UTM 19L 687.371E / 8.975.483N), informaram que a aproximadamente cinco horas de caminhada em trilha fechada seria possível alcançar um conjunto de valetas que formariam um quadrado e um círculo separados por 50 metros dentro da mata. Esse local teria sido utilizado por eles como antigo estabelecimento de aldeias, mas com a chegada da estrada eles preferiram paulatinamente se deslocar para acessos mais fáceis à cidade. Indicaram que próximo às valetas deve haver vestígios de casas antigas. Segue o local indicado no mapa pelo Sr. Antônio (Figura a seguir), o que permite situar esse provável sítio arqueológico junto às coordenadas UTM 19L 704.000E / 8.968.000N, no interflúvio de pequenos afluentes do igarapé Cantina, afluente da margem esquerda do rio Antimari.

Não foi possível visitar essas estruturas, pois não havia guias disponíveis para o local na data.

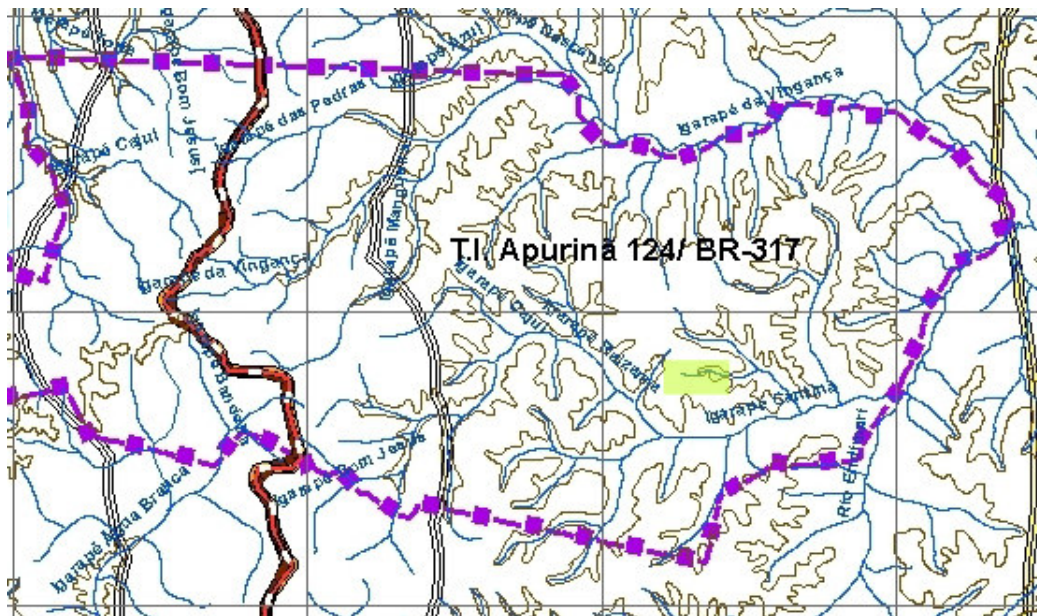


Figura 5.3—12— Mapa com indicação de potenciais estruturas de terra na AII, dentro da TI Apurinã do km 124 da BR-317. A área em verde claro representa o setor potencial apontado pelos índios em comunicação pessoal (excerto editado sobre o Mapa de Localização das Áreas de Influência da BR-317/AM).

Foi também realizada entrevista com o cacique do Território Indígena Apurinã do km 124, também atravessado pela rodovia, e residente à margem direita da mesma, sentido Rio Branco/Boca do Acre. Seus filhos, presentes durante a breve entrevista, informaram sobre a existência de outros dois prováveis sítios arqueológicos de estruturas de terra localizados no interior do território, próximos a um antigo assentamento histórico abandonado pela comunidade, no qual atualmente se inicia um processo de reocupação, sendo que a família pioneira nessa incursão é a da filha do mencionado cacique. Como ambos os sítios mencionados não se encontravam na área de influência indireta da rodovia, e também devido ao fato de estarem a uma distância razoável que se traduziria em longas horas de caminhada selva adentro, o local não foi visitado.

➤ Estruturas de terra identificadas em imagens de satélite

Complementarmente, a partir da análise da faixa de imagens de alta definição disponibilizada pelo programa de internet Google Earth, foi possível mapear outras possíveis estruturas de terra na Área de influência Indireta da rodovia.

- Igarapé Preto ou Ari

Foi identificada uma estrutura quadrangular, com 190 metros de lado, implantada em terra firme, na cota 119 metros, junto às cabeceiras do igarapé Preto ou Ari, no município de Boca do Acre, 19,3km a leste da BR/-317/AM. A partir do centro de três faces do quadrado, partem alinhamentos que sugerem a presença de caminhos, comuns nas estruturas quadrangulares. O sítio foi provisoriamente denominado Sítio Arqueológico Rio Preto, até que se confirme se este já foi ou não registrado por outro pesquisador.



Figura 5.3—13– Estrutura quadrangular identificada junto às cabeceiras do igarapé Preto.

A partir da identificação dessa estrutura, o acompanhamento de alinhamentos (antigos caminhos) perceptíveis na imagem de satélite permitiu a identificação de mais 9 estruturas ao longo da drenagem, até a sua foz no rio Acre, todas na All do empreendimento em estudo.

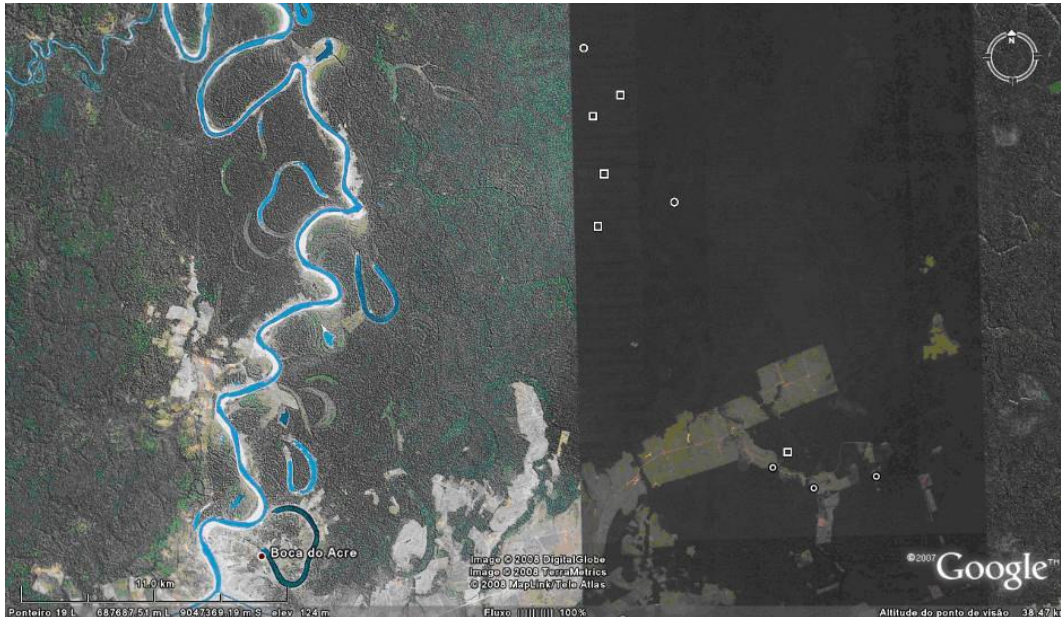


Figura 5.3—14— Estruturas de terra dispostas ao longo do Igarapé Preto, na All da BR-317.

a) Etno-história

O conhecimento sobre os grupos indígenas que habitavam a região que hoje compreende o atual estado do Acre, anterior ao século XIX, é escasso, existindo poucas fontes de informações históricas confiáveis. Em parte, isto se deve à exploração e colonização tardia do território banhado pelos cursos superiores dos afluentes da margem direita do rio Amazonas.

Segundo Bispo (1994), existe uma lenda, registrada pelo Pe. Cristobal d'Acuña, de que o rio Purus era habitado pelos Curiquerês, descritos como índios gigantescos, que se enfeitavam com folhas de ouro, exibindo anéis de ouro no nariz e nas orelhas. De acordo com o mesmo autor, no mapa do "Rio do Omopalens", de 1703, elaborado por Guillaume d'Isle, da Academia Real das Ciências, esses gigantes também são mencionados como vivendo no rio Purus, com a denominação de Mutuanis.

Da mesma forma, Bispo (1994) salienta que:

“Enquanto que se supunha haver gigantes no Purús, acreditava-se que no Jurúa viviam anões e homens com rabos. Ainda na descrição do Pará de Antonio Ladislau Monteiro Baena, publicada em 1832, pode-se constatar a permanência de tais lendas: os índios anões seriam os Caunás, os com rabos os Uginas. Ao lado de tal etnografia fantástica havia também uma geografia marcada por hipóteses: supunha-se que o Purús, famoso pela sua riqueza (salsaparilha, cacão, tartarugas, óleo, peixes), tinha as suas fontes nas alturas da cidade de Cuzco. Este vínculo com Cuzco também era suposto no caso do Juruá, pois admitia-se que teria sido esse o rio da viagem de Pedro de Orsua e Lopo de Aguirre, provenientes do Peru.”

Informações mais coesas sobre os habitantes dessa região são encontradas para o final do século XIX e começo do século XX. No trabalho de C. Tastevin e P. Rivet, publicado pela Sociedade Francesa de Geografia, são descritos grupos indígenas classificados como pertencentes aos troncos lingüísticos Pano e Aruak. Os grupos que falavam a língua Pano situavam-se predominantemente ao longo dos rios Juruá, Tarauacá, Jordão, Gregório e outros que compunham a bacia do Juruá. Os grupos Aruak estavam situados na região do Purus, do Acre e do Abunã.

De acordo com Dias (2001), a penetração da área do Purus teve início no século XIX, quando foi percorrida por Manuel Urbano, em 1861. Essa entrada foi realizada devido ao interesse do governo amazonense em encontrar uma passagem livre de cachoeiras e menos extensa para os povoados da Bolívia (CASTELLO BRANCO, 1958, *apud* DIAS, 2001). A entrada foi iniciada pelo rio Acre, no qual navegaram em direção às nascentes por cerca de 20 dias, até onde era possível navegar, com auxílio de remeiros Pamaris.

Em entrada posterior, Urbano subiu o rio Purus. O sertanista Serafim da Silva Salgado, que havia acompanhado Urbano, quando retornou em 1862, chegando ao rio Iaco, registrou a presença de indígenas Cucama, com inúmeras aldeias ao longo do Purus, do Panini ao Pauini. No Iaco, encontrou os Ipurinã, nação guerreira temida pelos demais indígenas.

Em 1864, Willian Chandless, geógrafo que também acompanhou a entrada de Urbano, retornou em busca das nascentes do Purus. De acordo com Avestin e Rivet (1921, *apud* DIAS, 2001), a região entre os rios Purus e Abunã, a mesma indicada por Dias (*op. cit.*) como de ocorrência das estruturas de terra, era território ocupado pelos falantes da língua Aruaque (tribos Canamari e Capecene).

O mesmo autor (DIAS, 2001) relata que de acordo com a tradição oral recolhida no início do século XX, o Purus havia sido habitado em tempos anteriores pelos Catuquina e Tacana (da Bolívia), horticultores, caçadores e coletores, que foram empurrados para as terras centrais ou “aruaquizados” quando da invasão dos povos da floresta tropical, os cultivadores Aruaque e Pano, a cerca de 3.000 anos A.C.

De acordo com Castello Branco (1958, *apud* DIAS, 2001), os Aruaque chegaram antes e ocuparam o rio Purus e seu afluente Juruá, tendo também sido empurrados pelos Pano. Nas bacias do rio Acre e Abunã, quando da chegada dos europeus ao Brasil, vivam aruaques (indígenas Piro e Contaqui) e, do Iaco ao Ituxi, vivam os Ipurinã, Cachari e Cangutus.

Na área do Alto Juruá, citam-se os seguintes grupos: Amahuaka, Aninawa, Kampa, Katukina, Kapanawa, Kasinawa ou Kaxinaua, Kontanaya, Koto, Kulina, Marinawa, Maseuruna, Naw ou Naua, Nukuini, Pakanawa, Poinawa, Remo, Saninawa e Sipinawa. Para o Alto Purus e afluentes, os Contakiro, Imammari ou Imammali, Ipurinã, Kanamari, Kapecene e Maniteri.

Os Pano teriam migrado para a região do Juruá no século XVII, representados pelos extintos Auanateos, Manobabos e Conivos. “*Existem evidências de que a região do Juruá, antes da entrada dos grupos Pano, era habitada pelos Aruak, de lá desalojados pelos grupos Pano, que vieram da região dos rios Ucayali e Maraon, de onde foram escoraçados pelos colonizadores espanhóis.*” (CALIXTO, 1982:16)

A partir de 1850, existe o registro da presença dos coletores de drogas do sertão e viajantes, que comercializavam os recursos naturais existentes, como: cacau, salsaparrilha, anil, canela, sementes oleaginosas, peixes, ervas medicinais, gomas, fibras e outros produtos. Esse comércio era realizado via missões religiosas.

O indígena, nesse momento, foi utilizado como mão-de-obra, servindo para conduzir canoas como remador, guiar os exploradores, erguer vários tipos de edificações, como os conventos, fortes, igrejas e residências e principalmente para detectar e coletar as drogas do sertão que eram enviadas para a Europa.

Neste período, a anexação do território do Acre ao Brasil ainda não havia sido efetuada e a disputa pela região levou ao litígio entre Brasil e Bolívia, que nem o Tratado de Madrid (1750), o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Acordo de Badajós (1801), entre as coroas portuguesa e espanhola, conseguiram solucionar a questão. Conforme Reis (1983), a ambição de potências capitalistas em usufruir das matérias-primas do sertão, possibilitou o início da conquista da Amazônia.

A desestruturação e a desintegração da maioria dos grupos indígenas citados se deveram, em grande medida, ao processo de exploração e colonização européia desde o período inicial. No entanto, foram substancialmente agravadas durante o ciclo econômico da borracha, especialmente com a entrada de um grande contingente de mão-de-obra que passou a ocupar a região, oriunda, majoritariamente, dos estados nordestinos.

Neste período, eram comuns as “*correrias*”, que consistiam em expedições punitivas, estimuladas pelos seringalistas, com o objetivo de expulsar os indígenas de suas terras, expropriando-os e dizimando-os. O início do período republicano trouxe novos conflitos entre as sociedades indígenas e o colonizador. A proximidade entre ambos gerou inúmeras chacinas, descritas de 1936 até 1954. Estas expedições, que tiveram amparo do Estado, foram responsáveis pela redução e pelo extermínio de grande parte das etnias, uma vez que visavam eliminar índios e aldeias existentes, favorecendo a ampliação do latifúndio (MARTINS, 1978:16).

Além dos violentos conflitos entre índios e colonizadores, a redução dessas populações foi em parte acarretada pelo contato com várias doenças como a gripe, o sarampo, a varíola e outras que não faziam parte do quadro de enfermidades conhecidas pelos indígenas.

Segundo dados oficiais (CARNEIRO, 2007), na segunda metade do século XIX, viviam cerca de 150 mil índios na região, distribuídos entre 50 povos. Em 1989, o número de índios no Acre era estimado em 5 mil. Em 1996, o número passou para 8.511 e, no ano de 2001, a FUNAI notificou a existência de 10.478 índios em todo o Estado do Acre, distribuídos em 12 povos.

➤ Aspectos históricos da ocupação do sudoeste amazônico

A ocupação da Amazônia Ocidental pelo agente colonizador europeu se deu com base no interesse pela exploração dos recursos naturais da região, seguindo uma trajetória que vai desde as primeiras expedições exploratórias, passando pelo êxodo gerado pelos dois ciclos históricos da borracha, e mais recentemente pelo interesse estrangeiro por elementos fitoterápicos, municiados pela chamada biopirataria.

A primeira menção ao uso do látex para confecção de produtos se deu através de relatos do explorador militar e cientista francês Charles-Marie de Lacondamine, que em 1736 descreveu a sua utilização por nativos da Amazônia em sapatos, garrafas, bonecos e como material de revestimento em geral. As expedições exploratórias precursoras da ocupação territorial da região, estabelecidas por incursões pelos rios acreanos, se efetivariam apenas a partir de 1860. O atual território do sudoeste amazônico era então denominado como “terras não descobertas” nas referências cartográficas bolivianas e guardava ainda seus segredos e toda a sua potencialidade comercial, sendo explorado apenas por coletores, pescadores e eventuais missões de reconhecimento.

Quanto ao domínio jurídico colonial sobre a região, até o século XIX tinha se mantido estabelecido, e isso desde o Tratado de Tordesilhas, que a região da Amazônia Ocidental na qual se encontra o atual estado brasileiro do Acre, era território da América Espanhola, o que apenas seria confirmado por outros tratados hispano-lusitanos complementares, como é o caso do Tratado de Madrid (1750), Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajoz (1801). Com o movimento de independência se consumando nas colônias espanholas, o Brasil acabou por reconhecer o Acre como território pertencente à Bolívia em 1867, conforme previsto no Tratado de Ayacucho, que estabeleceu a linha fronteira entre os dois estados independentes, que seguiria em concordância com a margem esquerda do rio Madeira até a nascente do Rio Javari, providenciando dessa forma, a rota de navegação entre o Rio Amazonas e o território boliviano.

A ocupação da região desde o altiplano boliviano se mostrou desde o começo um processo difícil e oneroso devido à falta de rotas de percurso mais acessíveis, o que não ocorria do lado brasileiro, no qual o trajeto dos rios afluentes da Bacia Amazônica permitiam a comunicação fluvial no sentido norte-sul, seguindo os caminhos traçados pelos rios Purus e Juruá, ambos navegáveis e acessíveis para os barcos a vapor que seguiriam por seus cursos mais tarde, e seus respectivos afluentes, bem como caminhos alternativos no sentido leste-oeste que permitiam a ligação das bacias hidrográficas dos rios mencionados. Pelo lado boliviano a opção era seguir até o rio Madeira, atravessando territórios de indígenas hostis e guerreiros da etnia Pano.

O látex, que se tornaria o grande atrativo da ocupação colonial da região florestada ao longo do curso dos rios, era produzido por diversas árvores nativas, valendo menção o caucho, a mangabeira, a maniçoba, a maçaranduba e a *hevea brasiliensis*. O nome genérico seringueira, usado pelos colonos envolvidos na atividade extrativista, derivava do uso inicial dado ao produto pelos europeus, no fabrico de seringas de uso médico-hospitalar. O processo de vulcanização da borracha, desenvolvido em 1839 nos EUA, e posteriormente a criação do pneumático e na seqüência a invenção do automóvel em 1870 na Alemanha, permitiu ainda o desenvolvimento de diversos outros produtos industriais, dando ênfase para a fabricação de botas, capas impermeáveis, câmaras de ar, balões, luvas, botes infláveis, forrações, e pneus de bicicleta e automóveis.

A abundância de seringueiras, que permitia a atividade extrativista florestal do látex, usado na produção industrial da borracha, levou à migração de colonos brasileiros provenientes principalmente do nordeste para a região, na busca das oportunidades que o ramo oferecia. Essa rota migratória teve início em meados do século XIX, impulsionada posteriormente pela grande seca denominada popularmente de “seca dos três setes” ocorrida no sertão nordestino entre os anos de 1877 e 1878, que deu um caráter definitivo à ocupação regional.

A penetração pelo território acreano foi facilitada pelo advento da navegação a vapor, que carregava levas de trabalhadores seguindo os cursos dos rios locais ao mesmo tempo em que permitia o escoamento da borracha para os centros consumidores, contribuindo dessa forma para a abertura de seringais, portos de entreposto comercial e futuros povoados. Aos colonos nordestinos, se adicionavam aventureiros estrangeiros e indígenas cooptados nas atividades de extração, formando um mosaico étnico.

A produção da borracha era absorvida pelas casas aviadoras de Belém e Manaus, que a enviavam para os centros consumidores externos na Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e EUA. Até então, porém, a presença de seringueiros bolivianos na região era incipiente, contando-se com poucos relatos históricos, ao que se acrescenta o fato de que não se tinha notícias de interesse governamental daquele país em desenvolver um plano de ocupação territorial e de exploração da matéria-prima mencionada. Por outro lado, o aumento significativo do consumo de borracha pelo mercado internacional, concentrado principalmente no abastecimento da Revolução Industrial em andamento que exigia uma demanda cada vez mais crescente do produto, começou a despertar a cobiça pela região e seu potencial exploratório, o que culminaria em conflitos previsíveis entre as nações envolvidas na disputa territorial da mesma. Reforçava essa tendência ainda o fato das terras acreanas ostentarem em seus recursos naturais, representados pelas árvores nativas de extração, uma possibilidade de produção maior e de melhor qualidade da matéria prima cobiçada, que inclusive recebeu na época o notório apelido de ouro negro.

Nesse período da história da colonização da Amazônia Ocidental, ocorreu um fato de cunho político na Bolívia que levaria ao despertar da consciência nacional com relação à ocupação clandestina de seu até então território acreano. Um golpe de estado frustrado pelas forças de segurança nacionais daquele país, obriga o coronel José Manuel Pando, responsável pela tentativa de tomar o poder, a se refugiar na região florestada do Acre, inacessível às tropas do governo boliviano. Adentrando regiões de mata densa e meandros de rios, o coronel se deparou com a presença de seringueiros brasileiros já estabelecidos na região, o que influenciaria posteriormente a sua participação ativa na busca de planejar uma ocupação física e militar do território por parte da Bolívia, numa tentativa tardia de efetivar seu domínio geopolítico sobre o mesmo.

O coronel Pando, passada a turbulência do golpe, recebeu o título de general, e acabou por assumir o controle do governo boliviano entre o final do século XIX e início do século XX, aproveitando dessa forma a oportunidade para exercer a devida pressão diplomática em busca de conter o fluxo de assentamentos brasileiros na região.

Seguindo essa premissa, o governo boliviano enviou em 1898 uma missão de reconhecimento e ocupação do território que historicamente já lhe pertencia, acrescida simultaneamente da tomada de rígidas medidas alfandegárias de controle do fluxo de seringueiros nas vias fluviais em ocorrência no território acreano, o que acabou por gerar uma postura reativa dos colonos brasileiros que culminaria em revolta armada no ano seguinte, apoiada indiretamente pelo governo do Estado do Amazonas, na época sob a gestão de Ramalho Jr., e que teve como resultante a expulsão da expedição boliviana, em franca inferioridade militar, não conseguindo a mesma realizar seu plano de recuperação territorial do Acre.

Numa ação preventiva, que buscasse evitar uma nova tentativa de anexação territorial por parte do país vizinho, uma expedição brasileira financiada pelo governo do Amazonas é enviada para assegurar a ocupação já em andamento do sudoeste amazônico. Regida pelo comando histórico do espanhol Gálvez, inspirado pelos valores defendidos pela Revolução Francesa e acompanhado dos zarzuelas, a expedição ocorreu no mesmo ano de 1899, dando seqüência aos fatos antes que pudesse se efetivar qualquer reação boliviana de retomada das terras em litígio, e teve seu clímax na ocupação da cidade boliviana de Puerto Alonzo, que seria providencialmente renomeada para Porto Acre. A falta de apoio nacional para o movimento deu um caráter separatista ao ideal revolucionário da expedição, que passou a carregar o seguinte lema de campanha: “Já que nossa pátria não nos quer, criemos outra”. O estado independente do Acre durou oito meses sob o governo empossado de Gálvez, o que lhe rendeu uma administração territorial baseada na revitalização regional, e munida de infra-estrutura institucional e de um coerente regimento de leis, inclusive de proteção ambiental e exploração sustentada da borracha, dotando aquela região até então carente de qualquer elo organizacional com os governos tanto boliviano quanto brasileiro, de uma nova perspectiva de evolução.

A partir daí, o governo federal brasileiro, representado por Campos Sales, até aquele momento ausente do conflito e mais focado na administração da convivência com a oligarquia cafeeira do sul, se viu obrigado, ao ser devidamente pressionado pela diplomacia boliviana, a reconhecer os termos anunciados no já mencionado Tratado Internacional de Ayacucho, o último a ser reconhecido e portanto ainda em vigor na época, datado de 1867, e que estabelecia as terras em disputa como pertencentes à Bolívia. Dessa forma, tropas federais foram enviadas em 1900, representadas por três navios da marinha, para sufocar a rebelião dos colonos e dissolver a anunciada República do Acre, garantindo dessa forma a devolução do território à Bolívia. Gálvez aproveitou a ocasião para proclamar a suposta descoberta de um tratado sigiloso entre os governos da Bolívia e dos Estados Unidos da América, que garantiria apoio militar norte americano no caso de atentado a soberania boliviana, além de denunciar por via

jornalística a suposta intenção de arrendamento do Acre por parte das lideranças bolivianas para empresas de capital internacional, o que inflamaria mais ainda a situação. Ainda em 1900, uma nova tentativa do exército boliviano de retomada das terras é frustrada em Porto Acre pela resistência dos seringueiros brasileiros, sempre apoiados pelo governo amazonense, nessa época já sob a gestão de Silvério Néri. Na continuidade das ações movidas pela constante tensão política, partiu para a área em disputa a notória expedição dos poetas, regida pelo comando do jornalista Orlando Lopes, com o intuito de proclamar a Segunda República do Acre, expedição esta de índole mais política do que militar, para a qual foram arregimentados professores, médicos, advogados, engenheiros, escritores e eventualmente alguns soldados dotados de parco potencial bélico de combate. Esta foi facilmente rechaçada pelas forças bolivianas devido à nítida carência de infra-estrutura, deixando como maior contribuição o papel de mantenedora do desejo de independência.

Na seqüência dos fatos, uma ofensiva diplomática voltada para o comércio internacional tomada pelo governo boliviano, e que reafirmava as previsões de Gálvez, reacende os ânimos revolucionários dos colonos brasileiros, gerando inclusive uma reação de âmbito nacional no Brasil. Ocorreu que nos idos de 1901, a Bolívia representada pelos seus governantes, oficializou mediante acordo contratual o arrendamento do território acreano para o grupo empresarial Bolivian Syndicate, de capital misto norte americano e inglês, que assumiria, conforme prescrito, durante o período de vinte anos, o controle tanto da exploração extrativista como da segurança militar da região, o que incluiria inclusive o direito e controle alfandegário sobre a navegação fluvial nos rios que adentrassem o território em questão, questionando dessa forma a soberania da região Amazônica e causando indignação popular no Brasil.

A resposta do lado brasileiro não tardaria, em já em 1902 o governador Silvério Néri (AM), apoiado pelo financiamento de empresários seringalistas, enviou para as terras acreanas o militar gaúcho José Plácido de Castro, com o firme propósito de instaurar o início da revolução definitiva. A expedição militar, desta vez visivelmente mais organizada e contanto com o apoio popular em todo o território nacional, avançou, partindo de Xapuri, representada por um exército de seringueiros treinados para combate e munidos de rifles e facões, sobre o aparato militar boliviano mais sofisticado. Apesar das diferenças, a resistência boliviana não conseguiu conter os revolucionários, que acabaram por ocupar toda a região do médio e alto rio Acre ainda naquele ano, confinando a defesa boliviana em Porto Acre, que enfim seria rendida em 1903, o que levou finalmente à proclamação da Terceira República do Acre.

O apoio diplomático do governo brasileiro aos revolucionários, por intermédio de seu representante, Rodrigues Alves, se fez tardiamente, à custa da pressão popular em todo o país, mas orientada principalmente pelo intuito de anexar o território em litígio, evitando a criação de um novo enclave na região, do que o de reconhecer a independência do mesmo. Sob ordens do ministro do exterior, Barão do Rio Branco, foi efetivada a ocupação pelo exército brasileiro das terras do Acre, ao qual se impôs um governo militar, representado pelo general Olímpio da Silveira. Tomando uma postura diplomática preventiva que evitasse a eclosão de uma guerra civil de cunho separatista na região, Plácido de Castro impediu uma confrontação direta com as forças militares brasileiras dissolvendo seu exército e seguindo em seguida para o Rio de Janeiro.

Antes que o General Pando, ainda governante da Bolívia, pudesse reforçar com tropas complementares a sua presença na região, a ação diplomática do Barão do Rio Branco e de Assis Brasil na defesa dos interesses do governo brasileiro, municiados pela presença estratégica das forças militares nacionais, levou à assinatura de um tratado emergencial de validade preliminar. Este seria ratificado na seqüência pelo Tratado de Petrópolis, oficializado em 1903, segundo o qual a Bolívia cederia o Acre ao Brasil, recebendo em caráter indenizatório terras brasileiras no estado do Mato Grosso, a quantia de dois milhões de libras esterlinas e a promessa de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que faria a ligação entre Guarajá-Mirim, nas margens do rio Mamoré, próximo à fronteira boliviana, e Porto Velho, no rio Madeira, ambas as cidades em território hoje pertencente a Rondônia, e permitiria que o escoamento da produção de borracha fosse direcionada ao Oceano Pacífico, passando por território boliviano, que dessa forma participaria da lucrativa rota comercial.

Segundo a versão boliviana apresentada pelo médico e historiador Hernan Messuti Ribeira as supostas compensações nunca foram efetivamente sanadas, e a estrada de ferro mencionada não contribuiu em nada para a Bolívia, visto que seria integralmente construída em território brasileiro, e administrada por funcionários brasileiros, sendo nesse caso, a seu ver, um tratado imposto pela anexação territorial já consumada e sobre pressão das forças militares nacionais, muito mais numerosas e aparelhadas que as bolivianas. Ribeira ainda considera a possibilidade de financiamento externo oculto nas ações revolucionárias ocorridas na região exercidas por grupos mercantis interessados na comercialização da borracha. Vale menção enfim a quase anedótica história da doação do Acre para o Brasil anos antes da concretização do litígio, imposta sem consulta popular por um ditador da época chamado Mariano Melgarejo, em troca de um cavalo e quatro medalhas, contradizendo os termos do Tratado de Ayacucho assinado anteriormente pelo próprio governante (BATISTA, 2002).

Ainda em 1904, ao mesmo tempo em que se extinguia o conflito com a Bolívia, surgia na região o embrião de um novo movimento de tendência autonomista. Um novo contexto geopolítico se enunciava, confrontando interesses dos governos regionais do Amazonas e do Pará, havendo um claro desejo de anexação territorial do Acre pelos dirigentes amazonenses que tanto investiram no movimento separatista local, e simultaneamente uma preocupação com a perda de relevância no cenário econômico da região amazônica por parte do Pará, receoso da criação de um centro de domínio regional do qual não seria parte integrante. Na tentativa de esvaziar a tensão política reinante, e ao mesmo impedir a progressão do sentimento separatista ainda em vigor, o governo federal oficializou a criação do território do Acre, sendo este o primeiro organismo institucional dessa natureza em solo nacional, conceito este estendido mais tarde para os territórios federais de Rondônia, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha.

O status de território nacional deixava o Acre num estágio aquém ao dos estados brasileiros em termos de autonomia político-administrativa, visto que não lhe outorgava direito de arrecadar impostos, que segundo o governo federal deveriam ser canalizados para a cobertura da compensação indenizatória proposta, e sendo os repasses orçamentários conferidos conforme os interesses da presidência da república, dos quais se tornava integralmente dependente. A imposição de interventores federais, isto é, de governantes de fora do território para a gestão regional, minimizando a representatividade política da região tanto na esfera do executivo como do legislativo, tornava o isolamento mais evidente ainda, visto não haver locutores públicos que compartilhassem com as necessidades locais, o que acabaria por ocasionar em uma crescente defasagem nas demandas de infra-estrutura e recursos básicos necessários para a evolução da sociedade acreana. Concluindo, toda a riqueza proveniente do lucro com a comercialização da borracha não deixou vestígio significativo em investimentos, tendo uma parcela percentual ínfima aplicada em recursos para suprir a demanda acreana. O assassinato do aclamado líder revolucionário Plácido de Castro, só fez-se radicalizar o já inflamado desejo autonomista no território, com tentativas de levantes sufocados pelo governo brasileiro registradas em Cruzeiro do Sul (1910), Sena Madureira (1912) e Rio Branco (1918).

Deve-se levar em consideração ainda o fato de que, durante o auge da exploração do látex, nesse período intitulado de Primeiro Ciclo da Borracha, os lucros eram revertidos para uma elite empresarial que passou a dominar o ramo, e que posteriormente se estabeleceu em Manaus e Belém, cidades com maior capacidade de absorção para seu poder aquisitivo na época, contribuindo dessa forma para a formação da chamada Belle Époque Amazônica, com o enriquecimento da região regado pelos dividendos do empreendimento extrativista e a conseqüente visibilidade internacional, que duraria até 1910.

Em 1912, com o desenvolvimento de seringais ligados a empreendimentos ingleses em regiões da Malásia, do Ceilão e da África tropical, municiados com sementes oriundas da Amazônia e com uma sistemática operacional que permitia baixo custo de produção e comercialização a preços no mercado internacional consequentemente inferiores, a borracha produzida na Amazônia perdeu competitividade, deixando de ostentar o monopólio sobre a oferta internacional, e passando a demonstrar uma conseqüente decadência econômica a partir da década de vinte.

A conclusão da ferrovia Madeira-Mamoré, que poderia ser um agente eficaz na redução do custo de transporte e escoamento da borracha acreana, se deu tardiamente, não favorecendo a recuperação do produto no mercado. Com a crise advinda da exclusão pelo mercado internacional de seu principal produto de exportação, ao qual estava atrelada toda a economia da região, a recessão e o desemprego em massa se instauraram, forçando os seringueiros instalados no local a migrarem para outros centros de captação de mão de obra, dos quais se destacava a cidade de Manaus, e dando fim ao período de prosperidade que mais seria descrito como o Primeiro Ciclo da Borracha. Na tentativa de substituir a borracha como propulsora da economia local, se intensificou a coleta para exportação da castanha da Amazônia, bem como da pele de animais silvestres, e essa busca nos recursos naturais de bens de potencial comercial acabou por contribuir para um processo embrionário de manejo florestal mais diversificado. Durante o processo de estagnação econômica, a mão de obra de migrantes nordestinos foi gradualmente abandonando a região, atrás de novas frentes e oportunidades de trabalho, sendo substituída por indígenas no que restou dos seringais, e as casas aviadores de Belém e Manaus que abasteciam a região deram lugar a comerciantes de origem sírio-libanesa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, ocorreu a invasão militar japonesa nos territórios orientais de países banhados pelo Oceano Pacífico, entre os quais estava inclusa a Malásia, então um dos grandes centros de produção de borracha administrada pelos ingleses, como já narrado anteriormente. O bloqueio naval que se sucedeu na região levou a uma queda vertiginosa da ordem de 97% na produção da borracha asiática, que se tornara matéria prima fundamental de diversos componentes da indústria bélica, a qual exigia uma demanda crescente para suprir as tropas em combate. O interesse norte americano se voltou estrategicamente para o antigo fornecedor, e num acordo firmado com o governo Getúlio Vargas e alicerçado por uma propaganda ufanística de teor nacionalista, criou-se um programa de mobilização de mão de obra para o retorno das atividades extrativistas do látex na Amazônia Ocidental, visando suprir a carência de disponibilidade do produto. Num clima de alistamento militar, patrocinado por capital externo e alimentado por slogans nos quais eram prestadas referências aos “soldados da borracha”, uma nova leva de nordestinos foragidos da seca em sua terra natal migrou para a região, totalizando ao final um contingente em torno de cinquenta e cinco mil trabalhadores, e dando início ao Segundo Ciclo da Borracha.

Esse empreendimento permitiu um breve reaquecimento da economia centrada em Manaus e Belém, mas por um período limitado de apenas três anos, levando a um repovoamento dos seringais abandonados. Além do suprimento de borracha em curto prazo não conseguir atingir a meta de produtividade almejada, o cancelamento contratual por parte dos Estados Unidos da América, motivado pelo encerramento dos combates e pela recuperação das áreas produtivas do oriente, deixou os trabalhadores cooptados no sertão e iludidos pelas oportunidades anunciadas, completamente à deriva, sendo que um grande percentual deles acabou falecendo nos próprios seringais, sem condições de regressar a sua região nativa. Os empresários responsáveis pela reativação dos seringais também não contribuíram para o bem estar de seus empregados, impedindo a consolidação das inovações trabalhistas que poderiam lhes dar maiores garantias de proteção. Como conseqüência da malograda operação de recuperação econômica dos seringais, o Brasil se tornou já na década de cinqüenta um potencial importador de borracha para o suprimento de seu parque industrial, enquanto os antigos seringais já desativados iam parar nas mãos de especuladores de terra.

O Acre só seria elevado à condição de estado brasileiro em 1962, recebendo enfim os mesmos status social e direitos cívicos dos demais brasileiros, e passando a ter o direito de cobrar impostos de seus cidadãos. No mesmo ano foi empossado o primeiro governador eleito, um jovem e inesperado líder político vinculado ao PTB, exercendo o mesmo as suas funções por pouco mais de um ano, e sofrendo a interrupção de seu mandato devido à intervenção militar conseqüente do golpe de 64, que perdurou até 1982 e impôs ao Acre, bem como aos demais estados brasileiros, um novo mandatário nomeado pelo governo federal. Na década de setenta, ainda sob o jugo da intervenção militarista, o Acre se tornou um território sem coesão administrativa, vitimado por grileiros de terras e jagunços atraídos pela propaganda midiática federal que exortava a existência de terras férteis na região, isentas das geadas do sul e da seca do nordeste, e agraciadas com fontes inesgotáveis de recursos naturais, publicidade esta atrelada ao equivocado conceito de que o progresso estava intrinsecamente ligado ao ato de abrir estradas e urbanizar a qualquer custo para ocupar o vazio demográfico, atestando assim a posse definitiva do território. Atrelado a uma política expansionista imposta pelo regime militar que associava incentivos fiscais e facilidade de utilização de linhas de crédito internacional para o desenvolvimento de mineradoras, madeireiras e empresas agropecuárias, vieram para a região empresários do sul do país, os chamados “paulistas”, que exerciam suas atividades avançando sobre áreas florestadas e provocando um desmatamento nunca visto na região e sem nenhum controle ambiental sobre o impacto provocado pelo mesmo.

As invasões calcadas no processo predatório de devastação florestal e anexação territorial para a imposição da pecuária extensiva voltada à produção de gado de corte, bem como outras atividades dirigidas pela iniciativa privada de fins exclusivamente lucrativos, como extração mineral, produção de grãos, exploração de madeira, entre outros empreendimentos, vitimou diretamente as populações tradicionais da floresta, afetando as terras nativas dos indígenas, seringueiros, colonos e ribeirinhos. Estes se viam expulsos de seu patrimônio ancestral por jagunços armados, sendo levados a uma migração forçada protagonizada por famílias expulsas da área rural com destino incerto até os núcleos urbanos regionais, que sem condições de absorção das mesmas, as forçariam a se aglomerarem em bairros populares com poucas condições de saneamento básico, onde seus integrantes, habilitados exclusivamente para as atividades de coleta florestal inexistente na cidade, teriam que se readaptar para sobreviver.

A humanização descontrolada da paisagem afetou diretamente a biodiversidade, com alterações ambientais irreversíveis, seja através da erosão do solo, da alteração dos canais fluviais ou de outros fatores correlatos. Quanto à expansão da atividade pecuarista, até a década de setenta esse empreendimento ocupou os campos e cerrados disponíveis, de forma que a baixa demanda não motivava o desmatamento, que só foi ocorrer de fato com o advento das rodovias de integração territorial e a migração descontrolada já comentada. A transformação do Banco da Borracha em Banco da Amazônia foi o último passo para a extinção dos poucos seringais remanescentes do passado, que ao deixarem de ter acesso ao financiamento institucional, entraram em falência, tendo suas terras adquiridas a preços irrisórios pelos pecuaristas.

Deu-se início, em 1975, à organização germinal de instituições voltadas ao acolhimento das necessidades prementes dos chamados povos da floresta, dando-se ênfase à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, por intermédio de Chico Mendes, filho da terra e de seringueiros, aos quais se seguiram os sindicatos dos municípios de Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco. Tornaram-se conhecidos nessa época os chamados “empates”, que se configuravam numa espécie de resistência pacífica, através da qual famílias se deslocavam entre tratores e moto serras, na tentativa de impedir a continuidade dos desmatamentos. As representações da FUNAI na região permitiram o início de um longo e gradual processo de demarcação e regulamentação das terras indígenas locais, e a Igreja Católica de perfil progressista também participou dos processos de conscientização social através de suas comunidades eclesiais de base. Em 1979, Chico Mendes ganhou maior notoriedade política ao assumir a presidência da câmara municipal, dando então um direcionamento inédito para a instituição que se tornaria um espaço aberto para o desenvolvimento de debates de cunho político. Mais tarde, vitimado por pressões externas, renunciaria ao

cargo. O ano seguinte foi marcado pelo assassinato de Wilson Pinheiro, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, aumentando a tensão entre os novos fazendeiros e os povos nativos na região. Nesse mesmo ano, Chico Mendes participou da fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre, ao mesmo tempo em que sofria assédio da polícia federal, sendo inclusive enquadrado na Lei de Segurança Nacional sob acusação de incitar a revolta entre os posseiros. Ainda em 1980, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, marcou mais um passo na luta pela preservação das reservas extrativistas.

Em 1988, o trabalho promovido por Chico Mendes repercutiu no exterior ao ser o mesmo premiado nos EUA. O líder sindical aproveitou a oportunidade para denunciar a existência de financiamentos bancários promovidos por instituições monetárias internacionais a empreendimentos na região que desrespeitavam as leis ambientais vigentes e afetavam diretamente as populações nativas, o que influenciou o BID a suspender o financiamento da estrada Porto Velho/Rio Branco. Enquanto gozava de crescente projeção nacional, com presença garantida em seminários e palestras, Chico Mendes era acusado por seus inimigos de prejudicar o progresso do sudoeste amazônico, gerando um clima de hostilidades que culminaria com o seu assassinato em 1990, no quintal de sua casa em Xapuri. O crime teve repercussão e cobertura maior na mídia internacional do que em seu próprio país, levando a uma revisão dos organismos de crédito internacionais a respeito de empreendimentos focados no território amazônico, o que contribuiu para uma redução na velocidade do desmatamento na região e para uma contenção na expansão especulativa e predatória. Em 1999 foi formado o chamado “Governo da Floresta”, órgão de conscientização social e ecológica que segue o caminho trilhado por Chico Mendes, tendo como premissas básicas de ação a luta pela consolidação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e para o manejo florestal de uso múltiplo respeitando a biodiversidade e a valorização da economia tradicional dos povos nativos de natureza extrativista em consonância com uma atividade agropecuária adequada à região, através do incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar, do incentivo ao turismo ecológico planejado, e de um sistema pecuarista de uso semi-extensivo do solo (o chamado “boi verde”). A palavra “florestania” se enquadra nesse aspecto, ao buscar dar ênfase aos direitos de cidadania destinados aos povos da floresta.

Hoje uma nova conscientização orientada pela educação ambiental, associada a leis que visem a estabelecer um compromisso desenvolvimentista focalizado nos preceitos ecológicos, no que se refere a concessões florestais e assentamentos industriais, permite um novo agendamento para as atividades humanas, mas não exime as instituições responsáveis de serem firmes na fiscalização do cumprimento das determinações normativas correlatas.

Atualmente, a taxa média de desmatamento na Amazônia é de 20 mil km² por ano, e o Acre já apresenta 10% de desmatamento em seu território florestado. Quanto à produção de borracha nacional, permanece ínfima, atendendo a 1% da demanda mundial, e não suprimindo nem mesmo o mercado interno, que se apóia em importações do produto.

d) Análise contextual da região

O estado do Acre homenageia três personagens presentes na história de sua ocupação através dos municípios de Plácido de Castro, Assis Brasil e Rio Branco, atual capital e centro administrativo e cultural de toda a região. Mais recentemente, em 2008, o governo do Acre venceu de forma definitiva, ao que não cabe mais recurso jurídico, a disputa de áreas fronteiriças com o estado do Amazonas, até então sob o regimento de demarcação instituída no início do século XX, com traçado impreciso e dotado de incoerência geopolítica, visto manter em território do Amazonas cidades cujo vínculo histórico é mais efetivo com o território acreano, devido à proximidade do centro administrativo da região em Rio Branco, contrastando com a imensa distância de Manaus, isoladas que estão da capital amazonense por extensa faixa territorial, o que encarece e inviabiliza uma relação político administrativa mais eficiente. Isso se torna perceptível no isolamento em que se mantém a cidade de Boca do Acre, um dos focos referenciais desta pesquisa, que teve cessão territorial, com áreas rurais se tornando acreanas, mas mantendo a sede municipal no estado do Amazonas.

A administração conjunta de alguns municípios entre os estados do Acre e do Amazonas persistiu por longo tempo, sendo que a nova visão administrativa de âmbito nacional, visando desonerar e possibilitar maior assistência geográfica, e que teve como ação conseqüente a criação dos estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul, acabou por influenciar a decisão jurídica e alicerçar essa postura com relação ao território do sudoeste amazônico, apoiada a partir de 1990 pelo IBGE.

A cidade de Rio Branco, originária de assentamento de seringueiros às margens do rio Acre, oriundo da época extrativista da borracha, foi fundada na região que em 1882 se estabeleceu o empreendimento denominado Seringal Empresa, sendo elevada à categoria de vila e sede do departamento do Alto Acre, logo após a anexação territorial da região ao Brasil. Em 1909 tem seu nome alterado para Penápolis, em homenagem ao presidente Afonso Pena, sendo posteriormente renomeada em caráter definitivo, nos idos de 1912, para Rio Branco, numa menção ao barão respectivo. O povoado foi se desenvolvendo dentro do contexto histórico até se tornar porto fluvial destinado ao abastecimento de mercadorias para as embarcações em curso. Seria ainda elevada à condição de município em 1913, capital do território do Acre em 1920 e finalmente capital do estado do Acre em 1962. Rio Branco, conforme já mencionado, é o centro cultural da região, se tornando impossível falar sobre a área afetada pela BR-317 sem mencionar um pouco de sua história, mesmo estando a área em questão em território amazonense.

A malha urbana do município de Rio Branco é cortada pelo rio Acre, através do qual permite rota de navegação até o município de Boca do Acre, e subdividida em dois distritos administrativos, um de cada lado do referido rio. A cidade, atualmente agraciada por processo de recuperação urbanística, tem intensa vida comercial e cultural para os moldes da região, concentrando a elite produtiva, o funcionalismo público e os profissionais liberais do estado. O núcleo político-administrativo, antes localizado nas terras baixas anualmente inundáveis da margem direita do rio Acre passou, a partir de 1908, com a desapropriação por determinação de lei municipal das terras altas pertencentes à Seringal Empresa, destinadas então à execução de projeto de construção de novo centro cívico, para a margem esquerda do rio, menos vitimada pelas enchentes periódicas. Mesmo com esse novo enfoque no eixo de expansão urbanística da cidade, houve uma resistência do centro comercial que, municiado por imigrantes sírio-libaneses ligados à atividade comercial, se manteve nas chamadas terras baixas até a década de 30 (sendo designado popularmente como Bairro Beirute), a partir da qual se iniciou uma lenta e gradual transferência de sua infra-estrutura para as terras altas, a qual só seria complementada já na década de 50. Nessa época se instaurou a decadência progressiva da área urbana da margem direita do rio, que passa a ser chamada de 2º Distrito, em referência ao 1º Distrito instalado na margem esquerda, e que iria culminar com o desbarrancamento ocorrido devido à grande alagação de 1997.

A região na qual se insere a rodovia federal BR-317 em seu eixo de ligação entre os municípios de Rio Branco (AC) e Boca do Acre (AM), tem seus recursos hídricos alimentados pela bacia do rio Purus e afluentes, no qual se insere o rio Acre, que se destaca devido a suas águas barrentas. O rio Acre tem suas nascentes no Peru, afluindo para o rio Purus ao qual encontra no município de Boca do Acre.

A região afetada pelo empreendimento em questão é povoada por grupos étnicos indígenas, principalmente Apurinã do tronco lingüístico aruaque e populações nativas oriundas dos ascendentes da migração nordestina iniciada desde o primeiro Ciclo da Borracha, além de pecuaristas vindos principalmente do sul. A base da economia local é representada pela pecuária extensiva, pela indústria madeireira e por atividades agro-extrativistas. O termo Acre, na realidade, provém de uma simplificação da palavra *aquiri*, oriunda da linguagem Apurinã, que sofreu essa interpretação dos colonos, devido à pronuncia ágil que os indígenas davam a ela, com a tônica acentuada na primeira sílaba.

A área em questão tem sua localização geográfica definida por uma zona de transição entre as terras baixas da planície Amazônica a leste, e os primeiros vestígios do altiplano andino do lado ocidental. A tipologia vegetal e topográfica do contexto amazônico, apesar de popularmente ser considerada genericamente como de floresta tropical em planícies fluviais com clima quente e úmido, apresenta na região uma gama de variações e ecossistemas distintos que só contribui para a biodiversidade local, e que pode ser

resumida em cinco formações referenciais: a floresta tropical úmida aluvial com áreas inundáveis (floresta Amazônica propriamente dita), as regiões montanhosas de terreno rochoso próximas à Serra do Divisor, o solo seco e arenoso das campinas e campinaranas, as florestas representada pela alta incidência de bambuzais, cipós e palmeiras (tendo inclusive a maior variedade de espécies de toda a Amazônia), e as florestas típicas de terra firme nas regiões mais elevadas. Isso sem contar os vestígios de paisagens pretéritas hoje preservadas sob a cobertura vegetal e integradas a condições climatológicas e hidrológicas distintas das atuais. O verão costuma ser mais seco e de curto período de duração, enquanto o inverno ostenta alto índice pluviométrico e se arrasta por período mais prolongado, sendo ainda interessante relatar o fenômeno atmosférico denominado friagem proveniente de massas de ar regressas da barreira natural andina, que acarretam queda brusca de temperatura.

A rodovia BR-317, considerada mais um eixo de integração continental em território brasileiro, apresenta um percurso de 208 quilômetros em sentido norte-sul, entre as duas cidades mencionadas, sendo dividida praticamente ao meio pela linha de divisa territorial que delimita os estados do Acre e do Amazonas. O município de Boca do Acre, destino final dessa trajetória, apesar de estar localizado oficialmente no estado do Amazonas, se encontra bem mais próximo de Rio Branco do que de Manaus, da qual segue isolada e esquecida, tanto culturalmente como em termos administrativos.

O município está assentado no ponto de confluência dos rios Purus e Acre, apresentando uma pequena zona portuária para abastecimento local e servindo de ponto de partida para a realização de transações comerciais e contato entre comunidades ribeirinhas, terras indígenas e moradias rurais espalhadas pelas margens dos rios, através das linhas de comunicação propiciadas pelo transporte fluvial, servindo dessa forma de entreposto comercial para diversos agrupamentos da região. Boca do Acre ostenta uma população de 38 mil habitantes, e é virtualmente dependente do abastecimento de mercadorias provenientes de Rio Branco, seja pela via terrestre, dificultada pelos problemas acima descritos, ou pelo leito do rio Acre, em viagem ainda mais demorada.

A ocupação histórica do território onde se instalou a cidade de Boca do Acre teve início em 1878, quando aportou na região um navio da Companhia de Navegação do Rio Amazonas, sob o comando do piloto Carepa. Este trazia uma expedição chefiada pelo cearense Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, que já havia adquirido fortuna na exploração da borracha nos seringais do Baixo Purus.

No local onde se acha situada a cidade, localizou-se Alexandre de Oliveira Lima, cognominado o Barão de Boca do Acre, o qual explorou grande área de terras. Na localidade de Vila de Floriano Peixoto (e5-Antimari), onde foi primitivamente a sede do município, localizaram-se Antônio Escolástico de Carvalho e Firmino Alves dos Santos. A região era então habitada pelos índios Apurinã, Jamamadi, Catukina, Juma, Palmari, Mamoai.

Em 1890 foram criados município e comarca, com a denominação de Antimari. Em 1891, pela Lei nº 95, foi criada a comarca do município. Em 28.01.1895 pela Lei Estadual nº 110, foram extintos o município e a comarca. Em 15.05.1897, pela Lei Estadual nº 166, ambos são restabelecidos, mas com nova denominação: Floriano Peixoto, verificando-se a sua reinstalação a 1º de agosto do mesmo ano. Em 18.09.1902, pela Lei Municipal nº 8, é criado o distrito de Boca do Acre. Em 05.11.1921, pela Lei Estadual nº 1.126, é suprimida novamente a Comarca de Floriano Peixoto. Em 04.01.1926, pela Lei Estadual nº 1.233, é restaurada Comarca de Floriano Peixoto. Em 02.05.1934, pelo Ato nº 3.462, a sede do município é transferida para o distrito Boca do Acre, que recebeu a categoria de vila. Em 31.03.1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 68, o município de Floriano Peixoto passa a denominar-se Santa Maria da Boca do Acre. Em virtude do Decreto-Lei nº 176, de 1º de Dezembro do mesmo ano, que fixou o quadro territorial do Estado em 1943, o município e o Distrito de Santa Maria da Boca do Acre passaram a denominar-se simplesmente Boca do Acre.

Localizado em terras baixas, as circunstâncias naturais obrigaram o então governador do Estado Coronel Valter de Andrade, a transferir a sede do município para o Platô do Piquiá, com alusão a uma nova cidade, que se chamaria de Valterlândia em homenagem a seu fundador.

Na década de 70, o município atravessou uma fase de grandes transformações populacionais e econômicas. A corrida por novas terras poderia ser para os que viam só sul, sudeste e centro-oeste, um novo eldorado. O Banco do Brasil se instalou no município, oferecendo a realização dos sonhos da produção. A exploração da castanha e da borracha, em decadência, mas ainda viva, se misturava ao embalo financeiro, trazido pelos investimentos dos novos habitantes.

e) Patrimônio Histórico, Turístico, Cultural e Paisagístico

O patrimônio histórico-cultural compreende o conjunto de bens materiais e imateriais que atribuem referência à memória e história dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Por isso, possuem uma longa abrangência temporal, que engloba desde os vestígios de grupos indígenas pré-coloniais até festas populares contemporâneas.

Na avaliação do patrimônio cultural da BR 317/AM são considerados, como bens materiais, as edificações históricas, tombadas ou não, de relevância para a história e a memória dos municípios de Boca do Acre e Lábrea ou do estado do Amazonas. O patrimônio natural é aquele representado por áreas ambientais-paisagísticas tombadas por órgãos públicos. Os bens imateriais, aqueles que residem nas formas de expressão e nos modos de criar, fazer e viver representados pelo artesanato, a tradição oral, a dança, a música e as festas populares.

O processo de registro de um bem imaterial como patrimônio cultural é uma ação de valorização, proteção e divulgação de expressões que fazem parte da identidade e da tradição de um povo. O levantamento de dados compõe os bens inventariados ou registrados por instituições ou grupos independentes, os quais serão apresentados a seguir.

Por se tratar de Amazônia, pela sua grandiosidade natural, pode-se considerar como patrimônio natural, paisagístico e turístico regional a mata, os rios, as ilhas, as paisagens diversificadas, os lagos, igarapés e cachoeiras. Inserem-se aqui, principalmente, as áreas naturais, não modificadas pelas sociedades contemporâneas.

O Governo do Estado do Amazonas, atendendo à política ambiental do Governo Federal, selecionou 14 municípios para compor seu pólo ecoturístico - PROECOTUR. Estes estão concentrados nas margens dos três maiores rios da Amazônia: o Negro, o Solimões e o próprio Amazonas. O pólo, portanto, encontra-se distante e ao norte da área de estudo, demonstrando o frágil vínculo da região de estudo com o estado do Amazonas, visto o grande potencial ecoturístico, de turismo rural e cultural verificado durante os trabalhos de campo na região.

Grande parte das referências ao patrimônio natural, cultural e turístico regional, a seguir apresentados, foram coletadas no portal de internet Ambiente Brasil.

Além dos atrativos naturais, o Amazonas exerce um fascínio cultural em função das inúmeras lendas e mitos oriundos de seus habitantes indígenas. Representa a maior congregação da diversidade étnica do país e conseqüentemente a lingüística, perfazendo aproximadamente 300 etnias distintas, inclusive com grupos ainda sem contato com a civilização.

Turismo bastante difundido no estado é o voltado à natureza, proporcionando o conhecimento, a aprendizagem e a valorização da floresta tropical e de seus habitantes, os quais zelam pela conservação local.

Tem como base o pescado (mais de 2.500 espécies de peixes), oferecendo grande variedade de pratos que sofrem a influência de nacionalidade indígena, portuguesa, africana e francesa. Entre eles o tambaqui assado ou na forma de caldeirada, o Pirarucu - bacalhau da região conservado no sal, o tucunaré, de sabor delicado, próprio para caldeirada e o Jaraqui, consumido com farinha de mandioca e molho de pimenta.

Um dos principais acompanhamentos da culinária amazonense é a farinha de mandioca juntamente com verduras e pimentas (malagueta, murupi ou de cheiro). Famosos são pato no tucupi, tacacá, quebra-queixo, broas, pamonha, tapioca com castanha, bolo de macaxeira, mingau de banana, mungunzá, pratos estes "regados" ao suco de frutos regionais (cupuaçú, graviola, taperebá, buriti, maracujá, pupunha, tucumã, açaí, bacaba, patoá e guaraná).

As expressões básicas do folclore local, natureza e misticismo, são derivadas do contato cultural entre portugueses, nordestinos e indígenas.

Os atrativos turísticos e históricos apontados na literatura disponível apontam, quase que exclusivamente, pontos turísticos e o patrimônio histórico concentrados na capital do estado, Manaus e nos municípios de seu entorno.

A porção sudoeste do estado do Amazonas parece apresentar maior relação turística e cultural com o estado do Acre, principalmente pela sua proximidade. Diante da grande diversidade paisagística, considera-se a biodiversidade do estado do Acre como uma das maiores do planeta, apresentando uma cultura única, fruto da ocupação local.

O Acre definiu dois pólos ecoturísticos: o Vale do Acre, na parte meridional do estado, e o Vale do Juruá, ao norte. O pólo Vale do Acre abrange a capital Rio Branco e os municípios de Porto Acre, Plácido de Castro, Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Bujari e Xapuri. Região mais povoada do estado, o Vale do Acre, ao longo do qual foi implantada a BR-317, detém vários atrativos para os visitantes, com destaque para os seringais nativos próximos de Xapuri, como a Reserva Extrativista Chico Mendes e os seringais Pimenteira e Cachoeira, onde o ritmo da vida na floresta e o cotidiano dos seringueiros podem ser vivenciados pelos visitantes.

No Pólo Turístico do Vale do Acre, se destacam os rios Acre, Xapuri e Abunã, rios caudalosos propícios para a prática da canoagem, pesca e lazer de praia, sendo as principais a praia do Amapá, do Riozinho do Rola, do Caruta, do Inferno e do Zaire.

O sudoeste da Amazônia brasileira tem na densa floresta tropical que recobre a maior parte de seu território o principal atrativo para o ecoturismo. O apelo das florestas acreanas, no entanto, não se resume à sua rica biodiversidade, entre as mais altas do planeta. Além da riqueza de espécies, a floresta acolhe populações que há séculos vivem de seus recursos, como é o caso dos Apurinã, dos seringueiros e de outros habitantes. A importância da floresta para essas populações ensejou lutas como a do líder seringueiro Chico Mendes, morto em 1988 na cidade de Xapuri, que entrou para a história por defender os direitos dos chamados povos da floresta.

f) Patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial das áreas de influência do trecho amazonense da BR 317, assim como de grande parte do território amazônico, está fortemente relacionado aos conhecimentos tradicionais. Neste contexto também deve ser considerado o patrimônio cultural indígena, expressivo na área de estudo.

Em artigo disponibilizado pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas – Pró-Índio, Freire (s/d), discutindo o patrimônio cultural indígena do Brasil, ressalta a importância cultural dos desenhos utilizados pelos índios na própria pintura corporal e em diferentes tipos de suporte: na decoração de cerâmicas, nos tecidos, nas máscaras, nas cestarias, nas esculturas em madeira, e em uma série de artefatos e ornamentos.

Demonstra, inclusive, o valor cultural que estes representam para os outros povos, pois esses motivos foram registrados pelos cronistas europeus desde o século XVI, ou seja, desde o momento de contato entre europeu indígena. Muitas peças coletadas foram compor os gabinetes de curiosidades, depois transformados em museus. Depois, a partir da segunda metade do século XVIII, viajantes e naturalistas percorreram o continente americano, pesquisaram e, de forma mais sistemática, coletaram objetos fabricados pelos índios, remetendo-os às instituições européias.

Ainda de acordo com o mesmo autor:

“No caso particular dos grupos indígenas da Amazônia, o primeiro europeu a dar uma visão de conjunto dos povos da várzea foi o frei dominicano Gaspar de Carvajal, cronista de Orellana. Apesar de considerar os índios bárbaros, ele não consegue, no entanto, esconder seu fascínio quando vê os mantos coloridos tecidos pelos Omagua do alto Solimões ou a cerâmica Tapajós, que para ele era “coisa maravilhosa de ver”, “tanto de escultura como desenhos e pinturas de todas as cores, dos mais vivos tons”. (CARVAJAL: 1555, 77). Numa aldeia Omagua, nas proximidades da atual cidade de Coari, Carvajal registra:

“Encontramos muita louça dos mais variados feitios: havia talhas e cântaros enormes, de mais de vinte e cinco arrobas, e outras vasilhas pequenas, como pratos, escudelas e candieiros, tudo da melhor louça que já se viu no mundo, porque a ela nem a de Málaga se iguala. É toda vidrada e esmaltada de todas as cores, tão vivas que espantam, apresentando, além disso, desenhos e figuras tão harmoniosos, que naturalmente eles (os índios) trabalham e desenham como o romano”. (CARVAJAL:1542, 47).

Impressionado pela força, autenticidade e qualidade estética desses objetos, o cronista concluiu que eles eram dignos de figurar nos melhores museus da Europa. Deste modo, inaugura uma forma preconceituosa de olhar a arte indígena, estranha e contraditória, predominante ainda hoje em muitos setores da sociedade: reconhecem que o produto é sofisticado e refinado, mas classificam o produtor como selvagem e bárbaro e a sociedade que o produziu como atrasada, concebendo a arte de forma isolada, independente do artista e do conjunto de valores e tradições culturais que a mantém.” (FREIRE, s/d).

Por esta razão, existem hoje museus que são depositários de grande parte do patrimônio material das culturas indígenas da Amazônia. No entanto, os povos que vivem na Amazônia - índios e não-índios – praticamente desconhecem a existência desse patrimônio.

Freire (s/d), também demonstra que ainda é possível encontrar essa expressão artística tradicional, não necessariamente representada nos mesmos, depois de quinhentos anos de contato, do saqueio colonial, do trabalho compulsório, dos massacres, das missões, das invasões de terras, das estradas, dos colonos, dos garimpos, das frentes extrativistas, das hidrelétricas e dos grandes projetos.

Assim, mesmo depois de quatrocentos anos de contato com a sociedade nacional, o desenho continua sendo uma manifestação artística que faz parte das experiências cotidianas desse povo e, mais do que isto, representa uma forma de expressão de sua identidade cultural. As transformações sofridas em alguns itens de sua produção material, como resultado do contato, não causaram danos à qualidade estética ou técnica das peças.

Ainda de acordo com aquele autor, esse processo pode ser percebido entre “as dezenas de povos que habitam a região do alto Rio Negro, em territórios do Brasil, Venezuela e Colômbia. Berta Ribeiro, que estudou a linguagem gráfica e o significado simbólico dos desenhos de um deles, do lado brasileiro - os Desâna - destaca a sua beleza e acrescenta que “trata-se de uma iconografia que oferece informações valiosas para a compreensão da visão do mundo de populações tribais”. (RIBEIRO: 1992, 51)” (FREIRE, s/d).

Ainda apropriando-se das palavras de Freire (s/d):

“Aqui seria oportuno retomar as noções de cultura e de patrimônio cultural desenvolvidas por Eunice Durham, no seminário organizado em 1983 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo. Ela chama a atenção para a carga simbólica presente nos bens materiais, enfatizando que a cultura está relacionada não apenas às obras, mas a uma certa capacidade humana de produzi-las e usufruí-las. “Nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade.” (ARANTES: 1984).

O patrimônio cultural indígena da Amazônia não se limita, portanto, ao aspecto material. Existe uma dimensão da produção não-material, estritamente simbólica, evidenciada pelo uso e manejo da linguagem: a tradição oral, os mitos, os cantos, os sistemas religiosos e, sobretudo, os saberes condensados nas etnociências.

.....

Visto por este ângulo, a própria floresta amazônica, mesmo que não tenha sofrido intervenção humana direta, deixa de ser um mero dado da natureza, um patrimônio 'natural', para transformar-se em patrimônio cultural, na medida em que os povos indígenas atribuíram a ela um valor, um significado.

E como conclui o mesmo autor, “o patrimônio indígena - tanto o material como o imaterial - continua sendo enriquecido hoje, num processo contínuo de transformação, de tensão provocada pela articulação entre tradição e inovação. Os índios estão permanentemente recriando a tradição, introduzindo novos sentidos e novos símbolos. Não se trata, portanto, de um patrimônio congelado, vinculado apenas ao passado da Amazônia, mas de algo vivo, ligado ao presente e ao futuro da região”.

➤ **Patrimônio histórico, cultural e arqueológico da AID**

a) Patrimônio arqueológico

Já se tinha informação a respeito de cinco estruturas de terra presentes na AID, nas proximidades da cidade de Boca do Acre, obtida através do levantamento de Schaan *et al.* (2007).

A partir dessa informação e através da análise das imagens de satélite com alta definição disponibilizadas no Google Earth, foi possível identificar e localizar dois conjuntos significativos de estruturas de terra que devem representar sítios arqueológicos, visto que são compostos por estruturas quadrangulares e circulares que se interconectam por caminhos ou ramais.

Esses conjuntos estão representado pelo Sítio Cruzeirinho (SCHAAN *et al.*, 2007), localizado na Fazenda Cruzeiro e pelas estruturas presentes na propriedade do Sr. Govinda, junto às coordenadas geográficas 8°52'28"83S / 67°14'38"46W (informação pessoal de Marcos Vinícius Neves em 2008).

Os dois conjuntos são formados por uma série de estruturas espalhadas ao longo do igarapé Cruzeiro e seus afluentes, nos interflúvios de seus formadores.

Sítio Cruzeirinho – coordenadas UTM 692.103E / 9.021.944N



Figura 5.3—15– Sítio Cruzeirinho, Boca do Acre (Disponível em: Google Earth Imagery Inc., 2008).

A estrutura principal do Sítio Arqueológico Cruzeirinho está localizada 3,8km a oeste da BR-317/AM, nas proximidades da cidade de Boca do Acre. O seu ponto central está localizado junto às coordenadas UTM 692.103E / 9.021.944N. Essa porção do sítio é composta por um conjunto de 3 estruturas quadrangulares unidas por caminhos ou ramais e está implantado em área de terra firme, na cota 125, junto a uma das cabeceiras do igarapé Cruzeiro, afluente da margem direita do rio Purus, a jusante da foz do rio Acre. Embora a área do sítio já tenha sido desmatada, uma das estruturas de terra presentes ainda apresenta-se parcialmente recoberta por mata.

Além das estruturas quadrangulares visíveis na Figura 5.3-15, são perceptíveis, em área coberta por mata ciliar, 3 estruturas, duas quadrangular (com dimensões de 160x140m) e uma circular (com diâmetro de 60m), implantadas em terra firme, em área de mata, alinhadas ao longo do igarapé Niarim, desde a sua foz no igarapé Cruzeiro. Este porção do sítio está localizada às coordenadas UTM 695.205E / 9.021.479N 2,9km, a leste do eixo da BR-317, também na AID do empreendimento.

Sítio Govinda – coordenadas UTM 692.646E / 9.018.732N

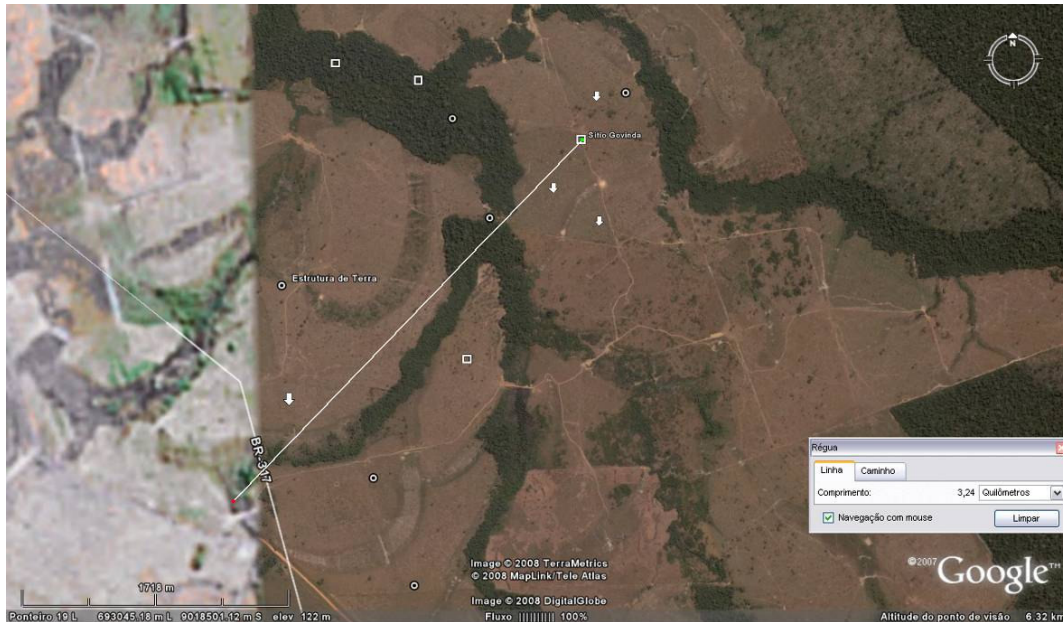


Figura 5.3—16— Conjunto de estruturas que compõem o Sítio Govinda. A linha branca demonstra a distância de 3,24km entre a que foi considerada estrutura principal do conjunto e o eixo da BR-317, no trecho de duplicação (Disponível em: Google Earth Imagery Inc., 2008)..



Figura 5.3—17— Estrutura principal do Sítio Govinda. As setas vermelhas indicam os ramais e os símbolos redondo e quadrado indicam as estruturas de acordo com sua conformação geométrica (Disponível em: Google Earth Imagery Inc., 2008).

As estruturas do Sítio Govinda, indicadas por Marcos Vinícius Neves, parecem compor o conjunto mais complexo entre as estruturas já conhecidas na região do sudoeste amazônico.

Esse conjunto é composto por 4 estruturas quadrangulares e 5 circulares, interligadas por 4 caminhos (ou ramais). A estrutura quadrangular maior, que parece ser a principal delas é interceptada por um dos ramais.

Outras ocorrências

Além desse conjunto, diversas estruturas isoladas foram mapeadas, algumas com boa visibilidade por se encontrarem em área desmatada, como aquela circular existente junto ao um igarapé afluente do rio Acre, a 2km do trecho em que a sua várzea é denominada Lago do Recreio (figura abaixo) e outras nem tanto, por já se encontrarem alteradas pelo uso recente do solo ou preservadas em áreas com cobertura vegetal densa. Somente trabalhos de campo de detalhe poderiam confirmar ou refutar tratarem-se de estruturas de sítios arqueológicos.

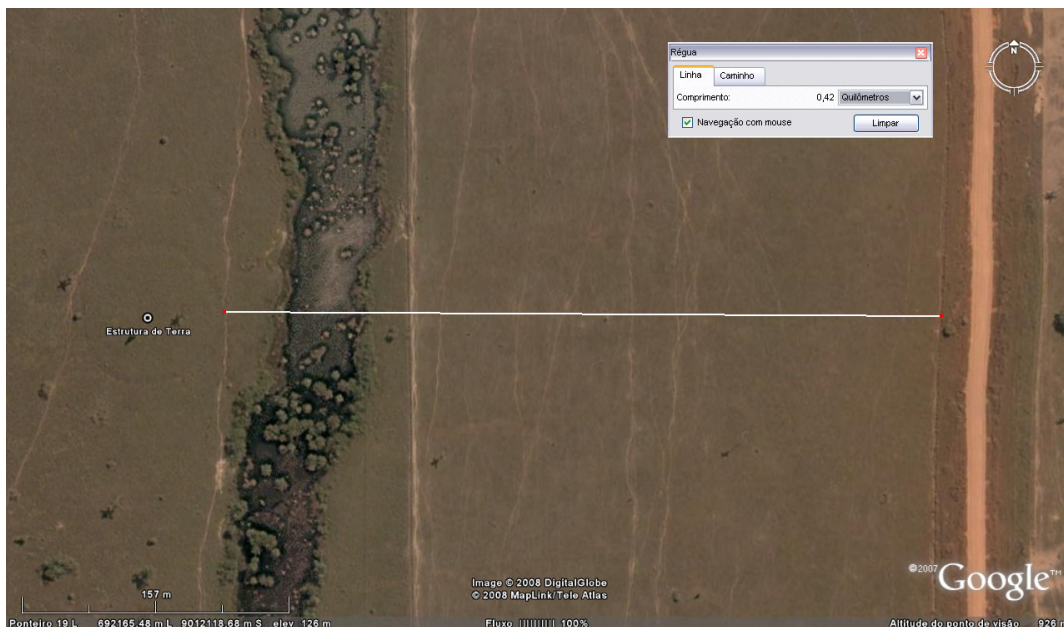


Figura 5.3—18– Estrutura de terra circular, localizada a 420m da faixa de domínio da BR-317/AM, junto à cabeceira de um igarapé afluente do rio Acre, nas proximidades do Lago do Recreio (coordenadas UTM 692.165E / 9.012.118N).

b) Patrimônio Cultural, Material e Imaterial

Durante os trabalhos de campo realizados ao longo do trecho amazonense da Rodovia BR-317, pode-se avaliar as conseqüências do desmatamento das áreas florestadas devido à invasão deliberada pela pecuária extensiva, constituindo imensas áreas de pastagens não mais renováveis, nas quais se contempla a estéril paisagem propiciada pelos tocos queimados espalhados de forma generalizada por todo o horizonte em ambos os lados da rodovia, das outrora imensas castanheiras.

É flagrante o contraste entre as zonas pecuaristas e os Territórios Indígenas com sua cobertura florestal integralmente preservada, podendo-se considerar que mesmo com a transferência tecnológica futura que sofrerão as aldeias e a evolução que porventura ocorrer em suas áreas de assentamento, a garantia da preservação está no próprio laço cultural histórico que as populações indígenas têm com a floresta, que em vez de ser vista como um instrumento de posse, como define a herança colonial européia, é considerada um organismo vivo integrado a toda a cosmologia nativa, e fonte de todas as realizações humanas presentes nas histórias ancestrais.

A vida nas terras indígenas se baseia em uma agricultura de subsistência rudimentar complementada pelos benefícios do programa bolsa-família, e a venda esporádica de artesanato. Mesmo entre as comunidades nativas de colonos, a decadência financeira é notada pela extinção gradual das festividades promovidas nas roças no passado.

Em entrevista fornecida à equipe de arqueologia, Barroso ou Caiurua, índio Apurinã e representante da FUNAI em Boca do Acre, esboçou alguns comentários interessantes sobre os costumes e tradições de seu povo. Segundo sua explanação, as linhagens familiares entre os Apurinãs se preservam a partir da herança paterna e o grupo étnico é dividido em dois ramos distintos dentro da comunidade, cada um deles representando um clã familiar, denominados respectivamente Xuapuriniri e Miudimaneti¹⁶. Os elos matrimoniais são regidos por essa classificação, se dando exclusivamente entre membros distintos de cada um desses clãs, não sendo, portanto, permitido casamentos entre dois membros do mesmo ramo de ascendência para evitar dessa forma a quebra da regra cultural. Como, segundo a tradição patriarcal nativa, a herança sanguínea é transmitida apenas pelo pai, a distinção entre os dois ramos se preserva nos filhos. Apesar da rigidez inerente a esse procedimento, não há uma orientação explícita que proíba elos inter-raciais com pessoas de fora da aldeia ou não pertencentes à etnia, como inclusive pode-se constatar posteriormente durante a visita à Terra Indígena denominada 45, na qual contatou-se um indivíduo do sexo masculino pertencente à comunidade e casado com uma nativa Apurinã, que não trazia traços étnicos indígenas, já sabendo por informação dos próprios indígenas que esse não era um fato inédito ou exclusivo. No caso de um casamento inter-racial, portanto, o cônjuge não étnico pode se mudar para a aldeia, ou irem ambos residirem em outra localidade.

¹⁶ Como pronunciado pelo entrevistado.

Voltando à questão da distinção entre os clãs, foi explicado por Barroso que algumas aldeias ainda preservam um tabu em relação à dieta à base de carne de caça, distinguindo os animais que podem servir de alimentação à cada grupo mencionado. Dessa forma, o marido e a esposa, por serem sempre de clãs distintos, ingerem carnes de caça de animais distintos, sendo que isso não impede que o caçador, nesse caso sempre o homem, capture o animal correspondente à dieta de sua companheira. Essa distinção não se aplica ao restante da dieta alimentar, que inclui grãos, raízes, frutas silvestres e peixes capturados nos rios e igarapés existentes nas áreas florestadas dos territórios indígenas, sugerindo dessa forma algum sentido cerimonial preservado com relação à caça proveniente de seus ancestrais. Como exemplo, há o caso do anhambu, ave de caça cuja carne é consumida apenas pelos Xuapuriniri, enquanto que a galinha, ave de criação doméstica, está presente na dieta tanto dos Xuapuriniri quanto dos Miudimaneti. Analisando esse e outros aspectos, pode-se observar através do contato com os Apurinã, que há uma convivência de certa rigidez cultural normativa com um comportamento social aberto e tolerante.

Na produção agrícola, como constatado nos aldeamentos visitados, ainda perdura o sistema de roçado, no qual se distingue a produção de mandioca e o manejo florestal de palmeiras como o buriti e o açaí, dos quais é explorada a matéria prima, inclusive para a obtenção de sementes para confecção de adereços que são comercializados como artesanato. Quanto às castanhas, a extração começa quando a árvore já tem uns dez anos de idade. Em termos de uso fitoterápico, existem diversas plantas destinadas a usos diversos, como é o caso da surucuína (para combater efeito de veneno de cobras e insetos), a copaíba (utilizada no tratamento de dor de garganta e como cicatrizante em caso de feridas), a andiroba (para reforço ósseo), e o jatobá, este último destinado ao tratamento contra gripe, geralmente associado com mel de abelha e limão.

Na dieta alimentar tradicional das aldeias é comum o uso dos chamados vinhos de açaí, buriti e macaxeira, produzidos a partir da fermentação e consumidos geralmente no segundo dia, pois o consumo a partir do terceiro dia de fermentação gera embriaguez. Já através da mandioca, sempre presente na alimentação cotidiana, produz-se a massa puba, resultado de três a quatro dias de fermentação na água, que é usada no preparo do chamado biju, e da mesma mandioca é gerado uma espécie de bolo também muito apreciado pelos indígenas da região. As carnes de caça mais requisitadas são as de veado, paca, cutia, anta, tatu e cateto, enquanto que os peixes mais presentes na alimentação das aldeias são o jaraqui, o matrixã e o surubim.

A respeito do artesanato tradicional, como informado por Barroso, existe um interesse na recuperação da prática ceramista, apesar dela persistir entre alguns integrantes das comunidades. Os produtos gerados a partir da cerâmica nativa estão geralmente relacionados aos hábitos alimentares e funções cerimoniais (no caso dos vinhos já mencionados), podendo-se destacar a confecção de pratos usados na alimentação em geral; de potes para armazenamento de água com capacidade entre 20 e 40 litros, de forma cônica suavemente afunilada na extremidade inferior da base e com afunilamento mais intenso na extremidade aberta superior, apresentando altura média de 1 metro e diâmetro central de 50 centímetros; o denominado camburão para armazenamento de vinhos usados nas festividades, capacidade média entre 20 e 30 litros, de aspecto formal cilíndrico com base inferior arredondada, vão superior no mesmo diâmetro médio de 50 centímetros do restante da peça, e altura aproximada da mesma medida do diâmetro; e a chamada tigela, que consiste de pequeno vaso cilíndrico com altura de 10 centímetros, usado para o consumo dos vinhos. O pote e o camburão apresentam paredes de espessura delgada, com cerca de 2 cm e fundo mais espesso para garantia estrutural de suporte, sendo também comum o uso de bordas estilizadas com tratamento de pintura à base de breu.

Na cerâmica, em geral, o breu escuro, como uma espécie de verniz impermeabilizante, é aplicado na base dos vasos, sendo o revestimento interno dos mesmos opcional; já a utilização de pigmentos coloridos, geralmente em tonalidades cambiantes de vermelho, amarelo e azul, associados ao breu, permite a produção de desenhos variados por toda a extensão das peças, aplicados com o auxílio de varetas de madeira de dimensão manipulável. Vale ainda mencionar que os Apurinã não produzem telhas cerâmicas. Os trabalhos de cestaria, produzida a partir de cipós originários do ambé, do timboaçú ou da chamada titica, consistem principalmente em balaios (como é o caso do paneiro para guardar mandioca e castanha), vassouras e peneiras, que são confeccionadas em malha fina para o preparo da massa de farinha de mandioca usada no biju.

Como valor paisagístico pode-se citar a Foz do Rio Acre no Rio Purus que dá nome à cidade de Boca do Acre, além da própria bacia do Purus e seus afluentes, bem como as grandes áreas de Floresta Tropical Amazônica ainda preservada (em sua maior responsabilidade pelas Terras Indígenas já instauradas).

A região é geograficamente pouco acidentada e apresenta rios caudalosos, navegáveis e turisticamente exploráveis. Nas margens desses rios há ainda significativas porções de mata nativa que podem, além de ser consideradas patrimônio paisagístico e ambiental, indicar um potencial de turismo ambiental localmente significativo.

Considerando que a região tem influência cultural indígena Apurinã e que seu histórico recente de ocupação remonta a época do extrativismo da borracha, entende-se que o patrimônio cultural de maior representatividade está nas produções indígenas locais.

Essas produções culturais atualmente já estão influenciadas pela incorporação da cultura seringalista e ribeirinha numa interrelação íntima e indissociável, pois o ribeirinho ou seringalista muitas vezes tem origem indígena e os índios locais têm se adaptado às necessidades de consumo que se apresentam na sociedade atual de Boca do Acre e das cidades vizinhas.

Essas novas demandas e necessidades foram originadas pela entrada de capitais principalmente dos pecuaristas extensivos que têm trazido os maiores valores para a região e estão em geral vinculados aos proprietários dos Comércio e Serviços locais. Dessa forma essa parte da sociedade pode ser vista como benfeitora no sentido de trazer os capitais e as possibilidades de implantação de melhorias infraestruturais, mas a um custo ambiental e cultural que pode vir a inviabilizar os empreendimentos caso esbarrem na autonomia das nações indígenas ali estabelecidas e no patrimônio cultural, turístico e arqueológico que hoje está subutilizado, pouco reconhecido, fracamente divulgado pela região e dessa forma sob risco de impacto.



Foto 5.3—44- Foz do Acre no Purus, Potencial Turístico e Paisagístico.



Foto 5.3—45- Margens do rio Acre, Potencial Turístico e Paisagístico.



Foto 5.3—46- Detalhe de arco e flecha de pesca ainda manufaturados pelos índios Apurinã locais e também vendidos como artesanato.



Foto 5.3—47- Preparo da Farinha de Mandioca Puba nos moldes locais. A farinha de consumo local familiar também pode ser comercializada.



Foto 5.3—48- Detalhe de encoordamento do arco e flecha produzidos pelo cacique Francisco, no Território Indígena 45.

Foto 5.3—49- Oficina de trabalho do cacique Francisco, em área aberta sobre a estrutura de madeira de sua casa, na qual produz seus próprios instrumentos tradicionais de caça.



Foto 5.3—50- Imagem do cacique Francisco do Território Indígena 45 com indumentária típica dos Apurinãs (cocar) e instrumento de caça (arco e flecha) confeccionado por ele mesmo, conforme a técnica tradicional de seus ancestrais. Ao fundo, escada de acesso a sua residência.

➤ Terra Indígena Camicuã

Na porção extremo norte da AID da BR-317/AM está localizado o Território Indígena Camicuã, considerado por Antonio Apurinã como a aldeia mãe dos Apurinã. Esse assentamento indígena foi implantado na margem esquerda do rio Acre, junto à confluência com o rio Purus, tendo suas terras visíveis desde a margem direita do rio que banha a zona portuária da cidade. A TI Camicuã pode ser alcançada de voadeira, num percurso de aproximadamente duas horas.

Subindo a vertente íngreme do rio Acre, chega-se ao núcleo da comunidade, no qual o assentamento próximo das habitações favorece a instalação de infra-estrutura conquistada junto ao poder público, como é o caso das duas unidades coletivas com sanitários e áreas de banho, destinadas a uso masculino e feminino, localizadas próximo ao arruamento irregular por onde seguem as unidades de moradia. A água usada no abastecimento local é proveniente de nascente existente no sopé da serra, sendo retirada por sistema de bombeamento através de poço de alvenaria. A iluminação elétrica, com linha de transmissão de extensão ainda limitada, contou com a ajuda dos moradores para a sua instalação, sendo os mesmos responsáveis pela execução do posteamento de quariquara.



Foto 5.3—51- Trilha de acesso ao assentamento de ocupação no Território Indígena Camicuã.



Foto 5.3—52- Área de concentração habitacional no Camicuã, com os módulos arquitetônicos interligados por arruamento de chão batido ou trilha.

O saneamento básico da aldeia fica a encargo de Rosenildo, filho do cacique, e a criação de animais se resume a galináceos, visto não terem os indígenas o costume de criar animais de porte, como porcos e gado, para evitar a contaminação das nascentes de água com excremento. O restante do suprimento de carne presente na dieta nas aldeias provém das atividades de caça, feita à maneira tradicional com arco e flecha, e com o uso de espingarda, como pode ser presenciado junto ao cacique Francisco no incurso

mata adentro em outro Território Indígena visitado. Durante os trabalhos de campo na estadia na região, não se conseguiu registrar o uso de qualquer tipo de armadilha pelos indígenas para a captura de animais de pequeno porte, concluindo-se dessa forma que a caça se restringe mais ao cateto (chamado de porquinho) e outros animais de porte médio.

A preservação da natureza é percebida como algo inerente à própria cultura indígena, no exercício de suas atividades cotidianas, como é o caso do destino do lixo, que não é jogado nas encostas, preservando dessa forma a mata ciliar.

O local de assentamento das unidades de moradia não é planejado nem instituído por conselho tribal, podendo cada família escolher o local que achar mais apropriado para a execução das construções, que se posicionam de forma dispersa, geralmente favorecendo a concentração de agrupamentos familiares mais próximos (pais e filhos casados, por exemplo). Segundo relatos, há ainda grupos familiares indígenas que por vontade própria construíram suas casas em áreas mais isoladas do território, interligados ao centro do mesmo por trilhas na mata densa, e não usufruindo neste caso da infraestrutura presente na área central.

Ao todo, segundo informação do cacique local, a aldeia constitui-se de sessenta e seis casas, cada uma abrigando uma família, sendo costume a construção de nova residência após um casamento.

Já no alto do morro, pode-se avistar os restos materiais de uma construção destinada a festividades étnicas típicas, com área de projeção circular revestida por piso de cimento e ladeada por troncos roliços de quariquara, apresentando um tronco maior do mesmo material no centro para sustentação da cobertura de canará, que já não existe, mas que deve ser recuperada em breve, segundo comentário dos moradores.



Foto 5.3—53- O cacique da TI Camicuã.

Na aldeia foi também verificada a existência de uma casa de pajelança, erigida sobre chão batido e tendo a sua sustentação estrutural formada por esteios de itaubinha, além de contar com vigamentos aéreos de invreira, espécie florestal da qual são produzidos também os caibros do telhado, que se encontrava coberto por palha de uma espécie de coquinho chamado ariguri.

Ao fundo ainda havia um palco suspenso a aproximadamente 60 cm do nível do solo e, ladeando a construção, troncos roliços apoiados nos esteios serviam de bancada. Na seqüência pode-se contemplar a moradia do cacique, na qual se observou uma constituição formal arquitetônica nitidamente mais tradicional que as outras casas, no que se refere à técnica construtiva e materiais empregados, geralmente troncos de madeira roliça extraído da floresta de entorno, conforme ocorre com a casa de pajelança descrita.

Também existem no aldeamento uma igreja evangélica, e mais ao fundo, em área semi-florestada, uma cabana de grandes proporções para o exercício dos rituais do Santo Daime, manifestação religiosa gerada a partir do sincretismo de valores indígenas e cristãos, surgida na região amazônica acreana no início do século vinte, e na qual se evidencia o uso cerimonial de uma bebida nativa já conhecida historicamente pelos nativos da região desde tempos imemoriais denominada ayhuasca, ao lado da qual observamos a existência do vegetal do qual é extraído o princípio ativo.

Almeida (2008), assim se manifesta a respeito desse ritual:

“Nessa vasta diversidade cultural, que é influenciada pelos costumes indígenas e pelas crenças trazidas pelos que chegaram para morar na Amazônia, nasce uma religião tipicamente brasileira. Falo do daime, ayahuasca, chá, vegetal. Dentre outras, são estes os nomes dados à união de duas plantas oriundas da floresta que num processo de infusão das folhas da Psychotria Viridis - rainha ou chacrona (um arbusto) e da Banisteriopsis Caapi - mariri ou jagube (um cipó) surge um chá que é usado em rituais culturais e religiosos. Temos ainda que considerar o uso milenar pelos indígenas nos seus rituais específicos, que vêm dos povos pré-colombianos da América do Sul. Mas é no contexto urbano, há cerca de 40 anos, que a expansão chegou a diversas cidades brasileiras e até no exterior.”

....

“Na Amazônia, com mais intensidade no sul do estado do Amazonas, nos estados do Acre e Rondônia o uso em rituais religiosos é comum e conhecido na sociedade. Faz parte da cultura, da vivência de homens e mulheres que convivem com a floresta.”

Essa autora, Deputada Perpétua Almeida, iniciou em 2007 um movimento com a proposta de garantir que o uso religioso do chá fosse reconhecido como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Em 30 de abril, apoiada pela Fundação Garibaldi Brasil e outras instituições e representações locais, entregou o pedido de tombamento federal dessa prática ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil,

Machado (2008), assim descreveu esse processo:

“O ministro Gilberto Gil, da Cultura, recebeu ontem, no Centro de Iluminação Cristã Luz Universal - Alto Santo, fundado pelo mestre Raimundo Irineu Serra em Rio Branco (AC), o documento no qual representantes dos centros que integram os três troncos fundadores das doutrinas ayahuasqueiras solicitam que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) instaure o processo de reconhecimento do uso da ayahuasca em rituais religiosos como patrimônio imaterial da cultura brasileira.”

.....

“Gilberto Gil espera que o Iphan, órgão do Ministério da Cultura, “examine com todo zelo, carinho e responsabilidade” a solicitação. - Espero que nós possamos celebrar em breve o registro do ayahuasca como patrimônio cultural da nação brasileira - disse o ministro.”

O documento de solicitação de tombamento traz importante justificativa para a consideração desse ritual como patrimônio imaterial nacional e é reproduzido no Quadro abaixo.

Quadro 5.3—104– Documento de solicitação de abertura de tombamento do ritual da Ayahuasca (Machado, 2008).

"Excelentíssimo Senhor Gilberto Passos Gil Moreira Ministro da Cultura da República Federativa do Brasil

Ayahuasca é um termo de origem Quéchuá, que significa “vinho das almas”, e é utilizado para designar o chá feito pela cocção de duas plantas originárias da floresta amazônica: o cipó Jagube ou mariri (*Banisteriopsis Caapi*) e as folhas da Rainha ou Chacrona (*Psychotria Viridis*). Este chá serviu como base para o estabelecimento de diferentes tradições espirituais por comunidades indígenas em uma vasta região que compreende diversos países amazônicos (Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, etc.), tradições mágico/culturais que se consolidaram na grande floresta amazônica durante os últimos dois mil anos, pelo menos, e exerceram influências importantes, inclusive sobre sociedades

complexas da região andina, como a civilização Inca, por exemplo.

Mais recentemente, nos primeiros anos do século XX, na Amazônia Ocidental (atuais estados do Acre e de Rondônia, na fronteira com o Peru e a Bolívia), a formação da sociedade extrativista da borracha - que a exemplo dos povos indígenas amazônicos - tinha como marca fundamental uma enorme multiplicidade étnica e cultural, estabeleceu as condições necessárias para que a milenar tradição indígena da Ayahuasca fosse assimilada por brasileiros e desse origem a uma nova configuração religiosa, cultural e social. Assim, Raimundo Irineu Serra e Daniel Pereira Mattos (ambos negros maranhenses, descendentes de escravos) fundaram entre 1910 e 1945 uma doutrina religiosa que rebatizou a Ayahuasca com o nome de "Daime". Algum tempo depois, na década de 60, o baiano José Gabriel da Costa formulou uma outra doutrina que passou a chamar a Ayahuasca de "Vegetal".

Porém, mais importante do que apenas designar novos nomes, a atuação destes três mestres fundadores - Irineu, Daniel e Gabriel - estabeleceu as bases doutrinárias de uma nova tradição religiosa, sincreticamente brasileira e tipicamente amazônica, que possibilitou a formação de comunidades organizadas em torno do uso ritual da Ayahuasca e que passaram a ter importante papel (político, social e cultural) na própria formação da sociedade brasileira na Amazônia Ocidental.

O conhecimento espiritual destas doutrinas tem sido transmitido de geração a geração e mantido por diversas tradições culturais através de um sincretismo religioso caracteristicamente amazônico, o que implica numa relação essencialmente harmônica com a natureza e estabelece um sentimento de identidade e continuidade, garantindo assim o respeito à diversidade étnico-cultural e à criatividade humana.

Com isso as Doutrinas do Daime/Vegetal, como estabelecidas por seus mestres fundadores, tornaram-se partes indissociáveis da sociedade brasileira, podendo assim receber o reconhecimento como patrimônio cultural de nosso país.

Com base nas informações acima relacionadas podemos afirmar que a utilização ritual da Ayahuasca em doutrinas religiosas preenche os quesitos que a caracterizam como patrimônio imaterial, considerado como "práticas, representações, expressões,

conhecimentos e técnicas que comunidades ou grupos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural.”

Em atenção aos ditames da Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006, expedida pelo Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os representantes responsáveis pelas Fundações Culturais do Estado do Acre e do Município de Rio Branco, a partir do diálogo com os centros que integram os três troncos fundadores das contemporâneas doutrinas Ayahuasqueiras, solicitam ao Senhor Ministro da Cultura que, através do Iphan, instaure o processo de reconhecimento do uso da Ayahuasca em rituais religiosos como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira.

Rio Branco, 30 de abril de 2008.

Daniel (Zen) Santana de Queiroz - Presidente da Fundação Elias Mansour Estado do Acre

Marcos Vinicius Neves - Diretor-presidente da Fundação Garibaldi Brasil - Município de Rio Branco

Peregrina Gomes Serra - Centro de Iluminação Cristã Luz Universal-CICLU – Alto Santo

Francisco Hipólito de Araújo Neto - Centro Espírita e Culto de Oração “Casa de Jesus – Fonte de Luz”

José Roberto da Silva Barbosa - Centro Espírita Beneficente União do Vegetal – UDV

Jair Facundes de Oliveira - Centro de Iluminação Cristã Luz Universal - CICLU”

Em Boca do Acre, principal município alcançado pela área de influência da BR-317/AM, em áreas florestais, está situada a sede da religião Daimista, a colônia “Céu do Mapiá” (distante de Boca do Acre, dois dias de viagem por água, pelo rio Purus e por um dos seus afluentes), o que tem atraído pessoas do mundo inteiro. O poder público municipal local tem tentado incentivar o turismo do lugar, sobretudo tomando o significado pesqueiro, das praias e religioso, mas apesar da ligação por terra com Rio Branco no Acre (BR-317), muito pouco se tem avançado. (Silva, 2005).

Convivendo num mosaico religioso, ainda persistem os rituais sagrados ancestrais, de conhecimento exclusivo dos Apurinã. No local, pode-se presenciar também a participação de crianças em turno escolar na construção utilizada como escola da aldeia, um tanto precária e, conforme atestam os próprios indígenas, precisando de melhorias e ampliação. O professor, pertencente à etnia, é também pastor na igreja evangélica mencionada.

O território Indígena Camicuã foi instituído na década de 1940, conforme relatado por morador local e, segundo as tradições, recebeu o nome do primeiro cacique da comunidade, sendo que o primeiro pajé era avô de Antonio Apurinã.

Na T.I. Camicuã, bem como em outras áreas indígenas visitadas, pode-se constatar que a identidade preservacionista dos grupos familiares residentes, com a evidência de apenas algumas pequenas intervenções em áreas restritas relacionadas a práticas de sobrevivência dos indivíduos assentados¹⁷, não é mera consequência da falta de agentes econômicos que viabilizem um desenvolvimento da infra-estrutura necessária para a alteração física do ambiente usando expedientes de técnica invasiva e desflorestamento, mas sim o resultado de uma integração com o próprio contexto da floresta com a qual mantêm um elo íntimo ligado a valores culturais e aspectos cerimoniais. Como já enunciado, a floresta para o nativo indígena não é vista como mercadoria ou um meio de exploração da posse territorial, mas sim como um espaço vital de experiência existencial. Isso não sugere um cenário idílico e romântico de harmonia idealista, mas sim uma outra forma de compreender o ambiente.

Os Apurinã, assim como outros grupos nativos da região, ainda mantêm hábitos de seus antepassados em sua vida cotidiana, à medida que vão incorporando gradualmente elementos do contexto histórico colonial ou que a própria evolução tecnológica torna acessíveis. Um costume bastante difundido até hoje entre eles é a prática de inalar o rapé, que a maioria dos integrantes do grupo com os quais se teve um contato mais próximo consumia, levando sempre no bolso um artefato artesanal no qual o rapé, tabaco em pó usado para inalação, é armazenado de forma a permitir o uso esporádico do produto. O efeito é estimulante, produzindo abertura das vias respiratórias e é costumeiro também o ato de se adicionar outras plantas ou cascas de madeiras raladas ao próprio rapé, seguindo receita distinta conforme cada grupo étnico.

¹⁷ Como é o caso do roçado, do espaço de moradia, das construções de uso institucional, das trilhas e caminhos, do espaço ritualístico, entre outros.

Importante para a compreensão dos valores culturais dos Apurinã é a postura mística assumida por eles em relação aos chamados “campos de natureza”, que seriam, de acordo com esses indígenas, áreas campestres de mato baixo ocorrentes no interior da selva, apresentando topografia de cone invertido. A descrição sugere tratar-se de áreas de campos naturais que resistiram à tropicalização do clima e conseqüente alteração da cobertura vegetal ocorrida gradualmente na região Amazônica desde doze mil anos atrás. A cultura nativa relaciona esses locais a regiões de manifestações ocultas, e um tabu coibi os descendentes de se aventurarem no interior dos mesmos, sob risco de desaparecerem, conforme explicou Barroso. Há relatos presentes no imaginário desse povo da existência de caçadores, inclusive aí também o próprio sogro de Barroso, que rastreamos animais até próximo a esses locais e presenciaram o sumiço dos mesmos. Enfim, como se pode observar, a sacralização dos campos de natureza pelos Apurinã envolve o assunto num clima de magia aparentemente acentuado, e como são áreas evitadas pela tribo, não se conseguiu colher relatos mais descritivos sobre a sua existência. Porém soube-se da menção a um campo desse gênero no interior da T.I. Camicuã, alcançado, segundo eles, através de trilha de seis horas pela mata densa.

- Terra Indígena Boca do Acre - km 45 da BR-317/AM
- Terra Indígena Apurinã do km 124 da BR-317/AM

Visitando a área indígena Boca do Acre, no km 45 da BR-317/AM, a equipe encontrou-se com o cacique Francisco Oliveira, cujo nome étnico é Maiáulaqui¹⁸ que reside em área de assentamento dentro do mencionado território a uma distância de aproximadamente 500 metros da margem da rodovia, cujo acesso é feito através de trilha em mata aberta. Chegando lá, sempre com o acompanhamento de Barroso (Caiurua), ele recebeu os visitantes em área coberta, abaixo de sua casa suspensa sobre esteios de madeira, mostrando sua oficina de produção de arcos e flechas usados como instrumental tradicional de caça. Ao lado também estava presente um forno externo no qual se prepara o chamado biju de farinha de mandioca.

Como narrou o cacique, a flecha é tradicionalmente produzida da madeira denominada pupunha, tanto a ponta de projétil como a haste, e ambas são interligadas através de barbante de carrapicho amarrado de forma que fique bem tracionado. O arco, feito de pupunha brava, madeira esta mais resistente à flexão da envergadura, é complementado com corda de envira (denominação dada para a casca de árvore tauarí) devidamente amarrada no próprio arco. A substância usada na ponta da flecha para o abate dos animais de caça é feita a partir de veneno de cobra, retirado dela ainda viva, e açacu, um produto natural que causa inchaço muscular, fazendo a vítima morrer sufocada, sendo a mesma carregada durante as caçadas em uma espécie de copinho de forma cúbica feito da mesma madeira da flecha (pupunha) tampado com a já mencionada envira proveniente do tauarí.

¹⁸ Interpretação gráfica da palavra, conforme transmitida oralmente por Francisco.

A Terra Indígena conhecida como comunidade do 45, assim como a do 124, ambas no perímetro territorial do estado do Amazonas e atravessadas pela rodovia BR 317 em seu trajeto entre Rio Branco e Boca do Acre, apresentam uma conjuntura de assentamento humano dispersa, seja ao longo da estrada, onde se vê algumas edificações de uso residencial, ou seja mato adentro, acessadas através de trilhas e caminhos de circulação produzidos por clareiras originárias de desmate para esse fim. Diferenciado da Terra Indígena Camicuã, que como narrado anteriormente, tem um núcleo residencial constituído por arruamento de chão batido e serviços de infra-estrutura, essas duas outras áreas não apresentam um aldeamento agrupado, o que obviamente dificulta a integração dos habitantes e o usufruto de serviços coletivos, apesar das casas próximas à rodovia ainda se beneficiarem da linha de comunicação e abastecimento possibilitada pelo sistema viário. Não se nota nas aldeias visitadas a existência de casas comunais, de dimensão mais avantajada.

O sistema de cacicado local não aparenta ser politicamente centralizado como organismo de representação, podendo se perceber a existência em um mesmo Território Indígena de divisão territorial por áreas distintas de ocupação comandadas por caciques diferentes, ligados ao elo familiar de cada grupo assentado. Como essa migração dentro das terras da comunidade é livre e espontânea, não se nota nenhum conflito de representatividade entre os agrupamentos distintos, como aliás também não percebemos nenhum poder imposto pelos caciques sobre seu grupo, fazendo provavelmente os dirigentes indígenas mencionados mais o papel de representação política (liderança) do que o de legisladores e executores das leis internas de convívio, estas sim, baseadas em muitos aspectos na cultura ancestral. Segundo relatos absorvidos, concluiu-se que o cacique, como qualquer outro habitante, não se isenta de cumprir seus encargos sociais, sob pena de perder a liderança. Quanto ao curandeiro que domina o uso das ervas e remédios naturais, nem sempre exerce ele a função da pajelança, que envolve conhecimentos de cunho esotérico ligados às tradições ritualísticas.

Junto à margem da rodovia, em área pertencente à reserva do 45, foi observada a implantação de construções de uso comunitário, como uma edificação para uso de sistema de comunicação por rádio (desativado no momento) e outra para locação de fornos usados na produção da farinha de mandioca. Não se conseguiu averiguar a existência de um nome nativo correspondente ao chamado 45, nem em relação à Terra Indígena do 124, números esses referentes à sua localização na extensão da rodovia.

É comum a construção das denominadas casas de caça no entremeio das trilhas usadas pelos caçadores e pescadores dos igarapés, que não passam de um simples abrigo sem vedação parietal estruturado por esteios de madeira e cobertos por palha, seguindo a técnica construtiva já narrada anteriormente neste relatório, e a função delas é servir de pernoite, área de descanso ou mesmo de refeição, conforme as necessidades impostas pela duração das caçadas e pescarias.

A equipe de pesquisadores acompanhou o cacique Francisco, junto com Barroso e seu filho, por trilha tênue de caçadores indígenas em área florestada dentro do território da reserva do km 45, atrás das evidências de um provável sítio arqueológico, trilha esta que durou aproximadamente três horas por mata fechada em ambiente característico de floresta tropical, alternando terra firme e várzea próxima a igarapés.

Na trajetória de ida até o local onde o cacique havia mencionado, deparou-se com uma manada de catetos, sendo um deles abatido por Francisco, hábil caçador, que o rastreou seguindo as pegadas ocultas pela trilha quase fechada e o cheiro característico do animal. Levando o animal a reboque até a casa de caça existente a certa altura do caminho, deixou-o lá para recuperar o seu objeto de caça no retorno da expedição.

Conforme o relato oral do cacique Francisco Oliveira e também do Sr Barroso Caiurua Apurinã, os acampamentos de caça são áreas em geral escolhidas próximo a barreiros, locais de interesse alimentar das presas procuradas pelos índios da região. Portanto, as regiões de mata ciliar e de brejos são importantes referências de localização de ranchos de caça recentes e, possivelmente, antigos. A técnica de construção desses ranchos de caça pelos Apurinã pode ser vista à seguir. Nesses ranchos ainda se usa as técnicas de construção sem o uso de pregos ou cravos, as amarrações são em cipó ou fibras de casca de árvores, as vigas de sustentação e os espaldares são selecionados das essências nativas locais e a cobertura é de folhas de palmeiras.



Foto 5.3—54— Rancho de caça Apurinã, ao lado do Barreiro (Coordenadas UTM 19L 699.461E / 8.995.760N).

No retorno, na casa de caça, o cacique preparou e recolheu o animal abatido que seria levado para consumo familiar. Demonstrando um domínio técnico impressionante no uso das possibilidades dos recursos naturais da floresta, Francisco procurou ao seu redor uma árvore específica e extraiu com facão talhos de fibra da mesma, dos quais com as mãos obteve fitas mais delgadas, que foram utilizadas para a amarração do animal, já com suas entranhas retiradas para extrair peso, produzindo ainda com o mesmo facão um pequeno corte na mandíbula do cateto para a incisão da fibra, de forma que sua cabeça não ficava pendida, vazando o sangue restante. Essa operação em tempo impressionantemente curto resultou no fato de que em alguns minutos o animal já estava devidamente sustentado, transpassado pelas tiras de fibra de madeira amarradas umas às outras e apoiadas na testa de Francisco, que assim levou o fruto de sua caçada na dura caminhada de volta até a sua casa.

c) Patrimônio arquitetônico

Tanto os povos indígenas nativos quanto os colonos de origem nordestina que migraram para a região, formando a base étnica da população do sudoeste amazônico, extraíam basicamente as mesmas matérias-primas de origem florestal para a edificação de suas habitações. Utilizavam, no entanto, técnicas construtivas e estilos distintos, os indígenas voltados para as suas tradições construtivas ancestrais e os colonos para a tipologia arquitetônica dos seus abrigos na terra natal.

As casas dos seringueiros eram projetadas em áreas próximas ao seringal, onde se localizavam as árvores destinadas à extração do látex, em regiões de clareiras naturais, ou mesmo abertas em mata densa pelo construtor. O tapiri se caracterizou como sendo a primeira construção erigida pelos colonos na região, e como referência de posse territorial, se tratando de uma cabana inteira revestida de palha, com uma única porta que servia de entrada e saída, e com ausência de janelas. A edificação era erguida sobre chão batido, e normalmente exibia escasso mobiliário em seu interior, se resumindo à rede de dormir e pedaços de troncos para uso diverso (cadeira, mesa). O barracão gerado por essa técnica construtiva serviria tanto como unidade de moradia, como para armazém ou local de convívio social dos seringueiros. Com o aumento do contingente populacional, passou a haver uma tendência à readequação dimensional dos barracos para atender à demanda de moradia local, porém sem nenhuma alteração significativa no estilo arquitetônico e na técnica construtiva utilizada. A simplicidade das construções refletia na vida rústica do migrante nos seringais, sujeito à precariedade de serviços e ao isolamento social. A situação obrigava o trabalhador a vir sozinho se aventurar nas terras amazônicas, para posteriormente ter a companhia da mulher, que só viria mais tarde.

O empreendimento gerado pelo primeiro ciclo da borracha não originou grandes concentrações urbanas, típicas da formação histórica das cidades em áreas de assentamento humano, se diferenciando nesse aspecto das formas tradicionais de ocupação do solo de outras regiões do Brasil. A transferência dos proprietários seringueiros para Belém, Manaus e até para o exterior, inibiu o desenvolvimento de uma arquitetura de porte e mais sofisticada na região, sendo que os recursos advindos da exploração da borracha não foram canalizados para o próprio local de produção, migrando dessa forma para as áreas longínquas onde os empresários do ramo fixaram suas residências. A falta de transferência tecnológica acabou por manter a rusticidade e singularidade das construções locais, impedindo uma evolução institucional e urbanística detectável no período.

A tipologia das construções em território formado por floresta tropical, como é o caso da região em análise, exige uma adequação do projeto às condições específicas ambientais, seja num trabalho metodológico de arquitetura ou no aprimoramento das edificações tradicionais representadas por técnica gerada por herança ou tradição oral.

Como recursos naturais benéficos, tinham a diversificação de matéria-prima disponível na forma de distintos tipos de madeira com características próprias em conformidade com o uso, a possibilidade de captação seletiva da insolação, a disponibilidade de recursos hídricos e a possibilidade de conforto térmico garantido pelo sombreamento natural propiciado pela copa alta das árvores de entorno.

Pode-se observar na cobertura das edificações de Boca do Acre e imediações, a execução de painéis de escoamento pluvial com inclinação pronunciada para permitir a vazão provocada pelas chuvas torrenciais de inverno, sendo comum também na região o uso de telhados de alumínio e fibrocimento, apesar de serem itens onerados pela distância dos locais de produção industrial. Os ventos constantes, que amenizam a temperatura e de predominância noroeste, além da baixa oscilação térmica com máximas amenas se comparadas com o restante da Amazônia, também devem ser levados em consideração ao se pensar na arquitetura local.

Em função da insolação, são evitadas as aberturas de iluminação e ventilação no sentido leste/oeste, coincidentes com a trajetória do sol. O clima quente e úmido de floresta tropical influencia uma maior convivência com o ambiente externo, sendo comum a presença de varandas extensas nas habitações, nas quais o convívio cotidiano com a moradia se faz mais presente, inclusive com a transferência de atividades domésticas do interior da casa para as mesmas, como é o caso típico da copa e cozinha avarandada existente no Hotel Pantanal em Boca do Acre, onde se hospedou a equipe de pesquisa. É comum na região também a utilização da telha francesa, herança do período áureo da borracha, e a telha de madeira usando matéria-prima nativa local, denominada cavaco, que inclusive gerou um estudo técnico de suas potencialidades promovido pela

FUNTAC. Ainda segundo estudo dessa instituição, as espécies mais adequadas a uso na construção de abrigos nativos da região, considerando além de suas qualidades o nível de ocorrência e possibilidade de extração, são respectivamente cedro, morubá, louro, jatobá, cumaru-ferro, maçaranduba e samaúma (CAVALCANTE *et al*, s/d).

A construção civil da região de Boca do Acre apresenta dois aspectos distintos: uma arquitetura mais recente focada em edificações de alvenaria e estruturadas em concreto na região alta de terra firme, na qual se estabeleceu o novo centro institucional, denominado Piquiá, nome este derivado da alta ocorrência de pequi na região, e a cidade antiga ribeirinha, a Boca do Acre propriamente dita, assentada sobre área onde havia um antigo aldeamento indígena da nação Apurinã, conforme relato de Barroso, e representada por suas casas de palafita, estruturadas em madeira e erguidas sobre esteios com porão vazado para acolher as enchentes do rio Acre.

As casas das terras baixas, baseadas em técnicas construtivas mais empíricas, apresentam um padrão construtivo que se repete pelas ruas estreitas do município, se tornando distintas umas das outras mais pelo padrão cromático do revestimento parietal do que pelo estilo arquitetônico. Adentrando a malha urbana da cidade, nota-se que o principal meio de transporte é a bicicleta, constante em todos os arruamentos. Outra característica aparente é o uso do espaço vago sobre os esteios das palafitas para o estabelecimento de núcleos comerciais de produtos básicos, principalmente gêneros alimentícios.

O comércio é vitimado pelo distanciamento das fontes de abastecimento, principalmente devido à precariedade da pista de acesso até Rio Branco (BR 317), o que onera o preço final dos produtos, afetando também os materiais de construção. A madeira, apesar de oferecer uma intensa gama de variedades nativas com potencialidades distintas de uso no que se refere a resistência estrutural, resistência a condições climáticas e a ataque de fungos e insetos xilófagos, trabalhabilidade, possibilidades de beneficiamento, aparência estética, possibilidades de textura e tonalidades diferenciadas, entre outras características. A madeira, considerada em sua forma genérica, deveria circunstancialmente ser eleita a opção construtiva primordial na Amazônia inclusive para o esboço de uma arquitetura regional contemporânea, mas a falta de uma política que saneie encargos e possibilite um beneficiamento mais organizado faz muitas vezes com que ela seja vista nos grandes centros urbanos como um material alternativo e exótico. Em Boca do Acre e nas casas da zona rural de entorno da rodovia federal BR 317, inclusive nas terras indígenas, ela se torna o elemento primordial, estando presente nas divisões parietais, na estrutura e nos pisos elevados das habitações tradicionais, conforme registrado em material fotográfico. A paxiuba, palmácea de grande ocorrência na região usada para a confecção de pisos, fechamento lateral das paredes e barroteamento (vigas de sustentação estrutural), tem seu uso histórico associado a

seringueiros, na construção do já mencionado tapiri, nas habitações de ribeirinhos e em algumas tribos indígenas, como é o caso dos Apurinãs com os quais esta equipe teve maior convivência.

A área de assentamento dos módulos arquitetônicos residenciais geralmente está, conforme a tradição dos antigos colonos e as próprias circunstâncias do ambiente, em um perímetro contido em clareiras naturais ou abertas pelo homem e circundado pela floresta amazônica que seria sua vizinhança mais próxima, estendendo-se esse aspecto para a conformação urbanística de cidades como Boca do Acre, nas quais a floresta densa faz parte constantemente do contexto paisagístico, seja nas áreas baixas próximas ao rio Acre na qual se vislumbra a mata em contraste com a margem do leito fluvial, ou no território de terra firme circundado pelo mesmo manto florestal.

As habitações rurais apresentam o banheiro externo, quando existente.

Conforme relato absorvido em entrevista com o Sr. Barroso, que se auto-denomina Caiurua na língua Apurinã, grupo étnico do qual faz parte, e representante da FUNAI no município de Boca do Acre, as construções nas aldeias, conforme pode-se observar in loco através de pesquisa de campo nas referidas áreas indígenas visitadas, ainda mantêm o uso das técnicas construtivas e matérias-primas florestais tradicionais herdadas dos antepassados, com algumas assimilações mais recentes de materiais industrializados incorporados ao contexto, como é o caso, por exemplo, do uso de pregos no lugar das antigas amarrações de cipó, coberturas de telha cerâmica substituindo os telhados de palha, ou detalhes construtivos como janelas envidraçadas, entre outros.

Ainda seguindo o relato de Caiurua, as construções nos territórios indígenas podem ser de uso habitacional, abrigando os núcleos familiares residentes, de uso institucional, como é o caso de áreas destinadas a festividades típicas, pajelança, e afins, ou pode ser resumir a simples abrigos, tendo nesse caso como exemplo as casas de caça usadas pelos nativos como albergue e local de repouso durante as longas jornadas pela mata adentro atrás de carne de caça ou em atividades de pesca nos igarapés espalhados pela região.

A unidade de moradia tradicional dos Apurinãs recebe a denominação de capixau e segue uma cronologia de execução que se inicia com a busca do local adequado para o seu assentamento. Após a definição da área de ocupação, o local é limpo, com a retirada da cobertura vegetal para a constituição do alicerce. Nas fundações são utilizados esteios de madeira roliça apropriada, geralmente quariquara, que são enterrados em buracos previamente escavados com profundidade média de 1,50 m. e posteriormente compactados em seu entorno com o auxílio de pilão de madeira, sendo que a madeira usada na construção do esteio deve ser extraída já com a altura suficiente para que, ao

ser colocada em prumo na vala, atinja o nível da cobertura da construção, na qual servirá de apoio para o telhado. No vigamento de alicerce que faz o papel de baldrame, destoa o uso da invreira, empregada na forma roliça natural, sem desdobramento, e fixada entre os esteios já descritos com o uso de pregos de fixação, que hoje substituem as antigas amarrações à base de cipó. A ausência do uso de pedras no assentamento do alicerce das casas se dá devido a carência de matéria-prima do gênero na região, só encontrada em locais mais próximos do estado de Rondônia.

O piso é de chão batido quando no nível do solo, e de tábua quando suspenso sobre os esteios, no qual se emprega costumeiramente a castanheira ou mulateiro, podendo ocorrer também o uso da paxiuba, além de outras espécies similares. A madeira empregada na confecção do piso antigamente era trabalhada no machado, mas atualmente passou a ser desdobrada na motosserra. No caso da paxiuba, o corte no machado foi preservado, visto ser uma madeira de diâmetro médio de 15 cm. extremamente dura superficialmente, e que pode danificar a motosserra, estourando sua corrente denteada, sendo dessa forma mais prudente obter lascas do material com o emprego do machado mesmo.

Quanto às paredes que perfazem o fechamento lateral da estrutura, pode ser utilizado o mesmo sistema construtivo utilizado no piso, dando ênfase para o uso novamente da paxiuba na sua constituição, que são disposta na horizontal no perímetro parietal da edificação, e devidamente pregadas umas as outras, ou amarradas por cipó segundo a metodologia construtiva tradicional, nesse caso se empregando o cipó denominado titica que é o único espécie com resistência adequada para essa função, permitindo dessa forma o fechamento das juntas no justaposição das tábuas contíguas e garantindo a estanqueidade do espaço interno.

O respaldo, que caracteriza o rejunte entre as paredes e a cobertura, normalmente é preenchido com invreira roliça, enquanto que a cobertura propriamente dita é produzida historicamente diversos tipos de palha, hoje já substituída em muitas construções nos aldeamentos por telha cerâmica ou de chapa ondulada. A matéria-prima empregue na trama dos telhados consiste geralmente em ripas de açaí de comprimento médio de 2 m. e seção quadrada desbastada no facão com folga de dez cm. além das paredes laterais constituindo beiral, dispostas no sentido transversal a uma distância média apropriada de espaçamento umas das outras aproximadamente de 15 cm., conforme o tipo de revestimento a ser empregue. A seguir, a trama do telhado é recoberta por folhas de aproximadamente cinco metros de extensão da palmeira denominada jaci, ou por palheiro de canaraí ou ubim, ambos constituindo-se de espécies de mato ocorrente na região com altura média de um metro. A operação de revestimento da cobertura com os materiais acima mencionados se dá através de trançamento, de tal forma que as folhas ou palhas fiquem sobrepostas, para então serem devidamente amarradas com envira ou

cipó ao ripamento, deixando uma das extremidades solta para permitir justaposição longitudinal e uma maior garantia de impermeabilização. Na seqüência, o sistema se apóia nos caibros de madeira roliça, dispostos em sentido longitudinal com espaçamento de dois metros entre cada peça, e que por fim descarregam seu peso em carga distribuída sobre o respaldo, constituído este de troncos roliços de invireira locados no entorno perimetral da obra acompanhando o fechamento lateral da mesma, como já descrito acima. A cobertura tradicional, utilizando os recursos naturais acima descritos, permite proteção plena quanto a insolação, e total estanqueidade quanto a incidência de chuva, desde que a técnica de construção da mesma seja corretamente executada. O oitão, que corresponde ao fechamento lateral entre os dois beirais laterais e a cumieira do telhado tradicional de duas águas utilizado nas edificações, é coberto com tábuas de vedação, seguindo a mesma técnica empregada nas paredes, em disposição horizontal, ou permanece vazado deixando aparente apenas a estrutura de sustentação e apoio estrutural em forma de tesoura simplificada.

Apesar de sua dureza característica, a paxiuba não costuma ser empregue na construção dos esteios devido ao fato de apresentar miolo mole, o que inviabiliza seu uso para cumprimento de funções estruturais de absorção de cargas.

Quanto ao mobiliário no interior das habitações, geralmente é escasso, constituindo-se de peças de madeira adaptadas, rede e fogão com forno de barro. Nas construções mais antigas é comum a ausência de divisórias internas.

As informações apresentadas acima a respeito das construções indígenas foram baseadas nas informações orais fornecidas por Barroso (Caiurua) e outros membros da nação Apurinã contatados pela equipe de pesquisa, seja nas Terras Indígenas ou mesmo nas terras baixas do município de Boca do Acre, onde também há índios residentes, inclusive o principal interlocutor acima mencionado.



Foto 5.3—55- Igreja de estilo eclético em Boca do Acre.



Foto 5.3—56- Rua no município de Boca do Acre, com casas elevadas de madeira, e circulação constante de bicicletas.



Foto 5.3—57- Antigo assentamento revitalizado nas margens do rio Acre, em Boca do Acre.



Foto 5.3—58- Estátua de São Francisco próximo à divisa entre a antiga Boca do Acre e o platô do Piquiá, local onde se instalou posteriormente o centro institucional do município.



Foto 5.3—59- Detalhe da tesoura de madeira roliça e caibros de madeira lascada em construção nativa de Território Indígena.



Foto 5.3—60- Habitação típica dos Apurinã, sustentada por esteios de madeira.



Foto 5.3—61 - Detalhe de cumieira e tesoura simples, de linha e pendural de troncos roliços. Caibros de material fibroso e cobertura de folhas de palmeira – casa de pajelança na comunidade Camicuã.



Foto 5.3—62 - Detalhe do sistema de apoio da estrutura do telhado – Camicuã.



Foto 5.3—63 - Detalhe da distribuição das folhas na cobertura.



Foto 5.3—64- Casa de pajelança já mencionada.



Foto 5.3—65 - Forno para produção de farinha de mandioca.



Foto 5.3—66- Edificações dentro da área indígena do chamado 45.



Foto 5.3—67— Construção habitacional típica na região, com piso suspenso apoiado em esteios de madeira, no Território Indígena Boca do Acre.



Foto 5.3—68- Preparo da massa de farinha de mandioca, usando forno rústico de barro com abertura posterior para colocação da lenha, em área próxima a casa do cacique Francisco no Território Indígena 45. Destaque para a cobertura de palha apoiada em trama e sustentação estrutural de troncos de madeira roliça.



Foto 5.3—69- Casa do cacique Francisco no Território Indígena 45. Atualmente, nas construções da região, a cobertura de telha cerâmica substitui a tradicionais coberturas de palha ou folha de palmeiras.



Foto 5.3—70— Ponte rústica representada por tora de madeira engastada no solo com corrimão de tronco mais delgado, sobre terreno alagadiço, no caminho para a habitação do cacique Francisco.



Foto 5.3—71— Diversas espécies de palmeiras são utilizadas pelos indígenas como matéria prima na área de construção das habitações.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO DA ADA

a) Patrimônio Arqueológico

O método utilizado para a avaliação da ADA foi o caminhamento oportunístico para análise de superfície de solo exposto da via principal e adjacências. O percurso foi feito com deslocamento por veículo traçado, dado a extensão do trajeto. Foram levantados cerca de 110 km das margens visíveis da estrada atual em sete dias. O método de diagnóstico nos setores de Terras Indígenas diferiu, pois a equipe pode contar com o auxílio de guias locais para caminhada na mata e por via fluvial para localização dos registros orais obtidos com os moradores das TI Boca do Acre e TI Apurinã. Além disso, também foi feito um levantamento oportunístico de superfície exposta na aldeia principal da TI Camicuã e nos arredores próximos às aldeias da margem da estrada da TI de Boca do Acre e da TI Apurinã.

Os relatos orais dos moradores da TI Camicuã na cidade baixa de Boca do Acre indicam a existência de Campos da Natureza que seriam áreas de vegetação de campo limpo internas às matas que teriam função mítica para os Apurinã. Todavia, os índios evitam comentar e indicar a localização desses ditos campos por questão de tabu.

Moradores das três TI que trabalham com roçados indicam que é freqüente encontrar cacos cerâmicos no momento da abertura da terra e também indicam que os melhores solos para cultivo são selecionados a partir da coloração escurecida que são significativamente importantes no contexto arqueológico Amazônico.



Foto 5.3—72- TI Camicuã: roçados de abacaxi com terra escura e secagem de sementes de açaí sobre terreiro de terra escura.

Um dos Índios da TI Camicuã, o Sr. Barroso Apurinã, na época o responsável pelo posto da FUNAI em Boca do Acre, foi o contato em campo para as visitas nas áreas indígenas e o contato com os caciques das aldeias visitadas pela equipe.

Durante a etapa de campo pela estrada propriamente dita na ADA foi possível identificar pelo menos dois sítios arqueológicos através da evidência de estruturas de terra já impactadas pela abertura da rodovia, nas coordenadas UTM 19L 692.633E / 9.011.052N e 693.531E / 9.009.394N.



Foto 5.3—73- Visadas de estrutura de terra já impactada pela implantação da estrada BR317.

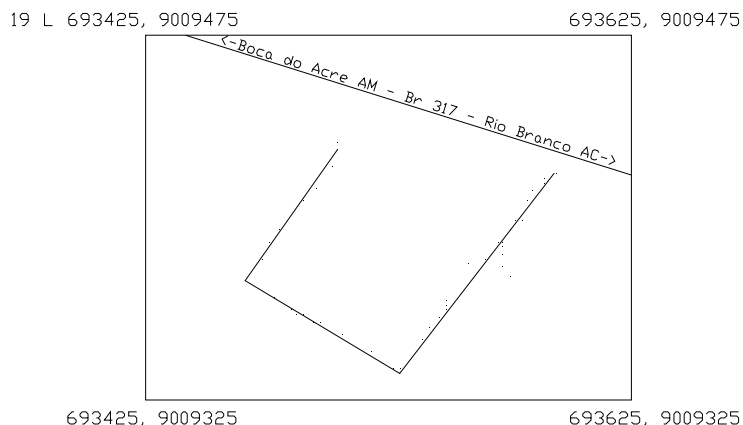


Figura 5.3—19 Croqui de estrutura de terra impactada, que apresentou aproximadamente 75 m de lado.

Em ambas estruturas não foram verificados vestígios arqueológicos cerâmicos, líticos ou orgânicos de origem antrópica em evidência, todavia as estruturas impactadas puderam ser identificáveis. São estruturas retangulares impactadas em uma das laterais pela rodovia.

Nas áreas indígenas que já haviam sido seccionadas pelo traçado prévio da via havia aldeias e casas às margens. Essas áreas de margem da rodovia foram ocupadas posteriormente à abertura da estrada. Contudo, considere-se também que essas áreas de ocupação, ainda que relativamente recentes, têm sido selecionadas pelos Apurinã de acordo com características ambientais que sugerem alto potencial arqueológico, fato esse corroborado pela presença de “terras escuras” indicadas pelos próprios moradores e pela indicação de ocorrência de cerâmica na abertura de roçados também pelos moradores.



Foto 5.3—74- Limite norte da TI Boca do Acre cortada pelo atual traçado da BR317.



Foto 5.3—75- Placa de identificação do limite norte da TI Boca do Acre em detalhes.



Foto 5.3—76- Casa indígena às margens da BR-317/AM



Foto 5.3—77 Casa indígena às margens da BR-317/AM



Foto 5.3—78- Roçado no morro aos fundos da casa do Sr. Francisco Oliveira Apurinã (cacique) (UTM 19 L 693.560E / 8.997.632N) local de terras escuras.



Foto 5.3—79- Entrada para a casa do Cacique. Ponto de ônibus na BR-317.

Nessa área houve indicação de terras escuras pelo próprio cacique, usadas em cultivo e que indicam preferência de escolha pelos Apurinã. O Sr. Francisco também foi questionado sobre vestígios arqueológicos que poderiam ter sido encontrados em suas terras, mas não indicou ter encontrado nada em seus roçados. Vistoria no local não indicou a presença de materiais arqueológicos.

Ainda assim, na maior parte das margens do atual traçado da BR-317 há áreas de pastagens, não percorrida normalmente pelos índios, que podem abrigar vestígios arqueológicos preservados nas faixas laterais da rodovia.

Também foram verificadas com moradores locais que há dispersas no entorno das aldeias, e também às margens do Rio Acre, evidências históricas principalmente representadas pelas garrafas de grés associadas ao período seringalista, como aquela que se encontra sob posse de Roberto Carlos, filho do Cacique Manoel, da TI Boca do Acre.



Foto 5.3—80— Garrafa de grés com as inscrições WYNAND FOCKINK AMSTERDAM, de posse de morador das margens da rodovia (TI Boca do Acre, Km 45 da BR-317). Essa garrafa de grés, produzida em Amsterdam, utilizada como recipiente para bebida alcoólica, é remanescente da ocupação do ciclo da borracha, e conservada por Roberto Carlos, filho do cacique Manoel.

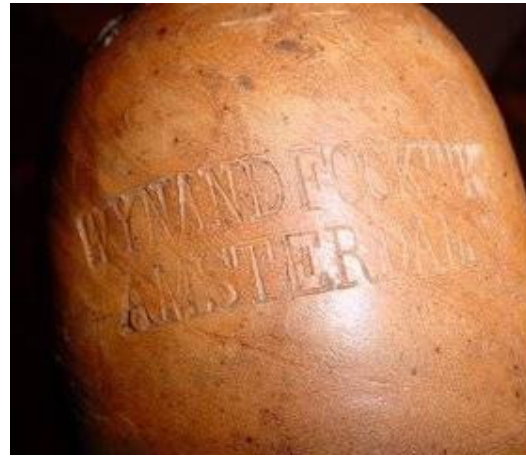


Foto 5.3—81 - Garrafa de grés idêntica àquela encontrada com o filho do cacique da TI Boca do Acre, om as inscrições WYNAND FOCKINK AMSTERDAM, apresentada por Beto Campos, de Rio Branco/AC, em seu blog de internet¹⁹ (<http://coisasdoacre.blogspot.com/>).

Essa peça foi encontrada em Brasiléia, na divisa do Acre com a Bolívia, em um sítio histórico remanescente da Revolução Acreana. Conforme o relator, a garrafa apresenta data de 1850 e, segundo comentário nessa página de internet, 3 garrafas de grés da mesma marca foram encontradas em uma escavação na cidade de Belém/PA.

A destilaria Pijlsteeg, de Wynand Fockink, foi fundada em 1679, em Amsterdam. Especializou-se em destilados, ainda em produção, se tornando no século XIX um grande exportador, inclusive para a América.

¹⁹ Disponível em <http://coisasdoacre.blogspot.com/>. Janeiro de 2007.

5.3	Meio Socioeconômico	5.3-1
5.3.1	Metodologia Aplicada.....	5.3-1
5.3.2	Caracterização Populacional	5.3-2
5.3.3	Caracterização das Condições de Saúde e Doenças Endêmicas.....	5.3-79
5.3.4	Estrutura Produtiva	5.3-97
5.3.5	Uso e Ocupação do Solo.....	5.3-114
5.3.6	Reassentamento e Desapropriação	5.3-154
5.3.7	Caracterização das Comunidades Tradicionais e Indígenas.....	5.3-157
5.3.8	Caracterização das Comunidades Indígenas	5.3-218
5.3.9	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	5.3-218

Fotos

Foto 5.3—1-	UEA em Boca do Acre	5.3-36
Foto 5.3—2.	- Asfaltamento do trecho acreano da BR 317/AC	5.3-49
Foto 5.3—3	- Aeroporto Boca do Acre	5.3-52
Foto 5.3—4-	Encontro dos rios Purus e Acre em Boca do Acre.....	5.3-54
Foto 5.3—5 -	Embarcações no rio Purus, no porto de Lábrea/AM	5.3-55
Foto 5.3—6 -	Áreas propícias para proliferação de vetores – Boca do Acre/AM.....	5.3-83
Foto 5.3—7	Unidades de Saúde em Boca do Acre.....	5.3-85
Foto 5.3—8	- Caracterização dos pontos de coletas em Boca do Acre.....	5.3-87
Foto 5.3—9 -	Armadilha tipo CDC, utilizada para captura de mosquitos adultos.	5.3-88
Foto 5.3—10	- Pecuária às margens da estrada.....	5.3-104
Foto 5.3—11	- Frigorífico FRIZAM, município de Boca do Acre/AM.....	5.3-113
Foto 5.3—12-	Boca do Acre/AM – vistas da cidade	5.3-117
Foto 5.3—13-	Lábrea/AM, vistas da cidade	5.3-119
Foto 5.3—14-	Porto Acre/AC - Vista de rua típica e do museu da cidade	5.3-122
Foto 5.3—15-	Senador Guiomard/AC – Avenida e praça na cidade	5.3-123
Foto 5.3—16	- Vistas da comunidade do Loteamento 104, a partir da estrada	5.3-127
Foto 5.3—17	- Comunidade do Km 38 e o Proprietário do restaurante "Bode Preto", um dos primeiros moradores e sua esposa, professora da escola da comunidade.....	5.3-128
Foto 5.3—18 -	Vista de avenida típica do Platô do Piquiá.....	5.3-130
Foto 5.3—19-	Trecho da BR 317/AM próximo a Boca do Acre	5.3-140
Foto 5.3—20-	Trecho da BR 317/AM, próximo à TI Apurinã.....	5.3-140
Foto 5.3—21	Ocupações na faixa de domínio	5.3-155
Foto 5.3—22-	Sistema de roça indígena – Aldeia Valparaíso-Comunidade Retiro, 2007;.....	5.3-179
Foto 5.3—23-	Fruto do tucumã – Igarapé Iquirema-, 2007;.....	5.3-180
Foto 5.3—24-	Cesto utilizado para pesca – paneiro. Aldeia Valparaíso, 2007; CASTRO, B.....	5.3-181
Foto 5.3—25-	Fogão e forno de barro – trabalho feminino. Aldeia Goiaba, 2007;.....	5.3-182
Foto 5.3—26-	- Espaço doméstico na Aldeia Iquirema, 2007;.....	5.3-183
Foto 5.3—27	- Plantio no sistema de coivara – Aldeia Iquirema, 2007;	5.3-185
Foto 5.3—28-	Coleta da castanha. Aldeia Valparaíso, 2007	5.3-186
Foto 5.3—29-	Reunião com lideranças indígenas no PI de Boca do Acre, 30/10/2007;.....	5.3-189

Foto 5.3—30- Rebanho de gado atravessando a rodovia BR-317/AM em trecho não pavimentado, fato este comum devido à intensa atividade pecuária em ocorrência na região.	5.3-219
Foto 5.3—31- Placa com sinalização de Território Indígena na rodovia BR-317/AM. É nítido o contraste entre as áreas florestadas indígenas e a região vitimada pelo desmatamento pelas técnicas invasivas de pecuária extensiva.	5.3-219
Foto 5.3—32- Antonio Apurinã, líder indígena e representante da FUNAI em Rio Branco/AC.	5.3-227
Foto 5.3—33- Sr. Jacó e uma das valas que formam uma das estruturas existentes em sua propriedade (MOON e RODRIGUES, 2007. Foto: Alan Rodrigues).	5.3-242
Foto 5.3—34 – Estrutura de terra composta existente na propriedade de Jacó Sá, interceptada pela BR 317/AC, no município de Senador Guimard (ANTUNES, 2007).	5.3-242
Foto 5.3—35- Quadrado parcialmente destruído, na Fazenda Baixa Verde, na BR 317 (Disponível em http://www.geoglifos.com.br).	5.3-243
Foto 5.3—36– Conjunto geométrico na Fazenda Atlântica, na BR 364 (Foto de Sérgio do Vale. Disponível em http://www.geoglifos.com.br).	5.3-243
Foto 5.3—37 - Vasilhas cerâmicas da Tradição Quinari doadas por Arthur Jerosh ao Museu da Borracha de Rio Branco.	5.3-245
Foto 5.3—38- Vasilhas cerâmicas da Tradição Quinari provenientes do Sítio Los Angeles (Xapuri/AC). Acervo do Palácio Rio Branco, em Rio Branco/AC.	5.3-245
Foto 5.3—39- Vasilha cerâmica da Tradição Quinari e artefatos líticos (polido e lascado) provenientes do Sítio Los Angeles (Xapuri/AC). Acervo do Palácio Rio Branco, em Rio Branco/AC.	5.3-245
Foto 5.3—40- Quadrado localizado na Fazenda Baixa Verde e parcialmente destruído pela BR-317, no trecho acreano.	5.3-248
Foto 5.3—41– Placa de identificação da mesma estrutura, instalada na margem da BR-317/AC, como medida compensatória e de educação patrimonial implantada.	5.3-248
Foto 5.3—42– Valeta da Estrutura de Terra do Jarinal (detalhe de medição do fundo da valeta a partir do tronco caído apoiado nas margens).....	5.3-249
Foto 5.3—43– Implantação do Sítio Arqueológico Seringal Aripuanã e fragmento de vasilha cerâmica utilizada na defumação da borracha em solo rico em carvão.....	5.3-253
Foto 5.3—44- Foz do Acre no Purus, Potencial Turístico e Paisagístico.....	5.3-285
Foto 5.3—45– Margens do rio Acre, Potencial Turístico e Paisagístico.	5.3-285
Foto 5.3—46- Detalhe de arco e flecha de pesca ainda manufaturados pelos índios Apurinã locais e também vendidos como artesanato.	5.3-285
Foto 5.3—47– Preparo da Farinha de Mandioca Puba nos moldes locais. A farinha de consumo local familiar também pode ser comercializada.	5.3-285
Foto 5.3—48- Detalhe de encoordamento do arco e flecha produzidos pelo cacique Francisco, no Território Indígena 45.	5.3-286
Foto 5.3—49– Oficina de trabalho do cacique Francisco, em área aberta sobre a estrutura de madeira de sua casa, na qual produz seus próprios instrumentos tradicionais de caça.	5.3-286
Foto 5.3—50- Imagem do cacique Francisco do Território Indígena 45 com indumentária típica dos Apurinãs (cocar) e instrumento de caça (arco e flecha) confeccionado por ele mesmo, conforme a técnica tradicional de seus ancestrais. Ao fundo, escada de acesso a sua residência.....	5.3-286
Foto 5.3—51- Trilha de acesso ao assentamento de ocupação no Território Indígena Camicuã.	5.3-287
Foto 5.3—52– Área de concentração habitacional no Camicuã, com os módulos arquitetônicos interligados por arruamento de chão batido ou trilha.....	5.3-287
Foto 5.3—53- O cacique da TI Camicuã.	5.3-288

Foto 5.3—54– Rancho de caça Apurinã, ao lado do Barreiro (Coordenadas UTM 19L 699.461E / 8.995.760N).....	5.3-296
Foto 5.3—55- Igreja de estilo eclético em Boca do Acre.....	5.3-303
Foto 5.3—56- Rua no município de Boca do Acre, com casas elevadas de madeira, e circulação constante de bicicletas.....	5.3-303
Foto 5.3—57- Antigo assentamento revitalizado nas margens do rio Acre, em Boca do Acre.	5.3-303
Foto 5.3—58- Estátua de São Francisco próximo à divisa entre a antiga Boca do Acre e o platô do Piquiá, local onde se instalou posteriormente o centro institucional do município.	5.3-303
Foto 5.3—59- Detalhe da tesoura de madeira roliça e caibros de madeira lascada em construção nativa de Território Indígena.	5.3-303
Foto 5.3—60- Habitação típica dos Apurinã, sustentada por esteios de madeira....	5.3-303
Foto 5.3—61 - Detalhe de cumieira e tesoura simples, de linha e pendural de troncos roliços. Caibros de material fibroso e cobertura de folhas de palmeira – casa de pajelança na comunidade Camicuã.	5.3-304
Foto 5.3—62 - Detalhe do sistema de apoio da estrutura do telhado – Camicuã.	5.3-304
Foto 5.3—63 - Detalhe da distribuição das folhas na cobertura.	5.3-304
Foto 5.3—64- Casa de pajelança já mencionada.....	5.3-304
Foto 5.3—65 - Forno para produção de farinha de mandioca.	5.3-304
Foto 5.3—66- Edificações dentro da área indígena do chamado 45.	5.3-304
Foto 5.3—67– Construção habitacional típica na região, com piso suspenso apoiado em esteios de madeira, no Território Indígena Boca do Acre.....	5.3-305
Foto 5.3—68- Preparo da massa de farinha de mandioca, usando forno rústico de barro com abertura posterior para colocação da lenha, em área próxima a casa do cacique Francisco no Território Indígena 45. Destaque para a cobertura de palha apoiada em trama e sustentação estrutural de troncos de madeira roliça.	5.3-305
Foto 5.3—69- Casa do cacique Francisco no Território Indígena 45. Atualmente, nas construções da região, a cobertura de telha cerâmica substitui a tradicionais coberturas de palha ou folha de palmeiras.	5.3-305
Foto 5.3—70– Ponte rústica representada por tora de madeira engastada no solo com corrimão de tronco mais delgado, sobre terreno alagadiço, no caminho para a habitação do cacique Francisco.	5.3-305
Foto 5.3—71– Diversas espécies de palmeiras são utilizadas pelos indígenas como matéria prima na área de construção das habitações.	5.3-306
Foto 5.3—72- TI Camicuã: roçados de abacaxi com terra escura e secagem de sementes de açaí sobre terreiro de terra escura.	5.3-307
Foto 5.3—73- Visadas de estrutura de terra já impactada pela implantação da estrada BR317.	5.3-307
Foto 5.3—74- Limite norte da TI Boca do Acre cortada pelo atual traçado da BR317...5.3-308	
Foto 5.3—75– Placa de identificação do limite norte da TI Boca do Acre em detalhes. 5.3-308	
Foto 5.3—76- Casa indígena às margens da BR-317/AM	5.3-309
Foto 5.3—77 Casa indígena às margens da BR-317/AM.....	5.3-309
Foto 5.3—78- Roçado no morro aos fundos da casa do Sr. Francisco Oliveira Apurinã (cacique) (UTM 19 L 693.560E / 8.997.632N) local de terras escuras.	5.3-309
Foto 5.3—79- Entrada para a casa do Cacique. Ponto de ônibus na BR-317.....	5.3-309
Foto 5.3—80– Garrafa de grés com as inscrições WYNAND FOCKINK AMSTERDAM, de posse de morador das margens da rodovia (TI Boca do Acre, Km 45 da BR-317). Essa garrafa de grés, produzida em Amsterdam, utilizada como recipiente para bebida alcoólica, é remanescente da ocupação do ciclo da borracha, e conservada por Roberto Carlos, filho do cacique Manoel.	5.3-310

Foto 5.3—81 - Garrafa de grés idêntica àquela encontrada com o filho do cacique da TI Boca do Acre, om as inscrições WYNAND FOCKINK AMSTERDAM, apresentada por Beto Campos, de Rio Branco/AC, em seu blog de internet (<http://coisasdoacre.blogspot.com/>).5.3-311

Quadros

Quadro 5.3—1 População do Estado do Amazonas e dos Municípios.....	5.3-4
Quadro 5.3—2 População do Estado do Acre e dos Municípios	5.3-4
Quadro 5.3—3- População, área e densidade populacional da AII	5.3-8
Quadro 5.3—4- Distribuição da população – Urbana e Rural – no Amazonas e nos Municípios	5.3-9
Quadro 5.3—5- Distribuição da população – Urbana e Rural – no Acre e nos Municípios	5.3-10
Quadro 5.3—6- Distribuição da População – Homens/Mulheres (AM).....	5.3-10
Quadro 5.3—7- Distribuição da População – Homens/Mulheres (AC)	5.3-10
Quadro 5.3—8- Faixa Etária da População/ AM	5.3-11
Quadro 5.3—9- Faixa Etária da População/ AC.....	5.3-12
Quadro 5.3—10- Domicílios Particulares Permanentes no Amazonas e nos Municípios	5.3-13
Quadro 5.3—11- Domicílios Particulares Permanentes no Acre e nos Municípios....	5.3-13
Quadro 5.3—12- Rendimentos Nominais de Homens e Mulheres no Amazonas e nos Municípios	5.3-14
Quadro 5.3—13- Rendimentos Nominais de Homens e Mulheres no Acre e nos Municípios	5.3-14
Quadro 5.3—14- Média de Rendimentos no Amazonas e nos Municípios.....	5.3-14
Quadro 5.3—15- Média de Rendimentos no Acre e nos Municípios	5.3-15
Quadro 5.3—16- Taxa de mortalidade em Boca do Acre, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006.....	5.3-18
Quadro 5.3—17- Taxa de mortalidade em Lábrea, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006.....	5.3-19
Quadro 5.3—18- Taxa de mortalidade no Amazonas, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006.....	5.3-20
Quadro 5.3—19- Taxa de mortalidade em Porto Acre, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006.....	5.3-21
Quadro 5.3—20 - Taxa de mortalidade em Senador Guimard, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006.....	5.3-22
Quadro 5.3—21 - Taxa de mortalidade no Acre, segundo os capítulos da CID-10 – 2004 a 2006	5.3-23
Quadro 5.3—22- Internações em Boca do Acre segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006	5.3-24
Quadro 5.3—23 - Internações em Lábrea segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006.....	5.3-25
Quadro 5.3—24- Internações o Amazonas segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006	5.3-26
Quadro 5.3—25- Internações em Senador Guimard segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006	5.3-27
Quadro 5.3—26- Internações no Acre segundo Capítulo da CID-10 – 2004 a 2006	5.3-28
Quadro 5.3—27– Taxa de Natalidade no Estado do Amazonas e nos Municípios....	5.3-29
Quadro 5.3—28– Taxa de Natalidade no Estado do Acre e nos Municípios	5.3-29
Quadro 5.3—29- Ensino Pré-Escolar no Estado do Amazonas e nos Municípios	5.3-32
Quadro 5.3—30 - Ensino Pré-Escolar no Estado do Acre e nos Municípios	5.3-32

5.3-316

Quadro 5.3—31 - Ensino Fundamental no Estado do Amazonas e nos Municípios ..	5.3-33
Quadro 5.3—32- Ensino Fundamental no Estado do Acre e nos Município	5.3-33
Quadro 5.3—33 - Ensino Médio no Estado do Amazonas e nos Municípios.....	5.3-34
Quadro 5.3—34- Ensino Médio no Estado do Acre e nos Municípios	5.3-34
Quadro 5.3—35- Índices de aprovação e abandono no município de Boca do Acre – 2000 a 2006.....	5.3-35
Quadro 5.3—36- Ensino Superior no Estado do Amazonas e nos Municípios	5.3-35
Quadro 5.3—37 - Ensino Superior no Estado do Acre e nos Municípios.....	5.3-36
Quadro 5.3—38- Quantitativo de estabelecimentos de saúde/AM	5.3-40
Quadro 5.3—39- Quantitativo de estabelecimentos de saúde/AC.....	5.3-41
Quadro 5.3—40 - Estabelecimentos de Saúde, Segundo Natureza/AM.....	5.3-41
Quadro 5.3—41- Estabelecimentos de Saúde, Segundo Natureza/AC	5.3-41
Quadro 5.3—42- Leitos Hospitalares por Natureza no Estado do Amazonas e nos Municípios	5.3-42
Quadro 5.3—43- Leitos Hospitalares por Natureza no Estado do Acre e nos Municípios	5.3-42
Quadro 5.3—44- Quantitativo de Leitos por Mil Habitantes / AM	5.3-42
Quadro 5.3—45- Quantitativo de Leitos por Mil Habitantes / AC.....	5.3-43
Quadro 5.3—46- Óbitos Hospitalares por Ocorrência.....	5.3-45
Quadro 5.3—47- Frota dos municípios da AII / AM.....	5.3-49
Quadro 5.3—48 - Frota dos municípios da AII / AC	5.3-50
Quadro 5.3—49- Hidrovias na Amazônia	5.3-53
Quadro 5.3—50- Rede de Abastecimento de água de Boca do Acre.....	5.3-58
Quadro 5.3—51 - Rede de Abastecimento de água em Lábrea.....	5.3-58
Quadro 5.3—52- Rede de Abastecimento de água em Porto Acre	5.3-59
Quadro 5.3—53 - Rede de Abastecimento de água em Senador Guimard.....	5.3-59
Quadro 5.3—54- Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Boca do Acre	5.3-60
Quadro 5.3—55 - Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Lábrea.....	5.3-61
Quadro 5.3—56- Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Porto Acre	5.3-61
Quadro 5.3—57- Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto - Senador Guimard.....	5.3-62
Quadro 5.3—58- Coleta e Disposição final de resíduos - Boca do Acre	5.3-62
Quadro 5.3—59- Coleta e Disposição final de resíduos - Lábrea.....	5.3-63
Quadro 5.3—60- Coleta e Disposição final de resíduos - Porto Acre	5.3-63
Quadro 5.3—61- Coleta e Disposição final de resíduos - Senador Guimard.....	5.3-64
Quadro 5.3—62- IDH do Estado do Amazonas e dos Municípios	5.3-68
Quadro 5.3—63- IDH do Estado do Acre e dos Municípios.....	5.3-68
Quadro 5.3—64- Índice de Gini do Estado do Amazonas e dos Municípios.....	5.3-69
Quadro 5.3—65- Índice de Gini do Estado do Acre e dos Municípios	5.3-69
Quadro 5.3—66- Migrações da População Residente Por Lugar de Nascimento no Amazonas e municípios.....	5.3-75
Quadro 5.3—67 - Migrações da População Residente Por Lugar de Nascimento no Acre e municípios	5.3-75
Quadro 5.3—68- Porcentagem da População Residente por Lugar de Nascimento / AM	5.3-76
Quadro 5.3—69- Porcentagem da População Residente por Lugar de Nascimento/ AC	5.3-76
Quadro 5.3—70- Doenças Endêmicas nos Estados e Municípios por No de Registros	5.3-82
Quadro 5.3—71- Número de casos de malária no município de Boca do Acre, Amazonas 2003-2007.	5.3-86
Quadro 5.3—72 - Localização dos pontos de captura de mosquitos (formas adultas e imaturas) no município de Boca do Acre-Amazonas, 31/03 a 03/04 de 2008	5.3-89

Quadro 5.3—73 - Número total e percentual de mosquitos encontrados por ponto de coleta no município de Boca do Acre, Amazonas	5.3-91
Quadro 5.3—74- Número de flebotomíneos coletados em cinco pontos do município de Boca do Acre.	5.3-92
Quadro 5.3—75- Lavoura Permanente (Quantidade produzida em toneladas) / AM.5.3-98	
Quadro 5.3—76- Lavoura Permanente (Quantidade produzida em toneladas) / AC.5.3-98	
Quadro 5.3—77- Ranking da Lavoura Permanente segundo o Valor da produção (em mil reais) - Estados.....	5.3-99
Quadro 5.3—78- Ranking da Lavoura Permanente segundo o Valor da produção (em mil reais) - Municípios	5.3-99
Quadro 5.3—79- Lavoura Temporária (Quantidade Produzida em Toneladas) – AM ...	5.3-101
Quadro 5.3—80- Lavoura Temporária (Quantidade Produzida em Toneladas) - AC	5.3-101
Quadro 5.3—81- Ranking da Lavoura Temporária segundo o Valor da produção (em mil reais) - Estados.....	5.3-102
Quadro 5.3—82 – Ranking da Lavoura Temporária segundo o Valor da produção (em mil reais) - Municípios	5.3-102
Quadro 5.3—83- Efetivo dos Principais Rebanhos - AM.....	5.3-103
Quadro 5.3—84- Efetivo dos Principais Rebanhos - AC	5.3-103
Quadro 5.3—85- Principais Produtos de Origem Animal - AM.....	5.3-104
Quadro 5.3—86- Principais Produtos de Origem Animal - AC	5.3-105
Quadro 5.3—87 - PIB em mil reais - AM.....	5.3-106
Quadro 5.3—88- PIB em mil reais - AC	5.3-106
Quadro 5.3—89- PIB por atividades no Estado do Amazonas e nos Municípios.....	5.3-107
Quadro 5.3—90- PIB por atividades no Estado do Acre e nos Municípios.....	5.3-107
Quadro 5.3—91- PIB per capita nos municípios da AII / AM.....	5.3-108
Quadro 5.3—92- PIB per capita nos municípios da AII / AC	5.3-108
Quadro 5.3—93 Feições na AID	5.3-126
Quadro 5.3—94 - Feições na AII	5.3-126
Quadro 5.3—95- Proprietários de terras à margens da BR 317/AM – trecho de estudo	5.3-131
Quadro 5.3—96- Ramais da BR 317/AM	5.3-137
Quadro 5.3—97- Assentamentos do INCRA na AII do empreendimento	5.3-141
Quadro 5.3—98- Processos de exploração mineral presentes na área de influência...5.3-153	
Quadro 5.3—99- Comunidades indígenas localizadas no município de Boca de Acre cujas terras indígenas ainda não foram regularizadas.....	5.3-196
Quadro 5.3—100- Legislação aplicável ao diagnóstico do patrimônio arqueológico.....	5.3-220
Quadro 5.3—101- Sítios arqueológicos conhecidos nos municípios componentes da AII, de acordo com o cadastro do SNSA/IPHAN.	5.3-230
Quadro 5.3—102- Sítios arqueológicos cadastrados no Estado do Acre na Área AC-RB (Rio Branco)	5.3-235
Quadro 5.3—103- Pontos de tomada de coordenadas UTM por GPS do caminhamento na valeta da estrutura de terra do Sítio Jarinal Apurinã (Datum SAD 69).....	5.3-251
Quadro 5.3—104- Documento de solicitação de abertura de tombamento do ritual da Ayahuasca (Machado, 2008).	5.3-290

Gráfico

Gráfico 5.3-1- Distribuição Etária	5.3-5
--	-------

5.3-318

Gráfico 5.3-2 - Densidade Populacional no Estado e Municípios/AM.....	5.3-6
Gráfico 5.3-3- Densidade Populacional no Estado e Municípios/AC	5.3-7
Gráfico 5.3-4 Renda dos demais moradores da AID - amostra	5.3-15
Gráfico 5.3-5- Renda dos chefes de família da AID - amostra	5.3-16
Gráfico 5.3-6- Esperança de Vida ao Nascer nos Estados e nos Municípios/AM.....	5.3-30
Gráfico 5.3-7 - Esperança de Vida ao Nascer no Estado e nos Municípios/AC.....	5.3-31
Gráfico 5.3-8 - Analfabetismo com 15 anos de idade ou mais no Amazonas e nos Municípios	5.3-38
Gráfico 5.3-9 - Analfabetismo com 15 anos de idade ou mais no Acre e nos Municípios	5.3-38
Gráfico 5.3-10- Escolaridade dos estudantes na AID - amostra.....	5.3-39
Gráfico 5.3-11- Escolaridade dos não estudantes na AID – amostras	5.3-40
Gráfico 5.3-12- Onde buscam serviços de saúde, AID - amostra.....	5.3-46
Gráfico 5.3-13- Tempo em que possuem expectativas quanto ao asfaltamento da estrada	5.3-47
Gráfico 5.3-14 - Infra- estrutura na AID	5.3-65
Gráfico 5.3-15 - Padrões migratórios na AID	5.3-77
Gráfico 5.3-16 - Acesso aos serviços e comércio	5.3-112
Gráfico 5.3-17- Tamanho das propriedades na AID - amostra	5.3-134
Gráfico 5.3-18 - Quantitativo de rebanho na AID - amostra.....	5.3-135
Gráfico 5.3-19 – Benefícios advindos da pavimentação da rodovia	5.3-139

Figura

Figura 5.3—1 - Imagens áreas da região de estudo com destaque para as TIs.	5.3-170
Figura-5.3—2 - Perfil agroambiental e uso da região circunvizinha à comunidade Jaminawá e espécies de flora.....	5.3-188
Figura 5.3—3— Área de pesquisa em imagem de satélite disponibilizada no Google Earth. A seta vermelha aponta para a faixa de alta definição de imagem, no norte da área.....	5.3-228
Figura 5.3—4- Subdivisão do território acreano pelo PRONAPABA, para a sistematização do registro arqueológico (imagem cedida pelo arqueólogo Marcos Vinícius das Neves, entrevistado em Rio Branco, durante a etapa de campo deste estudo).....	5.3-232
Figura 5.3—5— Sítios arqueológicos mapeados no âmbito do PRONAPABA, no período de 1977 a 1994, pela equipe do Professor Ondemar Dias, do IAB (imagem cedida pelo arqueólogo Marcos Vinícius das Neves, procurado pela equipe de arqueologia em Rio Branco, durante a etapa de campo deste estudo).....	5.3-233
Figura 5.3—6— Mapa com a localização dos sítios da Tradição Quinari, modificado do PRONAPABA (LATINI <i>et al.</i> , 2001:725).....	5.3-234
Figura 5.3—7— Mapa com a localização das estruturas de terra identificadas, distribuídas entre Xapuri/AC e Boca do Acre/AM, de acordo com Schaan <i>et al.</i> (2007:81). O círculo vermelho indica as estruturas de terra indicadas pelos autores na área de influência do trecho a ser duplicado da BR-317/AM.	5.3-239
Figura 5.3—8— Estruturas de terra existentes na propriedade de Jacó Sá (imagens coletadas em SCHAAN <i>et al.</i> , 2007, MOON e RODRIGUES, 2007 e Foto: Sérgio Vale, 2005).	5.3-242
Figura 5.3—9— Estruturas de terra da Fazenda Colorada (Imagens coletadas, respectivamente, em MOON e RODRIGUES, 2007, Foto: Edson Caetano, 2007 e SCHAAN <i>et al.</i> , 2007 – Desenho modificado de Pärssinen <i>et al.</i> , 2003 e Foto: Sérgio Vale, 2005).	5.3-243

5.3-319

Figura 5.3—10 – Mapeamento de prováveis estruturas de terra em área de 225km ² , utilizando-se como base imagem do software <i>Google Earth</i> , adquirida em agosto de 2006 (RANZI, FERES & BROWN, 2007).	5.3-244
Figura 5.3—11– Representação provável da estrutura de terra presente no Sítio Arqueológico Jarinal Apurinã, estimada a partir dos pontos de coordenadas obtidos com GPS no trecho de caminhamento ao longo de setor da potencial circunferência. ...	5.3-250
Figura 5.3—12– Mapa com indicação de potenciais estruturas de terra na All, dentro da TI Apurinã do km 124 da BR-317. A área em verde claro representa o setor potencial apontado pelos índios em comunicação pessoal (excerto editado sobre o Mapa de Localização das Áreas de Influência da BR-317/AM).....	5.3-254
Figura 5.3—13– Estrutura quadrangular identificada junto às cabeceiras do igarapé Preto.....	5.3-255
Figura 5.3—14– Estruturas de terra dispostas ao longo do Igarapé Preto, na All da BR-317.	5.3-256
Figura 5.3—15– Sítio Cruzeirinho, Boca do Acre (Disponível em: Google Earth Imagery Inc., 2008).....	5.3-279
Figura 5.3—16– Conjunto de estruturas que compõem o Sítio Govinda. A linha branca demonstra a distância de 3,24km entre a que foi considerada estrutura principal do conjunto e o eixo da BR-317, no trecho de duplicação (Disponível em: Google Earth Imagery Inc., 2008).....	5.3-280
Figura 5.3—17– Estrutura principal do Sítio Govinda. As setas vermelhas indicam os ramais e os símbolos redondo e quadrado indicam as estruturas de acordo com sua conformação geométrica (Disponível em: Google Earth Imagery Inc., 2008).....	5.3-280
Figura 5.3—18– Estrutura de terra circular, localizada a 420m da faixa de domínio da BR-317/AM, junto à cabeceira de um igarapé afluente do rio Acre, nas proximidades do Lago do Recreio (coordenadas UTM 692.165E / 9.012.118N).....	5.3-281
Figura 5.3—19 Croqui de estrutura de terra impactada, que apresentou aproximadamente 75 m de lado.....	5.3-308

Mapa

Mapa 5.3-1 - Localização dos Pontos de captura.	5.3-90
Mapa 5.3-2- Uso e Ocupação do Solo	5.3-125
Mapa 5.3-3- Localização das áreas urbanas de Boca do Acre e Platô do Piquiá, antiga Valterlândia.....	5.3-129
Mapa 5.3-4- Localização dos PA's e PC na AID – BR 317/AM	5.3-143
Mapa 5.3-5 Localização dos PA's na BR 317/AC	5.3-144
Mapa 5.3-6- Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju - Áreas indígenas no sudoeste amazônico	5.3-161
Mapa 5.3-7- Desmatamento 2006 na All da BR 317/AM	5.3-172
Mapa 5.3-8- Localização do Povo Apurinã na década de 70	5.3-178
Mapa 5.3-9 Unidades de Conservação na área de influência	5.3-217
Mapa 5.3-10 Mapa de ocorrências arqueológicas.....	5.3-312